



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIII Nº 41, QUINTA-FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 2018



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (MDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Deputado JHC (PSB-AL)

3ª Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Fábio Ramalho (MDB-MG)

1º Vice-Presidente

Deputado André Fufuca (PP-MA)

2º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)

1º Secretário

Deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO)

2ª Secretária

Deputado JHC (PSB-AL)

3º Secretário

Deputado André de Paula (PSD-PE)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Dagoberto (PDT-MS)

2º - Deputado César Halum (PRB-TO)

3º - Deputado Pedro Uczal (PT-SC)

4º - Deputado Carlos Manato (SD-ES)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 17ª SESSÃO, SOLENE, EM 8 DE NOVEMBRO DE 2018

| | |
|--|----|
| 1.1 – ABERTURA | 11 |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar os 65 anos de fundação da RecordTV. | 11 |
| 1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro | 11 |
| 1.2.2 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Eunício Oliveira) | 11 |
| 1.2.3 – Oradores | |
| Senador Eduardo Lopes | 12 |
| Deputado Márcio Marinho | 14 |
| Deputado Major Olimpio | 16 |
| Sr. Celso Freitas, representante do jornalismo da RecordTV | 17 |
| Senador Roberto Rocha, como Líder | 17 |
| Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | 19 |
| Senadora Ana Amélia | 20 |
| Sr. Luiz Cláudio Costa, Presidente da RecordTV | 21 |
| Senador Valdir Raupp, como Líder | 23 |
| Sr. Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil | 24 |
| Deputado Celso Russomanno, como Líder | 25 |
| Senador Guaracy Silveira, como Líder | 26 |



| | |
|--|----|
| Senador Eduardo Amorim, como Líder | 27 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | 28 |
| 2 – ATA DA 18ª SESSÃO, CONJUNTA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2018 | |
| 2.1 – ABERTURA | 44 |
| 2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE | |
| 2.2.1 – Oradores | |
| Deputado Leonardo Monteiro – Manifestação sobre os 3 anos do desastre socioambiental oriundo do rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP e convite para o 3º Seminário Integrado do Rico Doce, no estado de Minas Gerais. | 44 |
| Deputado Otavio Leite – Comentários sobre a Medida Provisória nº 848, de 2018, que estende os recursos do FGTS para créditos a hospitais filantrópico; e outro assunto. | 45 |
| 2.2.2 – Questão de ordem | |
| Suscitada pela Deputada Laura Carneiro, a ser respondida oportunamente. | 46 |
| 2.2.3 – Oradores (continuação) | |
| Deputado Hildo Rocha – Apelo aos congressistas para que votem nos vetos da pauta corrente para melhor eficiência dos serviços de saneamento básico no País; e outro assunto. | 48 |
| Deputado Luiz Carlos Hauly – Considerações acerca da importância da realização da reforma tributária. | 49 |
| Deputado Bohn Gass – Críticas à pauta vigente do Congresso Nacional e à reforma trabalhista; e outro assunto. | 51 |
| Deputado Domingos Sávio – Manifestação a favor da aprovação da Medida Provisória nº 848, de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e outro assunto. | 52 |
| Deputado Chico D'Angelo – Solidariedade às vítimas da tragédia ocorrida no Morro da Boa Esperança em Niterói-RJ. | 54 |
| 2.3 – ORDEM DO DIA | |
| 2.3.1 – Item 1 | |
| Veto Parcial nº 19/2018, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6/2018 (proveniente da Medida Provisória nº 810, de 2017), que <i>altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Apreciação adiada.</i> | 56 |
| 2.3.2 – Item 9 | |
| Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 11/2018, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 42.508.607,00, para os fins que especifica.</i> | 72 |
| 2.3.3 – Item 10 | |
| Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12/2018, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor de R\$ 792.000,00, para o fim que especifica (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 410/2018).</i> | 76 |



2.3.4 – Item 11

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 10.338.400,00, para os fins que especifica. 76

2.3.5 – Item 12

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 372.155.920,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 79

2.3.6 – Item 14

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2018, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, crédito suplementar no valor de R\$ 65.583.083,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 82

2.3.7 – Item 15

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 180.686.295,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 84

2.3.8 – Item 16

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública e da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 32.255.385,00, para os fins que especifica. 87

2.3.9 – Item 17

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14/2018, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 266.789.743,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. 89

2.3.10 – Item 18

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 40.867.610,00, para os fins que especifica.

2.3.11 – Item 19

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 19.880.000,00, para os fins que especifica.

2.3.12 – Item 20

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33/2018, que abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.

2.3.13 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31/2018, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 52.857.359,00, para os fins que especifica



2.3.14 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22/2018, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Transparência e Controladoria-Geral da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 390.001.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

2.3.15 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2018, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 9.865.600.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

2.3.16 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29/2018, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 372.155.920,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

2.3.17 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36/2018, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 140.000.000,00, para os fins que especifica.*

2.3.18 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2018, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R\$ 15.773.766,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

2.3.19 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 47/2018, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 5.390.538.744,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.* Proferido o **Parecer nº 11/2018-PLEN-CN**, pelo Deputado André Moura, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

94

2.3.20 – Item extrapauta

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 48/2018, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e das Cidades, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 1.520.050.360,00, para os fins que especifica.* Proferido o **Parecer nº 12/2018-PLEN-CN**, pelo Deputado André Moura, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

94



| | |
|---|------------|
| 2.3.21 – Apreciação em globo dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 12, 20, 29, 21, 16 e 33/2018 (Itens 10 a 12; 15, 19 e 20); e nºs 31, 22, 28, 29, 36, 41, 47 e 48/2018 (Itens extrapauta) Aprovados os projetos e o Substitutivo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 47/2018. À sanção | 96 |
| 2.3.22 – Item 13 | |
| Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38/2018, que <i>abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 435.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado o Substitutivo</i> , após Parecer nº 13/2018-PLEN-CN , proferido pelo Deputado André Moura, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. À sanção. | 101 |
| 2.3.23 – Apreciação em globo dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 11, 14, 15, 19 (Substitutivo) e 25/2018 (Itens 9, 17, 18, 14 e 16). Aprovados os projetos e o Substitutivo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2018. À sanção | 110 |
| 2.4 – ENCERRAMENTO | 112 |

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 18ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

| | |
|--|------------|
| Deputado Leonardo Monteiro – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal | 114 |
|--|------------|

3.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

3.2.1 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 47/2018

| | |
|----------------------------------|------------|
| Parecer nº 11/2018-PLEN-CN | 117 |
|----------------------------------|------------|

3.2.2 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 48/2018

| | |
|----------------------------------|------------|
| Parecer nº 12/2018-PLEN-CN | 168 |
|----------------------------------|------------|

3.2.3 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38/2018

| | |
|----------------------------------|------------|
| Parecer nº 13/2018-PLEN-CN | 174 |
|----------------------------------|------------|

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

| | |
|---|------------|
| Nº 655/2018, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.510/2018 (TC 023.484/2018-7) | 186 |
|---|------------|



4.1.2 – Comunicações

| | |
|---|-----|
| Da Liderança do Bloco PTB/PROS na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 845/2018 (Ofício nº 166/2018) | 203 |
| Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 847/2018 (Ofício nº 75/2018) | 204 |
| Das Lideranças do Bloco PTB/PROS e do PCdoB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 850/2018 (Ofício nº 165/2018) | 205 |
| Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 850/2018 (Ofício nº 463/2018). <i>Substituído o membro</i> | 206 |
| Das Liderança do PT e do PCdoB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 852/2018 (Ofício nº 459/2018) | 207 |
| Da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 852/2018 (Ofício nº 461/2018). <i>Substituído o membro</i> | 208 |
| Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 852/2018 (Ofício nº 610/2018). <i>Substituído o membro</i> | 209 |

4.1.3 – Emendas

| | |
|---|-----|
| Ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/2018 (vide item 6) | 211 |
|---|-----|

4.1.4 – Pareceres aprovados em comissões

| | |
|---|-----|
| Nº 19/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24/2018 | 213 |
| Nº 20/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2018 | 218 |
| Nº 21/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35/2018 | 223 |
| Nº 22/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41/2018 | 230 |
| Nº 23/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32/2018 | 237 |
| Nº 24/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36/2018 | 243 |
| Nº 25/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 43/2018 | 247 |
| Nº 26/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22/2018 | 253 |
| Nº 27/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31/2018 | 258 |
| Nº 28/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45/2018 | 262 |
| Nº 29/2018-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39/2018 | 266 |
| Nº 1/2018, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 846/2018 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 29/2018) | 271 |



| | |
|---|-----|
| Nº 1/2018, da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 845/2018 (conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão (CN) nº 30/2018) | 527 |
|---|-----|

4.1.5 – Término de prazos

| | |
|--|-----|
| Término do prazo, em 9 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 828/2018. Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria | 553 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| Término do prazo, em 10 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 830/2018. Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria | 553 |
|---|-----|

4.1.6 – Vetos

| | |
|--|-----|
| Veto Parcial nº 38/2018, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2018 (proveniente da Medida Provisória nº 842/2018) (Mensagem nº 623/2018, do Presidente da República) | 555 |
|--|-----|

| | |
|--|-----|
| Veto Parcial nº 39/2018, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 188/2015 (nº 5.987/2009, na Câmara dos Deputados) (Mensagem nº 625/2018, do Presidente da República) | 581 |
|--|-----|

PARTE III

5 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

| | |
|------------------------|-----|
| Nºs 68 e 69/2018 | 587 |
|------------------------|-----|

6 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

Emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/2018 (**Suplemento "único" - volumes I a IV**)

| | |
|----------------------------|-----|
| 7 – COMISSÕES MISTAS | 589 |
|----------------------------|-----|

| | |
|------------------------------|-----|
| 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS | 610 |
|------------------------------|-----|



Ata da 17ª Sessão, Solene, do Congresso Nacional em 8 de novembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Eunício Oliveira.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 7 minutos e encerra-se às 13 horas e 33 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 65 anos de fundação da *RecordTV*.

Compõem esta Mesa, a convite da Presidência, os senhores: Senador Eduardo Lopes, requerente da sessão solene; Deputado Federal Márcio Marinho, requerente da sessão solene; Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab; Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia; Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL, Márcio Novaes; Presidente da *RecordTV*, Luiz Cláudio Costa; Superintendente Institucional da *RecordTV*, André Luiz Duarte Dias.

Composta a Mesa, eu registro, com prazer, a presença dos senhores: Embaixador do Reino Hachemita da Jordânia, Malek Eid Otalla Twal; Embaixador da República da Namíbia, Samuel Nuuyoma; Embaixador do Reino da Tailândia, Surasak Suparat; Embaixador da República do Chile, Fernando Schmidt; Deputado Federal e apresentador da *RecordTV*, Celso Russomanno, meu colega há 12 anos; Ministro Plenipotenciário e Vice-Chefe da Missão da Embaixada da República do Sudão, Muhanned Omer Abbas Ajabna; Diretora-Geral do Senado Federal, Ilana Trombka; representante do Governador do Rio Grande do Sul, Otaviano Fonseca; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho — ANAMATRA, Guilherme Guimarães Feliciano; representante do elenco artístico da *RecordTV*, Ana Lucia Hickmann Correa; representante do elenco de novelas da *RecordTV*, Denise Del Vecchio; representante do jornalismo da *RecordTV*, Celso Freitas; e demais funcionários da *RecordTV*.

Convido todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro.

(É entoado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Eu registro, com prazer, a presença de Senadores e Senadoras, de Senadores eleitos e Senadoras eleitas, de Deputados e Deputadas, de Deputados eleitos e Deputadas eleitas, de demais autoridades que compõem este Plenário. Vejo entre nós o nosso ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Marcus Vinícius.

Cumprimento todos; cumprimento a Mesa, que já foi aqui nominada por mim.

No mundo em que vivemos, a influência das mídias eletrônicas na vida de todos não tem precedentes na História. Estamos cada vez mais dependentes do uso da palavra e das imagens.

Diante dessa perspectiva, a sessão solene que hoje aqui realizamos para comemorar os 65 anos de um dos mais importantes veículos de comunicação do nosso País, a Rede Record de Televisão, adquire, a meu ver, extrema relevância.

Chamo atenção para este número: 65 anos — exatamente a minha idade! A Record é uma das emissoras pioneiras neste País.

Desde então, a televisão se universalizou e se consolidou como o mais importante veículo de comunicação de massas no Brasil e no mundo.

A televisão é o resultado de uma grande conquista humana. Trouxe aos nossos lares e às nossas famílias o entretenimento e a informação, elementos vitais para a sociedade, e também para o melhor exercício da cidadania.

Eu tive a oportunidade de ser Ministro das Comunicações do Brasil.

Hoje vivemos na chamada "aldeia global" do ponto de vista da comunicação de mundo, onde toda informação chega quase imediatamente, com algum *delay*, aos quatro cantos do mundo.



Nesse contexto, as emissoras de TV possuem grande responsabilidade por aquilo que transmitem às nossas famílias e aos nossos lares.

A história da Rede Record se confunde com a própria história da televisão brasileira. Ouviremos isso com mais detalhes nas falas dos nossos oradores inscritos, que não são poucos, para a sessão solene do dia de hoje.

A Rede Record, senhoras e senhores, foi muito importante na construção de um eixo de unidade nacional. E ainda é, com muita importância.

Por meio de seus programas culturais, artísticos e jornalísticos, que levam informação e entretenimento a milhões de lares, a própria língua nacional foi ganhando mais unidade e, com isso, fortalecendo os elos de integração e comunicação nacional.

Antes dos satélites, vieram as repetidoras, levando tudo isso aos mais distantes rincões do nosso País.

A televisão proporcionou educação formal e educação agrícola a todos, criando oportunidades para quem não tinha. É difícil, inclusive, mensurar o impacto dessa contribuição ao desenvolvimento do nosso País.

E a *TV Record*, ciente da sua responsabilidade, também não descuidou do espírito dos seus telespectadores.

Nos últimos anos, sob o comando do Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal, a *TV Record* consolidou-se entre as grandes emissoras nacionais, e sua programação já chega a outros países e continentes.

Hoje, nesta comemoração de uma história vencedora, temos a satisfação de dizer que a *TV Record* contribui de modo significativo para a construção de uma sociedade melhor, baseada em valores humanistas, da família brasileira.

O Congresso Nacional se sente honrado — e eu, como seu Presidente — em receber os ilustres representantes da emissora nesta Casa e nesta sessão solene para esta grande homenagem que fazemos aos que fazem a *TV Record* no Brasil e às suas afiliadas.

A participação dessa emissora no desenvolvimento do País deverá ser cada vez mais evidente, ampliando os importantes serviços que já presta à sociedade brasileira.

Sem me estender muito mais, pois temos vários oradores, eu quero dizer que há muitos discursos esclarecedores a serem proferidos por aqueles que têm mais informação do que eu.

Por esse motivo, agradeço a presença a todos.

Sessão solene, normalmente, dá oportunidade a Senadores e Deputados. Deputado não fala no Plenário do Senado Federal, só em sessão do Congresso Nacional. Nesta solenidade, então, nós permitiremos que Deputados falem.

Eu quero agradecer, repito, a todos, e dizer o meu muito obrigado.

Pela Liderança do PRB do Senado Federal e como requerente da sessão, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Lopes para fazer uso de uma das tribunas.

O SR. EDUARDO LOPES (PRB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

- Senhoras e senhores, boa tarde.

Quero cumprimentar a Mesa, aqui já formada, na pessoa do nosso Presidente, Senador Eunício Oliveira.



Quero cumprimentar todos, em especial os representantes da Rede Record, na pessoa do Presidente, nosso amigo Luiz Cláudio.

Hoje é um dia muito importante.

"No dia de hoje, nós membros do Congresso Nacional estamos aqui solenemente reunidos para celebrar os 65 anos de fundação da *RecordTV*.

Juntamente com o Deputado Márcio Marinho, apresentei requerimento para que fosse realizada esta sessão, porque entendo que a *RecordTV* vem prestando inúmeros e importantes serviços à sociedade brasileira, serviços que se têm constituído como fonte de lazer, informação, cultura, contribuindo para a construção no Brasil de uma sociedade cada vez mais democrática.

Fundada no dia 27 de setembro de 1953, a *RecordTV* tem como suas marcas registradas o pioneirismo e a vanguarda. Nasceu da ousadia do empresário Paulo Machado de Carvalho, que, apenas 2 meses após a chegada da televisão ao Brasil, obteve autorização para operar um canal de TV na cidade de São Paulo, fato esse acontecido em 22 de novembro de 1950.

Por si mesmo, esse já era um ato de grande ousadia e pioneirismo, representava a visão estratégica de um grande empresário do setor de rádio que vislumbrou então o poder que a televisão passaria a ter nos anos vindouros.

Foram essa ousadia e esse pioneirismo que fizeram com que a *RecordTV* fosse, por exemplo, a primeira emissora brasileira a realizar uma transmissão externa de um jogo de futebol, entre Santos e Palmeira, na Vila Belmiro, em 18 de setembro de 1955.

Além dos eventos esportivos, a *Record* também atuou com pioneirismo nas grandes coberturas nacionais. Foi a única emissora de TV a transmitir a inauguração de Brasília, em 1960, entrevistando diversos políticos da época, incluindo o Presidente Juscelino Kubitschek.

Ao longo da sua história, a *RecordTV* também foi palco para maiores e mais importantes personalidades da televisão brasileira, dentre as quais, destaco os músicos Dorival Caymmi, Inezita Barroso, Adoniran Barbosa, Roberto e Erasmo Carlos, os comediantes Jô Soares, Carlos Alberto de Nóbrega, Ronald Golias, os apresentadores Edson Cury, o nosso Bolinha, Silvio Santos, Hebe Camargo e tantas outras personalidades da vida nacional.

(...)

Seja na cobertura de eventos esportivos, no jornalismo ou na realização de produções culturais e artísticas, a *RecordTV* sempre foi presença marcante nos últimos 65 anos da história do nosso Brasil.

(...)

Desde a sua fundação, a *RecordTV* vivenciou diversos momentos marcantes, momentos de glórias e de lutas essenciais para seu futuro, mas, sobretudo, momentos que significaram a construção de uma das mais importantes redes de comunicação da América Latina. Nessa trajetória, é possível identificar algumas fases.

A primeira delas pode ser considerada desde o momento da sua fundação, em 1953, até 1959, quando destaco a produção do primeiro seriado brasileiro, *Capitão 7*, estrelado por Ayres Campos e Idalina de Oliveira. Merecem destaque ainda, nesse período, o programa *Mesa Redonda* e a *Grande Gincana Kibon*, primeiro programa infantil do Brasil, que foi apresentado durante 16 anos.

A segunda fase da *RecordTV* começa no início da década de 60 e vai até 1967, período em que surgiu a Rede Unidas de Televisão, uma bem-sucedida parceria entre a *TV Record* de São Paulo e a carioca *TV Rio*.



Nesse período, a televisão brasileira já possuía mais outras duas emissoras: a *TV Globo* e a *TV Tupi*. Em meio a forte concorrência, a *RecordTV* se destaca, lançando alguns sucessos de audiência como a *Família Trapo*, com Ronald Golias e Jô Soares, e o premiadíssimo jornalístico *Repórter Esso*.

Pouco após o final da década de 60, o empresário Silvio Santos adquire metade da *Record* e a utiliza para exibir alguns de seus programas, pois havia perdido espaço em outros canais de televisão.

Nessa época, a Rede Record enfrentava algumas dificuldades, em virtude da árdua concorrência. Não obstante, a *Record* realiza a transmissão da Copa do Mundo da FIFA, em 1970.

(...)

Com sua venda para Edir Macedo no início da década de 90, a *TV Record* inicia uma nova caminhada, consagrada de sucessos. Houve uma profunda reformulação do canal, em busca da audiência perdida.

A emissora iniciou sua expansão nacional quando começou a transmitir seu sinal pelo satélite Brasilsat A2, passando a distribuir sua programação também nas parabólicas. O canal se transformou em Rede Record e começou a adquirir emissoras próprias, afiliadas e retransmissoras para sua nova rede.

(...)

Em 2002, foi criada a Record Internacional, que está presente em 150 países e é afiliada à CNN Internacional.

(...)

Atualmente, a Central Record de Comunicação inclui, além da *TV* e da *Rádio Record*, o Portal R7, *Record Entretenimento*, e *Record News*.

(...)

Além disso, faço questão de destacar a *RecordTV* como a emissora que mais se compromete com um jornalismo isento e de excelência. Em meio à época em que tantos veículos estão preocupados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. EDUARDO LOPES (PRB - RJ) - E há uma preocupação de todos com respeito a *fake news* e notícias, às vezes, maldosas. Nós destacamos a *Record* na sua isenção e excelência em jornalismo.

Encerro aqui a minha participação, Sr. Presidente.

Com muita alegria e com muita honra, junto com o Deputado Márcio Marinho, fui o requerente desta sessão solene de comemoração dos 65 anos da *RecordTV*, presente em nossas vidas desde crianças, desde os desenhos animados até as séries, enfim, presente sempre na história do nosso Brasil.

Parabéns à *RecordTV* pelos seus 65 anos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Vejo o Ministro Gilberto Kassab, a quem convido novamente para compor a Mesa.

Consulto se o Presidente do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal e do Congresso Nacional, Sr. Murillo de Aragão, está presente. *(Pausa.)*

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Márcio Marinho, requerente desta sessão solene.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.



Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, pessoal! (*Manifestação no plenário: Boa tarde!*)

Quero fazer uma saudação toda especial ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Exm^o Sr. Senador Eunício Oliveira; ao meu amigo Senador Eduardo Lopes, também requerente desta sessão solene destinada a comemorar os 65 anos de fundação da *RecordTV*; ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Gilberto Kassab; ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Claudio Lamachia; ao Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL, Sr. Márcio Novaes; ao Presidente da *RecordTV*, Sr. Luiz Cláudio Costa; ao Superintendente Institucional da *RecordTV*, Sr. André Luiz Duarte Dias; à representante do elenco artístico da *RecordTV*, Sra. Ana Hickmann; e a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Eu estou muito feliz de estar hoje aqui, no Congresso Nacional, participando desta data festiva em comemoração aos 65 anos dessa conceituada emissora de televisão.

Há 65 anos, em setembro de 1953, entrava no ar a emissora *Record*. Com toda essa longevidade, a nossa homenageada é a emissora mais antiga em atividade no Brasil.

Na época, não havia nem 10 mil aparelhos de televisão na cidade de São Paulo. Pelas cidades pequenas, ainda eram comuns os televisores na praça. Ainda assim, a persistência de Paulo Machado de Carvalho, o fundador da *Record*, junto ao esforço e ao talento daqueles que o acompanhavam na empreitada, fizeram da emissora uma referência de bom entretenimento para o povo brasileiro.

Prova disso são os programas e festivais que ficaram marcados na memória do público e na cultura do País. Entre eles, o programa musical *O Fino da Bossa*, apresentado por ninguém menos que Elis Regina e Jair Rodrigues.

Também era pelo sinal da *Record* que os espectadores se divertiam com a *Família Trapo*, se entretinham com as novelas e o futebol e se informavam com o jornalismo de credibilidade.

Quase todas as estrelas da música, do humor e da dramaturgia nacionais tornaram-se conhecidas na tela da *Record*. Os grandes feitos da emissora incluem a primeira transmissão ao vivo de uma partida de futebol. A *Record* foi também a única a transmitir a festa de inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960.

Os chamados tempos áureos da emissora acompanharam momentos importantes da história do País e marcaram a história da TV brasileira. Houve também momentos de dificuldade, como um grande incêndio que, em 1966, consumiu centenas de fitas contendo importantes registros, como os jogos das Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1966.

Mas nem isso nem a crise que se abateria sobre a empresa em décadas seguintes foram capazes de interromper a magnífica história da *TV Record* nem de impedir que ela chegasse aos dias atuais como uma rede de comunicação de grande sucesso.

A grande retomada se deu sob a responsabilidade do Bispo Edir Macedo, fundador e líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus, reconhecido empresário que elevou a emissora a um novo patamar de qualidade e de relevância junto ao público.

Desde os anos 90, a *Record* vem expandindo suas fronteiras. Tornou-se uma rede com mais de uma centena de emissoras espalhadas por todos os estados do País, cobrindo quase a totalidade do território nacional. É, atualmente, a rede que mais tempo disponibiliza para a exibição de programação regional."



Eu quero abrir um parêntese para cumprimentar o Diretor da Rede Record de Televisão da Bahia, Fábio Tucillo, aqui presente, que nos permite apresentar lá no nosso Estado o programa *Patrulha do Consumidor*, com a anuência do meu querido amigo Celso Russomanno.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB - BA) - Essa proximidade com o dia a dia dos brasileiros é uma escolha de quem conhece a vontade do povo. Ao ligar a TV na *Record*, milhões de telespectadores sabem que vão encontrar informação de qualidade, de responsabilidade e de bom entretenimento.

O jornalismo e as novelas, aliás, são apontados como a parte preferida da programação por quem acompanha a *Record*. Tenho certeza de que isso é resultado do compromisso da emissora com padrões internacionais de qualidade, aliados à diversidade e riqueza da cultura brasileira. O brasileiro se vê representado na tela da *Record*, com sua fé, seus valores e seus sonhos de um País melhor.

Por todas as conquistas do passado, parabenizamos cada um dos que fizeram parte dessa gloriosa história.

E, com augúrios de um futuro ainda mais grandioso, homenageamos quem vem contribuindo para o sucesso da emissora e para o alto nível de tudo o que produz atualmente. Aos diretores, jornalistas, técnicos, atores e atrizes que fazem parte da família *Record*, deixamos nosso agradecimento e nossa admiração por um trabalho tão bem feito, que representa e que edifica a população brasileira.

Viva a Rede Record pelos seus 65 anos de fundação!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olímpio, Senador eleito.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (PSL - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, amigo e Exm^o Ministro Gilberto Kassab, direção da Rede Record, colaboradores, artistas — Ana —, trago um abraço do PSL e do nosso Presidente eleito Jair Bolsonaro.

Fiz questão absoluta de estar aqui presente, junto com meu amigo, apoiador e orientador na área de comunicação de Jair Bolsonaro e da nossa equipe, Fábio Wajngarten.

Quero expressar a minha satisfação como brasileiro por ter um organismo de comunicação que, aos 65 anos, dignifica e engrandece a comunicação no nosso País.

Quero agradecer a todos os senhores que têm feito um papel fundamental e responsável, na medida em que há um perfeito alinhamento conosco, nós brasileiros que preservamos a família, o civismo, o respeito a nossa Pátria, o respeito à lei. É exatamente isso que a *RecordTV* transmite ao povo brasileiro. Lamentavelmente, não aconteceu isso em outros órgãos de comunicação que insistem em deturpar, em enveredar pela destruição da família, dos valores da Pátria e do respeito à lei. Que a *Record* se fortaleça!

Parabéns, Presidente Eunício Oliveira e proponentes que abriram a Casa de representação dos Estados para valorizar, neste ato, a Rede Record. E temos que dizer: dai honra a quem tem honra. Parabéns, Rede Record! Parabéns ao seu jornalismo e ao seu entretenimento. Continue a crescer, como o nosso País, na esperança de um Brasil novo, mas na certeza de uma comunicação cada vez mais forte, cada vez chegando mais ao povo brasileiro e transmitindo altivez e respeito ao nosso País.



Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! Viva a nossa Rede Record! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Esta é uma sessão solene. Peço, portanto, permissão à Mesa para que todos que estão ali atrás em pé possam tomar assento nas cadeiras, se assim desejarem.

Eu vou fazer uma exceção à regra num momento de sessão solene tão importante. Eu não posso deixar de conceder a palavra, por um pequeno tempo, para homenagear também todos aqueles que são apresentadores e todos aqueles que compõem o sistema de comunicação da *TV Record*, vou quebrar o protocolo e pedir ao apresentador Celso Freitas que use a tribuna por 5 minutos, fazendo uma exceção, pedindo permissão aos Senadores e Deputados inscritos. É para homenagear os colaboradores da *TV Record*.

Em seguida, farei a ordem sequencial.

O SR. CELSO FREITAS - Cumprimentando o Exm^o Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, os demais integrantes da Mesa e Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, eu quero manifestar o orgulho e a honra de todos os colaboradores, sejam eles da área técnica, da administração, da teledramaturgia, aqui representada por Denise Del Vechio, ou de entretenimento, aqui representado por Ana Hickmann. Falo, em nome do jornalismo, do orgulho de estar participando da construção da história recente desses 65 anos da *RecordTV*.

É um desafio constante da criatividade, do talento dos profissionais em se reinventarem todo dia, construindo cada vez mais a reputação e o reconhecimento da *RecordTV*. Se, há até bem pouco tempo, nós atingíamos mais de 165 países pelo sinal de satélite, hoje atingimos o planeta inteiro, graças às novas plataformas e à tecnologia, seja através do *www.r7.com*, seja através do PlayPlus, uma ferramenta que nos dá um alcance global.

Nós temos o grande desafio de produzir mais de 11 horas diárias de jornalismo ao vivo, levando informação imparcial, consagrando, cada vez mais, aquele que consideramos o jornalismo verdade.

Em nome de todos os colaboradores da *RecordTV*, eu agradeço esta oportunidade e, principalmente, por ter sido quebrado o protocolo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Convido, para fazer uso da palavra, em nome da Liderança do PSDB no Senado Federal, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (PSDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Senador Eunício Oliveira; o Senador Eduardo Lopes, requerente desta sessão; o Deputado Márcio Marinho, também requerente desta sessão; o Ministro Gilberto Kassab; o Presidente da OAB, Claudio Lamachia; o Presidente da ABRATEL, Márcio Novaes; o Presidente da *RecordTV*, Luiz Cláudio Costa; o Superintendente Institucional da *RecordTV*, André Luiz Duarte Dias; o representante do jornalismo da *RecordTV*, Celso Freitas, que acabou de se pronunciar aqui; e, finalmente, numa mesa tão marcadamente masculina, Ana Hickmann, representando o elenco artístico da *RecordTV*.

Como em todos os empreendimentos humanos de sucesso, a *Record* nasceu da audácia de um homem, o pioneiro Paulo Machado de Carvalho, que não se aquietou com a tranquilidade de uma vida abastada, mas partiu para plantar sonhos.



Em 1931, aos 30 anos de idade, comprou uma pequena rádio, por 25 contos de réis. Com espírito empreendedor, ousado e moderno, em poucos meses já administrava uma rádio modelo, com audiência e prestígio, graças a uma programação moderna e popular.

Nascia aí o império de comunicações que, com habilidade empresarial, formou um grupo de empresas que incluía a *TV Record*, além das emissoras de rádio *Excelsior*, *São Paulo* e *Pan-Americana*.

No dia 27 de setembro de 1953, um domingo, o canal 7 foi ao ar, transmitindo para menos de 8 mil televisores em São Paulo. Estima-se que apenas poucas centenas de pessoas tenham assistido ao *show* musical que deu origem à *TV Record*.

Logo já estava transmitindo na área esportiva, mas não era futebol, mas o Grande Prêmio Brasil, mostrando a corrida de cavalos que ocorria no Rio de Janeiro para o público paulistano no ano de 1956.

Mas, por conta do baixo custo em relação a outras produções, os programas musicais acabavam se destacando na grade da emissora. Diversos nomes internacionais se apresentaram nas telas da *Record* em apresentações exibidas do Teatro Record, como Nat King Cole, Ella Fitzgerald e Louis Armstrong.

Nos anos 1960, grandes nomes marcaram época na televisão brasileira, como Jô Soares e Carlos Alberto de Nóbrega, Ronald Golias, Otelo Zelsoni, Cidinha Campos, Hebe Camargo, entre outros.

Nenhuma outra emissora teve um programa apresentado por ninguém menos que Roberto Carlos, ao lado de Erasmo Carlos e Wanderléa, no programa *Jovem Guarda*. E depois vieram os históricos festivais de música da *Record*, que consagraram ídolos como Geraldo Vandré, Paulinho da Viola, Chico Buarque, Nara Leão, Gilberto Gil, Os Mutantes, Caetano Veloso, Tom Zé e Gal Costa.

A história da *TV Record* se confunde com a história e a afirmação da música brasileira. É uma história de resiliência, que a tornou, hoje, a mais antiga emissora em atuação no País. Quem se lembra que Silvio Santos e Faustão também iniciaram na *Record*, um verdadeiro celeiro de grandes talentos da TV brasileira?

Passada a era dourada de Paulo Machado, a emissora trocou de mãos em 1989, passando ao comando de Edir Macedo Bezerra, que a trouxe até os dias de hoje.

Uma das primeiras alterações na programação foi contratar para comandar as manhãs a apresentadora Ana Maria Braga, que também trouxe o papagaio Louro José, que é seu companheiro até os dias de hoje.

Desde o começo da manhã até a madrugada, a emissora oferece pelo menos 11 horas de jornalismo diário, esporte, novelas, *reality shows*, revistas eletrônicas, musicais e programas de auditório. É a segunda maior produtora e exibidora de conteúdo nacional inédito, com mais de 90 horas semanais.

A *TV Record* também chega aos 65 anos com um perfil multiplataforma, que amplia seu alcance, oferecendo novas formas de acesso à programação. É uma história que começou com o lançamento, há exatos 9 anos, do Portal R7, e que hoje se amplia com o lançamento de um serviço de *streaming* e vídeo sob demanda.

Por fim, essa é a *Record*, aqui homenageada, com justas razões, por uma bela história que alia ousadia, entusiasmo, fé e esperança em nosso País.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Ministro Gilberto Kassab.



O SR. GILBERTO KASSAB - Senador Eunício Oliveira, Presidente do Congresso Nacional, aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo pelo extraordinário trabalho que faz à frente desta Casa, um dos melhores Presidentes que este Senado já teve; querido colega Marcos Jorge, Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Senador Eduardo Lopes, Líder do PRB nesta Casa, que teve a feliz iniciativa de propor que esta Casa realizasse esta sessão solene; Deputado Federal Márcio Marinho, quero cumprimentá-lo, autor da proposição que, com isso, deu às festividades de 65 anos da Record a dimensão que a data merece; querido amigo Luiz Cláudio Costa, Presidente da Rede Record de Televisão, na sua pessoa queria cumprimentar todos os diretores da Record, os colaboradores, funcionários que estão aqui presentes; querido amigo Márcio Novaes, Presidente da ABRATEL, quero agradecer-lhe a parceria permanente da ABRATEL com o Governo, com o nosso MCTIC, gerando importantes políticas públicas, projetos que melhoraram sensivelmente a qualidade da radiodifusão no Brasil; quero saudar aqui o André Luiz Duarte, Superintendente Institucional da *Record TV*; quero saudar todas as instituições, organizações presentes, e o faço cumprimentado a OAB na pessoa do seu Presidente Claudio Lamachia, que com sua presença também dá a este momento a dimensão que o momento requer.

Quero dizer a todos os senhores que aqueles que me antecederam, com muito mais profundidade, por estarem vivendo com muito mais intensidade o mundo Record, já aqui observaram a importância desta sessão solene. Já aqui lembraram a história da *Record*, a sua contribuição não apenas para a comunicação, para a radiodifusão, mas para o desenvolvimento do Brasil. A *Record*, desde o seu início e até o presente momento, e agora com uma dimensão muito maior, com uma intensidade muito mais forte, com uma liderança muito mais expressiva, está permanentemente agindo em todos os campos do cenário do nosso País: na economia, no campo social, no esporte, na política, registrando todos os momentos importantes, fazendo com a sua crítica honesta, sincera, sempre uma colaboração muito importante para o nosso País.

Dessa maneira, a minha presença aqui hoje, Luiz Cláudio, procura expressar não apenas o sentimento do Governo brasileiro, do nosso Ministério, mas, com certeza, o de todos os brasileiros que querem um Brasil melhor, de todos os brasileiros que prezam pela liberdade de imprensa, de todos os brasileiros que sabem o quanto a parceria da Record com a nossa Nação tem sido importante na construção de um Brasil melhor.

Portanto, os nossos cumprimentos. Que esses 65 anos se repitam por mais 65 anos e que a *Record* consiga ter, perseverando no caminho do fortalecimento, cada vez mais presença em todo o território nacional, ajudando-nos a ter um País mais justo.

Parabéns a todos! Parabéns ao Senado, aos presentes e principalmente à *Record* e a todos aqueles que hoje participam desse projeto, como colaboradores, funcionários, diretores. Minha homenagem a todos aqueles que já tiveram a oportunidade de contribuir com o seu trabalho e o seu fortalecimento.

Lembrando Paulo Machado de Carvalho, homenageio todos esses que contribuíram com o seu trabalho, em algum dia, em algum momento, e, lembrando o Bispo Edir Macedo, cumprimento todos aqueles que hoje contribuem com o seu trabalho para fazer da *Record* uma emissora extremamente atuante e importante para o nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - A Mesa também registra com prazer a presença do Embaixador da Itália, Sr. Antonio Bernardini, e convida para fazer uso da palavra a nossa



bela Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, representando as mulheres desta Casa e a Liderança do PP no Senado Federal, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Eunício Oliveira. A generosidade cearense se expressa nas suas palavras.

Merecidamente, de minha parte, eu queria saudar V.Exa. e especialmente o meu amigo Senador Eduardo Lopes e o Deputado Márcio Marinho, que são autores e requerentes desta sessão solene de homenagem aos 65 anos da *Record*.

Quero saudar também o meu amigo Ministro Gilberto Kassab; o Presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul com muita honra; o Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL, Márcio Novaes; o Superintendente Institucional da *Record*, André Luiz Duarte Dias; e a apresentadora Ana Hickmann, gaúcha de Santa Cruz do Sul, que honra muito as mulheres do nosso Estado e do nosso País. Parabéns!

Quero saudar também o Celso Freitas, que falou com a brevidade que um bom apresentador precisa ter, porque, mesmo que a *Record* tenha 11 horas de bom jornalismo, é preciso sintetizar na televisão, uma vez que o horário televisivo é muito caro, o espaço é muito caro. Por isso, é preciso ser sintético. Nessas 11 horas de bom jornalismo da *Record* não há *fake news*, o que é muito recorrente hoje nos espaços de comunicação cada vez mais ativa e tecnológicos.

Aqui está falando não uma Senadora para contar a história dos 65 anos da *Record*, porque aqui com muito brilho ela já foi saudada por todos com rigor e necessidade de mostrar a riqueza dessa história. Eu, que fui jornalista por várias décadas, tenho por essa atividade respeito e admiração.

Está aqui a Presidência da OAB representando também o Congresso Nacional de uma maneira institucional, pelo valor que damos à liberdade de expressão, um valor que no regime democrático em que estamos vivendo é inestimável. Precisamos lutar, como faz a *Record* desde a sua fundação, há 65 anos, bravamente para defender sempre esse direito.

Portanto, eu quero também fazer aqui um depoimento pessoal, porque eu trabalhei, durante 33 anos, em uma emissora concorrente à *Record* no Rio Grande do Sul, a *RBS TV*. Fui candidata, em 2010, ao Senado Federal, e fui sempre tratada pelo Grupo Record, no Rio Grande do Sul, de maneira absolutamente independente. Quando eu precisei, foram abertos espaços de forma extraordinária de liberdade e democracia, não fazendo, em momento algum, qualquer restrição, qualquer discriminação pelo fato de eu ter trabalhado tanto tempo em uma empresa concorrente. Então, para mim, esse é um registro muito caro, porque aprendi também com isso a, no exercício do meu mandato como Senadora, não discriminar nenhum partido político. Todos os Prefeitos de todos os partidos, mesmo os de oposição, no meu gabinete, foram tratados como a *Record* me tratou como jornalista e como candidata.

Quero fazer esse depoimento prestando uma homenagem ao Reinaldo Gilli, Presidente do Grupo Record no Rio Grande do Sul, que está jovem — está lá há 11 anos — e eu espero que celebre os 65 anos. Quero saudar também, além dele, o nosso Sidney Costa, Presidente do *Correio do Povo*, que tem 123 anos e, hoje, pertence ao Grupo Record; o Telmo Flor, Diretor de Redação; e falar da *Rádio Guaíba*, que é do Grupo Record e tem prestado um serviço extraordinário de valorização da boa informação, com comentaristas da melhor qualidade e jornalistas com grande talento e competência e com compromisso com a boa crítica.

A crítica é necessária. Muitos políticos, muitos de nós, somos vítimas — ou, melhor, a palavra não é "vítimas", somos alvo da crítica. Ao sermos alvo da crítica, precisamos entendê-la como



ensinamento para corrigir nossos eventuais erros e não considerá-la uma injustiça. Não. Ela é necessária. Governos, políticos, líderes do Poder Executivo e do Poder Judiciário, todos precisam entender a crítica da imprensa como necessária em um regime democrático. Quando nos sentirmos injustiçados, existe a Justiça para reclamarmos disso, se formos alvo, e estarmos prontos para isso.

Quero saudar também, no caso da *Rádio Guaíba*, que tem 61 anos e há 11 anos está com o Grupo Record, o meu amigo Rogério Mendelski, do *Bom Dia*; e o *Esfera Pública*, que é um programa de grande audiência com a Taline e o Juremir Machado; e o *Guaíba News*, à tarde, com o Nando Gross.

Digo a todos e também ao meu caro Alexandre Mota, do *Balanço Geral*, que é motivo de muita gratidão, para esta jornalista e Senadora que encerra o mandato, Senador Eunício Oliveira, agora em janeiro, ter convivido com uma emissora que orgulha o bom jornalismo, o entretenimento de qualidade, e por isso tem uma audiência tão qualificada, cada vez mais ao agrado do telespectador brasileiro, do ouvinte brasileiro.

Parabéns pelos 65 anos do Grupo Record à sua Direção, aos seus funcionários, seja da área artística, seja do bom jornalismo; aos operadores, aos servidores de todos os níveis, mas especialmente aos telespectadores e aos ouvintes que fazem da *Record* o sucesso que ela é hoje.

Que outros 65 anos venhamos a comemorar!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Presidente da *Record TV*, Sr. Luiz Cláudio Costa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO COSTA - Muito boa tarde a todas e a todos os presentes aqui nesta sessão.

Eu queria cumprimentar, para que possamos abreviar o tempo, toda a Mesa, na pessoa do Presidente Eunício Oliveira; fazendo um destaque especial, como mencionado antes, à presença feminina da Ana Hickmann, que abrilhanta a nossa sessão; sem, contudo, deixar de citar o brilhantismo da Denise Del Vecchio, que está ali sentada; do nosso caríssimo Celso Freitas, nas pessoas de quem eu quero cumprimentar todos os presentes. São tantos os amigos e amigas que daqui vejo, companheiros de trabalho, de emissoras afiliadas, colegas, companheiros de tantas jornadas, que, se eu fosse citar alguns, poderia ser injusto e deixar outros de fora. Então, em nome das pessoas que citei, saúdo todos, grandes companheiros e amigos que trabalham no nosso dia a dia nessa grande batalha, nessa grande jornada que vivenciamos todos os dias.

É uma grande honra estar aqui comemorando junto aos senhores os 65 anos da *Record TV*, a emissora que está há mais tempo no ar no nosso País. Eu não posso deixar de creditar ao maior de tudo e maior de todos o momento que vivemos hoje. Sem a direção de Deus, não estaríamos aqui comemorando esse sucesso.

Nos anos 50, o advento da televisão maravilhou o mundo. Tinha início naquele momento uma incrível e verdadeira revolução que modificaria o comportamento das pessoas e a capacidade de percepção da realidade de todos. Imagem e som agregados num mesmo aparelho, num mesmo veículo de comunicação de massa, entrando nas residências de todos, oferecendo lazer, informação e prestação de serviços de utilidade pública, chegando para ficar e de forma definitiva.

Foi no contexto deste fenômeno mundial que, às 8 horas da noite do dia 27 de setembro de 1953, os apresentadores Sandra Amaral e Hélio Ansaldo deram um boa-noite aos telespectadores paulistanos que sintonizavam pela primeira vez o canal 7. Estava inaugurada a *Record TV*, um sonho que tivera



sido adiado por 20 dias. Naquela época, o empresário Paulo Machado de Carvalho queria tê-la posto no ar em 7 de setembro, para que a data coincidissem tanto com o número 7, do canal adotado, quanto com a importante data cívica. Infelizmente, os equipamentos importados não haviam chegado a tempo.

Quero aproveitar este momento em que citei o fundador Paulo Machado de Carvalho para fazer menção a um grande amigo que labuta hoje na radiodifusão, que é neto de Paulo Machado de Carvalho, o nosso querido Paulito, Paulo Machado de Carvalho Neto, que hoje preside a Associação das Emissoras do Estado de São Paulo e que é figura presente, marcante e, com certeza, muito importante na radiodifusão brasileira até os dias de hoje.

Quero também lembrar uma pessoa que nos deixou há pouco tempo, mas que, com certeza, teve importância fundamental na construção da *Record* do tamanho que ela é hoje. Uma saudação especial à memória de Dermeval Gonçalves, que nos deixou recentemente, mas que certamente ficou marcado na história da *Record TV*. (*Palmas.*)

Mas não dá para falar da história da TV no nosso País sem falar da importância da *Record TV*. Combinando talento e tecnologia e acompanhando sempre as inovações e melhorias do setor, foi possível estar presente e realizar cobertura jornalística dos fatos mais marcantes da história nacional e internacional. Grandes nomes da música, do humor, do jornalismo e do entretenimento, de modo geral, dentro da história da TV brasileira, começaram sua trajetória de sucesso na emissora fundada no bairro de Moema, em São Paulo, que depois soube mudar para a Barra Funda, para continuar no seu caminho, na sua empreitada em busca de novas conquistas.

Faço mais um parêntese. Este ano, Ana Hickmann e Celso Freitas comemoram 14 anos dentro da *Record TV*. Isso é muito importante, porque já fazem parte dessa história também. A Denise Del Vecchio está há 12 anos dentro da *Record TV*. Isso é muito importante para nós, mostra que o nosso projeto veio para ficar, veio para fazer continuar essa história de grande sucesso e grande conquista da nossa *Record TV*.

Fatos marcantes passaram pela tela da *TV Record*. A morte do Presidente norte-americano John Kennedy, a chegada do primeiro homem à Lua, a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, e todos os desdobramentos e consequências desse fato na vida cotidiana da população.

Em 1955, já foi citado aqui, fizemos a primeira transmissão externa ao vivo de um jogo de futebol, no Estádio da Vila Belmiro.

Imaginem os senhores, naquela época, transmitir um jogo de outra cidade, pelos meios técnicos de que se dispunha na época, era um trabalho hercúleo, era um trabalho muito grande. Heróis eram os técnicos e operadores daquela época.

Em 1972, um pouco mais tarde, a *Record* também foi responsável pela primeira transmissão de TV a cores aqui no Brasil. Exibimos também, com sucesso histórico, os grandes festivais da MPB. Grandes nomes da música, do humor, do jornalismo e do entretenimento, como eu já disse, passaram e começaram a sua trajetória na *Record TV*.

Acompanhamos o nascimento da Nova República, a implantação dos planos econômicos — Plano Cruzado, Plano Collor e Plano Real. Depois de um momento de breve declínio, nos anos 70, a emissora passou a ser administrada e controlada pelo grupo de empresas comandadas pelo Bispo Edir Macedo e conheceu um novo período de ascensão e conquistas expressivas.

Nos anos 90, ele acreditou na capacidade das pessoas que ali estavam e iniciou a reconstrução da empresa, transformando a *Record TV* na grande rede nacional e internacional que é hoje, em um



grande processo de crescimento que nos acompanha e já nos coloca prontos para o futuro que se aproxima.

Afinal, são 65 anos de boas histórias, 65 anos de lutas, de determinação e empenho de várias gerações de profissionais que escreveram e escrevem de maneira continuada a história da *Record TV*.

Presente em todo o território nacional, com 108 emissoras, atuamos de maneira vibrante, todos os dias, para valorizar sempre a diversidade cultural de nosso País e levar informação, serviço e entretenimento para a casa de cada família brasileira.

Somos hoje uma grande rede, com alcance mundial, aberta para um novo modelo de comunicação que se apresenta e transforma mais uma vez o comportamento das pessoas. A *Record TV* se reinventou mais uma vez e hoje é uma plataforma sem limites, integrada às novas tecnologias, para proporcionar sempre o melhor para a sociedade. Mas nossos pilares continuam firmes e imutáveis. Por isso, fazemos entretenimento. Por isso, fazemos jornalismo com qualidade única, que apenas um adjetivo nos motiva a seguir em frente: o jornalismo verdade, porque acreditamos na democracia, acreditamos na liberdade de expressão com responsabilidade. Enfim, acreditamos no Brasil e nos brasileiros e temos um compromisso com o nosso País. E não tenham dúvida de que vamos sempre honrá-lo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Eu tenho o prazer de convidar para compor a Mesa a Sra. Denise Del Vecchio, representando o elenco de novelas da *TV Record*, atrizes e atores aqui presentes.

Eu convido a senhora para compor a Mesa em nome de todos.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pela Liderança do MDB.

O SR. VALDIR RAUPP (MDB - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, para abreviar o tempo, na pessoa do Presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira, eu gostaria de cumprimentar os demais integrantes da Mesa, já devidamente nominados.

Quero cumprimentar também o Vice-Presidente da *SIC TV*, da Record Rondônia, Elton Leoni, que representa neste ato o Presidente Everton Leoni, e o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, o Deputado Edson Martins, que representa neste ato os Parlamentares estaduais.

Cumpro, com especial alegria, a tarefa de saudar a *RecordTV* pelos 65 anos de história, em nome de todo o povo rondoniense. Nessas mais de 6 décadas de tradição, a Record avançou com passos de prudência e bom senso, sem deixar de realizar conquistas audaciosas nos campos técnico e cultural. Toda a programação de telejornais e novelas é hoje transmitida para mais de 150 países e para os 5 continentes pelo sinal da *Record Internacional*. São conquistas expressivas que tiveram raízes em cada Estado do País. Primeiro, consolidou-se no mercado doméstico, depois, projetou-se internacionalmente.

Tive a satisfação de acompanhar a evolução da Record no meu Estado. Cresceu com a história da televisão no País e pelas mãos de empreendedores vocacionados, que vislumbravam um Brasil mais informado e integrado.

Em Rondônia, o meu Estado, não podemos homenagear a Record sem mencionar o Grupo SIC — Sistema Imagem de Comunicação, que assumiu, desde 1991, o canal 11 de Porto Velho, a antiga *TV Candelária*.

O Sistema Imagem de Comunicação foi idealizado e fundado pelo comunicador Everton Leoni. Apresentador do *SIC News*, Leoni é conhecido como “aquele que fala a verdade” e também é autor do



bordão “taca-lhe o pau”! Por suas mãos, o SIC produz, semanalmente, mais de 60 horas de programação, realiza transmissões ao vivo e tem a maior equipe de comunicadores do Estado. São cerca de 200 profissionais, liderados pelo carisma do meu amigo e comunicador Everton Leoni, que é, sem dúvida, uma das personalidades mais emblemáticas da *RecordTV* no País, bem como da *Record News*.

Quem teve a oportunidade de assistir ao *SIC News*, pôde perceber o jornalismo sem rodeios do Grupo SIC, sempre realizado com muita seriedade, segundo o padrão Record de honestidade e transparência.

Enfim, a história da *RecordTV* consolida uma marca internacional, que se construiu pelo trabalho de seus mais destacados personagens, entre os quais podemos citar o fundador Paulo Machado de Carvalho, o Bispo Edir Macedo, o atual Presidente, Luiz Cláudio Costa, que se encontra aqui presente, e, como representante local da emissora, o empresário e comunicador Everton Leoni.

Todavia, não poderia deixar de homenagear, no dia em que celebramos a história de uma das maiores redes de televisão do País, a contribuição de pessoas que atuaram na ponta do jornalismo e da produção criativa. É para mim motivo de alegria especial poder cumprimentar todos os profissionais da *RecordTV* e do Grupo SIC. Cada um dos técnicos que cuidam da transmissão e produção de imagem merece hoje nossos aplausos pela história que ajudaram a construir. Meus efusivos parabéns à *RecordTV* e ao Sistema Imagem de Comunicação por tantas décadas de contribuição ao nosso País e ao querido Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Claudio Pacheco Prates Lamachia.

O SR. CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA - Bom dia a todos.

Cumprimento, inicialmente, o Presidente Eunício Oliveira e, na sua pessoa, cumprimento todos os Srs. Senadores.

Cumprimento as Sras. Senadoras na pessoa da Senadora Ana Amélia Lemos, do meu Estado.

Saúdo os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas e todos os colaboradores da Rede Record que estão aqui hoje.

De forma muito especial, cumprimento os requerentes desta sessão de comemoração, o Senador Eduardo Lopes e o Deputado Federal Márcio Marinho.

Cumprimento o Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão — ABRATEL, Márcio Novaes; de forma muito especial, a apresentadora Ana Hickmann, também gaúcha — fico muito feliz por vê-la aqui —; e a representante do elenco de novelas da Rede Record, Denise Del Vecchio.

Em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, quero estender um cumprimento muito especial à *RecordTV* pelos seus 65 anos de relevantes serviços prestados ao Brasil, no entretenimento e no jornalismo.

O jornalismo é tão importante neste momento que vivemos. Passamos, recentemente, por uma avalanche de *fake news*, e o jornalismo competente, o jornalismo qualificado da *RecordTV*, do Grupo Record, também nos auxiliou a todos de uma forma muito direta.

A sociedade brasileira precisa, a cada novo momento, aplaudir redes como a Rede Record, uma das maiores televisões brasileiras e que, com seus 65 anos, é a televisão de maior longevidade hoje em atividade no Brasil.



Portanto, em nome de 1 milhão e 100 mil advogados brasileiros, quero, meu querido Presidente da Rede Record, Luiz Cláudio Costa, com quem tive oportunidade de estreitar relações enquanto fui Presidente da Ordem dos Advogados no Estado do Rio Grande do Sul, parabenizar V.Sa. e todos os colaboradores da Rede Record, afirmando que nós da Ordem dos Advogados do Brasil, os integrantes da Rede Record e os demais brasileiros, sejam Senadores, sejam Deputados, sejam membros do Executivo ou do Poder Judiciário, temos que, a cada novo momento, reiterar a necessidade de ter, no Brasil, respeito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

Meus aplausos à Rede Record, que completa hoje 65 anos. Parabéns a todos os colaboradores da Rede Record! Parabéns a todos vocês! Vida longa à *RecordTV*!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Russomanno, pela Liderança do PRB na Câmara dos Deputados.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eunício Oliveira, cumprimento V.Exa. e cumprimento também os presentes na Mesa, o Senador Eduardo Lopes e o meu querido colega e amigo Deputado Márcio Marinho, que apresenta, lá na Bahia, o *Patrulha do Consumidor*.

Quero cumprimentar o Presidente Luiz Cláudio, o Diretor André Dias e o Diretor Márcio Novaes, que fazem parte da Direção da *RecordTV*. Hoje o Márcio preside também a ABRATEL e tem feito um trabalho maravilhoso à frente da Associação.

Por fim, cumprimento o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia, a minha colega Denise Del Vecchio, que representa a dramaturgia da *RecordTV*, e a minha querida amiga Ana Hickmann, que divide comigo o *Patrulha do Consumidor* nas manhãs de segunda-feira, quando estou em São Paulo, único dia em que eu consigo fazer ao vivo os meus programas, deixando as reportagens prontas para o *Cidade Alerta*.

Aproveito o ensejo, Presidente Luiz Cláudio e Senador Eunício Oliveira, para falar um pouquinho da história da *RecordTV*, da qual eu faço parte, assim como os meus colegas que aqui estão, como o Celso Freitas, meu xará, que tem história já de longo tempo na emissora e que me contava um pouco da história da *RecordTV* em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, terra de onde ele vem.

Quando fui contratado para começar o meu trabalho na então Rede Record, que já tinha sido *TV Record* e que hoje é *RecordTV*, fui contratado para mudar a cara do jornalismo da emissora. Na época, eu fazia o *Aqui Agora*, no SBT, estava em final de contrato e, como eu sempre fui respeitador de contratos, ingressei na *RecordTV* no começo da década de 90.

Nós tínhamos ali o compromisso de criar o primeiro programa de jornalismo da *RecordTV* depois da aquisição pelo Bispo Macedo, que é um empreendedor, um empresário que tem visão de futuro e que queria fazer da *RecordTV* uma emissora voltada para o jornalismo. Precisávamos criar um jornal que atendesse e atingisse a população brasileira, um jornal descontraído. Foi aí que surgiu o *Cidade Alerta*.

Lembro-me muito bem de que, no dia em que cheguei lá, perguntei ao então Presidente da *RecordTV*, João Batista: "*O que nós temos aqui para começar nosso trabalho?*" Ele disse: "*Você*". A partir daí, contratou o Lafon para a direção artística, e nós fomos trazendo as pessoas, como o Ney Gonçalves Dias, o João Leite Neto e outros nomes, para compor um jornal cujo nome nós não sabíamos qual seria.



Depois de tanto discutir sobre o nome do jornal, eu ao Lafon: "*O que você acha de Cidade em Alerta?*" Ele disse: "*Olha, Cidade em Alerta eu acho grande, mas Cidade Alerta eu acho ideal*", e nós criamos, na década de 90 o *Cidade Alerta*, que já teve vários apresentadores.

Eu estou lá há muitos anos fazendo o *Patrulha do Consumidor* e tenho muito orgulho de dizer que trabalho numa emissora de televisão que me dá total liberdade para falar, total liberdade para tratar de questões que afligem o povo brasileiro, sem nenhum tipo de censura. É um jornalismo verdadeiro, isento, correto, sério. É disso que nós fazemos parte, não é, Celso? É disso que nós fazemos parte.

E é esta a visão do Bispo Macedo: ter uma emissora de televisão que atenda aos anseios da população brasileira e que hoje atinge, como o Celso bem colocou, mais de 160 países diretamente — o André Dias, nosso Diretor, conhece bem esse processo —, fazendo com que o Grupo esteja em todos os cantos do mundo.

Estive recentemente no Japão e senti a força da Record naquele país, quando as pessoas me abordavam. Sei que a Ana passou por isso em vários países com as reportagens que ela faz. Somos assediados para tirar fotografia. Isso mostra a força da Record no mundo.

Nesses 65 anos da Record, quero deixar aqui os meus parabéns e dizer, Presidente Eunício, que é um orgulho estar nos quadros da *RecordTV* compondo a imensa quantidade de profissionais técnicos, administrativos e apresentadores que fazem entretenimento para todos os brasileiros.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Guaracy Silveira, pela Liderança da Democracia Cristã.

O SR. GUARACY SILVEIRA (DC - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Cumprimento todos os que abrilhantam esta sessão solene, os que nos dão a honra da visita, o elegante Presidente Eunício Oliveira e todos os que estão aqui.

Sinto já tristeza por saber que na próxima legislatura não estará aqui aquela que V.Exa. nominou como "bela Senadora", ao que eu também quero acrescentar "bela e sábia Senadora". Ela vai fazer falta nesta Casa, mas, é bem verdade, a vida continua.

Senhores, a Rede Record tinha que nascer realmente sob os auspícios de crescer, e crescer cada vez mais.

Quando, em 1955, fez a primeira transmissão de futebol, estava profetizando qual seria o maior elenco futebolístico do mundo de todos os tempos, ao transmitir, da Vila Belmiro, o jogo entre o Santos e o, talvez, campeão brasileiro deste ano, o Palmeiras.

Representando aqui o Estado do Tocantins, a minha igreja, a Igreja do Evangelho Quadrangular, e o meu Presidente, o Reverendo Mario de Oliveira, eu quero homenagear, com minhas palavras, o homem que mostrou ter grande capacidade e o dom de governo, o dom de administrador, o Bispo Edir Macedo. Como irmão de fé, eu reconheço essa enorme capacidade. E quem tem essa capacidade sabe se assessorar de pessoas também competentes, como são os senhores.

Agradeço a Deus pela existência da Rede Record. Mais do que um contraponto, é uma verdade que se faz necessária. Preocupam-me muitas vezes as programações das televisões brasileiras, quando não se preocupam com a verdade nem com a boa notícia. Talvez apliquem a máxima que diz que, quando o jornalismo tem 20% de verdade, é uma boa notícia. Mas quando ele só tem 20% de verdade



tem 80% de mentira. Nós temos um compromisso como brasileiros, como cristãos, de que as nossas notícias sejam 100% verdade. (*Palmas.*)

Parabenizo a *RecordTV* pelo jornalismo extenso, pelo entretenimento, mas também por uma linha nova que surgiu na TV brasileira, a das novelas históricas bíblicas. Como nos fazia falta, meu caro Deputado João Campos, Deputado dos mais votados do Brasil, como nos fazia falta uma linha de programação desse tipo! Veio a *RecordTV* mostrar que podemos fazer televisão, podemos fazer rádio, podemos fazer revista, podemos fazer notícia, podemos fazer entretenimento sem destruir a família brasileira. Podemos fazer um Brasil diferente.

Nós temos uma enorme obrigação com a geração do futuro. Nós temos obrigação com as nossas crianças. Nós não temos que fazer programação para destruir as nossas crianças, para destruir a nossa juventude, para destruir a nossa família, para destruir o futuro do Brasil. Nós temos responsabilidade com o futuro. O futuro é mais importante que o presente, porque no futuro estão nossos filhos, nossas crianças, a geração do porvir, um Brasil grande, um Brasil poderoso, um Brasil pleno de realizações. Entretanto, uma Nação só cresce alicerçada em verdade, em princípios, em dignidade, em cristianismo, em fé e em confiança.

Nós herdamos, Sr. Presidente, de nossos pais um Brasil muito melhor do que o presente, um Brasil com mais segurança, com mais moral, com mais respeito. Nós temos a obrigação de transmitir à geração futura um Brasil melhor do que o que temos hoje. Nós temos um dever com o futuro das novas gerações.

Parabéns à *RecordTV*! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Amorim, que falará pela Liderança do PSDB.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSDB - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Cumprimento o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira; o Sr. Presidente da *RecordTV*, Luiz Cláudio; e os colegas Senadores e Deputados. Cumprimento-os em nome do Deputado eleito pelo meu Estado, o Estado de Sergipe, Fábio Henrique.

Quero cumprimentar a família Record na pessoa do Dr. Walter Franco, aqui presente, que é responsável pela transmissão do som e da imagem da *RecordTV* para o Estado de Sergipe. Quero cumprimentar todos os Parlamentares e os dirigentes da *RecordTV*, em nome do ex-Deputado Federal Augusto Franco.

Cumprimento também os ouvintes da *Rádio Senado*, os expectadores da *TV Senado* e todos os que nos acompanham pelas redes sociais.

Quero fazer um cumprimento ainda, Sr. Presidente, a alguém que temos o privilégio de ter aqui entre nós, um médico como eu e, com certeza, um São Lucas vivo, o colega Dr. Medina. S.Sa. é responsável pelo Hospital do Rim, em São Paulo. Esse é o hospital que faz o maior número de transplantes no mundo inteiro. Às vezes, nós procuramos os bons exemplos em países mais avançados, mas é no Brasil que está o hospital que mais faz transplantes no mundo inteiro, e o grande responsável por isso é o colega nefrologista Dr. Medina. (*Palmas.*)

Eu diria, sem nenhum medo de errar, que é um São Lucas vivo.

Gostaria de parabenizar todos os senhores que fazem a *RecordTV*. Eu também sou um telespectador, como médico que sou, como bacharel em Direito que sou, como estudante de Jornalismo que sou também, com muito orgulho. Cumprimento todos os senhores que fazem a família Record.



Um dos canais de televisão mais antigos do Brasil, inaugurado em 1953, como já foi dito aqui, a Record, que comemora os seus 65 anos de existência, tornou-se um dos grupos de mídia mais respeitados não apenas no nosso País, mas também, com certeza, no mundo inteiro.

Sei que não é fácil fazer isso. Só se faz isso com compromisso e com responsabilidade. Por isso, a Rede Record, da qual nós brasileiros nos orgulhamos, oferece em sua programação uma grade bastante diversificada, que tem como premissa básica os valores da ética, da moral, do respeito à família, do respeito à nossa sociedade. Esses princípios justificam o seu crescimento e sua credibilidade. Se a Rede Record não adotasse tais princípios, com certeza, não iria tão longe, e não estaríamos aqui comemorando esses 65 anos.

Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Deputados, não poderia deixar de prestar a minha homenagem também à *TV Atalaia*, pioneira em Sergipe, levada ao Estado de Sergipe pela visão empreendedora do ex-Governador e ex-Senador Augusto Franco, como afiliada da *TV Tupi*. Contudo, desde 2006, a emissora é afiliada à Rede Record. Sua grade se distingue pela excelência da programação, sendo merecidamente uma das líderes de audiência no meu Estado, o Estado de Sergipe. Todos nós gostamos de assistir à *TV Atalaia*.

Para finalizar, cumprimento todos os que fazem a *RecordTV*, que prefiro chamar de família Record, por intermédio de seu Presidente, Luiz Cláudio Costa, e a sua afiliada em Sergipe, pelo seu Presidente, o Dr. Walter Franco, Diretor do Sistema Atalaia de Comunicação, e de Augusto Franco Neto.

Parabéns a todos vocês!

Repito, não é fácil, mas nos orgulhamos de momentos como este. Que vocês continuem transmitindo o entretenimento para aliviar a dor social dos brasileiros. Sou médico especialista em dor, um algologista, e estou aqui neste Parlamento também para aliviar a dor de todos, o sofrimento coletivo. Este País tem jeito. Eu sou um sonhador com os pés no chão e sei que ele tem jeito, mas sei que quem escolhe os destinos somos nós.

Obrigado por sonhar com um Brasil muito melhor e fazer parte da materialização do sonho de um Brasil pioneiro e de um Brasil digno. Oxalá consigamos ver isso muito em breve!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. MDB - CE) - Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Alan Rick. *(Pausa.)*

Não estão presentes?

A Presidência agradece às autoridades presentes e a todos os que nos honraram com sua presença.

Encerro esta sessão, parabenizando mais uma vez a *RecordTV* pelos seus 65 anos.

Muito obrigado a todos e bom dia!

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 33 minutos.)



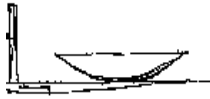
Ata da 18ª Sessão, Conjunta, do Congresso Nacional em 13 de novembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Fábio Ramalho e André Moura.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 25 minutos e encerra-se às 19 horas e 14 minutos.)





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 14/11/2018
 Hora: 13:16
 Número: 44

55ª LEGISLATURA

**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
 ORDINÁRIA**

SESSÃO CONJUNTA Nº 018 - 13/11/2018

Presidente da Casa: Eunício Oliveira - MDB/CE

Presidiram a Sessão: Fábio Ramalho - 15:24
 Eunício Oliveira - 16:17

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 13/11/2018 15:24

Fim : 13/11/2018 19:15

Total de Presentes: 50

| | Partido | Bloco |
|-----------------------------------|----------------|--------------|
| RORAIMA | | |
| Angela Portela | PDT | |
| Romero Jucá | MDB | |
| Presentes de Roraima : 2 | | |
| AMAPÁ | | |
| Davi Alcolumbre | DEM | |
| Randolfe Rodrigues | REDE | |
| Presentes de Amapá : 2 | | |
| PARÁ | | |
| Flexa Ribeiro | PSDB | |
| Paulo Rocha | PT | |
| Presentes de Pará : 2 | | |
| AMAZONAS | | |
| Eduardo Braga | MDB | |
| Omar Aziz | PSD | |
| Vanessa Grazziotin | PCdoB | |
| Presentes de Amazonas : 3 | | |
| RONDONIA | | |
| Acir Gurgacz | PDT | |
| Ivo Cassol | PP | |
| Valdir Raupp | MDB | |
| Presentes de Rondonia : 3 | | |
| ACRE | | |
| Gladson Cameli | PP | |
| Jorge Viana | PT | |
| Sérgio Petecão | PSD | |
| Presentes de Acre : 3 | | |
| TOCANTINS | | |
| Guaracy Silveira | DC | |
| Vicentinho Alves | PR | |
| Presentes de Tocantins : 2 | | |



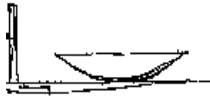


Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

Data: 14/11/2018
 Hora: 13:16
 Número: 44

| | Partido | Bloco |
|---|---------|-------|
| MARANHÃO | | |
| João Alberto Souza | MDB | |
| Presentes de Maranhão : 1 | | |
| CEARÁ | | |
| Eunício Oliveira | MDB | |
| José Pimentel | PT | |
| Tasso Jereissati | PSDB | |
| Presentes de Ceará : 3 | | |
| PIAUÍ | | |
| Ciro Nogueira | PP | |
| Elmano Férrer | Podemos | |
| Regina Sousa | PT | |
| Presentes de Piauí : 3 | | |
| RIO GRANDE DO NORTE | | |
| Fátima Bezerra | PT | |
| José Agripino | DEM | |
| Presentes de Rio Grande do Norte : 2 | | |
| PARAÍBA | | |
| Raimundo Lira | PSD | |
| Presentes de Paraíba : 1 | | |
| PERNAMBUCO | | |
| Armando Monteiro | PTB | |
| Presentes de Pernambuco : 1 | | |
| ALAGOAS | | |
| Benedito de Lira | PP | |
| Presentes de Alagoas : 1 | | |
| SERGIPE | | |
| Eduardo Amorim | PSDB | |
| Presentes de Sergipe : 1 | | |
| BAHIA | | |
| Walter Pinheiro | S.Part. | |
| Presentes de Bahia : 1 | | |
| MINAS GERAIS | | |
| Aécio Neves | PSDB | |
| Presentes de Minas Gerais : 1 | | |
| ESPÍRITO SANTO | | |
| Magno Malta | PR | |
| Ricardo Ferraço | PSDB | |
| Rose de Freitas | Podemos | |
| Presentes de Espírito Santo : 3 | | |
| RIO DE JANEIRO | | |
| Lindbergh Farias | PT | |
| Presentes de Rio de Janeiro : 1 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)

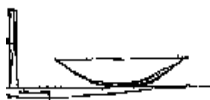
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|--|---------|-------|
| SÃO PAULO | | |
| Airton Sandoval | MDB | |
| José Serra | PSDB | |
| Marta Suplicy | MDB | |
| Presentes de São Paulo : 3 | | |
| MATO GROSSO | | |
| Cidinho Santos | PR | |
| José Medeiros | Podemos | |
| Wellington Fagundes | PR | |
| Presentes de Mato Grosso : 3 | | |
| DISTRITO FEDERAL | | |
| Hélio José | PROS | |
| Reguffe | S.Part. | |
| Presentes de Distrito Federal : 2 | | |
| GOIÁS | | |
| Wilder Moraes | DEM | |
| Presentes de Goiás : 1 | | |
| MATO GROSSO DO SUL | | |
| Waldemir Moka | MDB | |
| Presentes de Mato Grosso do Sul : 1 | | |
| PARANÁ | | |
| Gleisi Hoffmann | PT | |
| Presentes de Paraná : 1 | | |
| SANTA CATARINA | | |
| Dalírio Beber | PSDB | |
| Dário Berger | MDB | |
| Presentes de Santa Catarina : 2 | | |
| RIO GRANDE DO SUL | | |
| Lasier Martins | PSD | |
| Presentes de Rio Grande do Sul : 1 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/11/2018

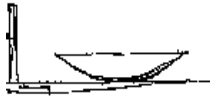
Hora: 13:16

Número: 44

55ª LEGISLATURA**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 018 - 13/11/2018****Presidente da Casa:** Eunício Oliveira - MDB/CE**Presidiram a Sessão:** Fábio Ramalho - 15:24
Eunício Oliveira - 16:17**Registro Eletrônico de Presença em Plenário****Início : 13/11/2018 15:24****Fim : 13/11/2018 19:15****Total de Presentes: 373**

| | Partido | Bloco |
|---------------------------------|----------------|--------------|
| RORAIMA | | |
| Abel Mesquita Jr. | DEM | |
| Carlos Andrade | PHS | |
| Edio Lopes | PR | |
| Maria Helena | MDB | |
| Remídio Monai | PR | |
| Shéridan | PSDB | |
| Presentes de Roraima : 6 | | |
| AMAPÁ | | |
| André Abdon | PP | PpAvante |
| Cabuçu Borges | MDB | |
| Marcos Reategui | PSD | |
| Professora Marcivania | PCdoB | |
| Presentes de Amapá : 4 | | |
| PARÁ | | |
| Arnaldo Jordy | PPS | |
| Beto Faro | PT | |
| Beto Salame | PP | PpAvante |
| Delegado Éder Mauro | PSD | |
| Edmilson Rodrigues | PSOL | |
| Elcione Barbalho | MDB | |
| Francisco Chapadinha | Podemos | |
| Hélio Leite | DEM | |
| Joaquim Passarinho | PSD | |
| José Priante | MDB | |
| Josué Bengtson | PTB | PtbPros |
| Júlia Marinho | PSC | |
| Lúcio Vale | PR | |
| Nilson Pinto | PSDB | |
| Simone Morgado | MDB | |
| Zé Geraldo | PT | |
| Presentes de Pará : 16 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

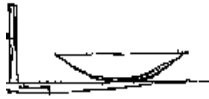
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|-----------------------------------|----------|----------|
| AMAZONAS | | |
| Alfredo Nascimento | PR | |
| Átila Lins | PP | PpAvante |
| Conceição Sampaio | PSDB | |
| Eron Bezerra | PCdoB | |
| Hissa Abrahão | PDT | |
| Pauderney Avelino | DEM | |
| Presentes de Amazonas : 6 | | |
| RONDONIA | | |
| Expedito Netto | PSD | |
| Lucio Mosquini | MDB | |
| Luiz Cláudio | PR | |
| Marcos Rogério | DEM | |
| Marinha Raupp | MDB | |
| Presentes de Rondonia : 5 | | |
| ACRE | | |
| Alan Rick | DEM | |
| Angelim | PT | |
| Flaviano Melo | MDB | |
| Jéssica Sales | MDB | |
| Leo de Brito | PT | |
| Presentes de Acre : 5 | | |
| TOCANTINS | | |
| Carlos Henrique Gaguim | DEM | |
| César Halum | PRB | |
| Freitas do PT | PT | |
| Josi Nunes | PROS | PtbPros |
| Lázaro Botelho | PP | PpAvante |
| Professora Dorinha Seabra Rezende | DEM | |
| Vicentinho Júnior | PR | |
| Presentes de Tocantins : 7 | | |
| MARANHÃO | | |
| Eliziane Gama | PPS | |
| Hildo Rocha | MDB | |
| João Marcelo Souza | MDB | |
| José Reinaldo | PSDB | |
| Julião Amin | PDT | |
| Junior Marreca | Patriota | |
| Luana Costa | PSC | |
| Rubens Pereira Júnior | PCdoB | |
| Samuel Filho | PV | |
| Waldir Maranhão | PSDB | |
| Presentes de Maranhão : 10 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

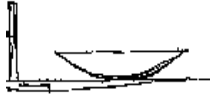
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|---|------------|----------|
| CEARÁ | | |
| Aníbal Gomes | DEM | |
| Antonio Balhmann | PDT | |
| Cabo Sabino | Avante | PpAvante |
| Chico Lopes | PCdoB | |
| Domingos Neto | PSD | |
| Genecias Noronha | Solidaried | |
| Leônidas Cristino | PDT | |
| Moses Rodrigues | MDB | |
| Odorico Monteiro | PSB | |
| Raimundo Gomes de Matos | PSDB | |
| Ronaldo Martins | PRB | |
| Vaidon Oliveira | PROS | PtbPros |
| Presentes de Ceará : 12 | | |
| PIAUI | | |
| Assis Carvalho | PT | |
| Átila Lira | PSB | |
| Capitão Fábio Abreu | PR | |
| Heráclito Fortes | DEM | |
| Júlio Cesar | PSD | |
| Marcelo Castro | MDB | |
| Paes Landim | PTB | PtbPros |
| Rejane Dias | PT | |
| Rodrigo Martins | PSB | |
| Presentes de Piauí : 9 | | |
| RIO GRANDE DO NORTE | | |
| Antônio Jácome | Podemos | |
| Beto Rosado | PP | PpAvante |
| Felipe Maia | DEM | |
| Rafael Motta | PSB | |
| Rogério Marinho | PSDB | |
| Zenaide Maia | PHS | |
| Presentes de Rio Grande do Norte : 6 | | |
| PARAÍBA | | |
| André Amaral | PROS | PtbPros |
| Benjamin Maranhão | MDB | |
| Damião Feliciano | PDT | |
| Efraim Filho | DEM | |
| Hugo Motta | PRB | |
| Luiz Couto | PT | |
| Marcondes Gadelha | PSC | |
| Pedro Cunha Lima | PSDB | |
| Veneziano Vital do Rêgo | PSB | |
| Wellington Roberto | PR | |
| Wilson Filho | PTB | PtbPros |
| Presentes de Paraíba : 11 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|-------------------------------------|------------|----------|
| PERNAMBUCO | | |
| Adalberto Cavalcanti | Avante | PpAvante |
| André de Paula | PSD | |
| Augusto Coutinho | Solidaried | |
| Betinho Gomes | PSDB | |
| Bruno Araújo | PSDB | |
| Daniel Coelho | PPS | |
| Danilo Cabral | PSB | |
| Eduardo da Fonte | PP | PpAvante |
| Felipe Carreras | PSB | |
| Gonzaga Patriota | PSB | |
| Jarbas Vasconcelos | MDB | |
| João Fernando Coutinho | PROS | PtbPros |
| Jorge Côrte Real | PTB | PtbPros |
| Kaio Manigoba | Solidaried | |
| Luciana Santos | PCdoB | |
| Pastor Eurico | Patriota | |
| Ricardo Teobaldo | Podemos | |
| Tadeu Alencar | PSB | |
| Presentes de Pernambuco : 18 | | |
| ALAGOAS | | |
| Cícero Almeida | PHS | |
| JHC | PSB | |
| Maurício Quintella Lessa | PR | |
| Paulão | PT | |
| Pedro Vilela | PSDB | |
| Ronaldo Lessa | PDT | |
| Presentes de Alagoas : 6 | | |
| SERGIPE | | |
| Adelson Barreto | PR | |
| Andre Moura | PSC | |
| Fábio Mitidieri | PSD | |
| Fabio Reis | MDB | |
| João Daniel | PT | |
| Valadares Filho | PSB | |
| Presentes de Sergipe : 6 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

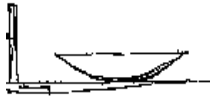
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|--------------------------------|----------|----------|
| BAHIA | | |
| Afonso Florence | PT | |
| Alice Portugal | PCdoB | |
| Antonio Brito | PSD | |
| Antonio Imbassahy | PSDB | |
| Arthur Oliveira Maia | DEM | |
| Bacelar | Podemos | |
| Bebeto | PSB | |
| Benito Gama | PTB | PtbPros |
| Cacá Leão | PP | PpAvante |
| Caetano | PT | |
| Daniel Almeida | PCdoB | |
| Erivelton Santana | Patriota | |
| Félix Mendonça Júnior | PDT | |
| Fernando Torres | PSD | |
| Irmão Lazaro | PSC | |
| João Carlos Bacelar | PR | |
| João Gualberto | PSDB | |
| Jorge Solla | PT | |
| José Carlos Aleluia | DEM | |
| José Carlos Araújo | PR | |
| José Nunes | PSD | |
| José Rocha | PR | |
| Josias Gomes | PT | |
| Jutahy Junior | PSDB | |
| Márcio Marinho | PRB | |
| Paulo Magalhães | PSD | |
| Roberto Britto | PP | PpAvante |
| Ronaldo Carletto | PP | PpAvante |
| Uldurico Junior | PPL | |
| Valmir Assunção | PT | |
| Waldenor Pereira | PT | |
| Presentes de Bahia : 31 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|--|------------|----------|
| MINAS GERAIS | | |
| Adelmo Carneiro Leão | PT | |
| Ademir Camilo | MDB | |
| Aelton Freitas | PR | |
| Brunny | PR | |
| Caio Narcio | PSDB | |
| Carlos Melles | DEM | |
| Delegado Edson Moreira | PR | |
| Diego Andrade | PSD | |
| Dimas Fabiano | PP | PpAvante |
| Domingos Sávio | PSDB | |
| Fábio Ramalho | MDB | |
| Jô Moraes | PCdoB | |
| Júlio Delgado | PSB | |
| Laudívio Carvalho | Podemos | |
| Leonardo Monteiro | PT | |
| Leonardo Quintão | MDB | |
| Lincoln Portela | PR | |
| Luiz Fernando Faria | PP | PpAvante |
| Marcelo Álvaro Antônio | PSL | |
| Marcos Montes | PSD | |
| Marcus Pestana | PSDB | |
| Margarida Salomão | PT | |
| Mauro Lopes | MDB | |
| Misael Varella | PSD | |
| Newton Cardoso Jr | MDB | |
| Padre João | PT | |
| Patrus Ananias | PT | |
| Raquel Muniz | PSD | |
| Reginaldo Lopes | PT | |
| Rodrigo de Castro | PSDB | |
| Rodrigo Pacheco | DEM | |
| Saraiva Felipe | MDB | |
| Subtenente Gonzaga | PDT | |
| Tenente Lúcio | PR | |
| Toninho Pinheiro | PP | PpAvante |
| Weliton Prado | PROS | PtbPros |
| Zé Silva | Solidaried | |
| Presentes de Minas Gerais : 37 | | |
| ESPÍRITO SANTO | | |
| Carlos Manato | PSL | |
| Dr. Jorge Silva | Solidaried | |
| Helder Salomão | PT | |
| Lelo Coimbra | MDB | |
| Marcus Vicente | PP | PpAvante |
| Norma Ayub | DEM | |
| Sergio Vidigal | PDT | |
| Presentes de Espírito Santo : 7 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|---|------------|----------|
| RIO DE JANEIRO | | |
| Alessandro Molon | PSB | |
| Alexandre Serfiotis | PSD | |
| Altineu Côrtes | PR | |
| Arolde de Oliveira | PSD | |
| Aureo | Solidaried | |
| Cabo Daciolo | Patriota | |
| Celso Jacob | MDB | |
| Celso Pansera | PT | |
| Chico Alencar | PSOL | |
| Chico D' Angelo | PDT | |
| Cristiane Brasil | PTB | PtbPros |
| Deley | PTB | PtbPros |
| Felipe Bornier | PROS | PtbPros |
| Francisco Floriano | DEM | |
| Glauber Braga | PSOL | |
| Indio da Costa | PSD | |
| Jandira Feghali | PCdoB | |
| Julio Lopes | PP | PpAvante |
| Laura Carneiro | DEM | |
| Leonardo Picciani | MDB | |
| Luiz Carlos Ramos | PR | |
| Marcelo Delaroli | PR | |
| Marcelo Matos | PSD | |
| Marco Antônio Cabral | MDB | |
| Marcos Soares | DEM | |
| Miro Teixeira | REDE | |
| Otávio Leite | PSDB | |
| Rodrigo Maia | DEM | |
| Soraya Santos | PR | |
| Sóstenes Cavalcante | DEM | |
| Wadih Damous | PT | |
| Walney Rocha | Patriota | |
| Presentes de Rio de Janeiro : 32 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

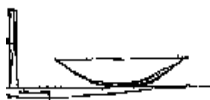
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|--------------------------|------------|----------|
| SÃO PAULO | | |
| Arlindo Chinaglia | PT | |
| Arnaldo Faria de Sá | PP | PpAvante |
| Arnaldo Jardim | PPS | |
| Baleia Rossi | MDB | |
| Beto Mansur | MDB | |
| Bruna Furlan | PSDB | |
| Capitão Augusto | PR | |
| Carlos Zarattini | PT | |
| Celso Russomanno | PRB | |
| Eduardo Bolsonaro | PSL | |
| Eduardo Cury | PSDB | |
| Evandro Gussi | PV | |
| Fausto Pinato | PP | PpAvante |
| Flavinho | PSC | |
| Florianópolis | PSDB | |
| Gilberto Nascimento | PSC | |
| Goulart | PSD | |
| Herculano Passos | MDB | |
| Jefferson Campos | PSB | |
| João Paulo Papa | PSDB | |
| José Mentor | PT | |
| Junji Abe | MDB | |
| Lobbe Neto | PSDB | |
| Luiz Lauro Filho | PSB | |
| Luiza Erundina | PSOL | |
| Major Olimpio | PSL | |
| Mara Gabrilli | PSDB | |
| Marcelo Squassoni | PRB | |
| Marcio Alvino | PR | |
| Miguel Haddad | PSDB | |
| Miguel Lombardi | PR | |
| Missionário José Olimpio | DEM | |
| Nelson Marquẽzelli | PTB | PtbPros |
| Nilto Tatto | PT | |
| Orlando Silva | PCdoB | |
| Paulo Freire | PR | |
| Paulo Pereira da Silva | Solidaried | |
| Paulo Teixeira | PT | |
| Pr. Marco Feliciano | Podemos | |
| Ricardo Izar | PP | PpAvante |
| Ricardo Tripoli | PSDB | |
| Roberto de Lucena | Podemos | |
| Samuel Moreira | PSDB | |
| Sérgio Reis | PRB | |
| Tiririca | PR | |
| Valmir Prascidelli | PT | |
| Vicente Candido | PT | |
| Vicentinho | PT | |
| Vitor Lippi | PSDB | |

Presentes de São Paulo : 49



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

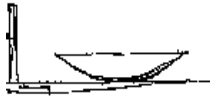
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|--|------------|----------|
| MATO GROSSO | | |
| Adilton Sachetti | PRB | |
| Carlos Bezerra | MDB | |
| Ezequiel Fonseca | PP | PpAvante |
| Nilson Leitão | PSDB | |
| Professor Victório Galli | PSL | |
| Valtenir Pereira | MDB | |
| Presentes de Mato Grosso : 6 | | |
| DISTRITO FEDERAL | | |
| Alberto Fraga | DEM | |
| Augusto Carvalho | Solidaried | |
| Erika Kokay | PT | |
| Izalci Lucas | PSDB | |
| Laerte Bessa | PR | |
| Professor Paccio | Podemos | |
| Rôney Nemer | PP | PpAvante |
| Vitor Paulo | PRB | |
| Presentes de Distrito Federal : 8 | | |
| GOIÁS | | |
| Célio Silveira | PSDB | |
| Daniel Vilela | MDB | |
| Delegado Waldir | PSL | |
| Flávia Moraes | PDT | |
| Giuseppe Vecci | PSDB | |
| João Campos | PRB | |
| Jovair Arantes | PTB | PtbPros |
| Lucas Vergílio | Solidaried | |
| Magda Mofatto | PR | |
| Marcos Abrão | PPS | |
| Pedro Chaves | MDB | |
| Rubens Otoni | PT | |
| Sandes Júnior | PP | PpAvante |
| Thiago Peixoto | PSD | |
| Presentes de Goiás : 14 | | |
| MATO GROSSO DO SUL | | |
| Dagoberto Nogueira | PDT | |
| Fábio Trad | PSD | |
| Geraldo Resende | PSDB | |
| Mandetta | DEM | |
| Tereza Cristina | DEM | |
| Vander Loubet | PT | |
| Zeca do Pt | PT | |
| Presentes de Mato Grosso do Sul : 7 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

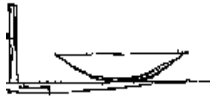
Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|---|---------|----------|
| PARANÁ | | |
| Alex Canziani | PTB | PtbPros |
| Aliel Machado | PSB | |
| Assis do Couto | PDT | |
| Christiane de Souza Yared | PR | |
| Diego Garcia | Podemos | |
| Edmar Arruda | PSD | |
| Enio Verri | PT | |
| Evandro Roman | PSD | |
| João Arruda | MDB | |
| Leandre | PV | |
| Leopoldo Meyer | PSB | |
| Luciano Ducci | PSB | |
| Luiz Carlos Hauly | PSDB | |
| Luiz Nishimori | PR | |
| Nelson Meurer | PP | PpAvante |
| Osmar Bertoldi | DEM | |
| Osmar Serraglio | PP | PpAvante |
| Ricardo Barros | PP | PpAvante |
| Rossoni | PSDB | |
| Sandro Alex | PSD | |
| Takayama | PSC | |
| Zeca Dirceu | PT | |
| Presentes de Paraná : 22 | | |
| SANTA CATARINA | | |
| Carmen Zanotto | PPS | |
| Celso Maldaner | MDB | |
| Décio Lima | PT | |
| Esperidião Amin | PP | PpAvante |
| Geovania de Sá | PSDB | |
| João Paulo Kleinübing | DEM | |
| João Rodrigues | PSD | |
| Jorginho Mello | PR | |
| Mauro Mariani | MDB | |
| Pedro Uczai | PT | |
| Valdir Colatto | MDB | |
| Presentes de Santa Catarina : 11 | | |





Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 14/11/2018

Hora: 13:16

Número: 44

| | Partido | Bloco |
|--|---------|----------|
| RIO GRANDE DO SUL | | |
| Afonso Hamm | PP | PpAvante |
| Afonso Motta | PDT | |
| Alceu Moreira | MDB | |
| Bohn Gass | PT | |
| Cajar Nardes | Podemos | |
| Darcísio Perondi | MDB | |
| Giovani Cherini | PR | |
| Giovani Feltes | MDB | |
| Henrique Fontana | PT | |
| Jerônimo Goergen | PP | PpAvante |
| João Derly | REDE | |
| Luis Carlos Heinze | PP | PpAvante |
| Márcio Biolchi | MDB | |
| Marco Maia | PT | |
| Marcon | PT | |
| Paulo Pimenta | PT | |
| Pepe Vargas | PT | |
| Pompeo de Mattos | PDT | |
| Ronaldo Nogueira | PTB | PtbPros |
| Sérgio Moraes | PTB | PtbPros |
| Washington Coração Valente | PDT | |
| Yeda Crusius | PSDB | |
| Presentes de Rio Grande do Sul : 22 | | |



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – A lista de presenças acusa o comparecimento de 30 Sras. e Srs. Senadores e 376 Sras. e Srs. Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados e Deputadas, queria informar, dar como lido o pronunciamento que preparei sobre os três anos do desastre lá de Mariana, do crime ambiental que aconteceu no nosso Estado de Minas Gerais. Basicamente atingiu todo o Vale do Rio Doce, compreendendo as cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo.

No próximo dia 20, a Universidade Vale do Rio Doce, a Univale, mais a Universidade Federal de Juiz de Fora – *campus* de Governador Valadares – e o Instituto Federal de Minas Gerais promoverão um seminário para aprofundar um estudo sobre o desastre ambiental, as consequências, os danos que foram causados na região, tanto do ponto de vista econômico como social e ambiental.

Por isso, eu queria dar como lido o pronunciamento que preparei. Na verdade, é uma matéria que foi publicada no *Diário do Rio Doce*, lá no Vale do Rio Doce, esta semana, do Prof. Haruf, que eu quero aqui, Sr. Presidente, que seja dada como lida, que seja divulgada nos órgãos de comunicação do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.) (Vide item 3.1.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – O pronunciamento do Deputado Leonardo será divulgado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Esperidião Amim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Sem revisão do orador.) – Eu quero me valer da oportunidade para cumprimentar V. Exa. e dizer que como Congressista fico muito feliz por participar de uma sessão, do início de uma sessão, aberta, cujos trabalhos foram abertos por V. Exa. e serão conduzidos com a sabedoria mineiríssima do nosso Presidente Fábio Ramalho.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Esperidião Amim, eu agradeço a sua gentileza, o seu carinho e, sobretudo, a sua sabedoria de estar aqui no meio de nós. Continuará aqui no Congresso, trazendo a sua sabedoria e, sobretudo, os seus bons conselhos a todos nós.

Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Fábio. Com certeza V. Exa. defende a democracia e não coaduna com alguns absurdos que a gente está vendo no cenário atual.

É preocupante, porque a turma do Presidente eleito está se queixando de que o Itamaraty tem muito diplomata que não comunga com a opinião deles. Estão falando em prender 100 mil opositores. Estão falando que, se não sair do País, vai ser preso. E isso está virando escola.



O Prefeito de Vitória da Conquista, na Bahia, Presidente, pasme V. Exa., está regimentando empresários para fazerem propagandas das ações do Governo, porque os profissionais da comunicação do quadro do Município, segundo ele, sabotam a comunicação, porque são opositores a ele. E quer tirar os jornalistas. Imagine, quer tirar os jornalistas e culpar os jornalistas do quadro da Administração de Vitória da Conquista pela incompetência e destruição que ele está fazendo no Governo dele. Ainda bem: se os jornalistas não estão divulgando o que ele está fazendo é bom para ele, porque, quanto mais a população souber o desastre que está sendo aquela gestão municipal, pior para o Prefeito.

Mas isso é o clima de censura, de perseguição; clima de trevas; clima de perda das liberdades democráticas. O servidor diplomata é atacado porque não apoia o Presidente, da mesma forma que o jornalista do quadro próprio de uma Administração municipal é atacado porque não comunga com os absurdos do Prefeito.

Mas tenho certeza, Presidente, de que esta Casa vai saber resistir. Tenho certeza de que esta Casa terá capacidade de ter uma direção que tenha autonomia, que preserve o papel do Legislativo, que não se torne subserviente aos absurdos que estão fazendo.

Agora mesmo eu passei naquela Comissão do chamado projeto Escola sem Partido, que na verdade é escola com censura, é escola que proíbe falar na ditadura militar que houve neste País, é a escola que os fascistas que ganharam a eleição querem, a escola que negue que houve ditadura, que negue a cassação das liberdades democráticas no passado e no presente. Mas nós vamos resistir, Presidente, porque o Brasil vai saber defender os direitos da sua população, vai saber defender o Estado de direito, vai saber defender a democracia. E, da mesma forma que não está passando essa escola com censura, com mordaza na Comissão – mais uma vez, não conseguem tratorar, não conseguem passar por cima –, nós também saberemos defender a democracia em nosso País.

E aí não adianta comprar frota de carro blindado, não adianta continuar mentindo como se estivesse em campanha, continuar falando em *kit gay*, mamadeira erótica ou coisa do gênero, para encobrir o desastre econômico que eles querem fazer, a destruição dos direitos que eles querem fazer prosperar neste Governo eleito, que vai ser...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Agradeço ao Deputado Jorge Solla.

Deputado Otavio Leite, pessoa tão maravilhosa desta Casa, que tem com sabedoria conduzido seu mandato aqui, quero parabenizar você, Deputado, por ter feito muito pelo Brasil e também por Rio de Janeiro.

Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Fabinho, em cuja Presidência, neste instante, eu tenho a satisfação de usar a palavra.

Dois breves registros. Primeiro, eu gostaria de compartilhar com todos desta Casa a aprovação, no dia de ontem, da MP 848, que teve no seu bojo a inclusão de estender os benefícios até então direcionados às santas-casas também para as instituições ligadas à causa da pessoa com deficiência, que trabalham em prol das pessoas com deficiência.

É óbvio que as instituições que farão jus a essa possibilidade de acessar recursos do FAT a juros mais condizentes serão tão somente aquelas que já têm conexão contratual com o SUS. Não



serão muitas, mas serão aquelas que enfrentam situações difícilísimas, tal qual enfrentam diversos hospitais e santas-casas filantrópicos no Rio de Janeiro. São instituições ligadas à causa da pessoa com deficiência e são todas filantrópicas.

Uma bela ilustração é a ABBR, do Rio de Janeiro, de que, por assim dizer, brotou a Rede Sarah, para quem não sabe. A ABBR vem desde os primórdios, foi fundada ao tempo do ex-Presidente JK e exerce um papel da maior relevância: segura a barra da reabilitação no Rio de Janeiro em muitos e muitos casos. Então, a ABBR também poderá acessar esses recursos. Isso é da maior relevância, é importantíssimo, e eu tenho certeza de que, como ela, outras também farão jus àquilo que é justíssimo, que foi aprovado nesta Casa.

Ainda gostaria de fazer referência à matéria que findou não sendo votada há pouco: o PLP 420. É o projeto, do qual sou Relator, que cuida de, em alguns pontos, atualizar, modernizar a Lei do Simples Nacional. Certamente, na terça-feira, nós podemos votar a pauta. Significa um avanço tremendo em termos de oferecer mais crédito, perpassando todo o tecido territorial brasileiro através das empresas simples de crédito que estão nesse projeto. É algo que já está supermaduro para ser experimentado no País e que vai irrigar muito mais a oportunidade de acesso a capital para os empreendedores terem solução para problemas de caixa, de fluxo ou até mesmo para adquirirem insumos ou adquirirem equipamentos para que suas empresas possam ir adiante gerando renda, trabalho e emprego. Hoje, 65% da mão de obra no Brasil é empregada por PMEs, por pequenas e microempresas.

E também há nesse projeto algo extremamente urgente: o Brasil não pode fechar os seus olhos para esse mundo digital do empreendedorismo do século XXI. Aí estão as *startups*, que hoje em dia têm que enfrentar e têm que percorrer verdadeiros labirintos burocráticos para poder ter a sua formalização garantida. No projeto, que tive a honra de relatar, está lá esculpida uma série de procedimentos que são sumários, absolutamente rápidos, para quem queira empreender poder fazer com que a sua empresa exista, receba o seu CNPJ, vá atrás de capital – seja capital próprio, seja investidor-anjo, seja uma linha de crédito, seja algum parceiro –, para que possa fazer com que o seu sonho de implantar um novo mecanismo na sociedade, em termos de empreendedorismo digital, de aplicativos, de métodos ou de algo realmente inovador, possa se concretizar. E, em não dando certo, esse mesmo sistema que a lei propõe, que o projeto propõe vai dar oportunidade àquele empreendedor de dar baixa na sua empresa. Então, é um rito sumário para formalizar, desenvolver o produto e, se der certo, ir adiante; se não der certo, ele retroalimenta aquela expectativa, monta uma nova empresa e vai adiante.

Portanto, eu queria dizer que essa matéria é da maior relevância, e vamos votar, se Deus quiser, o quanto antes, o PLP 420, que é também consensual: é produto de várias e várias sugestões de vários Deputados.

Era isso que eu queria trazer como um tema fundamental para que nós possamos registrar no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Atendida a questão de ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 131 do Regimento Comum, formulo a V. Exa. questão de ordem sobre o problema decorrente da falta de uniformidade, tratamento dispensado



pelos Regimentos de cada uma das Casas, sobre as hipóteses de aplicação do rito conclusivo e terminativo aos projetos de lei em tramitação.

A nosso juízo, há uma evidente omissão do Regimento Comum no tratamento dessa matéria, que, sem dúvida, mereceria algum tipo de regulamentação do Título VI, que cuida justamente de instituir as disposições comuns sobre o processo legislativo, aplicáveis a ambas as Casas. Os arts. 136 e 137, que integram o Capítulo I desse mesmo título, são a mais viva prova de que a apreciação das emendas feitas por uma Casa a projeto oriundo da outra, justamente por ser um ponto-chave, sensível do nosso processo legislativo bicameral, deve obedecer minimamente a certas regras comuns, e o foro competente para decisão sobre essas emendas, em cada uma delas, nas Comissões ou no Plenário, sem dúvida compõe esse núcleo de disposições ao processo legislativo, que deveriam ter um tratamento uniforme para evitar distorções e prejuízos para o resultado das deliberações tomadas.

Veja-se que o Regimento Interno da Câmara até tem, de certa forma, sensibilidade ou necessidade desse tratamento equiparado. Na definição das hipóteses em que a tramitação deve ser conclusiva, cuida de excluir expressamente os casos em que os projetos oriundos do Senado ou os projetos da própria Câmara que tenham sido por ele emendados tenham passado no Plenário daquela Casa. Ocorre que essa recíproca não é verdadeira, isto é, não há norma no Regimento do Senado que condicione a tramitação terminativa de um projeto que veio da Câmara ao fato de nessa ter sido também aquele o rito aplicado. E o resultado prático é que acaba prevalecendo, na maior parte das vezes, o trâmite adotado no Senado, que nem sequer segue critérios objetivos, e, sim, casuísticos. Depende da decisão política do Presidente e das Lideranças, a cada caso.

Em face do exposto e considerando que a diferença das normas sobre o tema do Regimento de cada uma das Casas acaba produzindo distorções no processo legislativo bicameral, com prejuízos significativos para o poder deliberativo conferido às Comissões parlamentares, solicito de V. Exa. os devidos esclarecimentos sobre a melhor forma de suprir ou corrigir a omissão.

Presidente, não faz nenhum sentido uma matéria apresentada na Câmara dos Deputados ser conclusiva e, quando vai ao Senado Federal, essa matéria passa a não ser mais terminativa: ao contrário disso, todas as matérias que os Deputados apresentam têm que passar pelo Plenário do Senado. Não é a mesma verdade quando as matérias do Senado vêm a Câmara, não necessariamente precisam passar pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Então, no mínimo a posição tem que ser isonômica.

Deputados e Senadores são eleitos pelo povo da mesma maneira. Este é um Congresso bilateral, bicameral, portanto todos os Parlamentares devem ser tratados da mesma maneira. Não faz sentido, não é um Deputado um Parlamentar de segunda classe. Portanto, por que o projeto parlamentar que é conclusivo na Câmara não pode ser conclusivo no Senado? Por que todas as matérias têm que ir a Plenário? Por que não funciona da mesma maneira com o Senador?

Então, Sr. Presidente, essa matéria, claro, é um tema sobre o qual V. Exa. vai se debruçar, mas é um tema que tem que ser respondido pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputada Laura Carneiro, eu recebo a sua questão de ordem e vou lhe dar a resposta oportunamente. Muito obrigado.

Deputado Hildo Rocha, fazendo o favor.

Obrigado, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Obrigada a V. Exa.



O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Fábio Ramalho, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na tarde de hoje nós esperamos que sejam votados todos os vetos destacados – são apenas oito vetos destacados – para que possamos avançar na pauta do Congresso Nacional e aprovar os PLNs que já estão aqui no Plenário para serem apreciados.

São PLNs importantes que permitem o funcionamento dos órgãos públicos federais de maneira eficiente. Existem órgãos que, se não forem aprovados os PLNs, terão dificuldades de execução por falta de orçamento. Então, alguns trabalhos serão paralisados na área da saúde, na área da educação, na área da segurança. Então, é importante que, na tarde de hoje, consigamos aprovar esses PLNs, mas para isso é necessário apreciar os vetos.

Peço aos Srs. Congressistas e às Sras. Congressistas que venhamos ao Plenário marcar presença para que a gente possa avançar nessa pauta. O Brasil espera por nós.

O Brasil nas urnas, agora no mês de outubro, sinalizou bem: quer Deputado trabalhador. Aqueles Deputados que não se dedicavam ao trabalho tiveram dificuldades para se elegerem; outros tiveram dificuldades para se reelegerem.

Mas, Sr. Presidente, aqui na Câmara Federal está sendo pautado um assunto de grande interesse da população brasileira, que é o saneamento. Nenhum país do mundo se desenvolveu sem atendimento uniforme e universal a toda a sua população. Na Alemanha, 100% da população têm acesso ao saneamento, seja ele água tratada, seja tratamento do esgoto, assim como o recolhimento do lixo.

Há uma medida provisória bastante acertada, a 844, que permite que capital privado possa atuar na oferta de água tratada. O que ocorre é que alguns aqui defendem apenas as corporações. É uma forma corporativista de ver o problema do nosso País. Nós precisamos de pelo menos entre R\$250 a R\$500 bilhões para fazer o investimento necessário para poder oferecer água tratada, água de qualidade a 35 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada. Os que são contra essa medida provisória dizem que é porque vai prejudicar os pobres. Os pobres do Brasil já são prejudicados, porque quem não tem água tratada são justamente os pobres. Os ricos, que moram nas mansões e nos apartamentos de luxo, todos têm água tratada; quem não tem água tratada são os pobres. Isso ocorre por um grande defeito: o Governo Federal, estadual ou municipal aplica o recurso para os ricos e não para os pobres. Isso é o que vem acontecendo. O Governo Federal mesmo investe nas grandes cidades; ele pouco ou quase não investe nos Municípios pequenos.

No Maranhão, mais de um milhão de maranhenses não têm acesso à água tratada, assim como 60% dos maranhenses jogam esgoto ou dentro do seu próprio terrenos, permitindo a proliferação de diversas doenças e vermes, dentre outras enfermidades, ou joga nos rios, ou joga nos...

(Soa a campainha.)

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – ... mares *in natura*.

Não podemos continuar dessa forma. É um grave erro o de quem defende a não aprovação da medida provisória, porque a medida provisória do saneamento vai permitir investimentos, onde há necessidade de se investir, seja do poder privado, seja da iniciativa privada, seja do Poder Público. É um equívoco muito grande o cometido pelos senhores que estão contra a medida provisória do saneamento.



Todos os países, repito, que se desenvolveram o fizeram graças ao serviço de saneamento concedido a toda a população. Se você gasta R\$1 bilhão em investimentos em saneamento, você gera emprego, porque as indústrias e o comércio melhoram, e se criam 58 mil empregos diretos ou indiretos, segundo fontes da CNI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que este nosso pronunciamento seja divulgado pela A Voz do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – O seu pronunciamento, Deputado Hildo Rocha, será divulgado.

Eu pediria aos Srs. e Sras. Deputados e aos Srs. e Sras. Senadores para estarem presentes, porque, daqui a poucos minutos, vamos dar início à votação. Haverá votação nominal. Então, faço um apelo para que todos os Congressistas estejam aqui presentes.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao se aproximar o final do exercício dos nossos mandatos de quatro anos, período dos mais turbulentos da economia, da ética, do comportamento no nosso País, o Brasil clama por reformas, o Brasil clama por empregos e por melhores salários, os Estados clamam por mais receita, como também os Municípios e a União.

O que fazer? Encerrar o mandato nostalgicamente, sem uma grande proposta sendo aprovada? Estamos aprovando ainda pequenas medidas que vão resolver pequenos problemas da economia e de setores da economia? O que nós estamos propondo é algo muito maior; estamos propondo uma reestruturação, uma reengenharia tributária tecnológica de inclusão econômica e social, com crescimento sustentável. Simplificar a base do consumo é o que o Brasil deve fazer neste momento. Fazer com que haja progressividade nos impostos é outro dever nosso.

O que fizemos até agora, incumbidos pelo Presidente Rodrigo Maia, pelo Fábio Ramalho, pelo Presidente do Senado, foi conversar com todos os setores da sociedade, empresários, trabalhadores, profissionais liberais, acadêmicos, Deputados e Senadores de todos os partidos. Foi o que fizemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares. A nossa proposta é feita na base do diálogo.

Como sou metade técnico e metade político – porque sou economista e prezo muito pelos meus conhecimentos econômicos e tributários que acumulei ao longo de 35 anos trabalhando nessa matéria, como fui por duas vezes Secretário da Fazenda do Paraná e como participei de todas as comissões temáticas tributárias da Comissão de Finanças que trataram de reformas nesta Casa nos últimos 30 anos –, posso assegurar a vocês que, quando aprovamos o Supersimples, nós afirmamos desta tribuna que isso seria bom para todos, para os pequenos empresários, para os trabalhadores, para os Municípios, para os Estados, para a União, para o País. Foi o que aconteceu. Foi uma grande contribuição que demos com o Supersimples ao Brasil.

Trabalhamos em outras grandes propostas nestes últimos 28 anos aqui nesta Casa, como o maior acordo trabalhista do Fundo de Garantia, das perdas dos Governos Collor e Sarney, em que ressarcimos mais de 50 milhões de pessoas; mais de R\$50 bilhões foram ressarcidos.

Agora chegou a hora da reforma tributária, a mãe de todas as reformas, a mais importante reforma. Quais são os obstáculos hoje para se aprovar essa reforma ainda este ano, nesta legislatura? Só uma decisão que estamos obtendo, já que o Presidente Rodrigo Maia junto com o Fábio deram-nos a diretriz: busque o entendimento. Eu quero dizer ao Presidente Rodrigo Maia que acredito que, se não 100%, mais de 90% dos partidos, dos Deputados, dos Senadores estarão



favoráveis à reforma tributária nos moldes em que a estamos apresentando, para que todos possam se beneficiar de uma estrutura que vai dar competitividade às nossas empresas: diminuir o custo de produção; diminuir o custo da folha de pagamento de contratação; aumentar a capacidade de gerar emprego das empresas, de gerar riqueza e, conseqüentemente, mais impostos para os Municípios, os Estado e a União; aumentar a capacidade de compra dos trabalhadores, tirando os impostos de comida e de remédio. O Brasil cobra seis vezes mais impostos que o resto do mundo em comida e remédio. A média de tributação em comida no mundo é 7%; em remédio, menos de 4%; e o Brasil cobra 33% e 34%. Temos que reduzir ou zerar os impostos de máquinas e equipamentos e, em uma reestruturação, manter uma estrutura tributária harmônica com os países da OCDE. Essa é uma exigência para o Brasil participar do clube de países que compõem a comunidade da OCDE.

Portanto, eu venho aqui mais uma vez apelar ao Presidente Rodrigo Maia, aos Deputados e Senadores e aos Líderes do Senado e da Câmara de todos os partidos: vamos, juntos, pela reforma tributária...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Hauly, parabéns! Eu tenho certeza de que nós temos que aproveitar bem o seu mandato aqui ainda, que é um mandato brilhante.

Deputado Jorge Mello, futuro Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. *Fora do microfone.*) – Querido Fabinho, nosso Presidente...

Alô, alô! Cortaram aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Espere um pouquinho.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A assessoria aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Espere aí. Som!

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. *Fora do microfone.*) – Acho que o Domingos Sávio que cortou aí.

Alô, alô... Alô!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Espere só um pouquinho, Deputado Jorge Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Alô! Sr. Presidente, este aqui está bom.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Desculpe aí, Deputado.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma indagação a V. Exa.

Na sessão do Congresso não foi disponibilizada cédula até agora. Faço uma indagação a V. Exa.: se os vetos destacados estão todos mantidos; se a gente não precisa ter preocupação com os vetos. Pergunto porque eu tenho uma preocupação pontual, que é o Veto 29, sobre as micro e pequenas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Jorge Mello, só os destaques da sessão passada.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Então, estão mantidos os destaques?



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Isso aí.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Todos os vetos destacados serão votados, um a um, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Isso mesmo.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputados, Senadores.

Três temas dominam os debates do Congresso, neste momento: uma Medida Provisória, a 844, que se for aprovada cria um problema gigantesco para os milhares de pequenos Municípios do Brasil; segundo, a cessão onerosa do pré-sal, que se for aprovada, entrega mais uma gorda fatia do nosso pré-sal aos estrangeiros; e em terceiro, a tal da escola sem partido, uma bobagem conservadora concebida por gente que não entende nada de pedagogia e cujo objetivo verdadeiro é amordaçar professores e alunos. Em síntese, o Congresso Nacional está debruçado sobre temas que aumentam a sede, liquidam as riquezas e estabelecem censura.

Quando olho para uma pauta dessas, eu fico pensando: que final lamentável para uma Legislatura; para ser pior ainda, só mesmo se resolvessem trazer de volta a criminoso reforma da previdência; aí, sim, o que já era ruim ficaria, então, realmente terrível.

Bolsonaro disse, no Twitter, que a expressão – abre aspas – "O trabalhador tem que escolher: ou quer emprego ou quer direitos", não é dele, mas dos empresários com quem ele tem conversado. Poder-se-ia então pensar: "Ufa! O Presidente eleito não concorda com esse absurdo". Que nada! Na frase seguinte, ele diz: "Essa é a realidade". Ou seja, Bolsonaro concorda com a chantagem patronal.

A reforma, a propósito, a maldita reforma trabalhista de Temer, completou um ano sem produzir os resultados que prometeu. Não foram gerados empregos formais; as poucas vagas criadas são precárias; os salários são menores; nada foi feito em relação às mulheres grávidas, que seguem obrigadas a trabalhar em lugares insalubres; nos casos de assédio moral ou sexual, a indenização se dará de acordo com o salário da vítima, ou seja, com a reforma, será mais barato assediar trabalhadores de chão de fábrica; continua a olímpica desconsideração com a dupla e a tripla jornada de trabalho; e nada foi feito para evitar que o empregado seja submetido a jornadas exaustivas. E o tal trabalho intermitente, que alguns chamam de modernização, não passa de um modelinho disfarçado de trabalho análogo à escravidão. E Bolsonaro, como se sabe, concorda integralmente com essa reforma. É por isso que temos dito que o que vem por aí é um Temer piorado.

Eu quero chamar a atenção nesta sessão do Congresso, para a grande vitória que nós precisamos anunciar para o Brasil, a partir do movimento das entidades do saneamento que estavam aqui durante dias na mobilização para evitar a aprovação da Medida Provisória 844. As entidades, mesmo do saneamento, deram um apelido para essa medida provisória. Sabe qual é o apelido? A MP da sede e da conta alta. Sede porque os pobres estarão afastados da possibilidade de terem água com saneamento nas suas moradias, porque a privatização vai fazer com que a empresa que quer especular, ganhar dinheiro, vá se importar apenas – quando o edital for aberto – com Municípios de muitas ligações de água, ou seja, com Municípios grandes. E os pequenos Municípios estarão com três possibilidades: ou têm uma água e um tratamento rebaixado para a



população, ou vão ter que colocar altos subsídios, ou os pobres e os Municípios vão ter que pagar caro e ter tarifas mais elevadas.

Nós estamos em mobilização, conseguimos até agora que essa medida provisória não fosse lida, porque ela é a medida provisória da sede e da conta alta e nós não queremos que ela seja lida hoje. Portanto, não lida e não votada hoje, nem o Senado a votará e na próxima segunda-feira ela caducará.

É o que nós queremos pelo bem do País e pelo saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu inicio conclamando os colegas Deputados e Senadores que venham a esta sessão do Congresso. Nós temos uma missão importante, não apenas vetos para serem analisados e votados, mas temos vários PLNs, dentre eles, alguns que destinam recursos para a saúde. E é para falar sobre isso que eu quero me dirigir aos meus pares no Congresso Nacional e também ao povo brasileiro.

Não há como ignorar a situação de calamidade, de sofrimento da saúde pública e também das instituições filantrópicas que atendem à saúde pública, mas que também atendem a planos de saúde e à sociedade em geral. É preciso ações concretas para que nós possamos melhorar o atendimento à nossa população. São milhares de vidas sendo perdidas, e nós sabemos que é preciso mais investimento. É claro que é preciso sempre também aprimorar a gestão, mas não há que se falar em gestão onde falta o básico, onde faltam investimentos em questões essenciais.

Ontem demos um passo importante na sessão da Câmara. Espero que o Senado – e me dirijo aos Senadores aqui presentes – faça um esforço para votar rápido a Medida Provisória 848, que votamos ontem na Câmara e que garante um financiamento a um juro que podemos dizer praticamente subsidiado, porque o juro do Fundo de Garantia chega a ser menor do que o da poupança; é um juro que não acompanha sequer a inflação adequadamente.

Portanto, nós estamos garantindo que esse dinheiro do Fundo de Garantia que, em alguns momentos, acaba sendo utilizado em áreas menos relevantes do que a saúde, esse dinheiro, que é do trabalhador, que é do povo brasileiro, possa ser emprestado para garantir financiamento às santas-casas e aos hospitais filantrópicos. Isso não significa sacrificar o trabalhador em nada, porque a remuneração do Fundo de Garantia é prevista em lei, vai continuar sendo garantida da mesma forma e, obviamente, esse dinheiro, esse capital, esses bilhões de reais que compõem o Fundo Nacional – que reúne o dinheiro do Fundo de Garantia – tem que ser aplicado até para garantir essa renda mínima ao trabalhador. E, como ele representa um capital com juro muito baixo, a decisão foi acertada. Primeiro, nós votamos aqui uma lei de iniciativa do Senador José Serra – a quem, por sinal, rendo homenagem –, e à ocasião eu fui o autor do requerimento pedindo regime de urgência. E, com o regime de urgência, nós conseguimos votar em tempo recorde a lei que foi sancionada pelo Senhor Presidente da República, a lei que possibilitou, ou melhor, que até estabeleceu um comando legal determinando que o Poder Executivo teria que abrir uma linha de crédito com juros reduzidos e com prazo dilatado, um prazo longo, para socorrer as santas-casas e hospitais filantrópicos.

Aprovada a lei, era necessário regulamentar a origem do dinheiro, o dinheiro que iria garantir esses empréstimos para as santas-casas e hospitais filantrópicos. Foi aí que veio a medida provisória que nós também cobramos do Executivo e ontem aprovamos aqui, depois de uma luta para construirmos um acordo. Eu participei diretamente, fazendo a defesa de um acordo que



possibilitou uma aprovação por unanimidade da medida provisória que garante mais de R\$4 bilhões para serem emprestados a um juro, pode-se dizer, negativo, a juros bem abaixo do mercado, para as santas-casas e os hospitais filantrópicos.

Tomo como exemplo, sempre, o Hospital São João de Deus, em Divinópolis, no Centro-Oeste, pelo qual tenho um carinho todo especial, porque ali eu vivo, ali vivem meus filhos, meus netos. E ali eu trabalho para ajudar o Hospital São João de Deus, como faço em centenas de cidades em Minas Gerais, com o mesmo carinho. O Hospital São João de Deus paga juros altíssimos para conseguir manter o funcionamento e agora poderá equilibrar as suas contas. Mas não basta isso – é preciso que o Governo pague as nossas emendas.

Falando em São João de Deus, estou indo agora cobrar no Ministério da Saúde o pagamento de R\$2,2 milhões de uma emenda de minha autoria que está empenhada em favor do Município de Divinópolis para atender o São João de Deus, como tenho para várias cidades. Eu cito a cidade de Divinópolis, mas atendo a todos os Municípios onde sou votado com recursos para a saúde, Sr. Presidente.

E eu concluo a minha fala, pedindo...

(Interrupção do som.)

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) – Presidente, vamos iniciar a Ordem do Dia... Tem vários Parlamentares se ausentando. Já passou meia hora das breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Leo de Brito, o senhor tem toda a razão. Deixe só mais duas pessoas falarem? Tá?

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) – Não tem problema. Inicia a Ordem do Dia, e a gente passa... Eu sugiro que V. Exa. faça dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Tá. Me dá mais dois minutinhos que eu vou começar. Viu, Deputado? Aguarde só um minutinho. O Deputado Chico D'Angelo vai falar, o Deputado Zé Geraldo, e, após esses dois falarem, eu garanto ao senhor que eu vou iniciar a Ordem do Dia, como eu falei para o senhor.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – E eu concluo, Presidente, conclamando todos os Parlamentares para que possam vir e que nós possamos, ao contrário de encerrar, votar não só os vetos, mas os PLNs, porque nós precisamos pagar as instituições filantrópicas, os hospitais, emendas parlamentares, recursos de convênios indiferentes de emendas, fazer funcionar a saúde. E, como eu disse, os PLNs que estão aí são destinados a ações importantes, como no Ministério da Saúde, como no Ministério da Educação. E nós precisamos atender os hospitais filantrópicos, as santas-casas, as prefeituras, com esses recursos que são essenciais, no momento em que as prefeituras vivem graves dificuldades. E o nosso apoio, como Parlamentar, é um socorro, neste fechamento do ano, para atender assuntos essenciais como a saúde. É o meu apelo.

Vamos votar, vamos garantir a liberação dos recursos, não apenas para atender a este Parlamentar, mas para atender ao Brasil, a todas as cidades que têm recursos para receber do Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Chico D'Angelo.



O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria prestar a minha solidariedade às vítimas e aos familiares das vítimas da tragédia que ocorreu na madrugada do último sábado no Morro da Boa Esperança no bairro de Piratininga em Niterói, minha cidade.

É uma tragédia de proporções, que mobilizou a cidade como um todo, e eu queria aqui registrar a solidariedade de toda a população da cidade a essas vítimas, com apoios concretos, com doações, enfim, com o apoio do conjunto das Secretarias do Município... E quero dizer que o Prefeito Rodrigo Neves tem feito um trabalho, após essa tragédia, de ações concretas e objetivas como, por exemplo, a ajuda mensal, a partir já deste mês, às famílias que foram afetadas e a entrega de casas, já em dezembro, do Minha Casa Minha Vida a todas as famílias que foram atingidas no dia 20 de dezembro. Quero dizer que essa tem sido uma obsessão do Prefeito Rodrigo Neves de obras de encostas na cidade desde a sua posse. Mais de 2 mil casas populares já foram entregues nos últimos seis anos. Obras de encostas têm sido uma obsessão da Prefeitura. Mais de 200 milhões já foram gastos, praticamente em todos os bairros das cidades com obras dessa envergadura.

Quero dizer que nada substitui a perda de familiares, enfim, a perda dos entes queridos dessas famílias, mas é importante registrar o trabalho que tem sido feito na cidade por todas as secretarias, particularmente pelo Prefeito, nessa tragédia, que não foi uma tragédia previsível, já que não foi um desmoronamento de encosta, mas foi uma pedra numa área que tinha vegetação.

Quero dizer que a cidade está sofrendo muito e é muito importante que a gente faça uma cobrança ao Governo Federal na questão relativa a dar respostas ao problema habitacional da população brasileira.

A cidade de Niterói já entregou mais de duas mil casas populares, nos últimos seis anos, a moradores da cidade. E a questão da defesa civil – quando o Prefeito assumiu, praticamente a defesa civil da cidade inexistia – hoje é reconhecida e das melhores do País, entre todos os Municípios, equipada, qualificada, com equipamentos e fez um trabalho bastante efetivo nessa tragédia.

Então, minha solidariedade aos familiares, minha solidariedade a toda a população de Niterói, mas tenho que fazer o registro do trabalho que tem sido feito, seja na questão da defesa civil, seja na questão da entrega de habitações populares à população de Niterói.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Aberta a Ordem do Dia.

Eu pediria aos Srs. Deputados que estão nas comissões – e também, se estiver ocorrendo comissão, eu pediria para encerrarem as comissões – e aos que estiverem nos gabinetes para virem, porque eu vou iniciar. Nós temos sete vetos, todos nominais e, para andar mais rápido, serão todos na Câmara primeiro.

Então, eu pediria aos Deputados que estivessem aqui, às Sras. e aos Srs. Deputados, que eu vou iniciar a votação já em poucos minutos. Pediria aos Líderes que convocassem todos os Srs. e as Sras. Deputadas para estarem aqui presentes, que vamos começar as votações dos destaques.

Com a palavra o Deputado Caio...

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria, então, convidar os Deputados do Democratas para que pudessem vir a Plenário, tendo em vista que existem vetos importantes, sejam do Susp, do Ministério da Segurança Pública. O primeiro veto já trata de uma matéria importante na área de investimentos



em tecnologia. Depois temos a necessidade de rejeitar o veto também no que diz respeito à autoridade de informática. Enfim, há grandes matérias. Por isso, peço à Bancada do Democratas que possa vir a Plenário para que a gente possa atingir um quórum possível de votação, sob pena, Sr. Presidente, de mais uma vez a gente ter que obstruir matéria para que a sessão caia, embora não avance, e, assim, também não faça com que os vetos sejam aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Eu faço esse apelo de novo a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Eu já vou dar ordem de início, a poucos minutos, para as votações dos destaques.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui na sessão do Congresso e debater algumas coisas que acho relevantes para o nosso País.

Primeiro, quero dizer das eleições que ocorreram nos últimos meses, quando tivemos a oportunidade de escolher os nossos representantes para o Parlamento, para Governadores dos nossos Estados e para Presidente da República.

Ficou muito claro que a população escolheu entre os extremos e também pela mudança. As pessoas escolheram ter em si a oportunidade de mudar o seu País. E, dentro disso, fica muito claro que a população rechaçou de maneira muito veemente os Governos que foram comandados pelo PT nos últimos 13 anos.

Também foi uma escolha clara de que aguarda uma mudança muito forte para os próximos anos.

É importante dizer que o Brasil precisa se colocar na fileira da educação, educação é o grande e único caminho para poder transformar o Brasil em uma grande Nação.

É importante dizer que fora da educação não existe saída. E num momento em que muitas pessoas vivem um sentimento de angústia e até de revolta em relação à criminalidade, é importante dizer que a educação também é um grande caminho para a transformação da prevenção da criminalidade porque todos sabemos que o Brasil é um País com muitas diferenças econômicas, diferenças de oportunidades, com dificuldades de promover a igualdade de oportunidade aos brasileiros.

Por isso, eu quero dizer que fica um sentimento de esperança, de esperança na construção de um novo Brasil que possa se pautar, neste momento, em condições de investir mais na primeira infância, de investir mais no ensino básico e no ensino médio, nas oportunidades de profissionalizar este País, de poder dar oportunidades de ensino de qualidade para todos.

Eu vi, esta semana, uma reportagem que mostrava os avanços da educação na Finlândia, demonstrando como eles conseguiram avançar investindo, principalmente, na questão da primeira infância, na alfabetização de qualidade, na qualificação dos professores, na valorização da carreira do professor, sabendo que esse, sem dúvida nenhuma, é um caminho importantíssimo para que isso possa ocorrer.

Aqui eu não poderia deixar de fazer alguns elogios. Durante sua gestão, o Ministro Mendonça Filho, que foi um grande Ministro da Educação para este País, instituiu a reforma do ensino médio e conseguiu avançar nessas questões que ainda vão precisar ser aprimoradas, mas que avançam na direção de um país que dará uma atenção melhor para os nossos brasileiros.

Também não poderia deixar de fazer uma referência especial ao ex-Ministro da Saúde Ricardo Barros, que também foi um grande Ministro deste Governo e demonstrou, com muito



pouco, que se pode fazer muito. Demonstrou, com a gestão de recursos, que se pode melhorar a questão da saúde.

Eu pude acompanhar esses dois Ministros em especial e gostaria de deixar o meu depoimento aqui, com a esperança daquele que acredita em nosso País, mas que só dará certo se houver, de fato, um investimento seguro na educação, tendo principalmente um olhar diferenciado para a primeira infância, para o ensino médio e para o curso profissionalizando, com igualdade, para todos, de oportunidade.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Deputado Jorge, só um momento, deixarei o senhor falar agora.

Passa-se, agora, à apreciação, no painel eletrônico, dos destaques do Veto nº 19/2018, Dispositivos 19.18.003 e 19.18.005 – dispêndios com infraestrutura e administração.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra... Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Jorge Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Fabinho, sei que V. Exa. é um Presidente muito diligente, mas tenho uma preocupação. O Veto nº 29 é a inclusão daqueles 500 mil micro e pequenos empresários que a Receita, por falta de boa vontade, descadastrou.

É unanimidade, na Casa, a derrubada desse veto, até com o próprio Governo. Então, não gostaria que fosse prejudicada essa votação. Há poucos Deputados, o quórum está muito baixo. Eu acho temerário. V. Exa. sabe o que está fazendo e eu respeito a sua posição, mas queria fazer um apelo, porque não tem quórum, não há número suficiente para que a gente derrube esse veto. É unanimidade. Então, deixo aí esse pedido, em especial, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – O Presidente Eunício está chegando aqui, Deputado Jorginho Mello, eu queria que o senhor levasse... Eu vou falar com ele e queria que o senhor tornasse a repetir, fazendo o favor.

O SR. PAULO FREIRE (PR - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Está bom? Muito obrigado.

O SR. PAULO FREIRE (PR - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

Presidente, Fabinho, nós temos um pedido na Mesa para incluir na pauta de hoje o Veto 53/2008.

Sr. Presidente, esse veto que nós estamos pedindo é da Receita Federal. E eles já estão há 15 anos esperando, Sr. Presidente. Por isso, nós já pedimos ao Presidente Eunício que ele pudesse incluir na pauta. Nós já fizemos, foi pedido o requerimento e peço, por gentileza, solicito a V. Exa., que inclua na pauta dos serviços de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. MDB - MG) – Quando o Senador Eunício, o Presidente, chegar aqui vai tomar as providências cabíveis.

(O Sr. Fábio Ramalho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Questão de ordem ou pela ordem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – A votação foi...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Questão de ordem ou pela ordem?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A votação foi chamada, Sr. Presidente, e ainda não temos nem o quórum dos 257 na sessão, mas quando o Presidente abriu nós tínhamos 150 marcados.

Sr. Presidente, nós não vamos conseguir votar novamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputada, o quórum é avaliado durante a sessão. Na última sessão, não tinha quórum e eu derrubei a sessão, encerrei a sessão.

Eu...

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Senador, acho que... Eu temo que o senhor tenha que fazer a mesma coisa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não sei.

Vou dar sequência, se não tiver quórum, lamento que os Deputados e Senadores não estejam presentes. Eu estou aqui presente.

Então, como encaminha o PT?

Essa matéria já foi discutida na sessão anterior.

Na sessão anterior, foi discutida esta matéria.

Portanto, como encaminha o PT?

Como encaminha o PpAvante?

MDB, Líder Baleia? Como encaminha?

É o Veto 19.

MDB?

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP) – "Sim" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – "Sim" ao veto, pela manutenção do veto.

Como encaminha o DEM? (*Pausa.*)

Se não tiver encaminhamento, eu vou votar do mesmo jeito.

Como encaminha o PR?

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP) – Sr. Presidente, colocar "sim" para toda a base.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR - MG) – PR pede para encaminhar "sim" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PR encaminha "sim". PR, "sim".

O PSD, de dado?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) – O PSD encaminha "não" ao veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – "Não" ao veto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PTB/PROS?

PTB/PROS?

PSB, de bola?



A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, pelo Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Democratas?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Democratas, como encaminha?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, vou pedir a V. Exa. pelo Democratas mais uma vez. Nós abrimos esse painel com 150 Deputados dando presença, o que é absolutamente impossível...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu já respondi a V. Exa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu sei que V. Exa. respondeu, mas eu estou tentando tudo, Sr. Presidente, para não entrar em obstrução...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Como encaminha o DEM, Deputada?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – ... e não pedir aos demais Líderes que também entrem em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Como encaminha o DEM, Deputada?

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Então, Sr. Presidente, eu vou esperar ainda mais um pouquinho para eu poder me manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputada, hoje é terça-feira, o feriado é quinta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Eu estou aqui, Sr. Presidente. O senhor não está me vendo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu também estou. Então, vamos votar. Como encaminha... Bom, o DEM não vai encaminhar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Vou encaminhar depois, Sr. Presidente, depois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O DEM não quer encaminhar, então PTB/PROS?

PSB, de bola? PSB, de bola?

PRB? PDT?

O SR. JULIÃO AMIN (PDT - MA) – PDT é pela manutenção do veto, mas libera o Deputado Hissa para estar livre e votar com a sua conveniência da sua região.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Libera a bancada. Como vota o Podemos?

PCdoB?

Solidariedade?

O SR. JULIÃO AMIN (PDT - MA) – PDT, "sim".

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – PCdoB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PDT?

O SR. JULIÃO AMIN (PDT - MA) – PDT "sim", agora liberamos o Deputado Hissa para votar de acordo com a sua região.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Ah, está liberando um Deputado. O.k.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – PCdoB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSB, PRB, PCdoB, Solidariedade...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, PCdoB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PCdoB.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB - PA) – PTB encaminha "sim", Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, como de praxe, eu quero começar meu pronunciamento elogiando a conduta democrática de V. Exa. nesta sessão no Congresso Nacional.

Mas eu quero, Presidente, fazer uma consideração. O quórum, no nível em que nós estamos, Presidente, vai inviabilizar qualquer debate acerca dos vetos realizados pelo Presidente da República. É praticamente impossível, Presidente, nós conseguirmos examinar criticamente. Há vetos importantíssimos.

Eu faço uma lembrança para V. Exa. com relação ao financiamento do Nordeste pelo BNDES, que é um veto que este Plenário precisa derrubar, mas, com esse quórum, é praticamente impossível.

Então, eu quero fazer um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou pedir a V. Exa. para buscar os Deputados e Senadores. Eu não posso fazer nada.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Senador também não tem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu sei, eu estou falando os dois. Eu sou Senador, V. Exa. é Deputado, por enquanto.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – O senhor, que tem um grande apreço...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vamos testar o quórum. Se não tiver, eu não vou derrubar matéria. Deputado Orlando está com a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – PCdoB encaminha obstrução, Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o DEM encaminha obstrução, Sr. Presidente, sob pena de a gente perder tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – DEM em obstrução, PCdoB em obstrução. Como encaminha o Solidariedade?

PSC?

PSL?

PPS?

O SR. BEBETO (PSB - BA) – PSB "não", Presidente.

O SR. DANIEL COELHO (PPS - PE) – Sr. Presidente, PPS encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – "Sim".

O SR. DANIEL COELHO (PPS - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – E, considerando aqui o que falou o Deputado Orlando, essa matéria, pelo próprio painel, a gente percebe que não há movimentação para derrubada de veto. Mas, quando a gente sentir que tem uma matéria – e aí eu acho que a gente poderia, os Líderes dialogarem nesse sentido –, quando houver uma matéria em que haja o sentimento de derrubada de veto do Plenário, aí eu acho que a gente pode encaminhar obstrução para não perder a oportunidade. Mas não é o caso dessa daí, em



que a gente já percebe que tem uma maioria de partidos orientando pela manutenção, então dificilmente ele seria derrubado.

PPS é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu só quero deixar claro que esta é a terceira sessão que eu convoco para votar esse veto. Não posso impor aos Deputados e Senadores que venham ao Plenário, estou solicitando e pedindo.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB - PA) – Sr. Presidente, para orientar pelo PTB.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) – Patriota.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSol.

Patriota.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) – Patriota, Sr. Presidente, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PV?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – PSOL...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PHS?

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) – Sr. Presidente, PT, "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PT, "não".

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB - PA) – Para orientar pelo PTB/PRÓS.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PT, "não".

Como vota a Rede?

PPL?

Maioria?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Presidente, PP vota "sim".

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Maioria?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – PSOL, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Já volto.

Pode ser? Vou voltar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Estava aqui no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Estou dando a sequência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – PP vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Minoria?

PP vota "sim".

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB - PA) – PTB/PROS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vota "sim".

PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PSOL tradicionalmente é contra benefícios tributários, porque, em geral, eles são, na verdade, uma farra de desonerações para grandes empresas, não são estabelecidas contrapartidas sociais, empregatícias e de geração inclusive de postos de trabalho. Mas, neste caso, nós vemos a especificidade do setor da informática, da necessidade de investimentos em laboratórios, em toda uma trama, no bom sentido da palavra, que esse setor de modernização, de tecnologia e de inovação pede. Nesse sentido, nosso voto é "não" a esse veto, que nos parece do atraso, da aversão



à inovação e do não favorecimento a um setor. Se fosse financeiro, provavelmente teria o beneplácito do Governo. O nosso voto é "não" ao veto.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente, para uma explicação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho para eu dar uma sequência aqui no encaminhamento.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Eu gostaria de dar uma explicação para esse veto.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – A Minoria?

A Maioria?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho. Deixe-me terminar de encaminhar e dou a palavra a V. Exa.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Eu gostaria, como autor da emenda e autor do destaque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho, nós estamos em encaminhamento de votação.

O DEM já encaminhou inclusive.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Oposição.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP) – Podemos, para orientar, Sr. Presidente.

Podemos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Oposição.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – A oposição tem uma posição favorável à proposição, até porque, quando nós falamos em desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento fundamental para a libertação e a autonomia e a soberania deste Brasil, nós também temos que considerar todo o processo de construção da inovação tecnológica, temos que considerar as pesquisas, temos que considerar os meios administrativos. Portanto, se há uma isenção relacionada ao desenvolvimento e à produção científica e tecnológica, ela será injusta se não contemplar todo o procedimento.

A oposição, portanto, tem esta posição. Mas, como temos divergência dentro da base da oposição, nós vamos liberar a votação, com a convicção de que é preciso que a isenção não vá para o Bradesco, como tem ido, ou para outras grandes instituições que sugam o povo brasileiro, mas para a autonomia e a liberdade do Brasil.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Como vota o Governo?

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP) – Podemos. Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Podemos.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PODE - SP) – Podemos, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Para orientação. Assim que terminar, eu dou a palavra a V. Exa.

Podemos.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM. Sem revisão do orador.) – Estou pedindo como autor, enquanto não aparece alguém para orientar, para dizer o seguinte: este destaque é fruto de uma emenda que nós apresentamos na Medida Provisória 810. Não se trata de benefício fiscal; trata-se de recursos obrigatórios de pesquisa e desenvolvimento que são empregados pelas empresas de informática no Brasil inteiro. E esta emenda resguarda o interesse dos institutos de pesquisa das universidades, todas aquelas empresas que aplicam em pesquisa e desenvolvimento – portanto, em P&D –, para que possam utilizar 20% dos 4% no Brasil, e 5% no Amazonas, dos recursos destinados a pesquisa e desenvolvimento.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, PCdoB muda orientação para "não", em sua homenagem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – É extremamente importante que este veto seja derrubado, porque foi inclusive feito um acordo com o Governo, que considerou o veto equivocado. Por isso, eu peço às bancadas que mudem a sua orientação, em vez de "sim" para "não", porque nós estamos prestando um serviço ao Brasil, estamos prestando um serviço à ciência e à tecnologia, à pesquisa e ao desenvolvimento. É o apelo que eu faço aos Líderes das bancadas.

Por isso, o voto do Democratas neste momento é obstrução, mas nós queremos votar "não", desde que tenhamos o número suficiente no Plenário. Portanto, neste momento, obstrução, mas o voto é "não".

O SR. BEBETO (PSB - BA) – Sr. Presidente, PSB, o voto é "não".

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Sr. Presidente, o PR quer mudar a orientação para obstrução, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O PR, para obstrução.

Eu peço aos Senadores e Deputados que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação nominal e essa é a terceira vez que colocamos essa matéria em votação.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pois não.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG) – ... Senador Eunício Oliveira, eu gostaria de aproveitar...

O SR. JORGINHO MELLO (PR - SC) – Obstrução. "Não" é "não". É obstrução. A assessoria aí tem que... Isso, muito obrigado.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG. Sem revisão do orador.) – Se não estiver havendo encaminhamento, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para criticar a CBTU, porque a CBTU conseguiu fazer com que caísse uma liminar já de seis meses em Belo Horizonte, em relação ao preço da passagem do metrô. Pasmem os senhores e as senhoras, que a passagem passou de R\$1,80 para R\$3,40 – de R\$1,80 para R\$3,40 –, sem estrutura, sem a devida condição para aqueles que moram na região metropolitana de Belo Horizonte – principalmente Belo Horizonte, Contagem, ali indo para a região de Justinópolis, Venda Nova. Essas pessoas ficam desassistidas.

É certo que houve um tempo mais demorado...

(Interrupção do som.)

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) – Sr. Presidente, pela minoria.



O SR. LINCOLN PORTELA (PR - MG) – ... Sr. Presidente – para concluir –, para que esse aumento acontecesse, mas esse aumento, acontecendo de R\$1,80 para R\$3,40, sem um escalonamento, é um completo absurdo.

Deixamos aqui o nosso protesto e, por certo, a bancada mineira não estará satisfeita com isso. Continuaremos trabalhando da mesma maneira que trabalhamos: não à atitude da CBTU em relação ao metrô de superfície em Belo Horizonte.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSDB.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB - RS) – O PSDB, atendendo aos argumentos e ao espírito desta sessão, está mudando a orientação para liberado.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, Minoria.

Presidente, eu queria chamar a atenção do Plenário da Câmara e, depois, se possível, se a gente conseguir levar também, do Senado. Nós estamos aqui discutindo o veto à Medida Provisória 810. Na 810, foi construído um texto de consenso, aprovado em consenso aqui na Câmara, e depois nós fizemos o debate também com o Senado para que fosse aprovada de consenso.

Então, em função da posição dos companheiros do PDT – já conversei ali com a Liderança do PDT para mudar a orientação –, nós vamos pela Minoria orientar a liberação, mas pedindo a derrubada do veto. É muito importante derrubar esse veto porque ele democratiza a distribuição dos recursos da Lei de Informática, que são recursos que estão retidos, entre R\$5 bilhões e R\$7 bilhões retidos, que podem oxigenar os institutos de pesquisas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu peço aos Deputados e Deputadas que venham ao Plenário. Estamos votando um veto. Pela terceira vez, esse veto está pautado para ser votado. (*Pausa.*)

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB - PA) – Sr. Presidente, o Bloco PTB/PROS entra em obstrução.

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP) – Sr. Presidente, alterar a orientação do MDB de "sim" para "não".

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Presidente, o PRB vota "sim".

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero informar ao Plenário que esta matéria é extremamente relevante para a ciência e a tecnologia no Brasil. São recursos da Lei de Informática obrigatórios. Não se trata de benefício fiscal.

Trata-se dos 4% que são obrigatoriamente destinados para investimento em pesquisa e desenvolvimento, e parte desses recursos serão destinados para a infraestrutura de laboratórios, a infraestrutura da pesquisa. Não é concebível que um laboratório não possa receber recursos para infraestrutura. Onde é que vai abrigar os pesquisadores? Onde vai abrigar os equipamentos? Portanto, é derrubar o veto.

Voto "não". (*Pausa.*)

Enquanto este Plenário aguarda os Srs. Congressistas para votar, eu volto a pedir a compreensão dos Líderes desta Casa para que nós possamos votar uma matéria extremamente importante e relevante para a ciência e a tecnologia no Brasil. Trata-se de investimentos dos



recursos de P&D da Lei de Informática para aplicação em infraestrutura de laboratórios. Portanto, é extremamente importante que derrubemos esse veto.

O Governo vetou equivocadamente, reconhece o erro e aceita a derrubada do veto com tranquilidade. Por isso, peço a todos que votem "não": "não" pela ciência, "não" pela pesquisa, não pela informática.

Por isso, o voto é "não", para podermos derrubar o veto.

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um apelo para que os Deputados que estejam na Casa venham ao Plenário para finalizar essa votação. Já é a terceira sessão do Congresso Nacional que, por falta de quórum, cai e a gente não consegue superar a votação desses vetos.

E é importante não só pelo conteúdo dos vetos, mas também porque temos PLNs importantíssimos de recursos para áreas fundamentais do Governo, de investimentos que não podem ser votados enquanto não superarmos a votação dos vetos.

Portanto, eu faço esse apelo para que os Deputados venham ao Plenário votar os vetos e depois superar esses PLNs, que são muito importantes para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu peço aos Deputados que venham ao Plenário, estamos em processo de votação nominal.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é uma pena, mais uma vez, a sessão do Congresso... Estamos colocando em risco alguns vetos que é importante serem derrubados. Pela flagrante falta de quórum, corremos o risco de perder a chance de derrubar esses vetos que são nocivos. O Presidente Temer, infelizmente, foi mal orientado ao vetar essas matérias.

Os vetos do Susp são uma coisa absurda, chega-se ao absurdo de querer que as informações provenientes do socioeducativo não façam parte do Sistema Único de Segurança Pública. A continuar o quórum baixo dessa forma, é claro que não haverá a possibilidade de derrubar esse veto, e o prejuízo, certamente, será para uma legislação que foi feita há tão pouco tempo. É lamentável.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, encaminhando em nome do PSC.

Presidente Eunício, o que nós observamos nesse projeto ou nesse veto é que hoje há uma necessidade grande de investimentos na área de pesquisas. O Brasil hoje é um país que caminha a passos largos no desenvolvimento, e a informática e a tecnologia são alguma coisa para a qual nós corremos muito, para poder alcançar o mínimo de desenvolvimento para estarmos próximos aos países de Primeiro Mundo, que desenvolvem os seus projetos de pesquisa.

Claro que há necessidade, sim, de entendermos que a dificuldade é grande hoje, o recurso é pequeno. Cada vez que nós isentamos alguma área, nós sabemos que nós estamos diminuindo recursos da União, porém, numa área como essa, é totalmente entendível. Dá para se entender que há necessidade de trabalharmos esse projeto, e é exatamente por isso que o PSC vota "não".

O SR. BETINHO GOMES (PSDB - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSDB quer mudar a sua orientação para "não", e falo aqui, inclusive, em defesa do Porto Digital, na cidade do Recife, que é uma experiência importante de desenvolvimento de *software*, desenvolvimento de tecnologia.

Evidentemente nós queremos que a iniciativa privada possa aumentar a sua capacidade de investimento. Portanto, a derrubada desse veto é fundamental.



Por isso mudamos para "não" a orientação do PSDB.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Sr. Presidente, o PPS pede para orientar e mudar o painel para "não".

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente!

O SR. LUCAS VERGILO (SD - GO) – O Solidariedade orienta "não", Sr. Presidente.
(*Pausa.*)

O SR. JOÃO PAULO KLEINÜBING (DEM - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aqui a V. Exa.

Há, na pauta de hoje, vários PLNs a serem deliberados pelo Congresso Nacional, em especial o PLN 14, que, entre a viabilização de recursos, prevê recursos para a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, para a realização de convênios com as entidades, com as comunidades terapêuticas, um programa que precisa da liberação desse recurso para poder acontecer no próximo ano.

V. Exa., Sr. Presidente, já decidiu, em uma sessão neste ano, que o que tranca a pauta são os vetos; não os destaques dos vetos. Inclusive, naquele momento, eu tinha posição contrária a V. Exa., mas venceu o posicionamento de V. Exa. de que os destaques não trancavam a pauta. Nós estamos com dificuldade aqui de atingimento do quórum, e eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa., para que V. Exa. utilizasse o mesmo entendimento daquela sessão, em que foram...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO KLEINÜBING (DEM - SC) – ... em que os vetos, os destaques aos vetos foram deixados de lado, para que essa sessão do Congresso pudesse deliberar pelos PLNs, e, com isso, destravar o Orçamento da União.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou fazer... Eu vou pedir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou pedir a atenção do Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu queria a atenção do Plenário. É importante o que eu vou consultar; senão, eu vou fazer de ofício, e depois ninguém reclame do Presidente.

Nós temos...

Calma! Eu posso falar?

Nós temos um quórum efetivamente baixo para os chamados vetos.

Vou esperar que a Érika termine ali.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Somos todos ouvidos, Presidente.

O SR. LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP - TO) – O Partido Progressista libera os seus membros para votar.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho. Eu quero atenção do Plenário. Eu queria fazer uma proposta ao Plenário.

Nós temos vários vetos a serem votados, assim com temos, Deputado e Líder André Moura... Nós temos aqui os Projetos de Lei do Congresso Nacional 11, 12, 20, 29, 38, 19, 21, 25, 14, 15, 16, 33 e 47, de 2018. São os PLNs. Se houver anuência dos Líderes...

Deputada Érica, por gentileza, peça um minutinho à sua assessoria, para V. Exa. depois me responder.

Se houver, Deputado Orlando, anuência...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Estou te escutando com profunda atenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Obrigado.

Se houver anuência do Plenário para votar esses PLNs sem a votação dos destaques...

É uma consulta; não é uma decisão da Mesa. É uma consulta.

Se houver o entendimento dos Líderes – eu vou ouvir os Líderes, os Líderes... Se houver anuência para votar esses PLNs sem a votação dos destaques...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O PTB é a favor do acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou ouvir Líder por Líder.

... dos destaques, eu suspendo a votação, eu suspendo a votação. Senão, quando chegar em 257, eu encerro a votação. Eu não vou ficar aqui até de madrugada aguardando mais do que isso, porque é a terceira sessão. Então, se não houver... Eu vou consultar os Líderes.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, posso sugerir um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pois não.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Eu considero que é muito positiva a ideia...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Antes de da 257. Depois de 257, eu não volto atrás.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, Presidente!

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) – É mais fácil V. Exa. perguntar quem é contra.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um de cada vez.

O Deputado Orlando está com a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, só uma sugestão.

Eu considero que é muito importante a sugestão que o senhor fez, muito prudente nos termos que colocou. Eu só queria fazer uma observação. Esse acordo deve ser validado por V. Exa. desde que tenha o apoio de todos os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Isso. É por isso que eu vou chamar...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Para não se criar um precedente e para evitar um dano maior, todos os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Concorde.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – E já manifesto o apoio do PCdoB.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então, eu vou chamar os Partidos...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou chamar os Partidos pela ordem.

O PT concorda?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PP concorda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma! Eu vou chegar em V. Exa.

O PT concorda? O PT concorda ou não? (*Pausa.*)

O PT concorda ou não? (*Pausa.*)

MDB concorda ou não?

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero cumprimentá-lo pela ideia do acordo. Acho que é importante para o País. Nós não teremos quórum para derrubar esses vetos, que também são importantes. Portanto, o MDB concorda com a votação dos PLNs, que são fundamentais para o País.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP) – Sr. Presidente, pelo PP?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSDB.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP) – Pelo PP, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PP.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Nós concordamos com a excelente proposta de V. Exa. apenas com uma ressalva: desde que não provoque precedente, concordamos com sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Claro que não será um precedente...

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Porque eu estou... Deputado, Deputado! Claro que não será um precedente, porque estou fazendo uma consulta aos Líderes como Presidente da Casa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP) – Nosso acordo é com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Por qual partido?

A SRA. FLÁVIA MORAIS (PDT - GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – O PDT, Presidente, apoia o acordo. O PDT o apoia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – E o PP?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho, só um minutinho!

Até o Secretário da Mesa, que ficou aqui, não está entendendo.

A pergunta é a seguinte. A matéria já foi encaminhada pelos Líderes. A pergunta que estou fazendo é outra consulta, é a consulta se votamos ou não os PLNs e se deixamos de lado os vetos que já estão pautados. É essa a consulta que estou fazendo. É essa a consulta.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – E os destaques aos vetos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Os vetos já destacados...



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Bom, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... permanecem destacados para outra sessão, para votarmos os PLNs. Se não houver interesse de votar os PLNs, vou seguir com a pauta.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dar a opinião do Democratas e dizer o seguinte: em virtude do apelo de vários Parlamentares, obviamente entendendo que V. Exa. quer votar os PLNs e que isso será um momento de exceção – não podemos atropelar o Regimento; o veto tem precedência –, portanto, estamos aqui fazendo um acordo, quebrando uma regra exatamente porque o acordo de todos vale pela regra. Agora, vamos concordar, e, na próxima sessão, os destaques retornarão para serem votados na mesma ordem. É isso que entendi. Quero que V. Exa. confirme.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Sim, claro!

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) – O PSD, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – E o PT? Como é que o PT vai se comportar nessa proposta de acordo feita pelo Plenário?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – O Partido dos Trabalhadores não tem óbice a que possamos fazer a suspensão. Está sendo feito um acordo. Há um consenso a ser construído por todas as Lideranças desta Casa, para que nós possamos suspender a votação dos vetos e possamos implementar a discussão dos PLNs. Obviamente, não há acordo de mérito; há um acordo de apreciação da própria votação de procedimento. E nós não temos nenhum tipo de óbice acerca desse procedimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente...

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – Sr. Presidente, o PSDB...

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Sr. Presidente, pelo PR...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pela ordem, é o PSDB.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB concorda. Tentamos votar esses PLNs várias vezes. Acreditamos que é o momento de destravar este Congresso. Tantas sessões já ocorridas, e nada foi aproveitado praticamente!

Então, o PSDB encaminha "sim".

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Pelo PRB, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho!

Como encaminha o PR?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – "Sim".

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O PR!

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PR concorda com o acordo, Sr. Presidente, entendendo ser importante a votação dos PLNs. Depois, votaremos os vetos.

Portanto, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – E o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PSD, de forma simples e objetiva, diz que concorda com a proposta de acordo.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – E o PSB, com "b" de "bola"?

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PSB vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pelo acordo. PRB?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PRB.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – PRB, Presidente.

Eu gostaria de saber se o PLN 20 e o 38 estão na pauta, se nós vamos votá-los.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 20 e o 38 estão na pauta.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu acabei de ler todos os PLNs que estão aqui.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB - SP) – Então, nós concordamos, Presidente: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Como encaminha o Solidariedade?

PSC?

O SR. LUCAS VERGILIO (SD - GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O Solidariedade orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – "Sim".

PSC?

Eu vou pedir só "sim" ou "não".

PSC?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODE - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Podemos, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – "Sim".

PSL? (*Pausa.*)

PSL?

PSC?

PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PSOL vota "sim", mas faz uma observação: nós queremos apreciar...

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – ... os 12 PLNs *per se*, cada um no seu momento, não em bloco – até porque temos concordância com alguns e discordância com outros –, como é da boa prática legislativa. Um a um, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Patriota?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – PSL, "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSL, "sim".



Patriota?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PS...

Espere aí. Um de cada vez, por favor, porque estamos... Senão, eu não consigo.

Eu estou pedindo o encaminhamento "sim" ou "não" em relação ao acordo.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PSL não concorda, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSL não concorda?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) – O meu Líder não concorda.

O PSL não concorda, Sr. Presidente. Não há acordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então...

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) – O PSL não concorda. Nós temos que votar primeiro o veto, depois o PLN.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O PSL não concorda.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) – O PSL não concorda, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Patriota?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente...

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Sr. Presidente, o PPS...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PPS?

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS - SC. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – O PPS concorda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O PPS concorda.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT. Sem revisão do orador.) – Presidente, mude o indicativo de votação lá, porque nós estamos encaminhando o veto lá. Tire o veto de lá, porque, senão, a gente está encaminhando o veto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – Sim, mas tire o indicativo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma. Eu só vou tirar se houver acordo; se não houver acordo, eu vou dar sequência – foi o que eu disse.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – Presidente, mas tem que retirar, porque eu votei "não"...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu só posso cancelar, Deputado, com três votos. Faltam três votos. Depois do 257, vai votar.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Como encaminha...

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – Presidente, eu votei "não" nesse veto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não há... Então, não há acordo por parte do PSL.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Tem um só! Calma! Tem um só!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, não é isso! É porque, depois de completar o quórum, eu não posso mais cancelar.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Presidente, V. Exa. mudou a orientação do painel. Nós estávamos orientando pelo acordo, e antes V. Exa...



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Escute um minuto, Pauderney! Escute o seu colega! Você quer falar o tempo todo!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – Não, eu não quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSL?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM - AM) – ... eu quero organizar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSL...

Não é V. Exa. que organiza, não; sou eu!

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PSL muda a orientação aqui; muda para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O PSL muda a orientação para "sim".

Não há oposição a votar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Não, não há oposição.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) – Só mude o indicativo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Todo mundo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu não estou vendo os "sim".

Eu quero que todos os partidos encaminhem "sim" ou se discordam.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Todo mundo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PSC? PSC? (*Pausa.*)

Não tem ninguém do PSC aqui?

Eu não posso, Laura, fazer o que você quer. O Regimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então, vota!

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – "Sim".

Patriota? Patriota? (*Pausa.*)

As Lideranças já votaram todas.

Governo?

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – "Sim", Sr. Presidente. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só para deixar claro...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – Governo, "sim".

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – "Sim" todo mundo.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Meu Deus!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma!

Rapaz, é exatamente isso. Assina o requerimento e depois diz que esqueceu que assinou o requerimento, e a Mesa fica com a culpa.



Eu quero deixar bem claro que, sem abrir nenhum precedente, quando eu cheguei aqui nessa Mesa, era um hábito se votarem PLNs, se votarem até o orçamento...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... com pauta trancada pelos vetos. No dia de hoje, veio alguém aqui, vieram os Líderes aqui e fizeram uma proposta de exceção à regra estabelecida pelo Regimento e sempre cumprida por este Presidente.

Então, eu vou pedir ao Bandeira aqui também a atenção, para depois ele, que é Secretário-Geral da Mesa, saber o que eu estou dizendo. Estou dizendo que não é um precedente, não é hábito deste Presidente fazer divergente do que sempre determinou o Regimento, embora isso fosse um histórico aqui, histórico. Eu estou aqui há 20 anos, participei de muitas sessões em que ninguém respeitava a questão dos vetos.

Então, eu vou votar os itens que li aqui, os itens que eu li...

Já tiraram daqui. Vou aguardar o Secretário-Geral da Mesa para controlar.

Não. Eu não quero esse só, eu quero a sequência de todos que eu li. Inclusive tem minha letra ali. *(Pausa.)*

Só um minutinho.

Então, eu vou colocar em votação os PLNs. O primeiro PLN que está na pauta é o PLN nº 11. Há inscrito para discutir o PLN 11?

Não.

Então, eu vou colocar em votação.

Como encaminha o PT? Como encaminha o PT?

Vocês não prestam atenção à Mesa e depois abrem os braços, reclamando.

É para discutir o PLN 11.

Está inscrito o Deputado Hildo Rocha.

Está presente? *(Pausa.)*

O Deputado Luiz Carlos Hauly está presente? *(Pausa.)*

O Deputado Domingos Sávio está presente? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É porque ninguém vê aqui. Quem está na tribuna? Tem dois na tribuna.

Deputado Hildo Rocha. Eu peço que quem estiver do outro lado ali da assessoria desocupe a tribuna, por favor.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Bota dois, um de cada lado; solta a mão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É porque daqui eu estou vendo dois na tribuna: um assessor e um Deputado. O Deputado, obviamente, é quem só pode falar na tribuna.

Tem a palavra V. Exa., Deputado Hildo. Tem a palavra V. Exa.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Eunício Oliveira; Srs. Congressistas, Sras. Congressistas, a aprovação desses PLNs – não apenas o 11, mas os demais PLNs – é fundamental para que a máquina pública



federal possa continuar a funcionar plenamente. Estamos no final do mandato deste Governo, mas a população espera que os serviços públicos continuem a funcionar. São hospitais que precisam de recursos para o seu funcionamento, a Polícia Rodoviária Federal para comprar combustível para as suas viaturas funcionarem, além de outros serviços que são fundamentais para o serviço público federal e além de recursos que estão sendo transferidos de forma voluntária para Estados e Municípios. Então, é fundamental a aprovação deste PLN e dos demais PLNs que estão pautados para serem apreciados na sessão de hoje do Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, eu queria também aqui solicitar dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas que, após esta sessão do Congresso Nacional – convocada que está a sessão da Câmara Federal –, a gente possa dar presença e votar no dia de hoje ainda a Medida Provisória 844...

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Presidente, os postos estão desativados aqui. Os postos precisam ser...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – ... a medida provisória do saneamento, que vai possibilitar que...

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Estão todos desativados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Tem um orador na tribuna.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – ... que 35 milhões de brasileiros...

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Que a assessoria possa ativar o...

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – Ainda há orador na tribuna, vamos ter um pouco mais de educação e de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Enquanto tiver discussão, eu não abro o painel.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – Queria pedir aos colegas Congressistas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É só não insistir.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – Eu queria pedir aos Srs. Congressistas um pouco mais de respeito ao Regimento do Congresso Nacional, respeito aos colegas, há um Parlamentar na tribuna. V. Exas. estão extrapolando o bom senso da educação.

(Interrupção do som.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Fora do microfone.) – Está sem som. Ele ainda tem tempo e está sem som.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O corte não foi aqui, não. Está ligado, está ligado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Estão todos ligados. Só se V. Exa. trocar de tribuna. Não posso fazer nada. *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) – Sr. Presidente, se há algo pernicioso a esta Nação se chama justamente alguns servidores públicos que teimam em querer continuar com que os serviços públicos sejam apenas estatais. E a medida provisória do saneamento permite que 35 milhões de brasileiros que hoje não têm acesso à água tratada venham a ter esse direito.

Todos os países do mundo que se desenvolveram, que hoje são desenvolvidos, só começaram o desenvolvimento depois que toda a população passou a ter direito à água tratada e que o esgoto passou a ser tratado.



Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, hoje, no Brasil, grande parte da população, ao utilizar a água, joga no esgoto no quintal da sua casa ou no quintal da casa do vizinho, e isso é prejudicial para a saúde. Só vamos ter uma saúde mais barata, um SUS viável, no momento em que todas as casas, todas as edificações do nosso País, de todas as cidades e de todos os Estados desta Federação tiverem esgotamento sanitário.

Enquanto não houver esgotamento sanitário, o custo da saúde será grande como é hoje. E fica esta dificuldade grande: os Prefeitos jogando a culpa para os Governadores; os Governadores jogando a culpa para os Prefeitos. E a população sofrendo em filas de hospitais para poder ter direito a uma consulta, a um exame que fica caro, porque justamente nós não temos esgotamento em todas as casas. E é necessário, hoje, pelo menos R\$250 bilhões para serem investidos em saneamento ambiental, em saneamento básico em nosso País. E o Poder Público não detém esses recursos. Por isso, essa deficiência nos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em nosso País.

Portanto, é necessário que no dia de hoje ainda nós possamos votar a medida provisória do saneamento, porque, diferentemente do que dizem alguns que são contra, de que, se acabar o subsídio cruzado, vai prejudicar os mais pobres do Brasil... Muito pelo contrário, o subsídio cruzado faz com que o pobre pague conta de água para os ricos. E a medida provisória acerta no momento em que o Município grande, quando for fazer a sua licitação, a sua contratação, poderá ou deverá colocar os Municípios pequenos no mesmo edital, portanto, na mesma licitação e no mesmo contrato. Aqueles sistemas deficitários, aqueles sistemas que não se pagam, aqueles sistemas devem ser bancados pelo Poder Público. E o Poder Público vai desafogar e ter, com essa aprovação, a totalidade da população atendida para que seja universalizada a água tratada, que é um direito contido na Constituição Federal.

Portanto, eu quero pedir aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas que, na noite de hoje ainda, nós possamos aprovar essa medida provisória que é a salvação de 35 milhões de brasileiros que não têm acesso à água tratada e de outros milhões de brasileiros que pisam na lama noite e dia porque não têm esgoto sanitário nas suas casas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Próximo orador, Deputado Domingos Sávio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Enquanto isso, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Domingos Sávio!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu vou me referir ao PLN 11, que destina recursos para o Ministério dos Transportes, portos, aviação, e ali atende a uma série de demandas de várias companhias de docas e que, portanto, são situações absolutamente relevantes do funcionamento da estrutura pública. Mas eu não vou me ater a isso. Eu acho que nós vivemos aqui um momento de entendimento em favor do Brasil, primeiro, com a condução apropriada do Presidente Eunício de ter buscado um entendimento com todos para que nós pudéssemos abrir uma exceção. E, havendo acordo, essa exceção não representa uma ruptura com o Regimento, de votarmos os PLNs antes da votação dos vetos. São diversos vetos que poderiam nos levar aqui a uma condição de inviabilizar a sessão, enquanto que os PLNs, todos eles, atendem a demandas objetivas, específicas, já debatidas na Comissão de Orçamento.



Eu me refiro, por exemplo, ao PLN 38. Esse PLN destina recurso para a área de segurança pública.

Eu acabo de vir do Ministério da Segurança Pública, onde conversava com o Ministro Jungmann para buscar garantir o empenho de emenda impositiva de minha autoria para a Polícia Civil de Minas Gerais e para a Polícia Militar de Minas Gerais, coisas absolutamente essenciais. Embora eu cite o meu exemplo, eu sei que isso acontece com praticamente todos os Parlamentares aqui. Ao destinarem emendas para as suas bases, estão procurando resolver problemas na área da segurança, da saúde. Temos um PLN que atende ao Ministério da Saúde. Estou preocupadíssimo em garantir o pagamento de recursos não só ao Hospital São João de Deus, em Divinópolis, mas à santa-casa, em Belo Horizonte; ao Hospital da Baleia; ao hospital nas várias cidades no interior de Minas, que a gente busca representar com dignidade.

É claro que a nossa vida parlamentar nos impõe a responsabilidade do voto responsável em cada momento, mas representar a sociedade, buscando amenizar os seus problemas e garantindo recursos para a saúde, para a educação, para a segurança pública em cada Município onde atuamos, também é uma missão do Parlamentar. Alguns, em alguns momentos ou, às vezes, até num tom crítico, falam como se isso fosse clientelismo. Não! Não há absolutamente nada de indigno em exercer algo que é previsto na Constituição como representante do povo.

O exercício da missão parlamentar é legislar, fiscalizar, representar, trazer as demandas e lutar para que elas se materializem, se viabilizem em soluções. PLNs, projetos de lei que tratam de suplementar o Orçamento, na sua grande maioria, senão totalidade, vão atender a demandas, e, ao fim do ano, se não forem adequadas, não se consegue concluir a execução do Orçamento, não se consegue atender a demandas na saúde, na educação, na segurança pública, na infraestrutura, no funcionamento elementar da máquina pública. Atuei várias vezes na Comissão de Orçamento e sei como isso é analisado com critério não só pelos nossos assessores, mas, obviamente, pelos Parlamentares.

Aqui, hoje, eu reitero esse apelo.

Vou concluir a minha fala, sem mesmo usar todo o tempo. Vamos nos empenhar em nos mantermos em Plenário. Que os Srs. Senadores que ainda não estão em número suficiente venham ao Plenário para que possamos votar todos os PLNs que estão na pauta, que são de absoluto interesse do País e não podem representar aqui uma disputa de natureza partidária.

Chega! Passaram as eleições. Vamos nos unir a favor do Brasil e buscar a solução para os graves problemas que a população deseja ver resolvidos, o que é a nossa missão.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro, se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O próximo orador inscrito... Nós estamos em processo de discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não há mais oradores inscritos.

Eu vou passar à votação. Vou chamar os Senadores que venham ao Plenário.

Eu não posso fazer votação...

Vou discutir o próximo PLN enquanto os Senadores... Vou discutir o próximo PLN enquanto os Senadores não comparecerem ao Plenário. Eu peço aos Senadores que compareçam ao Plenário da Câmara dos Deputados. Vamos fazer votações nominais.



O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) – Sr. Presidente, na votação, Deputado Arthur Maia votou com o seu partido, o DEM.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ) – Sr. Presidente, só para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 12, de 2018. (*Pausa.*)

Não há inscrito para a discussão.

Deputado Luiz Carlos Hauly está presente? (*Pausa.*)

Deputado Domingos Sávio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É outro projeto. Pode falar se quiser.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas aproveito para reiterar: já poderíamos iniciar as votações. O projeto... Encerrou-se a discussão. Não há quórum do Senado. Portanto, é fundamental que haja esse esforço de Câmara e Senado para votarmos ainda hoje todos os PLNs.

É essa a minha manifestação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (DEM - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para registrar a presença dos policiais ferroviários federais e da Guarda Portuária, que tanto almejam a votação do veto e que estão aqui nas nossas dependências. É uma honra recebê-los, explicando, Sr. Presidente, que não adianta votarmos os vetos, na medida em que não temos o quórum necessário para isso. Por isso V. Exa. tomou a acertada medida de, junto com o Plenário, num grande acordo, começar pelos PLNs, Sr. Presidente.

É apenas esse registro que eu gostaria de fazer, aguardando que venham os Senadores para que possamos efetivamente votar o PLN.

Obrigada a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu peço aos Senadores que venham ao Plenário.

A presença que vai valer vai ser a presença daqui do Congresso Nacional, porque eu vou cancelar a sessão do Senado. Portanto, a presença que vai valer vai ser a presença aqui no Plenário da Câmara dos Deputados.

PLN 20.

Discussão em turno único do Projeto de Lei nº 20 de 2018.

Ao projeto foi apresentada uma emenda.

O Parecer de nº 16, de 2018, o Relator foi o Deputado Hiran Gonçalves, concluiu pela aprovação do projeto, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Em discussão o projeto.

Para discutir, novamente, o Deputado Hildo Rocha.

Eu peço à Mesa que avise aos Senadores que nós estamos em processo de votação nominal.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais um PLN de grande importância para ser aprovado no dia de hoje, o PLN que abre crédito suplementar para órgãos do Governo Federal, para o funcionamento da máquina pública.



Eu queria, Sr. Presidente, pedir a V. Exa. que também incluísse na pauta de hoje, caso seja possível, o PLN nº 31, que já foi aprovado no dia de hoje lá na Comissão Mista de Orçamento, que abre crédito para diversos órgãos da Justiça, inclusive a Justiça do Trabalho.

Lá no Maranhão, para a cidade de Imperatriz, está destinando, nesse PLN, R\$1,5 milhão para a construção da sede do Tribunal do Trabalho na cidade de Imperatriz. Beneficia esse PLN também o Estado do Rio de Janeiro, com a construção do Fórum Trabalhista lá em Petrópolis; também as cidades de Resende, Macaé e Caxias; também beneficia o Estado de São Paulo, porque vai adquirir imóvel para o funcionamento do Fórum Trabalhista de Osasco, de Guarujá, em São Paulo; também a construção do edifício sede da Vara do Trabalho lá no Paraná, na cidade de Guarapuava; e também a ampliação do edifício sede do Fórum Trabalhista de Londrina, no Paraná.

Então, é importante que os Deputados do Paraná solicitem, da mesma forma, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira, que inclua na tarde de hoje ainda, se possível, a apreciação desse PLN, que é o PLN 31.

Além disso, beneficia algumas cidades de Minas Gerais, por exemplo São João del Rei, que vai adquirir um imóvel no valor de R\$1,9 milhão para a Justiça Federal; a aquisição também do edifício sede da Justiça Federal em Mauá, no Estado de São Paulo...

Então, esses recursos que estão sendo abertos através desse PLN vão beneficiar o Estado do Pará, o Maranhão, a cidade de Imperatriz, o fórum trabalhista da cidade de Imperatriz, além da reforma do fórum em Santos, São Paulo.

E eu queria pedir aos demais colegas que interviessem junto ao Presidente, Eunício Oliveira, para que ainda incluísse nessa pauta esse PLN, que já foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento.

E peço aos Srs. Deputados e Deputadas que votemos a favor do PLN 20.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Para encaminhar, Deputado Luiz Carlos.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PODE - MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto coloca recursos em alguns Ministérios, e, olhando ali, um dos Ministérios é o Ministério dos Transportes.

Aproveito a oportunidade para tratar justamente desse tema sobre o Estado de Mato Grosso. Queria fazer esse destaque: em Mato Grosso, apenas 20% das estradas, das rodovias federais, estão pavimentadas.

Nós temos travado uma luta imensa para que os nossos produtos cheguem aos mercados de forma competitiva, mas fica difícil quando nós temos, por exemplo, como concorrentes os Estados Unidos, que têm infraestruturas hidroviária, ferroviária e rodoviária que competem entre si, são muito estruturadas e, além disso, integradas.

Nós temos muitas dificuldades. Além disso, além de serem poucas, quando chega o dinheiro, nós temos dificuldades em obter licenças para que essas rodovias sejam concretizadas. E não é só em Mato Grosso, é no Amazonas, Rondônia, Acre. No Mato Grosso, a rodovia BR-242, há quase oito anos, está esperando licença, e essa licença não sai.

Às vezes, as pessoas perguntam se eu tenho alguma coisa contra o Ibama. Não, não tenho. Eu tenho é a favor de Mato Grosso, mas não deixa de ser alvissareiro, neste momento, saber que



estão indo recursos para o Ministério dos Transportes, porque, lá em Mato Grosso, nós estamos precisando terminar a BR-080, a BR-158, a BR-174. E precisamos terminar a BR-163, a duplicação da BR-163.

Neste particular, e já faço esse direcionamento aqui não a este Governo, mas ao próximo governo, e aqui falo já ao Ministro Joaquim Levy, do BNDES, que emprestou dinheiro para Cuba, para Venezuela, para Moçambique, para Angola: há uma rodovia em Mato Grosso que precisa ser duplicada e precisa de apenas R\$3 bilhões, apenas R\$3 bilhões. Se for comparado com o que foi mandado para esses países é dinheiro de troco. Então, já que se está falando em abrir a caixa-preta do BNDES, espero que seja aberta, mas que sejam mandadas algumas notinhas para terminar a infraestrutura do Estado de Mato Grosso.

Dito isso, Sr. Presidente, temos hoje também alguns temas importantes que vamos tratar aqui, como o projeto da Lei da Ficha Limpa. Hoje recebi uma saraivada de pessoas, no meu Twitter, nas redes sociais, falando sobre os votos dos Parlamentares.

Primeiro, eu quero dizer que, como representante do Estado do Mato Grosso, não sou pautado pelas redes sociais. Vou fazer o meu voto aqui. Já declarei antes que sou totalmente a favor da Lei da Ficha Limpa, vou fazer de tudo para preservá-la. Agora, não adianta me xingar nas redes sociais e achar que vou ser pautado por ela, porque não vou. Vou votar com a minha consciência, achando que essa lei foi um avanço e que nós temos de preservá-la e mantê-la para o bem do País e do Erário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva, para falar em contrário.

Deputado Orlando Silva. (*Pausa.*)

Deputado Orlando.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, Senadores, Senadoras, eu considero que o Congresso Nacional é testemunha, neste momento, de um debate chave para a vida do País.

No dia de hoje, nós teremos a oportunidade de fazer uma discussão sobre a Medida Provisória nº 844, que versa sobre mecanismos que podem produzir a privatização do saneamento. No movimento social, essa medida provisória foi apelidada de "medida provisória da sede", porque a consequência imediata da votação dessa matéria pode ser a liquidação de um sistema público de saneamento que garanta a oferta de água, a oferta de água de qualidade para a população brasileira, que liquide a possibilidade de Municípios e Estados tratarem os esgotos, garantirem o equilíbrio ambiental, sem que haja a remessa direta, *in natura*, de afluentes para os nossos rios. Portanto, impedindo um impacto ambiental muito forte, que só pode ser evitado se houver uma política determinada de governos para garantir investimentos de infraestrutura no saneamento do nosso País.

A conversa de que não há recurso público para garantir a infraestrutura de saneamento é mentira. Nós temos de romper com as amarras da Emenda Constitucional 95, que impede a capacidade de investimento no Estado, naquilo que significa qualidade de vida para o nosso povo. E nós temos que romper com essa falácia de que apenas a presença do setor privado garantiria recursos, investimentos e eficiência no tratamento do saneamento no Brasil.



Eu venho de um Estado, o Estado de São Paulo, em que a Sabesp é um exemplo de uma companhia pública, de uma empresa pública, que tem um papel chave para garantir a infraestrutura, o investimento, o saneamento e a qualidade da água.

Aliás, aqui mesmo, neste Plenário, nós temos alguns Deputados do Estado de São Paulo que tiveram experiência neste tema. Recordo do meu amigo, Deputado João Paulo Papa, do PSDB de São Paulo, para falar apenas dele, que teve uma experiência importante na gestão da Sabesp e sabe o papel que tem uma empresa com a dimensão e com a capacidade técnica da Sabesp, testada ao longo de décadas de construção da rede de saneamento de São Paulo e que está pronta para fazer investimentos e cuidar da saúde do povo, da gente, da nossa gente do Estado de São Paulo.

A Bancada do PCdoB vai votar contrariamente à Medida Provisória 844, porque ela abre caminho para realizar, no plano nacional, aquilo que algumas cidades e Estados já realizaram: o Estado de Tocantins privatizou o saneamento no modelo projetado pela medida provisória; a cidade de Manaus privatizou o saneamento no modelo projetado pela medida provisória. E, nesses dois casos, de um Estado da Federação e de um Município importante, de uma capital, o que se viu foi a redução do investimento, o que se viu foi o abandono de populações carentes, parcelas imensas dessas cidades e Estados que não tiveram mais o apoio, a presença, o investimento do Poder Público. E as empresas privadas assumiram o filé *mignon*, aquilo que é mais rentável desse setor, e não há um subsídio cruzado, não há a possibilidade de que algo que é mais rentável financie algo que seja deficitário. E esse cruzamento é que dá sustentabilidade para investimentos na área de saneamento, na área de água.

O Brasil não pode estar na contramão do mundo. O mundo passou a viver um momento em que o Estado tem um papel de investidor na área de saneamento, na área da água. O Brasil não pode entrar também, nessa matéria, na contramão.

Por isso que a posição da nossa bancada é esta: está alinhada com movimentos sociais de defesa do meio ambiente, está alinhada com movimentos de entidades representativas de engenharia sanitária, de gestores municipais e estaduais na área de saneamento, está alinhada com o interesse do povo brasileiro.

Por isso que, em nome da Bancada do PCdoB, eu quero manifestar a nossa posição contrária à Medida Provisória 844, que não dá para remendar. Por isso que nós vamos derrotá-la e, a partir desta semana, definitivamente, sepultar a Medida Provisória da Sede.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Discussão em turno único do Projeto de Lei 29.

Para discutir a matéria, Deputada Alice Portugal.

Está presente?

A Deputada Alice está presente? (*Pausa.*)

Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – É que o Plenário está concorrido hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Senadores e Senadoras, nós estamos a discutir esses PLNs e eles foram colocados à frente dos vetos exatamente para que se desse tempo para a análise da maturação, da chegada de Deputados e Senadores.



Então, eu quero primeiro dizer que a Funai precisa do nosso apoio, precisa do crédito, precisa do respeito e precisa, acima de tudo, que no próximo Governo não seja considerada como pária do processo administrativo brasileiro.

Por isso, o PCdoB vai apoiar o PLN.

Quero também dizer aos policiais ferroviários federais que eles merecem ter a sua garantia profissional de carreira garantida, nessa derrubada do veto que virá por aqui. E estamos aqui vigilantes para esse direito dessa categoria, que foi tão prejudicada no Governo Collor e que até hoje não conseguiu reestruturar a sua musculatura profissional. E nós estamos à disposição para continuar essa luta. A PRF aguarda também essa garantia dos créditos em próximo PLN a ser votado.

Com muita honra, fui fundadora da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, que padece por falta de pessoal, precisa reformar os seus postos, precisa de mais concurso, homens e mulheres na fronteira, precisa sem dúvida de manter a sua relação democrática que hoje ainda vige no interior dessa corporação. Então, são PLNs importantes, são vetos indispensáveis, e nós estaremos aqui.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que o que nos chama atenção é a tentativa ainda de votar a medida provisória do saneamento. Essa medida, lamentavelmente, quebra a autonomia dos Municípios. Ela abre o caminho, territorializa a possibilidade da privatização da água. E nós sabemos que, onde foi privatizada, infelizmente os mais pobres, aqueles que estão em cidades distantes não serão fruto da ambição dessas empresas que os deixarão sem serviços.

Mesmo os consórcios intermunicipais não têm condições financeiras para bancar que se realize um sistema próprio, regional. Por isso, é muito importante a intervenção, a intermediação do Estado.

Quero aqui dizer que, desde a primeira hora, ainda nos governos antigos, do Senador Antônio Carlos Magalhães – o original, não o potinho de veneno que lá está em Salvador –, nós enfrentamos a tentativa de privatização da Embasa. E nós defendemos a Embasa pública, defendemos o saneamento para todos os baianos e baianas. Defendemos que as tarifas sejam justas e que o serviço seja de qualidade.

Por isso, mantemos a coerência histórica e estamos neste momento obstruindo. Vamos votar contra a medida provisória que pavimenta o caminho para a privatização. Entendemos que houve, por parte do ministro das Cidades, um esforço. É necessário reconhecer que houve um esforço. Um esforço que, inclusive, diminuiu a virulência da medida provisória. Mas, mesmo assim, ela compõe um quadro privatista, que, para nós e para o povo brasileiro, especialmente os mais pobres, das cidades interioranas, não interessa.

A MP do saneamento, portanto, terá, por parte do PCdoB, a sua obstrução e o voto negativo. Portanto, são essas as questões que gostaria de levantar. Mas ainda, nesse minuto restante, dizer que esta sessão que perdura é importante que perdure mais ainda, porque estão lá de prontidão aqueles que querem tirar a liberdade de cátedra, o direito ao cumprimento do rito constitucional nos arts. 205 e 206, que é a garantia da plenitude da liberdade de cátedra, do direito de ensinar e aprender, com esse *pool* de projetos que chamam de Escola sem Partido, quando, na verdade, é a escola de um partido, o partido do eleito através do engano da maioria da população brasileira, o que haverá de se dissipar logo nos primeiros dias de seu mandato.

Entendemos que é necessário escola com liberdade.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

Deputada Erika Kokay com a palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Não temos problema de mérito com praticamente todos os PLNs. Portanto, este PLN específico tira despesa, remaneja despesa do mesmo órgão. Portanto, não temos problemas acerca disso.

Há um PLN que ainda não passou na CMO porque o Governo quer fazer algumas modificações nele. Portanto, este PLN pode ser retirado de pauta, que é o PLN 38, que inclusive retira dinheiro do FAT e joga esses recursos na política de segurança. Mas há um problema técnico que deve ser apreciado na Comissão apenas na próxima terça-feira.

Portanto, não temos problemas acerca do PLN. Nosso problema diz respeito à tentativa de segmentos que acham que água e saneamento são mercadoria, de aprovar aqui e validar a MP 844, que abre o caminho para a privatização da água. Já existe inclusive, neste Parlamento, um projeto que explicitamente busca privatizar a água. Água é fundamental para a vida.

Ontem, fizemos um esforço para aprovarmos recursos do FGTS, para que eles possam ser utilizados pelas santas-casas, porque entendemos que isso diz respeito à saúde. Saúde é vida, e a água é saúde e vida. É preciso que entendamos que, ao transformar a água em mercadoria, o saneamento em mercadoria, a lógica passa a ser a lógica do lucro. Isso representará, sem nenhuma dúvida, um aumento das próprias tarifas e a eliminação do subsídio privado, ou cruzado, melhor dizendo. Quando você tem uma região que possibilita o lucro, esse lucro pode ser utilizado nas regiões, que são regiões que concentram população com a renda inferior.

Portanto, privar parte da população brasileira de ter acesso à água, de ter acesso ao saneamento, é extremamente cruel, num País que tem aprofundado a sua desigualdade particularmente desde que tivemos a nossa democracia em um pelourinho, a nossa democracia está sendo açoitada – açoitada! É preciso acarinhar a democracia, cicatrizar as suas feridas, que estão sendo impostas por um Governo que não teve votos da população. E vamos provavelmente ter um Governo, no próximo ano, que foi eleito em cima de uma política de ódio ou de um discurso de ódio. Esse discurso que quer silenciar aquele que é diverso, aquela que é diversa. Esse discurso de ódio, que busca fazer com que o Brasil continue perenizado e agarrado à condição de ser o quinto País do mundo em feminicídio.

Aliás, quando discutirmos aqui os PLNs, é bom que aquele que diz que será o Ministro da Economia entenda que este Parlamento precisa ser respeitado. Dizer que não se importa com a discussão do Orçamento porque, no ano que vem, ele fará as modificações necessárias e dizer que esse Parlamento precisa de uma prensa para se submeter e ser sabujo de uma pauta que não é fruto da pluralidade, e da vida, e da vivência, e do funcionamento deste Parlamento, ou deste Poder, é ferir uma cláusula fundamental para que nós possamos ter, de fato, uma República. Nós estamos vivendo, digo eu, tempos muito difíceis: querem calar educadores, querem calar alunos, querem impedir que se aprenda a aprender; querem impedir a consciência crítica e arrancar de dentro de nós mesmos uma humanidade que só se reconhece com o outro. É com o outro, é na alteridade que nós nos tornamos humanos. É também na liberdade que nós nos fazemos humanos. Aliás, o ato de criação, de desenvolvimento cultural, de desenvolvimento científico, é ato de liberdade. Criar, a arte é ato de liberdade. A cultura é ato de liberdade. Arrancaram de nós uma condição de sermos sujeitos do nosso corpo, do nosso querer, do nosso sentir, do nosso pensar, e nos transformar em receptáculos vazios a engolir um conteúdo como pílula pronta, onde não cabe



argumentação e estranhamento é eliminar a pedagogia que liberta, a pedagogia que emancipa, a pedagogia que faz deste País um grande País que viva o seu próprio ideal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Próximo PLN.

Há um pedido do Líder do Governo para que o PLN 38 eu segure aqui para uma discussão final, se for o caso, ou não.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Projeto...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Uma informação que eu quero requerer de V. Exa.: há sobre a mesa um PLN, de nº 31, que eu não ouvi quando o senhor apresentou os PLNs a possibilidade de examiná-lo. Eu queria fazer um apelo: como eu não ouvi...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar! Vamos votar!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – ... se o senhor poderia incluir o PLN nº 31...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Se houver anuência do Plenário, eu obviamente incluirei.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – É sobre isso que eu lhe pergunto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Se houver anuência, eu incluirei.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Muito obrigado, Presidente, por atender meu pedido.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Se houver anuência do Plenário, está incluído.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Presidente, o 38 V. Exa. vai deixar para depois?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 38 eu estou tirando de pauta, para discutir depois, se for o caso ou não.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Por que, Presidente? Só para entender.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Tira não, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou fazer uma proposta depois; aí então ele pode até sair totalmente de pauta.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – ... já deu!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – E o 31, Presidente? E o 31? (*Pausa.*)

E o 31, Presidente? Qual é o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 31 V. Exa. está pedindo para inclusão, é outra coisa.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – É que há sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Eu estou calmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vai dar tudo certo.

O PLN 19...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vinte e nove.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Dezenove. Deputado Caio Narcio, para discutir.



O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vinte e nove.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Caio Narcio está presente?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Caio está presente? (*Pausa.*)

Deputado Pompeo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Pompeo está aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Para encaminhar contrário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos debatendo e discutindo, dentre os vários PLNs, um que trata de uma suplementação de verba para a saúde e para a educação. É óbvio que todos nós queremos mais recurso para a saúde, mais recurso para a educação, verba para os nossos hospitais, para as nossas universidades, para pagar dignamente os nossos professores, para acabar com as filas de cirurgias eletivas nos hospitais no Sistema Único de Saúde. Mas nós só estamos votando isso, Presidente, porque lá atrás, há dois, três anos, nós votamos aqui o projeto de emenda à Constituição chamado PEC do teto, que cortou o dinheiro da saúde, que cortou o dinheiro da educação. Por isso que falta dinheiro para a saúde, falta dinheiro para a educação. Por isso que os nossos hospitais no Rio Grande do Sul estão fechando, as santas-casas mendigando, os hospitais só atendendo na urgência e na emergência. E agora nós temos que aprovar aqui PLNs numa espécie de mendicância para suplementar dinheiro para a saúde, que foi tirado da mão grande.

Nós estamos aqui colocando de colherinha, a conta-gotas, o dinheiro na saúde, o dinheiro na educação, quando nós sabemos que tiraram de balaio, tiraram de apă, tiraram de concha, tiraram de retroescavadeira. Levaram dinheiro para a saúde... E o dinheiro público é que nem coberta curta: tem para os pés, falta para a cabeça; tem para a cabeça, falta para os pés. Tiraram o dinheiro público da saúde, tiraram o dinheiro público da educação, e agora está faltando. E aí, como que dando presente, nós estamos aprovando aqui os PLNs, como se estivéssemos fazendo aqui um favor, uma benesse para a saúde.

Nós estamos devolvendo o mínimo do mínimo do muito que foi tirado na mão grande por esta Casa, pelos Srs. Deputados, quando votaram aqui a PEC do teto, a PEC da morte da saúde, a PEC da morte da educação. Mas não teve o voto do PDT, não teve o nosso apoio, teve a nossa crítica. E hoje as pessoas estão enxergando os hospitais fechando, as universidades mendigando, as filas da morte nos hospitais. Isso tem que ser denunciado.

Para finalizar, Presidente, eu quero dizer que nós estamos votando nesta Casa também a Escola sem Partido, um projeto de lei que diz que não pode haver partido nas escolas, sugere isso. Eu sou a favor: eu não quero partido nas escolas. Mas eu não quero mordça nas escolas! Eu quero liberdade, eu quero pluralidade, eu quero professor com direito à cátedra de dizer o que sabe, transmitir o que conhece para os seus alunos. Eu quero uma escola formadora de seres humanos, preparando para a vida, e não uma escola miserável, onde o aluno vai filmar o professor para entregar para a polícia, onde o aluno vai filmar o professor para denunciar ali na esquina. Isso vai abrir uma guerra, o ódio entre o aluno e o professor. Vão destruir a educação, vão destruir a escola. A escola vive da liberdade que se exercita. Ali há muitas perguntas, e haverá sempre muitas respostas.



Eu sou filho da educação. A educação emancipa, a educação liberta e a educação tem o simbolismo da capacidade de fazer com que as pessoas vivam a diferença, convivam com a diferença, tenham a pluralidade. Se eu não posso dar um mundo melhor para meu filho, para as novas gerações, eu quero pelo menos dar um filho, dar uma nova geração melhor para o mundo. E isso depende de quem? Tão somente da educação, mas a educação com liberdade. Não é amordaçando o professor, não é impedindo o debate na escola, não é impedindo que as pessoas possam discutir o cotidiano, o dia a dia, os fatos corriqueiros que nós vamos fazer uma escola melhor. Não, é liberando a escola para que ela tenha a liberdade de o professor exercer a cátedra e fazer a educação, acima de tudo, democrática, democrática e democrática!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PLN 21.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, uma indagação, pois tentei me inscrever e não consegui. No PLN 12, que trata de recursos para o Ministérios das Relações Exteriores, é a basílica da Palestina. Eu não achei a lista de inscrição. Está na...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Nobre Deputado, lamentavelmente já foi encerrada a discussão lá atrás. Eu posso inscrevê-lo num outro e V. Exa. pode falar sobre ele, porque eu não votei ainda.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Eu estou inscrito aí em alguns, mas vou falar sobre isso.

Então, foi lido já? Foi apreciado? Não lembro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 12 já foi discutido.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Já. Foi o segundo, nós estamos no sexto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Está bem.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Presidente, uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Edmilson.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma contribuição: será que nós não estamos ficando muito distantes da discussão para a votação, Sr. Presidente? Será que nós não poderíamos votar dois ou três PLNs, discutir e votar dois ou três, para não ficar muito longe da matéria? Senão, depois, na hora em que nós formos votar a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou fazer...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – ... já estará lá na frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Foi o acordo que eu propus e foi o acordo aceito pelo Plenário.

Deputado Edmilson.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, posiciono-me contrariamente a esse PLN, e é a posição do nosso Partido, o PSOL, por dois motivos: porque, neste caso, ainda que tratemos de um PLN e tratemos, portanto, de remanejamento, às vezes é menos grave quando há anulação na própria instituição e há apenas um remanejamento. Neste caso aqui, o Ministério das Cidades teria um remanejamento interno



para o Programa de Gestão de Manutenção do Ministério das Cidades, ou seja, para atividades meio, para a burocracia. Perderia o Programa Moradia Digna, ou seja, o objetivo fim do ministério. Não é justo.

Outra: o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, neste caso aqui, perderia em favor de outras atividades. Então, acaba sendo um ganha e perde a que, de um modo geral, não há muito como ser contra e não haverá grandes prejuízos à Nação brasileira se aprovado.

Mas nós, particularmente, estamos contrários agora, e eu vou dar um argumento fundamental e queria a atenção das Lideranças. Se vocês tiverem acesso, como a nossa assessoria nos mostrou, ao último relatório da Fazenda, publicado em setembro, relativo ao quarto bimestre, na relação entre despesas e receitas primárias – eu não estou falando da dívida pública, das despesas financeiras, mas das despesas primárias – há um superávit de R\$8,2 bilhões no quarto bimestre. Por que, então, nós ficamos aqui tirando R\$300 milhões, R\$400 milhões – neste caso aqui, R\$180 milhões – em favor de uma instituição, às vezes remanejando dentro de uma própria instituição, se há superávit? Principalmente a maior crítica é quando se tira de uma instituição para outra, de um programa para outro, prejudicando um planejamento e, em tese, favorecendo outro, o que, a rigor, cria um desequilíbrio, na medida em que não se justifica financeiramente, já que o próprio Governo... E todos podem checar, pelo último relatório, publicado em setembro, portanto, do quarto bimestre, que terminou em agosto, e é o último relatório publicado, nós temos superávit de R\$8,2 bilhões.

Grande parte dos PLNs aqui tratam de valores bem inferiores. Mesmo valores como R\$180 milhões estão longe do superávit. Há aqui PLNs, como o já votado, que tratavam de remanejamento de R\$10 milhões. Nós estamos falando de mais de R\$8 bilhões. Então, por que prejudicar programas importantes? Neste caso aqui, nós estamos falando do Moradia Digna.

Ainda hoje o Ministro das Cidades veio aqui. Os programas todos estão paralisados praticamente. Então, como é que se justifica investir em atividades meio, talvez para pagar salário de assessor de PN, não de PLN, muitas vezes gente que tem, na verdade, o único compromisso de representar interesses de um político safado.

Então, não é justo prejudicar programas de caráter social, quando não há justificativa financeira. Então, a posição do PSOL é contrária a este. Em alguns casos, apesar de críticas, nós nos posicionamos favoravelmente.

Eu queria, Presidente, apenas concluir, aproveitando esses 45 segundos, dizendo: fiz hoje uma brincadeira, tomei a liberdade, com o delegado federal, o Deputado Wadlih, porque ontem ele se antecipou, talvez assumindo o mea-culpa, ou como uma espécie de vacina, para justificar a nomeação do Joaquim Levy, o homem do Banco Mundial, diretor financeiro, porque, ao participar do Governo Dilma, ele, que já era tido como um terceiro escalão no âmbito do grande capital financeiro mundial, ganhou estatura com o golpe, com o *impeachment* da Dilma e hoje está sendo aí guindado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. Deputado Chico! Deputado Chico Alencar. Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos examinando pelo menos 12 projetos de lei do Congresso Nacional, que, simplificando, tratam de remanejamentos orçamentários. Isso é necessário porque a realidade é



dinâmica, exige certa flexibilização, mas, nesse caso aqui, nossa preocupação é que o PLN está retirando recursos do Programa Moradia Digna, do Cartão Reforma e da contribuição brasileira à ONU em programas sociais internacionais, para privilegiar programas e concessões para parcerias público-privadas. Isso, na nossa visão, não é adequado. Há um descaso evidente com a população que mais precisa desses investimentos públicos.

O novo Governo, de viés liberal-autoritário e de dinâmica policialesca, fiscalista e punitiva, já anuncia a manutenção do congelamento de gastos pelos próximos 19 anos, como já implantado pelo Governo atual, Temer, e, inclusive, para os servidores públicos nenhum reajuste em 2018, nem o acordado, chocando-se, aliás, com o que o Senado decidiu, modificando um projeto de lei da Câmara em relação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e à chefe da Procuradoria-Geral da República. O projeto foi modificado no Senado e estranhamente não voltou para a Câmara, como deveria, onde faríamos um bom debate à luz deste contexto nacional de crise, de arrocho, de dificuldades financeiras e também algumas exclusões dentro da chamada cúpula do Estado brasileiro, como a da Defensoria Pública, por exemplo. Tudo errado! Tudo equivocado! Então, a nossa manifestação aqui em relação a este PLN é negativa, é contrária. No momento em que ele for apreciado, vamos orientar o voto contrário.

Por outro lado, eu destacava aqui... Sinceramente não percebi a discussão dele aqui, não vi ninguém mencionar a questão do apoio à reconstrução da Basílica da Natividade, em território palestino. Isso é uma sinalização muito boa, e o Ministério das Relações Exteriores, através dos seus dedicados servidores, já nos procurou há bastante tempo para que garantamos esses recursos.

É muito momentoso esse tema, na medida em que o futuro Governo, que parece que, a cada dia, traz uma iniciativa bomba em relação ao bom senso inclusive internacional, além de interno, já fala em transferir a Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém. Até Jesus Cristo é contra, como disse o Deputado Paulo Delgado aqui, porque Jesus não queria uma embaixada em um lugar que deve ser, como é hoje, de convivência de todas as grandes denominações religiosas.

Esse tipo de transferência é para conflitar. Aliás, só dois países no mundo, a começar pelos Estados Unidos de Donald Trump, tomaram essa iniciativa belicosa, provocativa. E agora o Brasil entrar nessa é chamar problemas aqui para o Território nacional que jamais tivemos. Insanidade e insensatez!

Mas nós queremos manifestar o nosso apoio a esses recursos para essa reconstrução da basílica da Palestina, que é um montante singelo em relação ao Orçamento do País, mas que tem uma simbologia bastante importante.

Por fim, Sr. Presidente, nós queremos manifestar nossa crítica veemente à Medida Provisória 844. Parece que o Governo cedeu em um ou outro ponto, mas ela continua tendo este escopo maléfico de privatizar a gestão da água – um bem comum destinado a todos no Planeta, não pode ser objeto de gestão, ainda mais no viés do lucro – e do saneamento, tradicionalmente negado às populações mais pobres.

Dezenove dos 27 Governadores, entre eleitos e novos, já se manifestaram contrariamente. Nós diremos "não" e vamos obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Celso Pansera. Deputado Celso Pansera.

Vamos encerrar o PLN 21.

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, o microfone do lado de cá está mais baixo do que o do lado de lá. Se puder equilibrar o som aí...



Eu queria registrar, Presidente, algumas questões.

Primeiro, ontem, o Deputado Onyx Lorenzoni, que coordena a transição de governo, numa reunião com representantes da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, anunciou que a ideia de transferir as universidades e os institutos federais para o Ministério da Ciência e Tecnologia já não é mais uma ideia que será levada adiante pelo futuro Governo. É um recuo muito interessante, entre tantos recuos desse Governo, Deputada Erundina. Num momento de tantas incertezas políticas e ideológicas, de tantas confusões, de tantos cortes de orçamento de um Governo que vem com uma sede privatizante nunca antes vista neste País, encerrar esse debate dessa forma é muito interessante. Essa seria uma preocupação a menos para nós, se tivéssemos que fazer esse debate da transferência do ensino superior do MEC para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mas ainda temos um perigo latente, e seria importante também que o novo Governo olhasse para isso, que é a tal proposta da Escola sem Partido. Com a Escola sem Partido, quer se estabelecer dentro do sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis, uma censura em relação àquilo que um professor pode ou pode não falar em sala de aula. Tudo bem que se queira priorizar disciplinas de exatas! É possível que seja um debate interessante, mas esse é outro debate. Nós não podemos, por querer colocar o debate sobre as disciplinas de exatas e sobre o ensino técnico com mais ênfase, calar o debate sobre filosofia, sobre política e sobre a nossa história e ficar revisando a nossa história, como está sendo feito recentemente neste País de uma forma inacreditável. Mesmo os cursos de literatura são cursos que debatem profundamente a compreensão de sociedade e cultura. E nós vamos colocar no debate sobre literatura e sobre produção de texto a proibição da questão de gênero, a proibição de debate de história, a proibição de debate de conceitos filosóficos?

Não há como fazer escola sem partido, como está sendo colocado pelos defensores da ideia, sem atacar profundamente o direito de os professores darem uma aula livremente às nossas crianças e aos nossos jovens e buscarem formar um cidadão pleno, um cidadão para o futuro.

Então, essa é uma ideia que nós precisamos, de fato, nos contrapor, e seria interessante que o Governo eleito já indicasse a sua posição contrária para que nós cessássemos esse debate e passássemos a fazer o debate que realmente este País precisa fazer, que é o debate da geração de emprego, a retomada da economia, a retomada do funcionamento, disso que este Governo que está hoje no poder destruiu, que são os empregos, que são as leis trabalhistas, que é o direito de o cidadão brasileiro...

(Soa a campainha.)

O SR. CELSO PANSERA (PT - RJ) – ... trabalhar, sobreviver e dar uma vida digna a seus familiares.

Por fim, no PLN 29 – eu queria me colocar aqui –, existe um detalhe que é grande e importante: são R\$212 milhões que serão repassados para cobrir déficits da Casa da Moeda brasileira de 2017 e de 2018, que são recursos que o Governo recolheu na produção de selos e de rótulos de segurança e nunca repassou à Casa da Moeda, o que estava levando a Casa da Moeda à situação de insolvência.

Então, nós vemos com alívio e conversamos com o Presidente do Sindicato dos Moedeiros pela aprovação do PLN 29, importante para a Casa da Moeda brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PLN 25.

Discussão em turno único do PLN 25.



Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla. Está presente?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Nós estamos entrando aqui na área desse PLN, no momento em que, inclusive, a proposta orçamentária para o próximo ano está em análise e ela representa mais um aprofundamento da tragédia causada principalmente – mas não exclusivamente, mas principalmente – pela PEC conhecida como PEC dos gastos, que, na verdade, é um grande limitador dos gastos que voltam para a população. É impedir que aumentem recursos para a saúde, para a educação, para a assistência social, para a infraestrutura, para a moradia, para a valorização do salário, para sobrar mais dinheiro para aumentar os juros, o lucro daqueles que vivem da renda, que vivem da especulação financeira, que vivem da dívida pública.

E é preocupante a situação porque, a partir do próximo ano, nós vamos ter um Governo ainda pior do que o Governo atual. Nós vamos ter, para se ter uma ideia, um superministro da economia, Presidente Eunício, que não sabe o que é orçamento público – imaginem os senhores –, que não sabe que o orçamento público é aprovado no ano anterior pela Câmara e pelo Senado, que não sabe que o orçamento público é projetado e encaminhado pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo, que tem a desfaçatez e a ignorância – tenho que dizer isso mesmo, é a palavra certa – de virar para os Presidentes destas Casas e dizer: "Aprovem o que vocês quiserem. No ano que vem eu faço o meu orçamento".

Nós estamos vivendo a antevéspera da posse de um Governo, que, em poucos dias de eleito, já mostrou a que veio. Escondeu durante toda a campanha, mas agora consegue se revelar, apoiando iniciativas as mais absurdas possíveis. É o aprofundamento da perda de direitos em todas as esferas, que começa com o Governo Temer. E aí começam a vir a público, também desmascarando teses que há muito os apoiadores do fascismo, da direita mais empedernida, que ganharam essa eleição, tentavam construir.

Lembram que falavam que o Brasil estava quebrado? Agora o "Posto Ipiranga" descobriu que há US\$381 milhões e disse que não precisa tanto; quer gastar metade logo. São bilhões, US\$381 bilhões! E já disse que não precisa tanto, que pode gastar metade. Imaginem: o Brasil estava quebrado, agora tem uma reserva que é tão grande, que se pode gastar metade sem abalar a estabilidade da nossa moeda.

Lembram que diziam que a Petrobras estava quebrada? Agora um barril de petróleo, que custa US\$83, eles estão leiloando por US\$0,30 – US\$0,34 para ser mais preciso.

Tudo tem que virar negócio. Até a água tentaram transformar em um grande negócio extremamente lucrativo. Felizmente, este Plenário da Câmara dos Deputados inviabilizou a aprovação de uma proposta, através da Medida Provisória 844, que ia destruir o direito humano à água em nosso País, que ia inviabilizar a sustentabilidade da maior parte dos sistemas, porque essa medida... É bom deixar claro que eles ficam tergiversando sempre. Eles não podem defender a perda de direitos claramente, aí têm que mentir, têm que tergiversar, têm que inventar. Vêm com o discurso de que essa medida ia abrir para o capital privado. Mentira! Hoje você já pode ter investimentos privados...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – ... junto às empresas públicas. Em Salvador, minha capital, o emissário submarino é uma PPP. Não há nenhum impedimento.

O que eles não dizem é que essa medida provisória queria separar o joio do trigo: pegar os sistemas lucrativos e entregar para os seus parceiros, para os seus comparsas terem lucro; e pegar



os sistemas deficitários e deixar na mão do Poder Público, inviabilizando a continuidade do sistema.

Da mesma forma, eles querem fazer com a Previdência Social. O sistema chileno está falido; a população aposentada ganhando abaixo do patamar do salário mínimo. Tiveram que refazer, construir outro projeto. E para quê eles querem construir isso? Para dar lucro aos seus comparsas no sistema financeiro, porque a previdência privada... Transformar a previdência pública na previdência privada é a última fronteira dos lucros dos seus comparsas dos bancos...

(Interrupção do som.)

(Durante o discurso do Sr. Jorge Solla, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Moura.)

(Durante o discurso do Sr. Jorge Solla, o Sr. André Moura deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODE - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODE - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Marcos Rogério, Presidente da Comissão da Escola sem Partido, pediu para avisar que está encerrada a sessão da Escola sem Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Obrigado, Deputado.

O próximo orador inscrito é o Deputado Caio Narcio. Está aqui? Deputado Caio. *(Pausa.)*

Não? Então está encerrada a discussão do 25.

Passo à discussão do 14.

PLN 14, de 2018.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Deputado Eron Bezerra.

Eron Bezerra.

Ausente? *(Pausa.)*

Eron Bezerra, cadê? Oi. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado não chega à tribuna, eu vou fazer uma consulta ao Plenário, para incluir, Deputado Orlando, inclusive o PLN 31, que V. Exa. pediu. Eu vou fazer uma proposta. Como tem divergência no 38... Tem uma divergência no 38. Deputado Orlando, tem uma divergência no 38. Eu vou encerrar a discussão.

Calma. Calma, calma!

Eu vou encerrar a discussão, separar o 38; vou ouvir mais alguns Deputados que estão inscritos e separar o 38, votar em globo o restante e o 38 votamos em separado, para cada um colocar a sua posição.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, Presidente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pois não. Estou ouvindo.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu só queria renovar o apelo a V. Exa. para considerar um PLN que está na mesa, porque eu quero crer que há um consenso na Casa, que é o 31.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Se. V. Exa. prestasse atenção ao seu amigo! Eu acabei de dizer que incluindo o PLN 31...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Muito obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – À exceção do 38, todos os PLNs... À exceção do 38, que vou votar em separado, porque tem uma divergência, os demais eu quero votar em globo, se V. Exas. me permitirem agora.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Eu agradeço. É que o ruído está muito alto no Plenário e eu não pude ouvir as palavras sábias de V. Exa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero fazer um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pois não.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – ... pela unidade do PLN 38. É uma solução, talvez não a ideal, porque é recurso do FAT, mas a Polícia Rodoviária Federal está destrojada, precisa desse recurso para melhorar sua infraestrutura, comprar *scanner*, garantir novos postos, facilitar...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos concluir. Vamos votar!

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – ... a perspectiva de concursos.

Lá na Bahia, da sede caiu o telhado. Estão numa sede agora, mas alugada. Então, eu faço esse apelo.

É uma oportunidade que esta Legislatura, em fim de mandato, terá para melhorar e diminuir os impactos da crise sobre a Polícia Rodoviária Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só para informar à senhora, Deputada Alice Portugal...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só para informar à senhora que há um acordo já costurado para votar o PLN, mas alguns Parlamentares, alguns Líderes querem apenas colocar a posição da sua bancada, sem objeção à votação do 38, que também está na pauta.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Ah! Muito obrigada.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Tem que votar!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu me inscrevi contrário ao 38. Por quê? Eu queria fazer um encaminhamento para V. Exa., se houver acordo do Plenário.

A informação que eu tenho, que o próprio Senador Romero Jucá, na sessão da CMO, informou que o Governo tem interesse de alterar, porque está tirando 435 milhões do FAT, está retirando dinheiro do FAT.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – De qual PLN?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Então, o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – De qual deles? Do 38? Vamos fazer separado para vocês marcarem posição.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso, para nós, deixe separado. Para podermos manter o acordo anterior, eu preciso que esteja separado, porque eu me inscrevi contrário ao 38.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Acabei de dizer que farei separadamente a votação do 38.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – Deputado Eunício... Presidente...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma, só um minutinho. Eu me comprometi da Mesa e vou cumprir o que eu prometi.

Líder.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente Eunício, eu sei que haverá uma votação em globo, em bloco, de todos os projetos, de todos os PLNs, com exceção do 38.

Porém, eu gostaria de deixar o voto da Bancada do PSC contrário ao PLN 12, de 2018.

Portanto, que fique registrado o voto contrário no PLN 12 de toda a Bancada do PSC (Partido Social Cristão).

Registre-se, por favor, Presidente Eunício.

Presidente Eunício... (*Pausa.*)

Presidente Eunício, portanto, mais uma vez, repito: registrar o voto contrário ao PLN 12, de 2018. O voto contrário de toda a Bancada do PSC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Fica registrado o voto de V. Exa.

Eu vou, só para ordenar os trabalhos, pedir que os Srs. Parlamentares deem um minuto de atenção à Mesa.

Os PLNs, à exceção do 38, que não teve ainda um entendimento fechado, vou votar separadamente. Os demais – calma: 11, 12, 20, 29, 36, 19, 21, 25, 14, 15, 16, 33, 47, 48, 31 estão sendo votados em globo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Em globo. Só um minuto, com a atenção dos Parlamentares.

O PLN...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O PLN – calma – 38...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Fica para depois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É o único dos PLNs que estão sobre a mesa que nós vamos votar separadamente. Eu estou incluindo nesses PLNs o PLN 31 e eu pergunto à Mesa se tem parecer no PLN 31. Tem parecer da CMO, então.

Então, tem dois PLNs que não têm parecer ainda, mas foi feito um acordo de entendimento, que é o PLN 47 e 48, que vou designar o Deputado Andre Moura – que já fez a devida negociação em relação a isso – para relatar o PLN 47 e PLN 48. Os demais todos, todos os PLNs, à exceção do 38, eu estou votando em globo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Presidente... Não, Presidente. Há inclusão de novos PLNs?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PP quer fazer uma consideração a V. Exa.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Um de cada... Esperem aí, um de cada...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP) – Presidente, o PP quer fazer uma consideração a V. Exa. O Líder Arthur Lira pede que sejam excluídos do globo 11, 19, 25 e 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado, nós fizemos um entendimento aqui. É difícil fazer um entendimento e, na hora de votar, depois de discutir, modificar esse entendimento. Não é fácil.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – O PDT também não concorda em votar em globo, porque há matérias de diferentes Estados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Quais são...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Eu não posso concordar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Quais são? V. Exa. concordou...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – ... com um recurso tirado de uma ponte do meu Estado, do qual eu vou votar a favor. Eu não posso votar desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma. Calma, Deputado!

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – O acordo era para votar a favor, mas não em globo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou votar em globo, Deputado. Foi o acordo.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Não foi esse o acordo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma. Eu sei qual foi o acordo que eu fiz.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Não... Eu topei o acordo de nós fazermos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Se V. Exa. me deixar falar, eu vou lhe fazer a consulta. Qual é o PLN que V. Exa. está pedindo para votar em separado?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Onze, quatorze e quinze.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Espera aí.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSB - SP) – Sr. Presidente, eu também gostaria de deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho, por favor. Doze, quatorze e quinze...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Onze, quatorze e quinze.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Votarei os três em globo para discussão. Onze, quatorze e quinze... E o trinta e oito. Estão separados.

Então, vou botar em votação os demais PLNs.

Só um minutinho...

Deputado André Moura.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Desculpa, Deputado. Perdão. É porque aqui me fazem tanta confusão que eu fico desorientado.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM) – Eu sei, eu sei...



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pedindo desculpa ao Deputado Eron, que está na tribuna. Deputado André Moura, peço a V. Exa. que aguarde um pouquinho que eu vou dar a palavra por cinco minutos ao Deputado Eron.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSB - SP) – Dez segundos, Sr. Presidente. Apenas para registrar meu voto contrário ao PLN 12...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – V. Exa. está na tribuna, no telefone, ao vivo, para o Brasil.

O SR. ERON BEZERRA (PCdoB - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiro, quero parabenizar essa brevidade com que V. Exa. conduz, que vai certamente agilizar os trabalhos.

Mas eu quero, inicialmente, registrar aqui essa obra do nosso colega Deputado, *Saga Contra Hegemônica*, do Deputado Edmilson Rodrigues, do bravo Estado do Pará, que nos brinda com uma obra muito apropriada para o momento, que é uma saga contra-hegemônica, em que o autor discute exatamente de que maneira se contrapõe a essas opiniões que procuram estabelecer uma regra única para o mundo, para o Brasil e, em particular, para a nossa sociedade.

Bem a propósito, Deputado Edmilson, é o que nós estamos debatendo no momento lá nesse chamado projeto do Escola Sem Partido, que eu insisto que é na verdade a escola de partido único. Porque não se pode debater no momento com dogmas. Quando se discute ciência, eu apresento dados e ouço contra-argumentações, mas quem se orienta por dogma não tem como debater, porque o dogma é uma fé, é uma crença. Eu não posso discutir dogma. Então, se alguém quer discutir o criacionismo, eu tenho que aceitar apenas, mas eu não posso discutir, porque isso é uma convicção dogmática, está além da ciência. Evidentemente, nós podemos discutir a teoria da evolução de Darwin, a teoria da evolução de Alfred Russel Wallace, que, junto com Darwin, na verdade, desenvolveu a teoria da evolução. Mas, se alguém quer e briga por sustentar o direito do criacionismo, a mim compete apenas respeitar essa opinião.

Mas dogma não se debate, porque dogma é uma questão de fé, é uma questão de convicção, é uma questão de foro íntimo, que a nossa Constituição assegura e preserva. Não se pode discutir a fé e a convicção ideológica de quem quer que seja. É proibido, inclusive, quando se faz avaliação de um servidor, de um técnico, perguntar para ele qual é a sua religião, qual é a sua crença, qual é a sua convicção, porque isso é um problema de foro íntimo. Por essa razão, a mim soa completamente estranho que se procure discutir, neste momento, neste País, teorias e visões que, a meu modo de entender, não têm qualquer base científica na realidade.

Por isso, eu quero agradecer a obra do nosso colega Deputado Edmilson Rodrigues, que aqui está – *Saga Contra Hegemônica* –, que é muito apropriada para este momento, saudando-o, Deputado, por essa iniciativa e conclamando outros colegas Parlamentares que igualmente produzam obras neste Parlamento que tragam reflexões, que tragam luz a esse ambiente que se procura criar de absoluta escuridão, de absoluto obscurantismo, porque eu entendo que, só dessa forma e só dessa maneira, é capaz de a humanidade prosperar.

Nós saímos lá da selvageria, avançamos para a barbárie, chegamos à civilização. Mas é evidente que isso não ocorreu de maneira linear. Há gente que ainda está na barbárie, e há outros que nem saíram ainda da selvageria. Isso não é nada do outro mundo, e também é mais ou menos natural como a sociedade se desenvolve.

Por essa razão, eu, particularmente, que morei no meio da selva amazônica por anos da minha vida, sei perfeitamente que esse desenvolvimento da sociedade não ocorre de maneira



retilínea nem linear; ele vai em círculos e em espiral. Às vezes, nós temos exemplos de verdadeira barbárie em plena civilização e, às vezes, temos exemplo de plena selvageria ainda convivendo com a sociedade da civilização.

Mas, de qualquer maneira, nós estamos aqui para enfrentar esse bom debate, respeitando a convicção de todo mundo, respeitando as opiniões diferentes e querendo, apenas e tão somente, que igualmente respeitem as nossas opiniões, porque o debate não pode ser nunca unilateral. Por isso, Deputado Edmilson, é muito apropriada a sua obra contra-hegemônica, porque nós não podemos aceitar jamais pensamento único em qualquer cenário, em qualquer situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Antes de dar a palavra ao Deputado Andre Moura, eu quero a atenção para comunicar ao Plenário, para não ter dúvida.

Havia uma divergência no 38, e o restante todo, votado em globo. Depois, o Deputado do PDT... Nome de V. Exa.? Perdão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não. Nelson Marquezelli não é ele, não.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Afonso Motta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Afonso Motta. É isso? Deputado Afonso Motta me pediu para tirar o 11, 14 e 15. O.k.?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então, está votando separado. Depois, 11, 14, 15 e 38, separados.

A CMO...

Deputado Orlando, Deputado Orlando, V. Exa. faz muita confusão neste Plenário.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Presidente, não há acordo no 38. O PSOL...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 38 está fora.

Eu vou repetir pela enésima vez: 11,14, 15 e 38...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Isso. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vou votar em bloco, separadamente.

Os outros eu vou votar em bloco, por acordo, incluindo os PLNs com parecer: 31, 22, 28, 29 e 41. Todos com parecer da CMO. Nos termos do parecer, sem emendas.

Os dois, 47 e 48, eu vou pedir ao Deputado Andre Moura para cumprir o acordo que foi feito e fazer o relatório da Tribuna. E, na sequência, à exclusão do 11, 14, 15 e 38, vou votar os demais em bloco.

Deputado André Moura.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sr. Presidente, o PLN 47 abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal.

O nosso voto. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 47, de 2018, do Congresso Nacional, nos termos do substitutivo apresentado, acrescentando ao valor do crédito R\$100,5 milhões, conforme autorização do Ministério do Planejamento.



É esse o nosso voto, Sr. Presidente, no PLN 47. **(Íntegra do Parecer nº 11/2018-PLEN-CN – Vide item 3.2.1 do sumário)**

Posso fazer o 48, Sr. Presidente, a seguir, na sequência?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O.k.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE) – PLN 48?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Sim, senhor.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Em relação ao PLN 48, Sr. Presidente, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em favor dos Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria e Comércio, do Exterior, dos Serviços de Ciência e Tecnologia, Inovações, Comunicações e Meio Ambiente, Cidades, o nosso voto é na forma proposta pelo Executivo.

É a maneira como nós votamos, Sr. Presidente, como Relator do PLN nº 48. **(Íntegra do Parecer nº 12/2018-PLEN-CN – Vide item 3.2.2 do sumário)**

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou pedir... Por favor... Assessoria, por favor, porque, senão... Cada um chega dando uma opinião para o Deputado aqui. Eu vou votar a matéria.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O senhor já fechou o pacote.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Bom, eu vou fazer o seguinte. Eu vou fazer o seguinte e vou fazer em votação...

Eu vou excluir, a pedido de Parlamentares, de Líderes que me fizeram, o 11...

Deputado Arthur Lira...

Só um minuto, por favor!

O 11, o 14, o 15, o 19, o 25 e o 38 estão separados. Os demais citados eu vou votar em bloco.

Deputados e Deputadas, em votação.

Já citei isso aqui, já estou rouco de citar...

Esclareço ao Plenário que faremos votação em globo dos Projetos de Lei do Congresso Nacional: 12... O 11 foi tirado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O 11 não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... 12, 20, 29, 19...

O 19 e o 25 estão tirados.

... 21, 16, 33, 47, 48, 36, 31... Não, tem que substituir isso aqui...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – E 29.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma. O Bandeira está meio desorientado hoje.

... 22, 28, 29 e 41.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vinte e oito, vinte e nove e quarenta e um.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Presidente, 21...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só para não criar mais...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – É que o 21... Eu fui à tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Todos nos termos do parecer...



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – ... e não há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Quem está na tribuna?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Passa o 21 para o outro bloco, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou – 11, 14, 15, 19, 25 e 38 –, eu vou discutir depois que votar esse.

Eu vou tomar uma decisão com vocês depois que terminar esse. Senão, não voto nenhum.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Aprova o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Em votação.

Nos termos do parecer da CMO e do Relator em plenário – o Bandeira está comendo mosca hoje –, passa-se à votação dos projetos, nos termos dos pareceres da CMO e do Plenário.

Em votação na Câmara.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade dos presentes...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Presidente, não há unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – À unanimidade dos presentes.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Não, o 21...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O.k., o.k., aprovado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – ... nos posicionamos contra...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Exceto o 21, que V. Exa...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – A razão é simples e objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Marca posição contrária. O.k.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Tirar recursos da moradia digna...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O.k., já separei...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – ... que é o cartão para a reforma para passar para a burocracia do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Já separei e já dei a palavra a V. Exa. aqui.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Já foi votado e aprovado...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Já foi, agora o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Em votação no Senado.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Aprovadas.

As matérias vão à sanção presidencial.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Agora...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pois não, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se me permite, V. Exa...



Nós fechamos um acordo de procedimento com os PLNs que estavam na pauta, destacando a votação do 38 e depois apresentaram outros PLNs, mas foram incluídos PLNs que não estavam na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Foram incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não. Os que foram incluídos: 31, 47, 48, eu consultei o Plenário, e ninguém se manifestou. Todos a favor.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Não, mas não estavam na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu sei que não estavam, mas eu consultei o Plenário.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Não, mas nós não conhecemos os PLNs...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, aí já foi votado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Nós não...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Já foi votado...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Não, nós não...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu posso colocar de ofício inclusive, Deputada. Foi o que eu fiz, com anuência do Plenário. V. Exa. não se manifestou contrariamente. Não adianta os assessores chegarem agora, depois de votado, e ficarem aqui dando opinião e dizendo o que tem que ser feito.

Assessor não vai definir o que a Presidência e os Parlamentares decidirem aqui de diferente.

Eu vou pedir atenção, Deputada Erika... Depois vêm um, dois, três, quatro, cinco assessores para depois dar opinião diferente. Deputada Erika, vou botar em votação. Estou pedindo a atenção de V. Exa.

PLNs 11, 14, 15, 19 e 25, não houve acordo para votar em globo. A consulta que eu faço – e o 38 –, a consulta que eu faço ao Plenário é que... O 38, houve um entendimento com alguns Líderes marcando posição contrária. Eu vou botar o 38, como eu disse, separado, agora, depois vou discutir os outros, para que os Líderes que queiram marcar posição do seu partido dizerem "vota contra, é isso"... Como é que é? O 38 em votação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Nós acordamos de fazer a discussão em separado do 38, porque há divergência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, a discussão já foi feita.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Os outros PLNs estão na pauta. O que nós estamos questionando é que não foram objeto do acordo, PLNs que não estavam na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputada, seus assessores estão chegando agora atrasadíssimos, depois de uma hora de discussão.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Não tem uma hora de discussão, não se estava discutindo esses PLNs.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O Plenário do Senado é diferente: assessor só quando é autorizado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – O senhor quer que a gente vote...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Aqui assessor manda mais do que Deputado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – O senhor quer que a gente vote um PLN que a gente não conhece.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Já foram votados. Então, é o seguinte...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Não foram votados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – PLN 38. Qual é a posição do Partido de V. Exa.?

Quem vai encaminhar pelo PT?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu vou encaminhar pelo PT.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) – Eu quero encaminhar contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exa. Quem vai encaminhar pelo PT?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Estou inscrito, posição contrária. Na hora do debate do 38. Eu me inscrevi, contrário, no debate, quando aparecer o 38.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Dou a palavra a V. Exa. de novo, para discutir.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Para discutir, o Deputado Bohn Gass.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente, o senhor me permite uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É o 38.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, enquanto ele chega eu queria fazer uma observação. Essas colocações feitas de retirar alguns PLNs, eu queria só lembrar que são PLNs que tratam...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não estou retirando, não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Estou votando...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Mas é só para alertar, inclusive ao nobre Deputado Bohn Gass, que são emendas impositivas que tiveram erros, erros formais, com impedimento técnico. Isso aí não tem desse ou daquele partido: pode ter do PT, do PSDB, do PMDB. São erros técnicos, erros formais, que a legislação prevê só uma maneira de serem corrigidos: num PLN. Se você não corrige, você prejudica não só os Parlamentares que indicaram as emendas – indiferente de partido – mas, lá na ponta, aquela unidade de saúde, aquela prefeitura, aquela instituição que iria receber um recurso previsto no orçamento, mas que tem um erro formal. Apenas se corrige o erro formal no 1419, Deputado Bohn Gass.

Então, aproveito, pela sensatez de V. Exa., para fazer um apelo de que haja um acordo com o Presidente, para que a gente mantenha a votação desses PLNs.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Bohn Gass, para discutir.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Eunício Oliveira, colegas Deputados e Senadores, Deputado Domingos Sávio, por que me inscrevi contrariamente ao 38? O que vou debater é o 38, para os demais pontos nós temos outro posicionamento, que é de bancada.

Quero chamar a atenção dos Deputados e dos Senadores sobre o 38. Nós estamos aqui com mais de 400 milhões sendo retirados do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Vi um



Deputado dizendo assim: "Que coisa boa! Não tem mais necessidade de pagar no Programa Auxílio Desemprego".

O problema é que nós comemoramos agora um ano da entrada em vigor da reforma trabalhista, e um dos elementos da reforma trabalhista – a que nós fomos, Deputada Luiza Erundina, contrários – foi exatamente o que os patrões e o Governo golpista queriam, à época: dificultar o pagamento para o seguro-desemprego. Hoje o trabalhador precisa estar há 12 meses, conforme a votação, sem ter recebido o benefício. Ele está desempregado, tinha 3 meses de trabalho, mas tinha recebido benefício anterior e voltou a ser desempregado: ele não vai poder optar por receber o seguro-desemprego, porque a reforma trabalhista impede. Então, nós dificultamos o acesso ao seguro-desemprego do povo trabalhador do Brasil, pela reforma trabalhista que os patrões, que os golpistas, a pedido de Temer, votaram aqui.

E agora estão tirando mais de 400 milhões do FAT, que deveriam estar à disposição para o auxílio de seguro-desemprego ou para outros programas de emprego, que vão sumir. Esse é o debate que nós temos que fazer, porque agora o novo Governo – que vai ser um Temer piorado – até está extinguindo o Ministério do Trabalho. E alguém diz: "Não, ele voltou atrás". Não voltou atrás, não, vejam bem a matéria que saiu há poucos minutos, agora, que o novo Governo teria mudado de ideia sobre o Ministério do Trabalho, como já mudou em várias outras situações, como no tema do meio ambiente, de manter o Ministério do Meio Ambiente, e que agora manteria o Ministério do Trabalho. Mas leiam bem: "Mantém o *status* de Ministério do Trabalho". Não o Ministério do Trabalho, porque faz sentido. O Temer rasga a CLT, rasga direitos, destrói a vida do povo trabalhador com a reforma trabalhista, agora sequer deixa o dinheiro para apoiar o trabalhador quando está desempregado, e o novo Governo quer sequência, no consórcio Temer/Bolsonaro, vai acabar e extinguir o Ministério do Trabalho. Esse é o debate que nós temos que fazer.

Nós vamos querer... Aqui nós votamos – e eu me inscrevi por causa disso, para refletir sobre este ponto.

E o segundo ponto, pessoal, nós estamos alterando PLNs aqui, boa parte, por causa daquela famigerada votação da Emenda Constitucional 95, que congela recursos em várias áreas, principalmente na educação, na saúde e nos programas sociais, e agora o Governo volta e meia tem que fazer remanejamentos. E nós estamos aqui a apreciar PLNs que sequer tiveram relatórios completos aprovados ainda na CMO e já foram trazidos para cá. Nós não podemos aceitar essa lógica!

Então, é essa a reflexão que nós temos que fazer, mais especificamente, Senador Eunício Oliveira, do ponto de vista do mérito, nós não concordamos que recursos do FAT não estejam disponibilizados para os trabalhadores quando eles precisarem no momento do desemprego.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS - MG. Sem revisão do orador.) – Presidente, só registrar o meu voto contrário ao PLN 21, que retira R\$150 milhões do Programa Moradia Digna e passa para a burocracia.

Por isso, o voto do Deputado Weliton Prado é contrário ao PLN 21.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado...

O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco/PROS - PB) – Sr. Presidente, só para fazer uma denúncia urgente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vocês me cansam tanto que eu até esqueço o nome dos Deputados.



Edmilson, Rio de Janeiro. Sobre o 38, nós estamos discutindo.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou dar aqui continuidade à reflexão que o meu querido Prof. Bohn Gass fez aqui.

Eu queria citar o trabalho aqui da nossa assessoria quando se refere a 8,2 bilhões de superávit. Isso aqui, em termos de despesas *versus* receitas primárias, não estamos falando aqui de gastos com a dívida pública ou com o setor financeiro; nós estamos falando de 8,2 bilhões. Aqui eu faço questão de citar a fonte, que é o próprio Ministério do Planejamento. Quem quiser entra lá: www.planejamento.gov.br/imprensa/cartas-a-imprensa. E isso é resultado do quarto bimestre de 2018.

A pergunta que se faz é: se nós tivermos uma arrecadação com superávits estratosféricos e uma receita crescente, será que essa é a razão para, tendo superávit, nós tirarmos dinheiro do fundo do trabalhador? O fundo que garante o abono salarial, que garante o seguro-desemprego. É justo colocar em risco o seguro-desemprego se há recursos no orçamento, se há superávit provado aqui oficialmente por dados do próprio Governo?

Nós estamos falando aqui de R\$435 milhões. Nós estamos falando de R\$8,2 bilhões que o Governo tem para resolver o problema das emendas, Deputado Domingos Sávio. É uma questão de querer, é uma questão de decisão, é uma questão de vontade política de diminuir esse superávit.

Mas não, parece que o objetivo é criar a desculpa que hoje está sendo usada para destruir a Previdência Pública. Sabe qual é a desculpa? Ela é deficitária. Claro! Tem canalha que dá R\$1 trilhão de benefício fiscal à Shell, à Total, à BP britânica. São muito pobrezinhas, abocanham o dinheiro público, inclusive, nesse montante, bilhões da Seguridade Social. Roubam o dinheiro do trabalhador, da aposentadoria do trabalhador, da pensão do trabalhador, daquele que adoece em serviço. Querem tirar o seguro-defeso do pescador. Roubam e oficializam o roubo, o assalto ao dinheiro do trabalhador, para favorecer as grandes corporações.

Não. Em relação ao FAT, me desculpe. Eu sei que tem companheiros de esquerda aqui sensíveis, mas não é tirando dinheiro do FAT que se vai garantir e viabilizar a Polícia Rodoviária Federal. Há recursos para fortalecer a polícia. Inclusive, no anterior, que está na página 7, no anterior se remaneja do policiamento ostensivo para outras atividades da Polícia Rodoviária Federal.

Eu sou do Estado do Pará. A maioria das estradas não têm fiscalização. E qual é a fiscalização, qual é a função da Polícia Federal senão trabalhar em postos nas estradas federais, podendo tanto garantir a paz no trânsito quanto coibir o tráfico de drogas, de mercadorias, de armamentos, fiscalizando, quando necessário, cargas?

Ah, não! Tira-se dinheiro da função principal, remaneja-se para outras funções, em geral burocráticas, porque os assessores de porra nenhuma têm que ganhar, os terceirizados têm que aumentar seus lucros. E quem é que fica no prejuízo? A Nação brasileira, os trabalhadores.

Não podemos aceitar esse ataque ao FAT, porque logo, logo vão dizer: o FAT é deficitário. Só que o FAT é mantido com contribuição social, é PIS/Pasep, é dinheiro do trabalhador. Aí, é deficitário? Então, desgraçado, está desempregado? Problema teu, não temos como pagar.

E vão propor uma reforma para acabar definitivamente com o direito ao seguro-desemprego, porque grande parte dos eleitos pelo povo nessa democracia capenga, infelizmente, legisla em favor dos muito ricos e soma sempre em políticas que constroem os direitos dos trabalhadores. Aliás, como diz o Presidente, tem muitos direitos, não é?



O SR. ANDRÉ AMARAL (Bloco/PROS - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer uma denúncia extremamente importante para nós do Nordeste, que ganhamos esse presente na transposição do Rio São Francisco: lá no norte de Minas, a SPU está fazendo um mutirão para realizar audiências públicas para lotear o leito do rio. E para a gente que é lá da Paraíba, esse loteamento é muito prejudicial, porque, se o rio é assoreado, se as matas são retiradas, naturalmente vai chegar menos água no Nordeste.

Então, eu queria convocar todos os nordestinos que fazem parte do Congresso Nacional para nos debruçarmos sobre esse assunto, para não permitirmos que essa água tão sonhada que chegou agora no Nordeste não acabe sem chegar, pare de chegar, porque o Rio São Francisco morreu.

É uma pauta importante para o Congresso Nacional debater.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Em votação o PLN 38.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado com o voto contrário – calma que vou registrar os votos contrários.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – A Bancada do PT se posiciona contrária ao PLN. Aliás, V. Exa. deveria abrir para orientação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minuto.

Esse PLN do Senador Jucá foi discutido, mas o Senador Jucá era o Relator.

Eu chamei o Senador Jucá e achei que tinha sido feito o parecer. Eu não vou votar uma matéria sem parecer. Então, portanto, quero ver se tem parecer. Se não, calma.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – De qual, Presidente?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – O 47 tem parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma, calma, calma.

Se tiver o parecer da CMO, eu vou dar validade. Se não tiver o parecer da CMO, eu vou retirar de pauta. Não tem parecer.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – De qual, Presidente?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Esclareça se o 47 tem parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O Senador Romero fez o parecer, mas não leu o parecer no Plenário. Então, o máximo que posso fazer de condescendência com isso aqui é publicar o parecer do Senador Romero Jucá. Essa matéria não volta mais para a CMO e, se não houver concordância, vai voltar. Eu tenho que ceder essa Mesa aqui para muita gente, é difícil.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Presidente, de qual PLN?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É o seguinte: não posso votar uma matéria, eu não votarei uma matéria...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Mas qual, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu, Senador Eunício Oliveira, Presidente do Congresso Nacional, não votarei uma matéria aqui sem o parecer ou da CMO ou de Plenário. Se o Senador Romero Jucá, já está discutida essa matéria, chegar aqui a tempo, vou pedir para ele ler o relatório. Eu não vou votar matéria sem parecer lido, não votarei.

É o 38.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – O senhor não deu como aprovado, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, foi o André Moura que deu parecer em Plenário.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Correto, Presidente. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Foi dado parecer em Plenário. Então, é só deter atenção. Neste caso...

Deputada, por gentileza.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Nessa matéria 38,...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Qual é o assunto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... o Senador Romero Jucá, vou aguardar o Senador, enquanto eu voto as outras, que ele chegue ao Plenário e dê parecer. Parecer por escrito, vou mandar publicar e não vou votar...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Aí ele precisa ler.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... e não vou votar uma matéria sem parecer, a não ser que haja um acordo do Plenário para que eu possa designar um Relator *ad hoc* ...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... para – só um minuto, não vou dar para as assessorias agora...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Então há acordo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Estou falando com os Deputados – ... para ler o parecer para os Senadores e Deputados tomarem conhecimento.

Não vou votar matéria escondido aqui neste Plenário, jamais. Jamais, pelo menos enquanto eu for Senador e Presidente desta Casa.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Presidente, esse projeto é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Quem é que está falando?

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Esse projeto é muito importante. Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Tudo bem, ele é importante, mas ele não tem parecer.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) – Eu leio o parecer!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não tem parecer. Quem vai designar o Relator *ad hoc* é a Mesa. Então, eu vou... Como não está aqui o Senador Romero Jucá, eu vou pedir à Mesa que distribua o parecer do 38...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Só o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou pedir à Mesa que distribua o Parecer nº 38, assinado pelo Relator, Senador Romero Jucá, mas que não foi dado conhecimento ao Plenário. Eu não vou votar matéria sem conhecimento do Plenário.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O.k., o.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É essa a posição da Mesa. Então, eu vou pedir isso aqui e vou pedir ao Deputado Andre Moura que faça...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – ... a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... a leitura *ad hoc*.



Deputado Andre Moura está designado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Sim, e do voto só, Presidente. Só o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Andre Moura é o Relator. Ele faz como ele achar conveniente, Deputado! Aqui todo mundo manda no trabalho do outro.

O SR. FABIO REIS (MDB - SE) – Deputado Fabio Reis, na votação anterior, votou com orientação do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vamos conciliar.

O SR. ANDRE MOURA (PSC - SE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o PLN 38, de 2018, da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$435.000.000,00 [...]".

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 001, 002 e 003 e pela rejeição da Emenda nº 004, pela aprovação do Projeto de Lei nº 38, de 2018, do Congresso Nacional, na forma do seguinte substitutivo, decorrente de emenda do Relator.

Substitutivo ao PLN 38, de 2018.

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei de nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 334.500.000,00, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o voto apresentado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas. **(Íntegra do Parecer nº 13/2018-PLEN-CN – Vide item 3.2.3 do sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Agora sim, agora tem parecer de Relator, e eu vou colocar em votação.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Mas, Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pois não. Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Olha a dificuldade em que nós estamos agora: pela informação, ele reduziu o valor. O que foi lido agora é um substitutivo ao relatório anterior apresentado.

Então, nós temos... Esse substitutivo teve alterações. E nós soubemos disso por uma leitura apenas agora. Então, eu acredito que será de bom senso que a gente não possa apreciar neste momento em função dessa fragilidade.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente...

Só para entender, Presidente: do relatório que o senhor distribuiu até a leitura do relatório na tribuna, houve alteração já de texto?



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não. Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Em dez segundos, enquanto o relatório saiu da Mesa até chegar ali à tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, não, não. Calma, calma. Calma, Deputado Glauber.

O texto que eu mandei distribuir... Eu não tenho nenhuma preocupação de retirar essa matéria de pauta. É que tem Líderes pedindo para manter a matéria na pauta...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – E eu disse que não...

O Senador Romero Jucá era o Relator. Esteve no Plenário, sentou aqui do lado e entregou para a Mesa – eu não sabia – um relatório... Senão eu teria distribuído cedo o relatório. Mas muitas vezes não são só os Parlamentares que não dão atenção à Mesa, não; os próprios da Mesa não dão atenção ao Presidente da Mesa. Então, o que eu fiz? Disse que não votaria a matéria sem relatório.

Se esse relatório lido gerar dúvidas, gerar dúvidas entre os Parlamentares, eu retiro de pauta, porque, se eu estivesse aí embaixo, não votaria também diferente dessa posição.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Vamos dar mais tempo para a gente analisar o relatório que foi lido, Presidente. É melhor.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Presidente, eu queria fazer só um...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – O senhor não me deixa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu estou respondendo ao Deputado. Depois eu dou a palavra a V. Exa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Pode aguardar porque tem prazo.

Deputado Glauber, Deputado Glauber, o problema é que tem assessor demais aqui ensinando a gente. É difícil.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Eu estou ouvindo o senhor. Estou ouvindo o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu quero só saber a posição de V. Exa. em relação ao 48: há divergência? Aliás, o 38!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Trinta e oito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 38, desculpe. O 38, para deixar bem claro.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Nossa posição é contrária ao 38.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – V. Exa. vai votar contrário...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... com o voto dos demais.

Então, em votação o PLN nº 38, com os votos contrários daqueles que se manifestarem – e peço que as câmeras gravem e...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Presidente, mas o senhor não falou que, se houvesse divergência, o senhor ia retirar? Não entendi.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Voltou atrás da posição inicial?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, não, não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – O senhor acabou de dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, não disse isso, não. Se não houvesse concordância do Plenário... Porque já havia uma concordância dos Líderes da inclusão, apenas de votar separadamente. Foi esse o entendimento anterior, não sei se V. Exa. estava presente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Estava presente. Estou aqui há bastante tempo.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Presidente, como Líder do PR...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou botar em votação.

Em votação.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Com o registro contrário dos Parlamentares que levantaram o braço.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Que isso. O PT, por motivos óbvios... Já registramos...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Do PSOL, toda Bancada...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – PSOL e PT.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Processo muito confuso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não. O processo não é confuso. Foi o acordo de Líderes.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Aprovado...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Retira, não retira...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – V. Exa. pode votar contrário...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) – Não, não. Ou vota ou não vota.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – ... se manifestar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Vai ler o relatório, não lê.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É, um de cada...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) – Lê a jato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O problema é que a gente não escuta... Nem a Mesa consegue escutar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu estou falando do 38. Já está votado na Câmara.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Em votação no Senado Federal.

É porque meu Secretário é o Secretário de todos. Aí eu fico com dificuldade aqui. É a gentileza dele com todos.

Votação no Senado.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade dos Senadores presentes.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Presidente, pela Liderança do PR.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Agora, agora...

Deputada, me permita um minutinho. Deixe-me trabalhar aqui.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Presidente, pela Liderança do PR, mas até abro mão de falar pela Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu não estou escutando porque a Deputada Erika não me deixa escutar aqui.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, por favor.

Presidente, até abro mão de falar pela Liderança, mas só um pedido só. Eu já estava conversando com os Líderes para a gente incluir o PLN 35, que interessa diretamente ao Hospital do Câncer, de todo Brasil. Então está pronto realmente, só falta incluir na pauta aí. Estou fazendo essa solicitação, já fiz com o pessoal da oposição, para incluir o PLN 35.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, a Bancada do PT do Senado votou contra. É que eu estava à sua esquerda e o senhor olhou só para a direita.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É exatamente isto: vocês não dão atenção à Mesa, e aí depois que termina a votação: "Eu votei contra".

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Não, não. Eu estava ali fazendo assim, e o senhor não olhou para ali.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Por que V. Exa. não deu um grito: "Senador Eunício!".

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – A Bancada do PT, registre por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – V. Exa. está registrado. A Bancada do PT, não. V. Exa. está registrando o voto contrário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Falo como Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Como Líder do PT, V. Exa. encaminha "contra"; e vota "contra".

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Vamos lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Aqui ainda não tem substituição de voto. (*Risos.*)

Deixem-me fazer uma consulta aqui, agora. Há uma solicitação; eu não conheço o projeto; tem parecer da CMO: é o PLN 35.

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP) – É o 35.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Só um minutinho, por favor. Eu não quero desligar o microfone. Eu estou em final de mandato, eu não quero brigar com ninguém. Por gentileza!

Há uma solicitação de um Parlamentar para inclusão, após a votação desses itens, de um PLN 35, que ele me trouxe aqui como sendo um projeto meritório porque beneficia santas-casas...

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Hospital do Câncer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Desculpem-me: Hospital do Câncer.

Então, eu vou consultar o Plenário.



O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero... Nós já estivemos frente aos outros que não tinham parecer, que foram colocados, que não estavam na pauta. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Este é parecer.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso. Mas ele não estava na pauta, então precisamos de acordo. Então, vamos encerrar. Vai haver oportunidade de novas sessões do Congresso. V. Exa., ao nos convocar, nós estaremos aqui a postos para votar. Mas ele não estava na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Tudo bem.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Não daremos acordo para que ele esteja nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então, não há acordo para o 35. É isso? (*Pausa.*)

O.k.

Lamento.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR - SP) – Deputado Bohn Gass...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, não vamos tratar pelo microfone. Se V. Exa. quiser convencer o Deputado...

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sugerimos que V. Exa., na primeira sessão do Congresso depois das análises, já inclua...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O.k. Aí a pauta da próxima sessão do Congresso – V. Exa. me perdoe – a pauta é minha, ainda será minha.

Nós temos os PLNs 11, 14 e 15, 19 e 25.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Para orientar no 11, 14 e 15.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Para esses cinco PLNs, não foram levantados questionamentos contrários – contrários! – e eu atendi à solicitação do Líder Afonso Motta, do PDT, que retiraria. Depois veio aqui o Líder Arthur Lira, que pediu também a retirada dos PLNs 19 e 25. Então, dos PLNs de hoje: nós temos uma solicitação do Hospital do Câncer, que é o 35, e não houve acordo; o 11, o 14 e o 15, o 19 e o 25 têm objeção do Líder Arthur Lira...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – É só um esclarecimento, Presidente. É bem simples. É bem simples

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma! Calma!

Tem uma solicitação de dois Líderes, Líder Arthur Lira e Líder Afonso Motta, para os PLN 11, que tem parecer e foi votado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Calma!

O 11, 14, 15, 19 e 25 têm objeções separadas.

O Líder Arthur Lira disse que não concordava com a votação que não fosse nominal. Ele não pode impedir a votação, mas pode ser nominal.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Eu não tenho discordância quanto à votação, Sr. Presidente. É só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não, tudo bem. Em relação a quais V. Exa. não tem?



O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – No 11, 14 e 15, não tenho discordância com relação à votação. É imperativo esclarecer o conteúdo desses PLNs. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O.k.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Posso esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Claro! Tem a palavra V. Exa.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – O PLN 11 extrai recursos da dragagem de portos na Região Sul. Portanto, como parte da nossa bancada é constituída pela Região Sul, nós queremos liberar a bancada, mesmo que seja simbólico, para fazer o voto "não".

No PLN 14, nós temos a retirada de recursos da Ponte Imbé-Tramandaí, lá no Rio Grande do Sul. Nós convidamos inclusive a bancada gaúcha, para que também, simbolicamente, se manifeste com relação à não retirada desses recursos.

E o PLN 15 prevê a retirada de recursos da unidade carcerária de Montes Claros, em Minas Gerais. Como nós temos, na bancada, Parlamentares...

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – ... fechavam, inclusive, propor essa alteração. Não foi possível do ponto de vista formal. Queremos também liberar nossa bancada para que, simbolicamente, esses Parlamentares possam se manifestar.

No demais, Sr. Presidente, nenhuma objeção a que o processo de votação se estabeleça da forma que V. Exa. vem conduzindo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – A pergunta que eu faço é que tem objeções do Líder Arthur Lira e tinha um pedido de esclarecimento do Líder Afonso. A consulta que eu faço é se essas matérias, mesmo que com divergência...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Eu acho que o PL 35, Santa Casa, deveria que ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu vou ver se acalma aqui atrás. Aí eu posso fazer a consulta a vocês.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Eu acho que é importante isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu quero saber se... Calma!

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Nós estamos na 11, 14, e 15?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Mas é por que V. Exa. já liberou a bancada e marcou a posição, dizendo que era contrário, pessoalmente, por esse esclarecimento que deu V. Exa.

O Líder Arthur Lira tem objeção no 14.

Não é V. Exa. que retira para ele. Ele tem que vir aqui e retirar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Lógico!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Porque, se não é ele que retira, ele não pode dar procuração para ninguém retirar.



A pergunta que eu faço... No 11, 14, 15, 19 e 25, não temos mais quórum para votar nominalmente. Eu vou colocar em votação, quem discordar pode pedir verificação, e vai cair a sessão, ou não.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Nós não vamos pedir verificação, que derruba.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – É um direito dos Líderes.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Quais são os itens que o senhor vai...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – O 11, o 14... O 11, seria a objeção, explicação do PDT. Se V. Exa. concorda em colocar em votação não nominal, com a sua posição marcada, registrada...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Não pedirei verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não pedirá verificação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Onze, quatorze...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então, não. Calma! O 11... O 14 tem outra divergência de outro Líder. Então, o 11 não tem outra objeção, a não ser do Líder Afonso, que acaba de liberar, discordando do conteúdo, mas não pedirá verificação.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vou botar em votação o 11.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, sobre o 11, sobre o 11. O Deputado Afonso Motta, do PDT do Rio Grande do Sul, levantou esse tema, que é um recurso sobre a ponte no litoral norte...

O SR. AFONSO MOTTA (PDT - RS) – Não, não é o 11. Esse não é o 11. O 11 é dragagem de portos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso, a dragagem de portos. Eu só quero fazer a seguinte sugestão: nós temos aqui o Líder André Moura, que está junto conosco, e, se o Deputado Afonso Motta concorda, nós temos que ter um apelo para que o Governo, nesse caso específico... Vamos ter apreciação em outras sessões de outros PLNs. Eu quero, porque há outros projetos em curso, que possamos votar, mas, sobre esses pontos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Se houver sessão do Congresso para isso.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... eu solicitaria ao Governo que o Governo fizesse a correção...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Governo não é comigo.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – ... o Líder está aí ao lado –, para que o Governo possa se comprometer de rever esses recursos, para que possamos aprovar com o compromisso do Governo de olhar com atenção, para repor recursos para essas áreas.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PP - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PP – sou Vice-Líder, autorizado pelo Deputado Arthur Lira – não tem mais objeção ao item 19 e ao item 25. Liberada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Então, vamos votar todos os itens em bloco, em bloco.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Em votação, na Câmara dos Deputados, do item 11, 14... Na Câmara dos Deputados, dos PLNs 11, 14, 15, 19 e 25.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O 35 não?



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Não. E 25.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – O 25?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – E 25. Vinte e cinco! Vinte e cinco!

Vou repetir: 11, 14, 15, 19 e 25 em votação na Câmara, de acordo com os pareceres que vieram da CMO, sem alteração de Plenário.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Chico Alencar...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Da Bancada do PSOL, nos PLNs 14 e 25. Retiram recursos do SUS no 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Chico Alencar, 14 e 25.

Deputado Chico Alencar, 14 e 25, e o Deputado Afonso, porque ele já levantou questão.

Então, em votação no Senado.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Última consulta, para encerrar...

Os PLNs irão à sanção presidencial.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Só quero fazer uma solicitação.

Só um minuto de atenção, por favor. Já estou encerrando.

Só quero atenção a um projeto que eu não conheço...

Quando as assessorias baixarem a voz, aí eu falo. As assessorias aqui falam mais do que Parlamentar. Meu Deus do céu!

A consulta que eu faço...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Bohn Gass, eu lhe dou tanta atenção! Me dá atenção um minutinho.

A consulta que eu faço é que aqui só resta um PLN, que não está pautado, não está pautado. É o PLN 35. Eu não conheço relatório...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Nós estamos analisando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Eu não lhe dei a palavra ainda, Deputada. Por favor.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu estou ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Há uma solicitação de um Parlamentar... Perdoe-me, eu não sei o nome...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) – Capitão Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Capitão Augusto. Capitão está na moda aqui, hein? Capitão Augusto...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – Ele vai ter muito poder, hein?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Capitão Augusto, eu sou soldado.



Então, o Capitão Augusto pede a inclusão dessa matéria extrapauta, com parecer da CMO.

Vou fazer a última consulta e encerrar: é possível votar o PLN 35, que trata, segundo ele e segundo a pauta distribuída, de um projeto que trata de recursos para hospitais de câncer? São recursos para hospitais de câncer.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Hospital de Amor é como se chama agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Ahn?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – É o Hospital de Amor de Barretos.

A SRA. MARINHA RAUPP (MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Espere aí, espere aí!

A SRA. MARINHA RAUPP (MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Estou ouvindo uma mulher pedindo voz aqui? Quem é? É a Deputada Marinha Raupp.

A SRA. MARINHA RAUPP (MDB - RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é a Deputada Marinha Raupp, pelo MDB.

Nós gostaríamos de pedir o apoio de todos os Líderes, porque esse projeto é de suma importância.

Nós, na Amazônia, no Estado de Rondônia, temos o Hospital de Amor, hospital que atende pessoas com câncer. Havia o deslocamento de 15 mil pacientes, que saíam do Estado de Rondônia para serem atendidos em Barretos.

Então, eu gostaria de contar com o apoio de todos os Líderes, mesmo que ele não esteja incluído na pauta. Com essa solicitação, pedimos que todos os Líderes apoiem, para que possamos votá-lo hoje e, dessa forma, fazer um atendimento justo e digno às pessoas que tanto sofrem com essa doença.

Por isso, vim aqui, ao lado do meu Líder Baleia Rossi, do meu partido, o MDB, para solicitar o apoio de todos os Líderes e do Presidente do Congresso Nacional.

Muito obrigada.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) – ... um esclarecimento.

Capitão Augusto, nós precisamos de um esclarecimento para votar.

É um remanejamento de mais de R\$500 milhões, e, pelo que a gente leu aqui e entendeu, por exemplo, o Hospital de Câncer de Barretos perde recursos nesse remanejamento. Então, a gente precisa... Está ali vermelhinho! A gente precisa, para o bom processo legislativo, que alguém vá à tribuna, ao microfone, para esclarecer esse PLN, porque senão a gente...

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP) – Vamos deixar para a próxima! Vamos deixar para a próxima!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/MDB - CE) – Vou fazer o seguinte, vou fazer o seguinte: o PLN 35 abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores, Trabalho, Desenvolvimento Social, Saúde e Ciência,



Tecnologia, Inovações e Comunicações, um crédito suplementar de 519 milhões. Sinto muito, mas vai para a próxima sessão.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 18ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, nessa última segunda-feira completou três anos do rompimento da barragem de Fundão, ocorrida no dia 5 de novembro de 2015 (quinta-feira), no município de Mariana, causando o desastre socioambiental da Samarco/Vale/BHP. Por coincidência, na última quinta-feira, dia 8 de novembro, fez três anos que a lama de rejeito chegou a Governador Valadares. Foi um domingo que ainda não saiu da lembrança de muitos valadarenses. Em 2016 muito se falou, discutiu e publicou sobre o desastre Samarco/Vale/BHP, mas no ano seguinte o assunto foi paulatinamente sumindo da mídia até praticamente desaparecer das pautas dos principais jornais nacionais e estrangeiros nesse ano. No sentido contrário, cresceu a publicação de muitos estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, à medida que iam saindo os resultados das pesquisas científicas sobre o tema.

Com uma extensão territorial equivalente a Portugal, a Bacia do Rio Doce abriga uma população de 3,5 milhões habitantes, distribuída em 228 municípios, sendo 204 deles no estado de Minas Gerais e 24 no estado do Espírito Santo. Se localizam na Bacia do Rio Doce a gigante mundial do aço Arcelor Mittal, a Aperam South América e a Usiminas; no ramo da celulose, a Cenibra - Celulose NipoBrasileira S.A. e a Fibria, maior produtora de celulose de eucalipto do Brasil e do mundo; a mineradora de ouro, a Anglogold Ashanti Mineração; e no setor do ferro as gigantes Vale, BHP Billiton e Anglo-American; no setor de petróleo e gás natural, a Petrobras; entre outras. A mineração se concentra no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e as usinas siderúrgicas e as fábricas de celulose às margens dos rios Piracicaba e Doce; e a Petrobras no município de Linhares, ES. Como consequência, a Bacia do Rio Doce é responsável pela geração de divisas para o estado de Minas Gerais e Espírito Santo por meio das exportações brasileiras de minério de ferro, aços e celulose, além do petróleo. Na parte da Bacia do Doce, no estado do Espírito Santo também se destacam as exportações de mármore, granito, café e polpa de frutas.

Esses complexos econômicos instalados na bacia do Rio Doce possuem pouco ou nenhuma capilaridade com as regiões em que estão inseridos. Na Bacia do Rio Doce a maioria das famílias trabalham e vivem do setor de comércio e serviços urbanos, do emprego público, da agropecuária de subsistência e de projetos de agricultura familiar. As grandes empresas funcionam como “economia de enclave” nos termos formulados num estudo clássico do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: grandes empresas se implantam em determinado local situado em área de economia periférica, mas mantendo sua lógica determinada pelo mercado mundial. Segundo o mesmo estudo, nas economias periféricas dependentes das técnicas e capitais externos de grandes empresas minero-metalúrgicas ocorre “a progressiva perda do dinamismo dos produtores locais”. No caso específico da bacia do Rio Doce, o período entre 1970 e 1990 marca o esvaziamento econômico e demográfico das economias locais. No final da década de 1980, apesar dos altos investimentos de capital na mineração, siderurgia e celulose, ocorridos nas quatro décadas anteriores, a bacia do Rio Doce era vista como problemática para o estado de Minas Gerais, em função da tendência à quedas da produção da agropecuária e das indústrias locais; deterioração ambiental, fechamento de firmas; e, principalmente, pela falta de uma consciência dos problemas vividos localmente.

O desastre da Samarco/Vale/BHP não é um desastre encerrado. Os seus efeitos ainda persistem e continuam a causar impactos e a gerar danos sociais, econômicos e ambientais nos sistemas físico, biológico, econômico e social na Bacia do Rio Doce. Para acompanhar os trabalhos de recuperação e restauração provocados pelo desastre foi constituído o Painel Independente do



Rio Doce, formado por especialistas brasileiros e estrangeiros. No primeiro relatório técnico, o Painel afirma que as ações que estão sendo realizadas pela Fundação Renova não podem ser restritas e individualizadas. Para o Painel elas devem considerar a necessidade de restauração das condições socioambientais do conjunto da bacia do Rio Doce, tornando-se “um caso de sucesso a ser estudado no futuro, bem como uma referência internacional para a restauração de bacias hidrográficas”. O Painel foi constituído pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que tem sua sede na Suíça e é uma autoridade global em matéria do mundo natural e das medidas necessárias para protegê-lo. Por sua independência e autoridade, a UICN foi convocada a acompanhar e tecer recomendações objetivas sobre a recuperação da bacia do Rio Doce, monitorando as ações da Fundação Renova.

O desastre provocado pelo rompimento da barragem é muito complexo, pois envolve diferentes dimensões técnicas, ecológicas, socioambientais, econômicas, sociais, culturais, psicológicas, éticas e jurídicas. Os danos se estenderam da biodiversidade às atividades econômicas e ao meio sociocultural, incluindo a ruptura da normalidade da vida de milhares de pessoas ao longo do rio. Para se fazer uma avaliação realista se torna crucial uma análise integrada que considere todo o contexto territorial, o sistema hídrico e os ecossistemas locais impactados. Isso motivou as universidades de Valadares (Univale e UFJF) e o IFMG se juntarem ao Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce para organizar o 3º Seminário Integrado do Rio Doce (3º Sird), com objetivo de reunir os pesquisadores e estudantes para constituir uma Rede Interinstitucional de Pesquisa Socioambiental de Governador Valadares – Rips-GV. O evento ocorrerá no dia 20 de novembro com presença de pesquisadores convidados da UFMG, UFV e Ufop (informações na página da Internet da Univale).

Por Haruf Slamem Espindola. Doutor em história pela USP, Professor titular da Universidade Vale do Rio Doce. Publicado no Diário do Rio Doce em 11 de novembro de 2018.

Obrigado!



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 47/2018



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

**PARECER Nº 11, DE 2018-CN - PLEN/CN
(DE PLENÁRIO)**

Ao Projeto de Lei nº 047, de 2018-CN que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo; de Encargos Financeiros da União; e, de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 5.390.538.744,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Autor: **PODER EXECUTIVO**

Relator:

I. RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 047, de 2018-CN (Mensagem nº 575/2018, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo; de Encargos Financeiros da União; e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 5.390.538.744,00 (cinco bilhões, trezentos e noventa milhões, quinhentos e trinta e oito mil, setecentos e quarenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A Exposição de Motivos nº 00214/2018/MP, de 8 de outubro de 2018, que acompanha a proposição, informa que o referido crédito permitirá:

a) na Presidência da República:

- Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, a manutenção da unidade em Brasília e seus escritórios federais; e despesas com reformas, serviços de instalação de pontos de rede de computadores, contratos de manutenção de imóveis, montagem e desmontagens de divisórias, passagens aéreas, material de consumo e contratos de limpeza e vigilância;

b) no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

- Administração Direta, a manutenção de contratos do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, além das atividades de atualização do Centro Computacional de Alto Desempenho do Instituto, necessárias ao desenvolvimento e disponibilização de produtos e serviços meteorológicos;

c) no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

- Administração Direta, a implementação do projeto de construção da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS; pagamento de contribuições à Academia Brasileira de Ciências - ABC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX; contratação de serviços especializados em manutenção e operação de sítios experimentais de pesquisas, operação e desenvolvimento de sistema de dados e organização e realização de reuniões e de eventos; desenvolvimento de dispositivos médicos para diagnósticos rápidos; implementação de centros de inovação; atendimento de despesas com terceirização de mão de obra, tecnologia da informação, comunicação corpo-



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

rativa e serviços gráficos; complementação da infraestrutura de escada de emergência; e ajuda de custo e moradia para agentes públicos;

- Indústrias Nucleares do Brasil S.A – INB, o pagamento do contrato de fornecimento de ultracentrífugas mantido com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP; cumprimento de compromissos decorrentes do contrato de obras civis e aquisição de equipamentos de infraestruturas eletromecânicas, tendo em visita a implantação da usina de enriquecimento de urânio e fábrica de ultracentrífugas; e a aquisição de insumo de produção, pagamento do serviço de enriquecimento de urânio e impostos incidentes sobre a venda de combustíveis, no processo de fabricação do combustível nuclear; e

- Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, o atendimento do Plano de Recuperação da Anatel, inclusive com a adequação da infraestrutura da sede da unidade e projeto de modernização do sistema de climatização;

d) no Ministério da Fazenda:

- Administração Direta, o atendimento integral das despesas com a gestão administrativa da dívida pública;

- Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, a produção de novos sistemas informatizados; desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior; atendimento de despesas administrativas compartilhadas entre as Secretarias de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados – SAMFs e unidades da RFB; investimento em modernização de Tecnologia da Informação - TI; execução de contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro; operações de repressão à sonegação, contrabando e descaminho; pagamento de contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios; a continuidade de construção dos Edifícios-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador – BA e em Vitória – ES; e

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a aquisição de equipamentos de computadores com vistas à atualização de seu parque tecnológico;

e) no Ministério da Educação:

- Administração Direta, o apoio à realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, mediante o pagamento de bolsas de estudos a licenciandos que ministram cursos aos medalhistas da competição; implantação do Centro Nacional de Mídias da Educação com o objetivo de apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); formação continuada de professores no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores; reforma do Ensino Médio por meio de itinerários formativos; desenvolvimento de tecnologias educacionais; e realização de avaliações em programas dos Ensinos Básico e Superior;

f) no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, o pagamento de parte da multa decorrente de rescisão antecipada do contrato de aluguel de imóvel situado no Edifício São Bento, no Município de São Paulo; e

- Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, a execução de contrato de fornecimento de solução integrada de hospedagem de sistemas de informação;



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

g) no Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- Administração Direta, o atendimento do Plano Geral de Aquisições de 2018, em especial o Projeto de Linhas de Vida e Pontos de Ancoragem;
- Arquivo Nacional - o atendimento de despesas com auxílio moradia e equipamentos de informática e mobiliário, em substituição a diversos móveis que se encontram danificados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, a aquisição de equipamentos para uso em policiamento e fiscalização; realização de atividades de capacitação; e adequação no planejamento dos projetos de aprimoramento da infraestrutura dos postos da unidade;
- Fundação Nacional do Índio - Funai, o apoio a comunidades indígenas da Amazônia na coleta da castanha, por meio da aquisição de insumos empregados no etnodesenvolvimento dessas comunidades; avaliação das ações executadas pela empresa Norte Energia S.A., no que diz respeito ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Município de Altamira; implementação do acordo de cooperação técnica com instituições de ensino superior; e continuidade das atividades de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato;
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a execução de despesas com concessão de auxílio moradia a servidores;
- Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, a realização de diversas ações finalísticas relativas ao sistema penal, no âmbito daquele Fundo, bem como o cumprimento de contratos de manutenção da unidade, além do pagamento de diárias para o deslocamento de agentes públicos;
- Fundo Nacional de Segurança Pública, a promoção de cursos voltados à formação, qualificação e progressão funcional de servidores; aquisição de equipamentos e insumos para o desenvolvimento de operações de segurança pública, como a reestruturação de delegacias de homicídio, estruturação de centros de inteligência e aquisição de equipamentos de proteção individual e viaturas; e
- Fundo Nacional Antidrogas - Funad, a implementação de ações de prevenção ao uso de drogas ilícitas; e produção e divulgação de conhecimentos relacionados à temática do uso de narcóticos pela população brasileira;

h) no Ministério das Relações Exteriores:

- Administração Direta, a realização de contribuições do Brasil, como país não membro, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; prestação de serviços de manutenção e recuperação dos prédios da Biblioteca e da Administração do Escritório Regional do Rio de Janeiro - ERETERIO; execução de contrato de suporte às ações de promoção comercial; e pagamento de contratados locais, em postos do Brasil no exterior; atendimento de despesas com difusão cultural e divulgação do Brasil no exterior; e concessão de indenizações a servidores em serviço no exterior;

i) no Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União:

- Administração Direta, o atendimento da ação de construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Município de Teresina, no Estado do Piauí;

j) no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil:

**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

- Administração Direta, a execução de despesas relativas à concessão de auxílio moradia; e cumprimento de obrigações decorrentes da liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR;

k) no Ministério da Cultura:

- Agência Nacional do Cinema - Ancine, a promoção do filme a ser indicado pelo Brasil para concorrer ao Prêmio de Melhor Filme em Língua Estrangeira, na premiação do Oscar 2019, realizada anualmente pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas dos Estados Unidos da América; apoio ao Programa Ibermedia, que tem o objetivo de promover a criação de um espaço audiovisual ibero-americano por meio do fomento ao desenvolvimento de projetos; e contribuição brasileira destinada à continuidade da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercado Comum do Sul - Recam/Mercosul; e

- Fundo Nacional de Cultura - FNC, a remuneração dos serviços administrativos dos agentes financeiros do Fundo Setorial do Audiovisual;

l) no Ministério do Meio Ambiente:

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, a aquisição de produtos de informática relativos à Plataforma Oracle; adequação da infraestrutura de tecnologia da informação das superintendências da unidade; e solução de proteção da informação; e

- Agência Nacional de Águas - ANA, o cumprimento de contratos de prestação de serviços de apoio administrativo, copeiragem, manutenção predial, fornecimento de água e aluguel de imóvel;

m) no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, a realização de pesquisa e disseminação de conhecimento em Gestão Pública, decorrente de cooperação mantida com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE;

n) no Ministério da Defesa:

- Administração Direta, a manutenção do equilíbrio físico-financeiro do contrato de aquisição de helicópteros HX-BR e cumprimento de obrigações contratuais decorrentes, bem como atendimento do cronograma de entrega de aeronaves em 2018;

- Comando da Aeronáutica - Comaer, o suprimento e manutenção de material aeronáutico; e implantação e modernização de sistemas bélicos;

- Comando do Exército, o preparo operacional por meio da adequação de infraestruturas físicas; aquisição de insumos; e a contratação de serviços empregados nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento P&D de sistemas de material e emprego militar;

- Comando da Marinha, a continuidade do projeto de recomposição do Núcleo do Poder Naval, mediante a construção de corvetas Classe Tamandaré, por meio da capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron; realização das obras de construção de estaleiro e base naval; e pagamento de despesas referentes a contratos de construção de submarinos com propulsão nuclear e convencionais; e

- Fundo do Exército, ações de aprestamento militar;



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

o) no Ministério do Turismo:

- Administração Direta, a realização de campanhas de promoção de destinos turísticos brasileiros; cumprimento de contratos administrativos; e viabilização de pesquisas sobre demanda turística doméstica e internacional no ano de 2019, a serem iniciadas, ainda, em 2018;

p) no Ministério do Desenvolvimento Social:

- Administração Direta, o provimento de alimentação a beneficiários de programas sociais e atendimento de crianças e adolescentes em situação de pobreza, em decorrência de ações sociais adotadas quando instituído o Decreto n. 9.197, de 14 de novembro de 2017; concessão de benefícios de auxílio moradia; e apoio, desenvolvimento e implementação de ações de inclusão rural e produtiva; e - Fundo Nacional de Assistência Social, a manutenção do cofinanciamento do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF e equipe volante; e avaliação e operacionalização do Benefício de Prestação Continuada - BPC e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia - RMV;

q) no Ministério das Cidades:

- Administração Direta, a contratação de empresa de comunicação para a prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico, assessoria de imprensa, relações públicas e produção de conteúdo multimídia; e
- Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - Funset, a sustentação do contrato vigente com o Serpro, para prestação de serviços técnicos especializados e contínuos em TI, concernentes aos sistemas de Registro Nacional de Veículos - Renavam, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - Renach e Registro Nacional de Infrações de Trânsito - Renainf;

r) em Encargos Financeiros da União:

- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, a integralização de cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE, visando à continuidade do processo de criação de Parcerias Público-Privadas - PPP para a Gestão da Rede de Comunicações Integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB; e de cotas de capital do Novo Banco de Desenvolvimento - NBD, do agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - BRICS;
- Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o pagamento de contribuições ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO; Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCER; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco; Organização das Nações Unidas - ONU; Organização Internacional do Trabalho - OIT; e Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ; e de integralização de cotas em organismos financeiros internacionais, como a Corporação Andina de Fomento - CAF, Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata e Corporação Interamericana de Investimentos - CII; e
- Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, cobertura das garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito à exportação;



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

s) em Operações Oficiais de Crédito:

- Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente, o financiamento a pessoas físicas para aquisição e instalação de sistemas de aquecimento solar e de cogeração (placas fotovoltaicas, aerogeradores e geradores a bio-gás); e

t) no Ministério dos Direitos Humanos:

- Administração Direta, a indenização a familiares de desaparecido político, que foi reconhecido como vítima da ditadura militar pela Comissão Nacional da Verdade, em atenção à 74ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, realizada em 6 de setembro de 2017, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais; promoção da área de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação; e execução de ações concernentes à proteção a defensores de direitos humanos.

Informa que os recursos necessários à abertura do crédito serão viabilizados à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente a Recursos Ordinários; Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, Exceto no Pré-Sal ou em Áreas Estratégicas; e Recursos Próprios Não Financeiros, de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Financeiros, anulação de dotações orçamentárias, e de produto de operações de crédito externas em bens e/ou serviços, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece-se, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO-2018, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) R\$ 163.100.464,00 (cento e sessenta e três milhões, cem mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais) se referem a suplementação de despesas financeiras, mediante o aproveitamento do excesso de arrecadação de Recursos Próprios Financeiros;

b) R\$ 400.302.846,00 (quatrocentos milhões, trezentos e dois mil, oitocentos e quarenta e seis reais) a remanejamento de despesas primárias obrigatórias, não alterando o montante dessas despesas aprovadas para este exercício;

c) R\$ 1.234.652.031,00 (um bilhão, duzentos e trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, trinta e um reais) a suplementação de despesas primárias discricionárias à conta de cancelamento de despesas primárias obrigatórias, diminuindo o montante dessas despesas aprovadas para este exercício;

d) R\$ 961.590.285,00 (novecentos e sessenta e um milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e oitenta e cinco reais) a remanejamento de despesas primárias discricionárias;

e) R\$ 811.800.000,00 (oitocentos e onze milhões e oitocentos mil reais), a suplementação de despesas primárias discricionárias, relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento –



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

PAC, mediante utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017, referente a Recursos Ordinários e a Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, Exceto no Pré-Sal ou em Áreas Estratégicas; e de recursos de Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços;

f) R\$ 1.819.093.118,00 (um bilhão, oitocentos e dezenove milhões, noventa e três mil, cento e dezoito reais) a suplementação de despesas primárias discricionárias, mediante utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017, referente a Recursos Ordinários, Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, Exceto no Pré-Sal ou em Áreas Estratégicas, e Recursos Próprios Não Financeiros;

g) apesar do aumento de despesas primárias discricionárias à conta de recursos financeiros e de recursos de Operações de Crédito Externas, mencionado nos itens “e” e “f”, o último cenário fiscal oficial divulgado, o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018 (Tabela 1, página 2), indicou um déficit primário de R\$ 150,8 bilhões, e considerando a meta de resultado primário estabelecida pela LDO-2018, de R\$ 159,0 bilhões de déficit, demonstra-se, em tese, um espaço fiscal de R\$ 8,2 bilhões para a expansão de despesas, o que comporta o aumento proposto, no valor de R\$ 2,6 bilhões; e

h) a execução das despesas mencionados nos itens “c”, “d”, “e” e “f” fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, conforme estabelece o art. 1º, § 2º, desse Decreto.

Acrescenta que a alteração orçamentária proposta está de acordo com o art. 107, § 5º. Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois, apesar de alterar o montante das despesas primárias, o crédito não apresenta impacto, tendo em vista que:

a) R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) não se inserem na base de cálculo e nos limites fixados pela Emenda Constitucional n. 95, de 2016, pois se referem a aumento de capital de empresas estatais não dependentes, nos termos do art. 107, § 6º, inciso IV, do ADCT;

b) R\$ 2.596.545.162,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias;

c) R\$ 163.100.464,00 (cento e sessenta e três milhões, cem mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais) se referem a suplementação de despesas financeiras; e

d) R\$ 2.130.893.118,00 (dois bilhões, cento e trinta milhões, oitocentos e noventa e três mil, cento e dezoito reais) a atendimento de despesas primárias à conta de recursos financeiros, valor esse absorvido na projeção estabelecida pelo Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018, o qual indica, em sua Tabela 17, página 26, e



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

em seu parágrafo 91, uma projeção atual dessas despesas em R\$ 4.124,1 milhões abaixo do teto de gastos.

A Exposição de Motivos esclarece que o crédito proposto está sendo aberto, parcialmente, a órgão transformado pela Lei n. 13.690, de 10 de julho de 2018, uma vez que a estrutura de órgãos e unidades orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual não se altera em decorrência de reorganização administrativa. Considerando também que o art. 52 da LDO-2018 autoriza o Poder Executivo a “utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais”, sem condicionar à prévia transposição, remanejamento ou transferência dessas dotações.

Cabe mencionar ainda que a proposição em tela envolve, concomitantemente, modificação de fontes de recursos constantes da Lei n. 13.587, de 2018, mediante a redução das fonte 18 – Receitas de Concursos de Prognósticos, 80 - Recursos Próprios Financeiros e 81 - Recursos de Convênios, devido à sua vinculação legal e/ou especificidades em sua aplicação, e a possibilidade de incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, relativo às fontes 00 - Recursos Ordinários, 18 - Receitas de Concursos de Prognósticos, 32 – Recursos destinados ao FUNDAF, 50 - Recursos Próprios Não Financeiros, 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, 80 - Recursos Próprios Financeiros e 86 - Outras Receitas Vinculadas.

Com relação à utilização de recursos de superávit financeiro de Recursos Ordinários, fonte 00, cumpre informar que a Nota de Rodapé da Tabela 5 da Portaria STN/MF n. 245, de 28 de março de 2018, estabelece que “parcela do superávit financeiro pertencente ao Tesouro Nacional nas fontes 00, 29 e 78 deverá, preferencialmente, ser remanejada para fins de cumprimento do art. 167, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 42 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, conforme recomendação contida no parágrafo 85 do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 1º bimestre de 2018”. Todavia, em função das providências informadas pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Ofício n. 76951/2018-MP, de 29 de agosto de 2018, para a troca de fontes hoje existentes na unidade orçamentária do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, entende-se que a observação que restringe a utilização de superávit financeiro das fontes 00, 29 e 78, constante da mencionada Portaria, fica sem eficácia após a realização destas trocas de fontes.

Por fim, a Mensagem destaca que o presente crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

Aberto o prazo regimental, foram apresentadas 10 (dez) emendas.

É o relatório.

II.**ANÁLISE**

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

Por de se tratar de suplementação de categoria de programação contemplada na Lei Orçamentária de 2018, o crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, em conformidade com o art. 41, I, da Lei nº 4.320, de 1964.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

A proposta também atende o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois não amplia os limites das despesas primárias no exercício.

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43¹ da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2016-2019).

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da LDO 2018, em especial quanto às prescrições do art. 44², quais sejam, restringe-se a um único tipo de crédito adicional e a exposição de motivos informa que a realização das despesas objeto desse crédito não afeta a obtenção do resultado primário anual.

Com vistas a aperfeiçoar a intervenção do Estado, foram propostas alguns aprimoramentos nas políticas públicas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Acréscimos

| Órgão | Ação | Valor |
|------------------------|---|-------------|
| Ministério da Saúde | 4525 – Apoio a Manutenção de Unidades de Saúde | 705.500.000 |
| Ministério das Cidades | 00AF – Integralização de Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR | 100.000.000 |

¹ Lei nº 4.320/1964: “Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.”

² Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO 2018): “Art. 44. (...)”

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I e II do caput art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2018.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus substitutos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei. (...)”

§ 11. Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e a publicação da respectiva lei. (...)”



**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

À título de compensação, serão canceladas as suplementações de todas as programações do Programa 2037 – Consolidação do Sistema único de Assistência Social, exceto a ação 2A60 – Serviço de Proteção Social Básica – Nacional, na qual fica mantido o valor de R\$ 100.851.773,00. E, de acordo com o disposto no Ofício nº 50/2018 – MP, do Ministro do Planejamento para o Presidente da CMO, na data de hoje, 13/11/2018, são acrescidos a este PLN os valores de R\$ 100.500.000,00. Dessa forma, o valor total deste PLN fica alterado para: R\$ 5.491.038.744,00 (cinco bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, trinta e oito mil e setecentos e quarenta e quatro reais).

Emendas

Foram apresentadas 10 (dez) emendas ao PLN 47/2018-CN. As emendas 01, 02 e 03 do Deputado Ricardo Izar, bem como as emendas 08, 09 e 10 do Deputado Marcelo Squassoni propõem a suplementação em unidade orçamentária não beneficiária do crédito, infringindo assim o art. 109, I da Resolução nº 01/2006-CN. A emenda 04, do Deputado Luis Tibé, assim como as emendas 05, 06 e 07 do Deputado Bohn Gass apresentam como cancelamento dotação com fonte incompatível para atender à programação suplementada, em conflito com o disposto no art. 126, combinado com o art. 146, da Resolução nº 01/2006-CN.

III.**VOTO**

Diante do exposto, VOTAMOS:

1. Pela indicação de **INADMISSIBILIDADE** das 10(dez) emendas apresentadas
2. **Pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 047, de 2018-CN, nos termos do Substitutivo apresentado.**

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2018


Deputado Federal
Relator

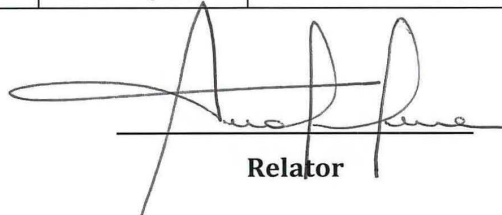


**CONGRESSO NACIONAL****Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO**

Parecer ao PLN 047, de 2018-CN (Crédito Suplementar)

DEMONSTRATIVO 2 - EMENDAS QUE DEVEM SER INADMITIDAS
(art. 70, III, "a", art. 109, § 1º, e art. 146, §1º, da Resolução nº 1/2006-CN)**Emendas a serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da CMO**
(art. 15, XI, da Resolução nº 1/2006-CN)

| Emenda nº | Autor | Fundamento |
|-----------|-------------------|--------------------------------------|
| 01 | Ricardo Izar | Art. 109, I - Res.01-2006-CN |
| 02 | Ricardo Izar | Art. 109, I - Res.01-2006-CN |
| 03 | Ricardo Izar | Art. 109, I - Res.01-2006-CN |
| 04 | Luis Tibé | Art. 126 e Art. 148 - Res.01-2006-CN |
| 05 | Bohn Gass | Art. 126 e Art. 148 - Res.01-2006-CN |
| 06 | Bohn Gass | Art. 126 e Art. 148 - Res.01-2006-CN |
| 07 | Bohn Gass | Art. 126 e Art. 148 - Res.01-2006-CN |
| 08 | Marcelo Squassoni | Art. 109, I, c - Res.01-2006-CN |
| 09 | Marcelo Squassoni | Art. 109, I, c - Res.01-2006-CN |
| 10 | Marcelo Squassoni | Art. 109, I, c - Res.01-2006-CN |


Relator

**CONGRESSO NACIONAL****Parecer ao PLN 047, de 2018-CN****SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 5.491.038.744,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 5.491.038.744,00 (cinco bilhões, quatrocentos e noventa e um milhões, trinta e oito mil e setecentos e quarenta e quatro reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2017, no valor de R\$ 2.367.429.229,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e nove reais), relativo a:

- a) recursos ordinários, no valor de R\$ 1.232.893.118,00 (um bilhão, duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e dezoito reais);
- b) compensações financeiras pela exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, exceto no pré-sal ou em áreas estratégicas, no valor de R\$ 736.536.111,00 (setecentos e trinta e seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cento e onze reais); e
- c) recursos próprios não financeiros, no valor de R\$ 398.000.000,00 (trezentos e noventa e oito milhões de reais);

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 163.100.464,00 (cento e sessenta e três milhões, cem mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), relativo a recursos próprios financeiros;

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 2.697.045.162,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e sete milhões, quarenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais), conforme indicado no Anexo II; e

IV - produto de operações de crédito externas em bens ou serviços, no valor de R\$ 263.463.889,00 (duzentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e nove reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ÓRGÃO: 20000 Presidência da República
UNIDADE: 20124 SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2101 | | Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República | | | | | | | | 4.923.514 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 04122 | 2101 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 4.923.514 |
| 04122 | 2101 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.923.514 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 4.923.514 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 4.923.514 |

ÓRGÃO: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2077 | | Agropecuária Sustentável | | | | | | | | 26.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 20545 | 2077 2161 | Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas | | | | | | | | 26.000.000 |
| 20545 | 2077 2161 0001 | Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional | | | | | | | | 26.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 4.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 35 | 0 | 300 | 2.000.000 |
| | | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 | 20.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 26.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 26.000.000 |



ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 0910 | | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e | | | | | | | 2.319.089 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28846 | 0910 008A | Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC | | | | | | | 1.005.258 |
| 28846 | 0910 008A 0001 | Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 178 | 1.005.258 |
| 28846 | 0910 00F8 | Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC | | | | | | | 813.831 |
| 28846 | 0910 00F8 0001 | Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - Nacional | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 178 | 813.831 |
| 28846 | 0910 00NQ | Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX | | | | | | | 500.000 |
| 28846 | 0910 00NQ 0001 | Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX - NACIONAL | F | 3 | 2 | 50 | 0 | 178 | 500.000 |
| 2021 | | Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | 72.290.484 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19571 | 2021 20UR | Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA | | | | | | | 1.290.484 |
| 19571 | 2021 20UR 0010 | Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Na Região Norte | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 1.290.484 |
| 19572 | 2021 20V6 | Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo | | | | | | | 1.000.000 |
| 19572 | 2021 20V6 0001 | Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 1.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 19571 | 2021 13CL | Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS | | | | | | | 70.000.000 |
| 19571 | 2021 13CL 0001 | Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS - Nacional | F | 3 | 3 | 50 | 0 | 300 | 70.000.000 |
| 2106 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e | | | | | | | 8.794.124 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19122 | 2106 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 8.371.935 |
| 19122 | 2106 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 8.371.935 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.007.742 |
| 19122 | 2106 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | 255.189 |
| 19122 | 2106 216H 0001 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 255.189 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 19122 | 2106 12EA | Reforma do Edifício-Sede do Ministério das Comunicações | | | | | | | 167.000 |
| 19122 | 2106 12EA 0053 | Reforma do Edifício-Sede do Ministério das Comunicações - No Distrito Federal | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 178 | 167.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 83.403.697 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 83.403.697 |




ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | O N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2059 | | Política Nuclear | | | | | | | 4.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19662 | 2059 2482 | Fabricação do Combustível Nuclear | | | | | | | 2.000.000 |
| 19662 | 2059 2482 0001 | Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 19572 | 2059 1393 | Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio e da Fábrica de Ultracentrifugas - Unidade Tecnológica de Separação Isotópica | | | | | | | 2.000.000 |
| 19572 | 2059 1393 0030 | Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio e da Fábrica de Ultracentrifugas - Unidade Tecnológica de Separação Isotópica - Na Região Sudeste | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 4.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 4.000.000 |

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | O N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2106 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e | | | | | | | 12.914.020 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24122 | 2106 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 12.914.020 |
| 24122 | 2106 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 178 | 12.914.020 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 12.914.020 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 12.914.020 |

ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 Ministério da Fazenda - Administração Direta

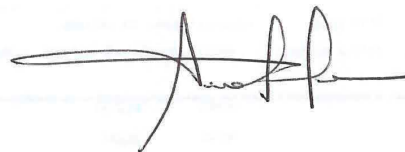
ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | O N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2039 | | Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Naci | | | | | | | 1.471.323 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04123 | 2039 2026 | Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais | | | | | | | 1.471.323 |
| 04123 | 2039 2026 0001 | Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.471.323 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 1.471.323 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 1.471.323 |




ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2024 | | Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04126 | 2024 153V | Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior | | | | | | | 6.000.000 |
| 04126 | 2024 153V 0001 | Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 332 | 6.000.000 |
| | | | | | | | | | 6.000.000 |
| 2110 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 98.800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.500.000 |
| 04122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 332 | 1.500.000 |
| | | | | | | | | | 1.500.000 |
| 04125 | 2110 20VF | Fortalecimento Institucional | | | | | | | 35.100.000 |
| 04125 | 2110 20VF 0001 | Fortalecimento Institucional - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 332 | 35.100.000 |
| | | | | | | | | | 35.100.000 |
| 04126 | 2110 20VG | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais | | | | | | | 45.100.000 |
| 04126 | 2110 20VG 0001 | Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional | | | | | | | 45.100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 332 | 25.300.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 132 | 4.800.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 332 | 15.000.000 |
| 04129 | 2110 2238 | Arrecadação Tributária e Aduaneira | | | | | | | 4.000.000 |
| 04129 | 2110 2238 0001 | Arrecadação Tributária e Aduaneira - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 332 | 4.000.000 |
| | | | | | | | | | 4.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04122 | 2110 10AV | Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA | | | | | | | 11.100.000 |
| 04122 | 2110 10AV 0029 | Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA - No Estado da Bahia | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 332 | 11.100.000 |
| | | | | | | | | | 11.100.000 |
| 04122 | 2110 148H | Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES | | | | | | | 2.000.000 |
| 04122 | 2110 148H 0032 | Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 332 | 2.000.000 |
| | | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 104.800.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 104.800.000 |

ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2110 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda | | | | | | | 800.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04122 | 2110 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 800.000 |
| 04122 | 2110 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 800.000 |
| | | | | | | | | | 800.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 800.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 800.000 |



ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2109 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação | | | | | | | | 12.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 571 | 2109 212H | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais | | | | | | | | 12.000.000 |
| 12 571 | 2109 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | F | 3 | 2 | 50 | 8 | 100 | 12.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 50 | 8 | 108 | 9.000.000 |
| | | | | | | | | | | 3.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 12.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 12.000.000 |

ÓRGÃO: 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2121 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e S | | | | | | | | 254.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 254.000 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 254.000 |
| | | | | | | | | | | 254.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 254.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 254.000 |

ÓRGÃO: 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2121 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e S | | | | | | | | 1.102.710 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 1.102.710 |
| 22 122 | 2121 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.102.710 |
| | | | | | | | | | | 1.102.710 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.102.710 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.102.710 |




ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
 UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 3.991.582 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 8855 Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública | | | | | | | 3.991.582 |
| 06181 | 2081 8855 0001 Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.991.582 |
| | | | | | | | | 3.991.582 |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 1.609.110 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04122 | 2112 2000 Administração da Unidade | | | | | | | 1.609.110 |
| 04122 | 2112 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.609.110 |
| | | | | | | | | 1.609.110 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 5.600.692 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 5.600.692 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
 UNIDADE: 30103 Arquivo Nacional

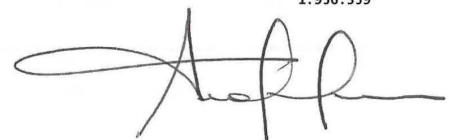
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 1.916.689 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04391 | 2081 2810 Preservação e Acesso ao Patrimônio Arquivístico Nacional | | | | | | | 1.916.689 |
| 04391 | 2081 2810 0001 Preservação e Acesso ao Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.916.689 |
| | | | | | | | | 1.916.689 |
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 39.670 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04122 | 2112 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | 39.670 |
| 04122 | 2112 216H 0001 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 39.670 |
| | | | | | | | | 39.670 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.956.359 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.956.359 |




ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 12.200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 2723 | Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | | | | | | | 9.500.000 |
| 06181 | 2081 2723 0001 | Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 9.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 06181 | 2081 154T | Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal | | | | | | | 2.700.000 |
| 06181 | 2081 154T 0001 | Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 2.700.000 |
| 2112 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 6.700.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.700.000 |
| 06122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 6.700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.900.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.900.000 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI

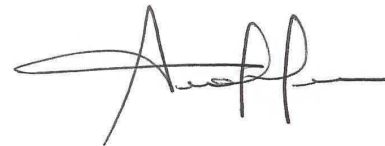
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

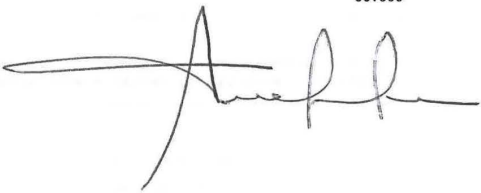
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2065 | | Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | | | 3.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 423 | 2065 2150 | Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento | | | | | | | 2.600.000 |
| 14 423 | 2065 2150 0001 | Gestão Ambiental e Etnodesenvolvimento - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| 14 423 | 2065 215Q | Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato | | | | | | | 300.000 |
| 14 423 | 2065 215Q 0001 | Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| 14 423 | 2065 2384 | Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania | | | | | | | 600.000 |
| 14 423 | 2065 2384 0001 | Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.500.000 |




ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 2112 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 60.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14122 | 2112 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | 60.000 |
| 14122 | 2112 216H 0001 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 60.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 60.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 60.000 |



ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30907 Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

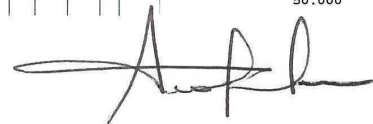
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 399.252.846 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 421 | 2081 20UG | Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social | | | | | | | 45.450.000 |
| 14 421 | 2081 20UG 0001 | Promoção da Cidadania, Alternativas Penais e Controle Social - Nacional | | | | | | | 45.450.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 0 | 350 | 16.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 350 | 29.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 0 | 318 | 450.000 |
| 14 421 | 2081 20UH | Capacitação e Qualificação em Serviços Penais | | | | | | | 5.508.589 |
| 14 421 | 2081 20UH 0001 | Capacitação e Qualificação em Serviços Penais - Nacional | | | | | | | 5.508.589 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 350 | 2.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 318 | 3.508.589 |
| 14 421 | 2081 20WS | Consolidação do Sistema Penitenciário Federal | | | | | | | 51.094.402 |
| 14 421 | 2081 20WS 0001 | Consolidação do Sistema Penitenciário Federal - Nacional | | | | | | | 51.094.402 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 350 | 5.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 5.615.130 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 174 | 9.484 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 318 | 164.602 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 380 | 11.425.591 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 118 | 7.684.870 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 380 | 21.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 318 | 194.725 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 14 421 | 2081 217T | RACIONALIZACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PENAL | | | | | | | 45.820.024 |
| 14 421 | 2081 217T 0001 | RACIONALIZACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PENAL - NACIONAL | | | | | | | 45.820.024 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 0 | 380 | 42.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 380 | 3.820.024 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 14 421 | 2081 155N | Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal | | | | | | | 250.914.901 |
| 14 421 | 2081 155N 0001 | Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal - Nacional | | | | | | | 250.914.901 |
| | | | F | 3 | 1 | 30 | 0 | 350 | 5.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 217.664 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 180 | 3.612.048 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 118 | 16.010.288 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 350 | 23.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 380 | 4.000.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 318 | 3.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 380 | 67.016.027 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 318 | 19.273.698 |
| | | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 318 | 33.504.813 |
| | | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 374 | 10.938.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 150 | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 386 | 36.372.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 13.455.650 |
| | | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 350 | 14.514.713 |
| 14 421 | 2081 15F7 | Construção da Escola Nacional de Serviços Penais / Sede do DEPEN | | | | | | | 464.930 |
| 14 421 | 2081 15F7 0001 | Construção da Escola Nacional de Serviços Penais / Sede do DEPEN - Nacional | | | | | | | 464.930 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 350 | 464.930 |
| 2112 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 1.050.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 1.000.000 |
| 14 122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 350 | 1.000.000 |
| 14 122 | 2112 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | 50.000 |




ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30907 Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 14122 | 2112 216H 0001 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | | | | | | | 50.000 |
| | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 174 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 400.302.846 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 400.302.846 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 8.543.826 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 06181 | 2081 215R Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação | | | | | | | 2.000.000 |
| 06181 | 2081 215R 0001 Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação - Nacional | F | 4 | 2 | 30 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| 06128 | 2081 2320 Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional | | | | | | | 3.400.000 |
| 06128 | 2081 2320 0001 Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.400.000 |
| 06181 | 2081 2B00 Força Nacional de Segurança Pública | | | | | | | 3.143.826 |
| 06181 | 2081 2B00 0001 Força Nacional de Segurança Pública - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.143.826 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 8.543.826 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 8.543.826 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30912 Fundo Nacional Antidrogas

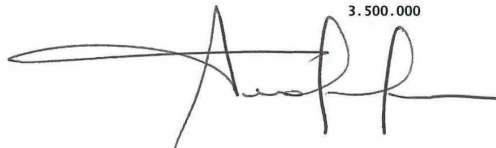
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2085 | Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinser | | | | | | | 3.500.000 |
| ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 14422 | 2085 20IE Política Pública sobre Drogas | | | | | | | 2.500.000 |
| 14422 | 2085 20IE 0001 Política Pública sobre Drogas - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| 14422 | 2085 20R9 Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas | | | | | | | 1.000.000 |
| 14422 | 2085 20R9 0001 Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas - Nacional | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 3.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 3.500.000 |




ÓRGÃO: 35000 Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2082 | Política Externa | | | | | | | | 109.143.267 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 07211 | 2082 00PN | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE | | | | | | | 851.000 |
| 07211 | 2082 00PN 0002 | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - No Exterior | | | | | | | 851.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 851.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07211 | 2082 20WW | Relações e Negociações Bilaterais | | | | | | | 101.066.147 |
| 07211 | 2082 20WW 0002 | Relações e Negociações Bilaterais - No Exterior | | | | | | | 101.066.147 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 | 16.677.337 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 84.388.810 |
| 07211 | 2082 20WX | Relações e Negociações Multilaterais | | | | | | | 4.969.872 |
| 07211 | 2082 20WX 0002 | Relações e Negociações Multilaterais - No Exterior | | | | | | | 4.969.872 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 4.969.872 |
| 07392 | 2082 20WY | Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior | | | | | | | 2.256.248 |
| 07392 | 2082 20WY 0002 | Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - No Exterior | | | | | | | 2.256.248 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 2.256.248 |
| 2118 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores | | | | | | | | 9.007.585 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 07331 | 2118 00PK | Indenizações a Servidores Cíveis e Militares em Serviço no Exterior | | | | | | | 6.307.585 |
| 07331 | 2118 00PK 0002 | Indenizações a Servidores Cíveis e Militares em Serviço no Exterior - No Exterior | | | | | | | 6.307.585 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 6.307.585 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07122 | 2118 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 2.700.000 |
| 07122 | 2118 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 2.700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.700.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 118.150.852 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 118.150.852 |

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

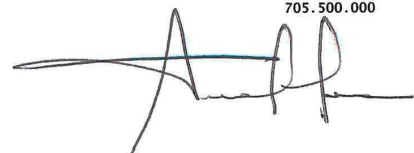
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2015 | Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | | 705.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10122 | 2015 4525 | Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde | | | | | | | 705.500.000 |
| 10122 | 2015 4525 0001 | Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Nacional | | | | | | | 705.500.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 99 | 6 | 100 | 102.750.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 99 | 6 | 151 | 559.850.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 99 | 6 | 153 | 42.400.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 99 | 6 | 300 | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 705.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 705.500.000 |



ÓRGÃO: 37000 Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

UNIDADE: 37101 Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2133 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência, Fiscalização e Co | | | | | | | 350.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 04122 | 2133 14UU | Construção do Edifício-Sede da Unidade Regional no Estado do Piauí | | | | | | | 350.000 |
| 04122 | 2133 14UU 0981 | Construção do Edifício-Sede da Unidade Regional no Estado do Piauí - No Município de Teresina - PI | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 350.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 350.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 350.000 |

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2126 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação C | | | | | | | 33.324.749 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 26122 | 2126 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | 179.452 |
| 26122 | 2126 216H 0001 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | | | | | | | 179.452 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 179.452 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28846 | 2126 00QP | CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA DISSOLUCAO/LIQUIDAC | | | | | | | 33.145.297 |
| 28846 | 2126 00QP 0021 | CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA DISSOLUCAO/LIQUIDAC - CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA DISSOLUCAO/LIQUIDACAO DA COMPANHIA DOCA'S DO MARANHÃO - CODOMAR - NO ESTADO DO MARANHÃO | | | | | | | 33.145.297 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 33.145.297 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 33.324.749 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 33.324.749 |

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura

UNIDADE: 42206 Agência Nacional do Cinema

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2027 | | Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento | | | | | | | 2.823.630 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13392 | 2027 20ZI | Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001) | | | | | | | 2.823.630 |
| 13392 | 2027 20ZI 0001 | Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001) - Nacional | | | | | | | 2.823.630 |
| | | | F | 3 | 2 | 60 | 0 | 100 | 2.823.630 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.823.630 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.823.630 |




ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42902 Fundo Nacional de Cultura

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2027 | | Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento | | | | | | | | 900.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 13392 | 2027 20ZK | Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual - Lei n° 11.437, de 2006 | | | | | | | | 900.000 |
| 13392 | 2027 20ZK 0001 | Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual - Lei n° 11.437, de 2006 - Nacional | | | | | | | | 900.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 844.480 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 55.520 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 900.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 900.000 |

ÓRGÃO: 44000 Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2124 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | | 1.908.938 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 18122 | 2124 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 1.908.938 |
| 18122 | 2124 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | | 1.908.938 |
| | | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.908.938 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.908.938 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.908.938 |

ÓRGÃO: 44000 Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44205 Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2124 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente | | | | | | | | 1.675.610 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 18122 | 2124 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 1.675.610 |
| 18122 | 2124 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | | 1.675.610 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.675.610 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.675.610 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.675.610 |

ÓRGÃO: 47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47210 Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2038 | | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | | 1.232.707 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 04573 | 2038 216R | Desenvolvimento de Pesquisas, Projetos e Publicações | | | | | | | | 1.232.707 |
| 04573 | 2038 216R 0001 | Desenvolvimento de Pesquisas, Projetos e Publicações - Nacional | | | | | | | | 1.232.707 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.232.707 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.232.707 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.232.707 |




ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2058 | Defesa Nacional | | | | | | | 241.800.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05151 | 2058 123J Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) | | | | | | | 241.800.000 |
| 05151 | 2058 123J 0001 Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) - Nacional | | | | | | | 241.800.000 |
| | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 300 | 241.800.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 241.800.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 241.800.000 |

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 Comando da Aeronáutica

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2058 | Defesa Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05151 | 2058 2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico | | | | | | | 7.000.000 |
| 05151 | 2058 2048 0001 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - Nacional | | | | | | | 7.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 7.000.000 |
| 05151 | 2058 20XA Aprestamento da Aeronáutica | | | | | | | 8.000.000 |
| 05151 | 2058 20XA 0001 Aprestamento da Aeronáutica - Nacional | | | | | | | 8.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 8.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 15.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 15.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

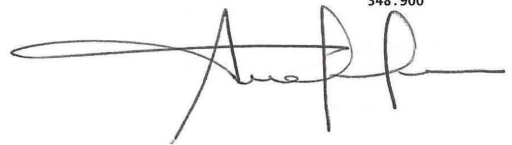
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2058 | Defesa Nacional | | | | | | | 348.900 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05153 | 2058 20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército | | | | | | | 348.900 |
| 05153 | 2058 20XJ 0001 Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional | | | | | | | 348.900 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 348.900 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 348.900 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 348.900 |




ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 Comando da Marinha

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0909 | | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | 500.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 05152 | 0909 00QJ | PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA GERENCIAL DE PRO | | | | | | | 500.000.000 |
| 05152 | 0909 00QJ 0001 | PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA GERENCIAL DE PRO - PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON - RECOMPOSICAO DO NUCLEO NAVAL - CONSTRUCAO DAS CORVETAS DA CLASSE TAMANDARE - NACIONAL | | | | | | | 500.000.000 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 342 | 500.000.000 |
| 2058 | | Defesa Nacional | | | | | | | 500.000.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 05152 | 2058 123G | Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares | | | | | | | 50.873.705 |
| 05152 | 2058 123G 0001 | Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional | | | | | | | 50.873.705 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 342 | 50.873.705 |
| 05152 | 2058 123H | Construção de Submarino de Propulsão Nuclear | | | | | | | 253.451.167 |
| 05152 | 2058 123H 0001 | Construção de Submarino de Propulsão Nuclear - Nacional | | | | | | | 253.451.167 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 149 | 179.610.769 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 342 | 73.840.398 |
| 05152 | 2058 123I | Construção de Submarinos Convencionais | | | | | | | 195.675.128 |
| 05152 | 2058 123I 0001 | Construção de Submarinos Convencionais - Nacional | | | | | | | 195.675.128 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 149 | 83.853.120 |
| | | | F | 4 | 3 | 90 | 0 | 342 | 111.822.008 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.000.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.000.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 Fundo do Exército

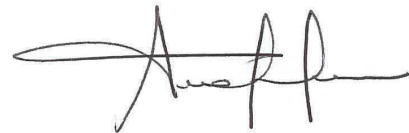
ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---------------------------------------|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2058 | | Defesa Nacional | | | | | | | 14.124.037 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05153 | 2058 4450 | Aprestamento do Exército | | | | | | | 14.124.037 |
| 05153 | 2058 4450 0001 | Aprestamento do Exército - Nacional | | | | | | | 14.124.037 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 650 | 4.519.692 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 650 | 9.604.345 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 14.124.037 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 14.124.037 |




ÓRGÃO: 54000 Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

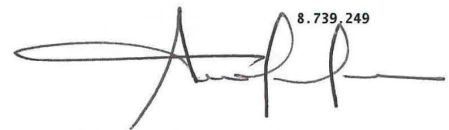
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2076 | | Desenvolvimento e Promoção do Turismo | | | | | | | 3.239.249 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 23695 | 2076 20Y3 | Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional | | | | | | | 2.239.249 |
| 23695 | 2076 20Y3 0001 | Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.239.249 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 23695 | 2076 218G | GESTAO E INTELIGENCIA COMPETITIVA EM TURISMO | | | | | | | 1.000.000 |
| 23695 | 2076 218G 0001 | GESTAO E INTELIGENCIA COMPETITIVA EM TURISMO - NACIONAL | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 1.000.000 |
| 2128 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo | | | | | | | 5.500.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 23122 | 2128 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 5.500.000 |
| 23122 | 2128 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 5.500.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 8.739.249 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 8.739.249 |




ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar | | | | | | | | | | 373.495 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 08244 | 2012 20GD | Inclusão Produtiva Rural | | | | | | | | 373.495 |
| 08244 | 2012 20GD 0001 | Inclusão Produtiva Rural - Nacional | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 373.495 |
| 2069 Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | | | | 202.846.353 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 08306 | 2069 215I | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN | | | | | | | | 2.846.353 |
| 08306 | 2069 215I 0001 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.846.353 |
| 08306 | 2069 2798 | Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | | 100.000.000 |
| 08306 | 2069 2798 0001 | Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - Nacional | | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 300 | 30.000.000 |
| | | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 70.000.000 |
| 08511 | 2069 8948 | Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural | | | | | | | | 100.000.000 |
| 08511 | 2069 8948 0001 | Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural - Nacional | | S | 4 | 2 | 30 | 0 | 300 | 75.000.000 |
| | | | | S | 3 | 2 | 30 | 0 | 300 | 25.000.000 |
| 2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário | | | | | | | | | | 450.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 08122 | 2122 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | | 450.000 |
| 08122 | 2122 216H 0001 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | | S | 3 | 2 | 41 | 0 | 100 | 450.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 203.669.848 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 203.669.848 |

ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

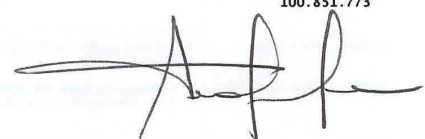
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|---|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | | | | | | | | | | 100.851.773 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 08244 | 2037 2A60 | Serviços de Proteção Social Básica | | | | | | | | 100.851.773 |
| 08244 | 2037 2A60 0001 | Serviços de Proteção Social Básica - Nacional | | S | 3 | 2 | 41 | 0 | 151 | 100.851.773 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 100.851.773 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 100.851.773 |




ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2049 Moradia Digna | | | | | | | | | | 100.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28845 | 2049 00AF | Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR | | | | | | | | 100.000.000 |
| 28845 | 2049 00AF 0001 | Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR - Nacional | | | | | | | | 100.000.000 |
| | | | | F | 5 | 3 | 90 | 0 | 300 | 100.000.000 |
| 2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | | | | 10.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 15122 | 2116 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 10.000.000 |
| 15122 | 2116 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | | 10.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 110.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 110.000.000 |

ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades
UNIDADE: 56901 Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|-----------------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito | | | | | | | | | | 70.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 15452 | 2048 20YZ | Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito | | | | | | | | 70.000.000 |
| 15452 | 2048 20YZ 0001 | Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional | | | | | | | | 70.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 70.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 70.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 70.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

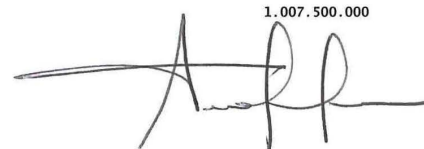
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | | | | 45.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28846 | 0909 00P3 | Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE | | | | | | | | 45.000.000 |
| 28846 | 0909 00P3 0001 | Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE - Nacional | | | | | | | | 45.000.000 |
| | | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 300 | 45.000.000 |
| 0913 Operações Especiais - Integralização de Cotas em Organismos Financeiros Internaci | | | | | | | | | | 962.500.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 28846 | 0913 000P | Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais | | | | | | | | 962.500.000 |
| 28846 | 0913 000P 0002 | Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais - No Exterior | | | | | | | | 962.500.000 |
| | | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 300 | 962.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 1.007.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.007.500.000 |




ÓRGÃO: 71000 Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 0910 | | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e | | | | | | | 361.851.993 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28846 | 0910 0070 | Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA) | | | | | | | 2.405.456 |
| 28846 | 0910 0070 0002 | Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 2.405.456 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 2.405.456 |
| 28846 | 0910 0074 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) | | | | | | | 38.210.481 |
| 28846 | 0910 0074 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 38.210.481 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 38.210.481 |
| 28846 | 0910 009B | Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE) | | | | | | | 138.856.001 |
| 28846 | 0910 009B 0002 | Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE) - No Exterior | | | | | | | 138.856.001 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 138.856.001 |
| 28846 | 0910 00EA | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE) | | | | | | | 43.980.077 |
| 28846 | 0910 00EA 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 43.980.077 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 43.980.077 |
| 28846 | 0910 0128 | Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) | | | | | | | 74.112.125 |
| 28846 | 0910 0128 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - No Exterior | | | | | | | 74.112.125 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 74.112.125 |
| 28846 | 0910 0873 | Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) | | | | | | | 59.543.950 |
| 28846 | 0910 0873 0002 | Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) - No Exterior | | | | | | | 59.543.950 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 59.543.950 |
| 28846 | 0910 0B74 | Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE) | | | | | | | 4.743.903 |
| 28846 | 0910 0B74 0002 | Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE) - No Exterior | | | | | | | 4.743.903 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 4.743.903 |
| 0913 | | Operações Especiais - Integralização de Cotas em Organismos Financeiros Internaci | | | | | | | 232.148.007 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28846 | 0913 000P | Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais | | | | | | | 232.148.007 |
| 28846 | 0913 000P 0002 | Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais - No Exterior | | | | | | | 232.148.007 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 300 | 11.973.864 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 100 | 220.174.143 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 594.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 594.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71905 Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

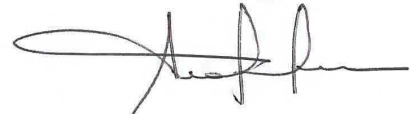
ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2024 | | Comércio Exterior | | | | | | | 398.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04846 | 2024 0027 | Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei n° 9.818, de 1999) | | | | | | | 398.000.000 |
| 04846 | 2024 0027 0002 | Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei n° 9.818, de 1999) - No Exterior | | | | | | | 398.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 350 | 398.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 398.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 398.000.000 |



ÓRGÃO: 74000 Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74916 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S T | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2050 | Mudança do Clima | | | | | | | 163.100.464 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 18541 | 2050 00J4 | | | | | | | 163.100.464 |
| | Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima | | | | | | | |
| 18541 | 2050 00J4 0001 | | | | | | | 163.100.464 |
| | Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima - Nacional | | | | | | | |
| | | F | 5 | 0 | 90 | 0 | 280 | 163.100.464 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 163.100.464 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 163.100.464 |

ÓRGÃO: 81000 Ministério dos Direitos Humanos

UNIDADE: 81101 Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S T | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2064 | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | 3.005.000 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28845 | 2064 0083 | | | | | | | 5.000 |
| | Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei n° 9.140, de 1995) | | | | | | | |
| 28845 | 2064 0083 0001 | | | | | | | 5.000 |
| | Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei n° 9.140, de 1995) - Nacional | | | | | | | |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14422 | 2064 215J | | | | | | | 3.000.000 |
| | Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | |
| 14422 | 2064 215J 0001 | | | | | | | 3.000.000 |
| | Defesa dos Direitos Humanos - Nacional | | | | | | | |
| | | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 300 | 3.000.000 |
| 2134 | PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS | | | | | | | 1.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14122 | 2134 2000 | | | | | | | 1.000.000 |
| | Administração da Unidade | | | | | | | |
| 14122 | 2134 2000 0001 | | | | | | | 1.000.000 |
| | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 1.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 4.005.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 4.005.000 |




ÓRGÃO: 20000 Presidência da República
UNIDADE: 20124 SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2052 Pesca e Aquicultura | | | | | | | | | 4.923.514 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04 608 | 2052 0080 | Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997) | | | | | | | 4.923.514 |
| 04 608 | 2052 0080 0001 | Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997) - Nacional | | | | | | | 4.923.514 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.923.514 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 4.923.514 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 4.923.514 |

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

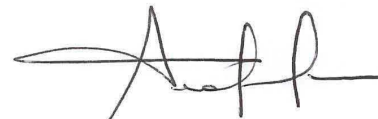
ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|--|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2021 Ciência, Tecnologia e Inovação | | | | | | | | | 12.340.027 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 573 | 2021 20U0 | Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST | | | | | | | 430.000 |
| 19 573 | 2021 20U0 0001 | Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST - Nacional | | | | | | | 430.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 430.000 |
| 19 571 | 2021 20US | Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores | | | | | | | 5.738.780 |
| 19 571 | 2021 20US 0001 | Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional | | | | | | | 5.738.780 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 5.738.780 |
| 19 571 | 2021 20V7 | Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC | | | | | | | 2.058.944 |
| 19 571 | 2021 20V7 0001 | Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC - Nacional | | | | | | | 2.058.944 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 867.176 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 178 | 1.191.768 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 19 571 | 2021 15P6 | AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA PARA O ESTUDO DA | | | | | | | 4.112.303 |
| 19 571 | 2021 15P6 0001 | AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRAESTRUTURA PARA O ESTUDO DA - NACIONAL | | | | | | | 4.112.303 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.007.742 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 178 | 3.104.561 |
| 2106 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e | | | | | | | | | 1.063.670 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19 121 | 2106 4210 | Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | | | | | | | 1.063.670 |
| 19 121 | 2106 4210 0001 | Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Nacional | | | | | | | 1.063.670 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 312.242 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 178 | 751.428 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 13.403.697 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 13.403.697 |




ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2059 | | Política Nuclear | | | | | | | 4.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 19543 | 2059 20I3 | Descomissionamento de Unidades Minero-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | | | 4.000.000 |
| 19543 | 2059 20I3 0001 | Descomissionamento de Unidades Minero-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 4.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 4.000.000 |

ÓRGÃO: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24211 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2025 | | Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia | | | | | | | 12.914.020 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 24125 | 2025 2424 | Fiscalização em Telecomunicações | | | | | | | 4.457.694 |
| 24125 | 2025 2424 0001 | Fiscalização em Telecomunicações - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 4.457.694 |
| 24422 | 2025 2B68 | Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações | | | | | | | 8.456.326 |
| 24422 | 2025 2B68 0001 | Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 178 | 8.456.326 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 12.914.020 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 12.914.020 |

ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 Ministério da Fazenda - Administração Direta

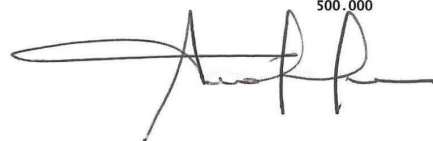
ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2061 | | Previdência Social | | | | | | | 500.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 04272 | 2061 218N | DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES PROPRIOS DE P | | | | | | | 500.000 |
| 04272 | 2061 218N 0001 | DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES PROPRIOS DE P - NACIONAL | F | 3 | 2 | 90 | 2 | 100 | 500.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 500.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 500.000 |




ÓRGÃO: 25000 Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2039 | | Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Naci | | | | | | | | 4.800.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 04 126 | 2039 15EH | Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira | | | | | | | | 4.800.000 |
| 04 126 | 2039 15EH 0001 | Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira - Nacional | | | | | | | | 4.800.000 |
| | | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 132 | 4.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 4.800.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 4.800.000 |

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2080 | | Educação de qualidade para todos | | | | | | | | 1.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 12 364 | 2080 8282 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior | | | | | | | | 1.000.000 |
| 12 364 | 2080 8282 0001 | Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional | | | | | | | | 1.000.000 |
| | | | | F | 4 | 2 | 90 | 8 | 108 | 1.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 1.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 1.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2080 | | Educação de qualidade para todos | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 12 368 | 2080 0000 | Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica | | | | | | | | 2.000.000 |
| 12 368 | 2080 0000 0001 | Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional | | | | | | | | 2.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 8 | 108 | 2.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 2.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 2.000.000 |

ÓRGÃO: 26000 Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

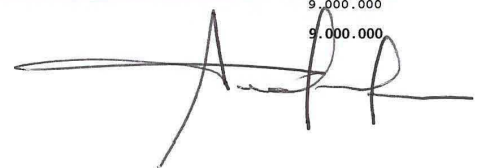
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2080 | | Educação de qualidade para todos | | | | | | | | 9.000.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 12 368 | 2080 0509 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica | | | | | | | | 9.000.000 |
| 12 368 | 2080 0509 0001 | Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional | | | | | | | | 9.000.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 40 | 8 | 100 | 9.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 9.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 9.000.000 |




ÓRGÃO: 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2079 | | Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços | | | | | | | 100.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 22 664 | 2079 10U2 | Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual | | | | | | | 100.000 |
| 22 664 | 2079 10U2 0001 | Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual - Nacional | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 250 | 100.000 |
| | | | | | | | | | 100.000 |
| 2121 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e S | | | | | | | 154.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 122 | 2121 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | 54.000 |
| 22 122 | 2121 216H 0001 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 250 | 54.000 |
| | | | | | | | | | 54.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 22 664 | 2121 15LY | Reforma das Instalações Prediais do Edifício A Noite | | | | | | | 100.000 |
| 22 664 | 2121 15LY 0033 | Reforma das Instalações Prediais do Edifício A Noite - No Estado do Rio de Janeiro | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 250 | 100.000 |
| | | | | | | | | | 100.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 254.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 254.000 |

ÓRGÃO: 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2029 | | Desenvolvimento Regional e Territorial | | | | | | | 1.102.710 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 22 661 | 2029 210L | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) | | | | | | | 200.000 |
| 22 661 | 2029 210L 0010 | Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 100.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 22 691 | 2029 153Y | Construção de Infraestrutura nas Unidades Descentralizadas da Suframa | | | | | | | 902.710 |
| 22 691 | 2029 153Y 0010 | Construção de Infraestrutura nas Unidades Descentralizadas da Suframa - Na Região Norte | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 902.710 |
| | | | | | | | | | 902.710 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 1.102.710 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 1.102.710 |




ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2112 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 9.788.781 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04122 | 2112 2000 Administração da Unidade | | | | | | | 2.916.689 |
| 04122 | 2112 2000 0001 Administração da Unidade - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.916.689 |
| | | | | | | | | 2.916.689 |
| 03131 | 2112 4641 Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | 6.000.000 |
| 03131 | 2112 4641 0001 Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| | | | | | | | | 6.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 06122 | 2112 15BI Reforma, Restauração e Adequação do Edifício Sede e dos Anexos I e II do Ministério da Justiça | | | | | | | 872.092 |
| 06122 | 2112 15BI 5664 Reforma, Restauração e Adequação do Edifício Sede e dos Anexos I e II do Ministério da Justiça - Em Brasília - DF | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 872.092 |
| | | | | | | | | 872.092 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 9.788.781 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 9.788.781 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30103 Arquivo Nacional

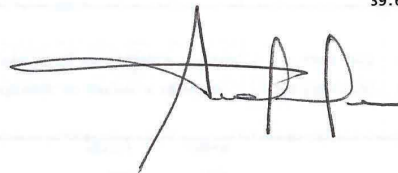
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 39.670 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04391 | 2081 2810 Preservação e Acesso ao Patrimônio Arquivístico Nacional | | | | | | | 39.670 |
| 04391 | 2081 2810 0001 Preservação e Acesso ao Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 39.670 |
| | | | | | | | | 39.670 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 39.670 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 39.670 |



ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 12.200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 86A1 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal | | | | | | | 9.500.000 |
| 06181 | 2081 86A1 0001 | Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional | | | | | | | 9.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 9.500.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 06181 | 2081 154T | Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal | | | | | | | 2.700.000 |
| 06181 | 2081 154T 0001 | Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - | | | | | | | 2.700.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 2.700.000 |
| 2112 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Cidadania | | | | | | | 6.700.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06122 | 2112 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 6.500.000 |
| 06122 | 2112 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 6.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 174 | 6.500.000 |
| 06131 | 2112 4641 | Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | 200.000 |
| 06131 | 2112 4641 0001 | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 18.900.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 18.900.000 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica

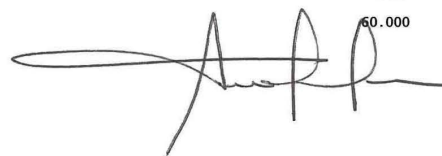
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 60.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14422 | 2081 2807 | Promoção e Defesa da Concorrência | | | | | | | 60.000 |
| 14422 | 2081 2807 0001 | Promoção e Defesa da Concorrência - Nacional | | | | | | | 60.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 60.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 60.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 60.000 |




ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30907 Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | O N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 79.973.050 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 14 421 | 2081 150F CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM ITAJAI/SC | | | | | | | 5.029.077 |
| 14 421 | 2081 150F 4535 CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM ITAJAI/SC - NO MUNICÍPIO DE ITAJAI - SC | | | | | | | 5.029.077 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 180 | 2.000.000 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 3.029.077 |
| 14 421 | 2081 150G CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM IRANDUBA- AM | | | | | | | 3.673.191 |
| 14 421 | 2081 150G 0201 CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM IRANDUBA- AM - NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA - AM | | | | | | | 3.673.191 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 3.673.191 |
| 14 421 | 2081 150H CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM CHARQUEADAS- RS | | | | | | | 34.300.000 |
| 14 421 | 2081 150H 4806 CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM CHARQUEADAS- RS - NO MUNICÍPIO DE CHARQUEADAS - RS | | | | | | | 34.300.000 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 13.300.000 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 180 | 21.000.000 |
| 14 421 | 2081 150J CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM SANTA LEOPOLDINA/ES | | | | | | | 3.704.209 |
| 14 421 | 2081 150J 3257 CONSTRUCAO DA PENITENCIARIA FEDERAL EM SANTA LEOPOLDINA/ES - NO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA - ES | | | | | | | 3.704.209 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 180 | 2.000.000 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 150 | 1.000.000 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 644.725 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 174 | 59.484 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 14 421 | 2081 155N Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal | | | | | | | 33.266.573 |
| 14 421 | 2081 155N 0001 Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal - Nacional | | | | | | | 33.266.573 |
| | | F | 4 | 1 | 30 | 0 | 118 | 27.287.830 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 118 | 2.149.031 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 174 | 217.664 |
| | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 180 | 3.612.048 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 79.973.050 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 79.973.050 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 Fundo Nacional de Segurança Pública

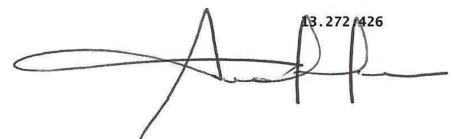
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | O N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 13.272.426 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 20ID Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública | | | | | | | 10.435.426 |
| 06181 | 2081 20ID 0001 Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Nacional | | | | | | | 10.435.426 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.184.357 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.251.069 |
| 06181 | 2081 215R Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação | | | | | | | 1.000.000 |
| 06181 | 2081 215R 0001 Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação - Nacional | | | | | | | 1.000.000 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.000.000 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 06181 | 2081 15P9 CONSTRUCAO, INSTALACAO E REFORMA DE IMOVEIS DA FORCA NACIONAL | | | | | | | 1.837.000 |
| 06181 | 2081 15P9 0053 CONSTRUCAO, INSTALACAO E REFORMA DE IMOVEIS DA FORCA NACIONAL - NO DISTRITO FEDERAL | | | | | | | 1.837.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.837.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 13.272.426 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 13.272.426 |




ÓRGÃO: 35000 Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2082 | Política Externa | | | | | | | 3.551.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 07 691 | 2082 20WZ | | | | | | | 1.700.000 |
| 07 691 | 2082 20WZ 0001 | | | | | | | 1.700.000 |
| | Promoção Comercial e de Investimentos | | | | | | | 1.700.000 |
| | Promoção Comercial e de Investimentos - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.700.000 |
| 07 211 | 2082 6105 | | | | | | | 1.851.000 |
| 07 211 | 2082 6105 0002 | | | | | | | 1.851.000 |
| | Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC | | | | | | | 1.851.000 |
| | Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC - No Exterior | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.851.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 3.551.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 3.551.000 |

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 Fundação Oswaldo Cruz

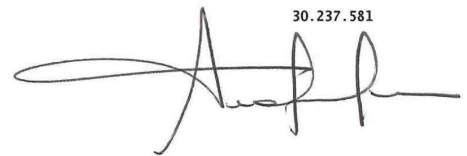
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2015 | Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | 30.237.581 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 572 | 2015 13DT | | | | | | | 3.550.000 |
| 10 572 | 2015 13DT 0033 | | | | | | | 3.550.000 |
| | Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz | | | | | | | 3.550.000 |
| | Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz - No Estado do Rio de Janeiro | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 3.550.000 |
| 10 572 | 2015 13DU | | | | | | | 18.976.000 |
| 10 572 | 2015 13DU 0023 | | | | | | | 18.976.000 |
| | Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará | | | | | | | 18.976.000 |
| | Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará - No Estado do Ceará | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 18.976.000 |
| 10 572 | 2015 13DV | | | | | | | 4.513.550 |
| 10 572 | 2015 13DV 0031 | | | | | | | 4.513.550 |
| | Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG | | | | | | | 4.513.550 |
| | Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG - No Estado de Minas Gerais | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 4.513.550 |
| 10 572 | 2015 147J | | | | | | | 3.198.031 |
| 10 572 | 2015 147J 0001 | | | | | | | 3.198.031 |
| | Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia | | | | | | | 3.198.031 |
| | Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia - Nacional | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 3.198.031 |
| | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 30.237.581 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 30.237.581 |




ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO | | E | G | R | M | I | F | VALOR |
|------------------------|--|--|---|---|---|----|---|-----|---|-------------|
| | | | | S | N | P | O | U | T | |
| 0909 | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | | | | | | | | 9.027.100 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | |
| 10845 | 0909 00NJ | Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID | | | | | | | | 9.027.100 |
| 10845 | 0909 00NJ 0002 | Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID - No Exterior | | | | | | | | 9.027.100 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 151 | | 9.027.100 |
| 2015 | Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) | | | | | | | | | 654.202.874 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 10302 | 2015 20B0 | Estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental | | | | | | | | 7.718.293 |
| 10302 | 2015 20B0 0001 | Estruturação da Atenção Especializada em Saúde Mental - Nacional | | | | | | | | 7.718.293 |
| | | | S | 3 | 2 | 41 | 6 | 151 | | 2.870.015 |
| | | | S | 4 | 2 | 41 | 6 | 151 | | 4.848.278 |
| 10302 | 2015 20G8 | Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF) | | | | | | | | 70.654.823 |
| 10302 | 2015 20G8 0001 | Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF) - Nacional | | | | | | | | 70.654.823 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 153 | | 42.400.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | | 28.254.823 |
| 10305 | 2015 20YJ | Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde | | | | | | | | 33.000.000 |
| 10305 | 2015 20YJ 0001 | Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - Nacional | | | | | | | | 33.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 30.000.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 3.000.000 |
| 10422 | 2015 20YM | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade | | | | | | | | 4.062.195 |
| 10422 | 2015 20YM 0001 | Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade - Nacional | | | | | | | | 4.062.195 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | | 1.500.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 2.562.195 |
| 10126 | 2015 20YN | Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde) | | | | | | | | 16.173.616 |
| 10126 | 2015 20YN 0001 | Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde) - Nacional | | | | | | | | 16.173.616 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 16.173.616 |
| 10303 | 2015 20YR | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade | | | | | | | | 130.879.265 |
| 10303 | 2015 20YR 0001 | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional | | | | | | | | 130.879.265 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 130.879.265 |
| 10303 | 2015 20YS | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento | | | | | | | | 43.538.542 |
| 10303 | 2015 20YS 0001 | Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional | | | | | | | | 43.538.542 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | | 43.538.542 |
| 10571 | 2015 212H | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais | | | | | | | | 163.391 |
| 10571 | 2015 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | | | | | | | 163.391 |
| | | | S | 3 | 2 | 50 | 6 | 151 | | 163.391 |
| 10301 | 2015 214U | Implementação do Programa Mais Médicos | | | | | | | | 297.495.253 |
| 10301 | 2015 214U 0001 | Implementação do Programa Mais Médicos - Nacional | | | | | | | | 297.495.253 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 81.634.253 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | | 215.861.000 |
| 10301 | 2015 2E84 | Prevenção, Controle e Tratamento de Doenças Negligenciadas na Atenção Básica | | | | | | | | 2.081.300 |
| 10301 | 2015 2E84 0001 | Prevenção, Controle e Tratamento de Doenças Negligenciadas na Atenção Básica - Nacional | | | | | | | | 2.081.300 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | | 1.805.420 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 275.880 |
| 10571 | 2015 6146 | Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS | | | | | | | | 1.805.420 |
| 10571 | 2015 6146 0001 | Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS - | | | | | | | | 1.805.420 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | | 1.805.420 |

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 10 422 | 2015 6182 | Fortalecimento da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde | | | | | | | 2.708.130 |
| 10 422 | 2015 6182 0001 | Fortalecimento da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde - Nacional | S | 3 | 2 | 30 | 6 | 151 | 2.708.130 |
| | | | | | | | | | 2.708.130 |
| 10 121 | 2015 8648 | Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS | | | | | | | 74.224 |
| 10 121 | 2015 8648 0001 | Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | 74.224 |
| | | | S | 3 | 2 | 30 | 6 | 151 | 6.219 |
| | | | S | 3 | 2 | 30 | 6 | 151 | 68.005 |
| 10 125 | 2015 8708 | Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde | | | | | | | 1.354.065 |
| 10 125 | 2015 8708 0001 | Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde - Nacional | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | 1.354.065 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | 1.354.065 |
| 10 302 | 2015 8721 | Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde | | | | | | | 8.351.154 |
| 10 302 | 2015 8721 0001 | Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde - Nacional | S | 3 | 2 | 31 | 6 | 151 | 8.351.154 |
| | | | S | 3 | 2 | 31 | 6 | 151 | 8.351.154 |
| 10 302 | 2015 8739 | Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH | | | | | | | 1.805.420 |
| 10 302 | 2015 8739 0001 | Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 1.805.420 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 1.805.420 |
| 10 124 | 2015 8753 | Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS | | | | | | | 627.383 |
| 10 124 | 2015 8753 0001 | Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 627.383 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 265.883 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 361.500 |
| 10 302 | 2015 8933 | Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial | | | | | | | 13.131.912 |
| 10 302 | 2015 8933 0001 | Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - Nacional | S | 4 | 2 | 41 | 6 | 151 | 13.131.912 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 7.831.912 |
| | | | S | 4 | 2 | 90 | 6 | 151 | 5.300.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 10 301 | 2015 217U | APOIO A MANUTENCAO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAUDE | | | | | | | 15.214.488 |
| 10 301 | 2015 217U 0001 | APOIO A MANUTENCAO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAUDE - NACIONAL | S | 3 | 2 | 41 | 0 | 151 | 15.214.488 |
| | | | S | 3 | 2 | 41 | 0 | 151 | 15.214.488 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 10 302 | 2015 125H | Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA | | | | | | | 600.000 |
| 10 302 | 2015 125H 0033 | Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA - No Estado do Rio de Janeiro | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 600.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 600.000 |
| 10 302 | 2015 15EG | Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC | | | | | | | 2.000.000 |
| 10 302 | 2015 15EG 3341 | Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC - No Município do Rio de Janeiro - RJ | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 2.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 2.000.000 |
| 10 303 | 2015 7690 | Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia | | | | | | | 764.000 |
| 10 303 | 2015 7690 0001 | Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia - Nacional | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 764.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 764.000 |
| 2069 | | Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | 4.904.451 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 306 | 2069 20QH | Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde | | | | | | | 4.904.451 |
| 10 306 | 2069 20QH 0001 | Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde - Nacional | S | 3 | 2 | 31 | 6 | 151 | 4.904.451 |
| | | | S | 3 | 2 | 31 | 6 | 151 | 4.904.451 |
| 2115 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde | | | | | | | 1.627.994 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 10 122 | 2115 20QG | Atuação Internacional do Ministério da Saúde | | | | | | | 744.736 |
| 10 122 | 2115 20QG 0002 | Atuação Internacional do Ministério da Saúde - No Exterior | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | 744.736 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 6 | 151 | 744.736 |

ÓRGÃO: 36000 Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 10122 | 2115 20YQ | Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS | | | | | | | 883.258 |
| 10122 | 2115 20YQ 0001 | Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS - Nacional | | | | | | | 883.258 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 6 | 151 | 883.258 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 669.762.419 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 669.762.419 |

ÓRGÃO: 37000 Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 37101 Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 350.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04124 | 2081 2D58 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição | | | | | | | 350.000 |
| 04124 | 2081 2D58 0001 | Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 350.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 350.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 350.000 |

ÓRGÃO: 39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2126 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação C | | | | | | | 179.452 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28846 | 2126 09IX | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA | | | | | | | 179.452 |
| 28846 | 2126 09IX 0001 | Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA - Nacional | | | | | | | 179.452 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 179.452 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 179.452 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 179.452 |

ÓRGÃO: 40000 Ministério do Trabalho
UNIDADE: 40901 Fundo de Amparo ao Trabalhador

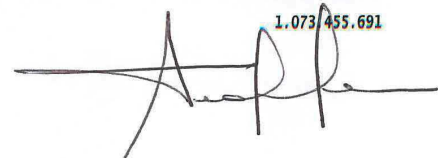
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------------|
| 2071 | | Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária | | | | | | | 1.073.455.691 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 11331 | 2071 00H4 | Seguro Desemprego | | | | | | | 1.073.455.691 |
| 11331 | 2071 00H4 0001 | Seguro Desemprego - Nacional | | | | | | | 1.073.455.691 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 180 | 1.073.455.691 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 1.073.455.691 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.073.455.691 |




ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42206 Agência Nacional do Cinema

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2027 | | Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento | | | | | | | | 623.630 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 13 571 | 2027 212H | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais | | | | | | | | 623.630 |
| 13 571 | 2027 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 623.630 |
| | | | | | | | | | | 623.630 |
| 2107 | | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura | | | | | | | | 2.200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 13 122 | 2107 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | | 2.000.000 |
| 13 122 | 2107 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.000.000 |
| | | | | | | | | | | 2.000.000 |
| 13 122 | 2107 216H | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos | | | | | | | | 200.000 |
| 13 122 | 2107 216H 0033 | Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | | 200.000 |
| | | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| | | | | | | | | | | 200.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 2.823.630 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 2.823.630 |

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42902 Fundo Nacional de Cultura


ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|---------|
| 2027 | | Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento | | | | | | | | 900.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | | |
| 13 571 | 2027 212H | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais | | | | | | | | 800.000 |
| 13 571 | 2027 212H 0001 | Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 150 | 800.000 |
| | | | | | | | | | | 800.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | | |
| 13 392 | 2027 12PG | Promoção do Cinema na Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual | | | | | | | | 100.000 |
| 13 392 | 2027 12PG 0001 | Promoção do Cinema na Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 178 | 100.000 |
| | | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 150 | 55.520 |
| | | | | | | | | | | 44.480 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 900.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | 900.000 |




ÓRGÃO: 44000 Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2083 | Qualidade Ambiental | | | | | | | 1.908.938 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18542 | 2083 20WH Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos | | | | | | | 1.464.581 |
| 18542 | 2083 20WH 0001 Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos - Nacional | | | | | | | 1.464.581 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 1.464.581 |
| 18542 | 2083 6925 Licenciamento Ambiental Federal | | | | | | | 444.357 |
| 18542 | 2083 6925 0001 Licenciamento Ambiental Federal - Nacional | | | | | | | 444.357 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 174 | 444.357 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.908.938 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.908.938 |

ÓRGÃO: 44000 Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2078 | Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade | | | | | | | 1.675.610 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 18541 | 2078 20WM Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais | | | | | | | 1.675.610 |
| 18541 | 2078 20WM 0001 Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional | | | | | | | 1.675.610 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.675.610 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.675.610 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.675.610 |

ÓRGÃO: 47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 1.232.707 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 04121 | 2038 8861 Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário | | | | | | | 1.232.707 |
| 04121 | 2038 8861 0001 Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional | | | | | | | 1.232.707 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 961.702 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 271.005 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.232.707 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.232.707 |




ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 Comando da Aeronáutica

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2058 | Defesa Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 151 | 2058 156K Aquisição de Aeronaves | | | | | | | 15.000.000 |
| 05 151 | 2058 156K 0001 Aquisição de Aeronaves - | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| | | | | | | | | 15.000.000 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 15.000.000 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 15.000.000 |

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2058 | Defesa Nacional | | | | | | | 14.472.937 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 05 153 | 2058 20XE Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército | | | | | | | 7.429.367 |
| 05 153 | 2058 20XE 0001 Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 7.429.367 |
| | | | | | | | | 7.429.367 |
| 05 244 | 2058 20XH Realização de Ações de Cooperação do Exército | | | | | | | 6.694.670 |
| 05 244 | 2058 20XH 0001 Realização de Ações de Cooperação do Exército - Nacional | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 181 | 6.694.670 |
| | | | | | | | | 6.694.670 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05 572 | 2058 15EZ Implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba (PCTEG) | | | | | | | 348.900 |
| 05 572 | 2058 15EZ 3341 Implantação do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba (PCTEG) - No Município do Rio de Janeiro - RJ | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 348.900 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 115.000 |
| | | | | | | | | 233.900 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 14.472.937 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 14.472.937 |

ÓRGÃO: 54000 Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo - Administração Direta

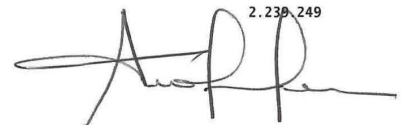
ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2076 | Desenvolvimento e Promoção do Turismo | | | | | | | 2.239.249 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 23 695 | 2076 218H SUSTENTABILIDADE, FORMALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO DE PRODUTOS | | | | | | | 2.239.249 |
| 23 695 | 2076 218H 0001 SUSTENTABILIDADE, FORMALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO DE PRODUTOS - NACIONAL | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.239.249 |
| | | | | | | | | 2.239.249 |
| | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 2.239.249 |
| | TOTAL - GERAL | | | | | | | 2.239.249 |




ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social
 UNIDADE: 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2037 | Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | | | | | | | 107.846.353 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 243 | 2037 217M Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz | | | | | | | 102.846.353 |
| 08 243 | 2037 217M 0001 Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz - | S | 3 | 2 | 41 | 0 | 100 | 102.846.353 |
| | | | | | | | | 102.846.353 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 08 244 | 2037 218V PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS DIFERENTES CICLOS DE | | | | | | | 5.000.000 |
| 08 244 | 2037 218V 0001 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS DIFERENTES CICLOS DE - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS DIFERENTES CICLOS DE VIDA - NACIONAL | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 5.000.000 |
| | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| | | | | | | | | 2.500.000 |
| 2069 | Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | 373.495 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 306 | 2069 8458 Apoio à Agricultura Urbana | | | | | | | 373.495 |
| 08 306 | 2069 8458 0001 Apoio à Agricultura Urbana - | S | 4 | 2 | 90 | 0 | 151 | 373.495 |
| | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 124.766 |
| | | | | | | | | 248.729 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 108.219.848 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 108.219.848 |




ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 2037 | | Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | | | | | | | 1.301.773 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 08 244 | 2037 8662 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho | | | | | | | 1.301.773 |
| 08 244 | 2037 8662 0001 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - Nacional | | | | | | | 1.037.645 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 700.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 337.645 |
| 08 244 | 2037 8662 0011 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Rondônia | | | | | | | 1.668 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 1.668 |
| 08 244 | 2037 8662 0013 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Amazonas | | | | | | | 363 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 363 |
| 08 244 | 2037 8662 0014 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Roraima | | | | | | | 1.535 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 1.535 |
| 08 244 | 2037 8662 0015 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Pará | | | | | | | 3.528 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.528 |
| 08 244 | 2037 8662 0017 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Tocantins | | | | | | | 3.233 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 3.233 |
| 08 244 | 2037 8662 0021 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Maranhão | | | | | | | 1.370 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 1.370 |
| 08 244 | 2037 8662 0022 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Piauí | | | | | | | 1.758 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 1.758 |
| 08 244 | 2037 8662 0023 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Ceará | | | | | | | 2.373 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 2.373 |
| 08 244 | 2037 8662 0024 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do | | | | | | | 9.143 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 9.143 |
| 08 244 | 2037 8662 0025 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado da Paraíba | | | | | | | 8.338 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.338 |
| 08 244 | 2037 8662 0026 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 8.450 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 8.450 |
| 08 244 | 2037 8662 0027 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Alagoas | | | | | | | 1.863 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 1.863 |
| 08 244 | 2037 8662 0028 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Sergipe | | | | | | | 1.048 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 1.048 |
| 08 244 | 2037 8662 0029 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado da Bahia | | | | | | | 6.248 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 6.248 |
| 08 244 | 2037 8662 0031 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 7.858 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 7.858 |
| 08 244 | 2037 8662 0032 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 5.323 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 5.323 |
| 08 244 | 2037 8662 0033 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 2.520 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 2.520 |
| 08 244 | 2037 8662 0035 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de São Paulo | | | | | | | 10.788 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 10.788 |
| 08 244 | 2037 8662 0041 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Paraná | | | | | | | 45.780 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 45.780 |
| 08 244 | 2037 8662 0042 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 22.623 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 22.623 |
| 08 244 | 2037 8662 0043 | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 4.703 |
| | | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 4.703 |



ÓRGÃO: 55000 Ministério do Desenvolvimento Social
UNIDADE: 55901 Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 08244 | 2037 8662 0051 | | | | | | | 12.210 |
| | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | |
| | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 12.210 |
| 08244 | 2037 8662 0052 | | | | | | | 90.150 |
| | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Goiás | | | | | | | |
| | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 90.150 |
| 08244 | 2037 8662 0054 | | | | | | | 11.255 |
| | Concessão de Bolsa para Famílias com Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | |
| | | S | 3 | 2 | 90 | 0 | 151 | 11.255 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | 1.301.773 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.301.773 |

ÓRGÃO: 56000 Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 Ministério das Cidades - Administração Direta

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2116 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | | | | | 10.000.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 15131 | 2116 4641 | | | | | | | 10.000.000 |
| | Publicidade de Utilidade Pública | | | | | | | |
| 15131 | 2116 4641 0001 | | | | | | | 10.000.000 |
| | Publicidade de Utilidade Pública - Nacional | | | | | | | |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 10.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 10.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 10.000.000 |

ÓRGÃO: 71000 Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 0999 | Reserva de Contingência | | | | | | | 582.026.136 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 99999 | 0999 0201 | | | | | | | 582.026.136 |
| | Reserva de Contingência Fiscal - Primária | | | | | | | |
| 99999 | 0999 0201 0001 | | | | | | | 582.026.136 |
| | Reserva de Contingência Fiscal - Primária - NACIONAL | | | | | | | |
| | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 582.026.136 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 582.026.136 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 582.026.136 |

ÓRGÃO: 71000 Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71104 Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

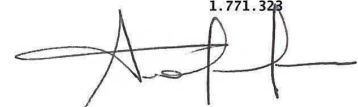
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|
| 0911 | Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros | | | | | | | 1.771.323 |
| | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | |
| 28846 | 0911 00M4 | | | | | | | 1.771.323 |
| | Remuneração a Agentes Financeiros | | | | | | | |
| 28846 | 0911 00M4 0001 | | | | | | | 1.771.323 |
| | Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional | | | | | | | |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.771.323 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 1.771.323 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 1.771.323 |




ÓRGÃO: 81000 Ministério dos Direitos Humanos
 UNIDADE: 81101 Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta

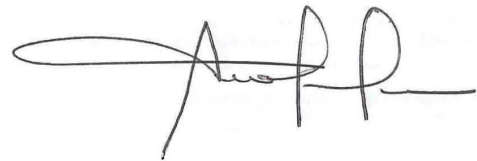
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R P | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------|
| 2064 | | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | 5.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14 422 | 2064 20ZN | Promoção dos Direitos Humanos | | | | | | | 5.000 |
| 14 422 | 2064 20ZN 0001 | Promoção dos Direitos Humanos - Nacional | | | | | | | 5.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 5.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 5.000 |




Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 48/2018





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO

PARECER nº 12, de 2018 - CN - PLEN/CN
(DE PLENÁRIO)

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 48, de 2018-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e das Cidades, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 1.520.050.360,00, para os fins que especifica".

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 576/2018, submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Educação, do Desenvolvimento Social, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e das Cidades, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 1.520.050.360,00 (um bilhão, quinhentos e vinte milhões, cinquenta mil, trezentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

De conformidade com a Exposição de Motivos EM nº 00215/2018/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito solicitado tem por finalidade:

a) no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na Administração Direta, o aporte de recursos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com o objetivo de ampliar, modernizar e manter os serviços postais;

b) no Ministério da Fazenda, na Administração Direta, o aporte de capital à Caixa Econômica Federal (CAIXA), com o propósito de atender parcialmente à orientação do Banco Central do Brasil, no sentido de mitigar o risco de descumprimento dos níveis de capital regulamentar, bem como atingir o enquadramento frente aos níveis prudenciais estabelecidos na política interna da CAIXA; e a participação do Brasil em atividades de cooperação econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, como país não membro, no grupo "Network on Fiscal Relations across Levels of Government" (Rede Fiscal);





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO

c) no Ministério da Educação, na Universidade Federal de São Paulo, o pagamento da contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e, no Instituto Federal do Ceará, ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF);

d) no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, na Administração Direta, o apoio à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, com isso, possibilitar a presença de representantes brasileiros nas organizações internacionais de normalização;

e) no Ministério do Meio Ambiente, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a implantação, manutenção e operação da infraestrutura de comunicação do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio/Floresta Nacional de Ipanema, no Município de Iperó, no Estado de São Paulo, visando à realização de serviços e aplicações avançadas de comunicação e colaboração em rede para grupos de ensino e pesquisa;

f) no Ministério da Defesa, no Comando da Marinha, o aporte de recursos na Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), a fim de iniciar o processo de obtenção do Navio de Apoio Antártico (NapAnt);

g) no Ministério da Integração Nacional, na Administração Direta, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, em âmbito nacional, e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, a execução do Projeto Público de Irrigação Mocambo/Cuscuzeiro e o Projeto de Irrigação Iuiú, ambos no Estado da Bahia;

h) no Ministério do Desenvolvimento Social, no Instituto Nacional do Seguro Social, a execução de investimentos a fim de concluir a instalação de agências do órgão pelo país;

i) no Ministério das Cidades, na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), o pagamento de amortização e encargos decorrentes de dívida contraída internamente, por meio do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida entre a União e a Companhia;

j) nos Encargos Financeiros da União, em Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o pagamento da última parcela da Contribuição ao Fundo Especial de Desenvolvimento do Banco de Desenvolvimento do Caribe (FED BDC) e a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais; e

k) nas Operações Oficiais de Crédito, em Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda, a quitação de obrigações da União decorrentes da assunção de riscos (principal e encargos) dos financiamentos de operações de crédito rural contratadas no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e da concessão de subvenções econômicas sob as formas de equalização de custos em operações de Microcrédito Produtivo Orientado, e de Remissão de Dívidas do Crédito Rural.





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO

Segundo a referida Exposição, o crédito será viabilizado à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente a Recursos Ordinários, e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO-2018), a EM salienta que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise não afetariam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, uma vez que:

a) R\$ 31.974.716,00 (trinta e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezesseis reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas aprovadas para este exercício;

b) R\$ 13.550.000,00 (treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias obrigatórias, não alterando o montante dessas despesas aprovadas para este exercício;

c) R\$ 201.825.644,00 (duzentos e um milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) se referem a remanejamento entre despesas financeiras, não consideradas no referido resultado.

A EM reconhece, no entanto, que: d) R\$ 1.272.700.000,00 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões e setecentos mil reais) se referem a aumento de despesa primária discricionária à conta de recursos financeiros, relativa à utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente a Recursos Ordinários, que impactaria esse resultado, mas, de acordo com a própria EM, como o último cenário fiscal oficial divulgado, o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018 (Tabela 1, página 2), indicou um déficit primário de R\$ 150,8 bilhões vis-à-vis à meta de resultado primário, estabelecida pela LDO-2018, de R\$ 159,0 bilhões de déficit, fato que demonstraria, em tese, a existência de um espaço fiscal de R\$ 8,2 bilhões para a expansão de despesas, que comportaria o aumento proposto.

Ademais, prossegue a EM, a execução das despesas mencionadas nos itens “a” e “d” ficaria condicionada aos limites de movimentação e empenho previstos no Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse mesmo Decreto.

A supracitada EM informa ainda que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois, apesar de alterar o montante das despesas primárias, o crédito não apresentaria impacto, tendo em vista que:

a) R\$ 1.202.700.000,00 (um bilhão, duzentos e dois milhões e setecentos mil reais) não se inserem na base de cálculo e nos limites fixados pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, pois se referem a aumento de capital de empresas estatais não dependentes, nos termos do art. 107, § 6º, inciso IV, do ADCT;





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO

b) R\$ 45.524.716,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezesseis reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias;

c) R\$ 201.825.644,00 (duzentos e um milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) se referem a remanejamento entre despesas financeiras; e

d) R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) se referem a atendimento de despesas primárias à conta de recursos financeiros, valor esse absorvido na projeção estabelecida pelo Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018, o qual indica, em sua Tabela 17, página 26, e em seu parágrafo 91, uma projeção atual dessas despesas em R\$ 4.124,1 milhões abaixo do teto de gastos.

A retro mencionada EM ressalta que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo crédito em exame, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da citada Lei.

Por fim, a EM informa que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

Foram apresentadas 3 emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental pelos Deputados Cleber Verde (Emendas nºs 001 e 002) e Bohn Gass (Emenda nº 003).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes à matéria.

Quanto às emendas:

a) o parecer das emendas 001 e 003 é pela **rejeição** por oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 3º da Constituição, fonte de recursos incompatível com o acréscimo ou o efeito pretendido pelas respectivas emendas;

b) o parecer da emenda 002 é pela **inadmissibilidade** por contrariar o art. 109, III, “b”, da Resolução nº 1, de 2006-CN, ao propor, em projeto de lei de crédito especial, a suplementação de dotação já existente na lei orçamentária.

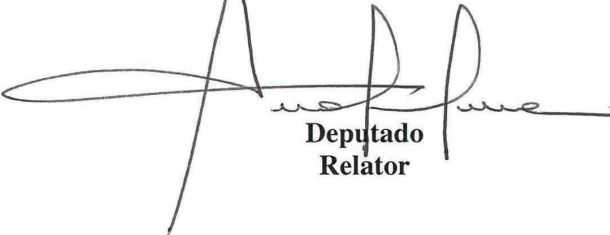
Diante do exposto, **somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 48, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.**





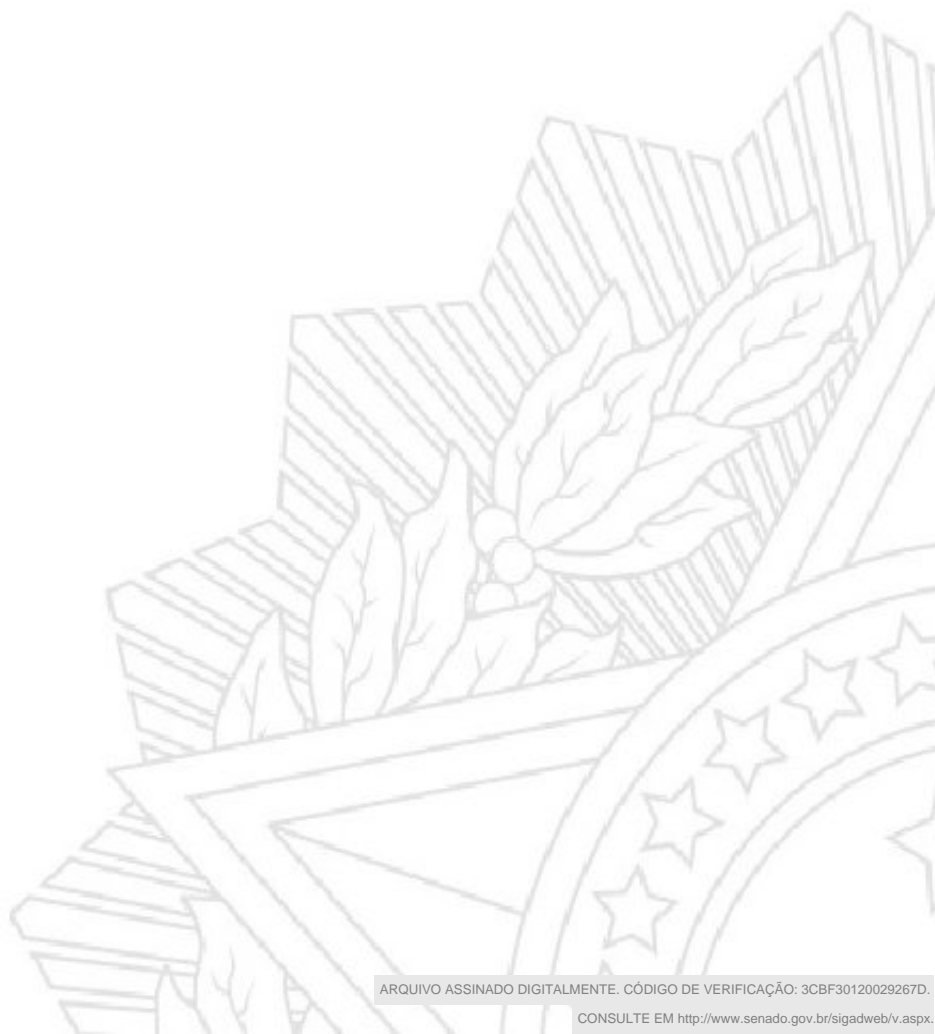
CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO

Sala da Comissão, em de de 2018.


Deputado
Relator



Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38/2018





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

PARECER N.º 13 DE 2018 - PLEN/CN
(DE PLENÁRIO)

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o PLN 38, de 2018, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 435.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".



SF/18496.73601-97

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador Romero Jucá

Relator "ad hoc": Deputado ANDRÉ MOURA

1 Relatório

O Presidente da República, por meio da Mensagem n.º 556/2018, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 38, de 2018-CN, que:

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 435.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

De acordo com a Exposição de Motivos n.º 00203/2018/MP, de 03 de outubro de 2018, que acompanhou o projeto, as dotações suplementadas permitirão:

a) No Ministério da Justiça e Segurança Pública:

- Administração Direta, o aditamento de contratos de câmeras de videomonitoramento no Município do Rio de Janeiro e de integração com o Sistema Policial Indicativo de Abordagem (SPIA) do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; e a execução de projetos de fortalecimento institucional;

1 de



Página: 1/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f66b67e8434fedb53552b66c6caec507c35





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

- Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a aquisição de viaturas, aeronaves, veículos blindados, caminhões e ambulâncias; e modernização das unidades operacionais e administrativas da unidade;
 - Departamento de Polícia Federal, a implementação de melhorias de infraestrutura de transmissão de dados; adequação e atualização tecnológica de equipamentos de informática; e renovação e modernização das técnicas de impressão e digitalização para atender às demandas de implementação de inquéritos e processos eletrônicos; e
 - Fundo Nacional de Segurança Pública, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para bombeiros; e estruturação do programa de valorização do profissional de segurança pública;
- b) No Ministério da Cultura:
- Administração Direta, ações culturais que contribuem para redução da violência e evasão escolar em diversas capitais brasileiras;
- c) No Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:
- Administração Direta, a regularização fundiária em imóveis da União com foco em segurança pública e estudos de planejamento urbano, por meio de cadastramento de famílias em projetos de regularização fundiária urbana de interesse social;
- d) No Ministério da Defesa:
- Comando do Exército, a construção de campo de tiro no Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro; e aquisição de material para o Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT); e
 - Comando da Marinha, a implementação das duas primeiras etapas do Projeto-Piloto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), por meio da interoperabilidade entre os órgãos de segurança pública e a unidade, a fim de aprimorar as tarefas atribuídas ao Comando de Operações Navais e aos centros de comando subordinados, no que se refere ao monitoramento das Linhas de Comunicação Marítima e no Controle de áreas de navegação restritas, como a Baía de Guanabara, localizada no Estado do Rio de Janeiro; e
- e) No Ministério dos Direitos Humanos:



SF/18496.73601-97

Página: 2/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f86b67e8434fedb53552b6c6caec0507c35

2 de





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

- Administração Direta: ações que contribuam para a redução da violência letal contra crianças e adolescentes que vivem nas capitais brasileiras, mediante a adoção de medidas de inclusão escolar; e o estabelecimento de unidades socioeducativas que atendam às normas de referência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Os recursos para fazer frente à suplementação em tela serão oriundos da anulação de dotações orçamentárias existentes, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A exposição de motivos esclarece que, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, isto é, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO 2018, as alterações decorrentes da abertura do crédito suplementar em tela não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias discricionárias e de cancelamento de despesas primárias obrigatórias para suplementação de despesas primárias discricionárias. Ademais, a execução dessas despesas fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, conforme estabelece o art. 1º, § 2º desse Decreto

O crédito proposto está sendo aberto, parcialmente, a órgão transformado pela Lei n. 13.690, de 10 de julho de 2018, uma vez que a estrutura de órgãos e unidades orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual não se altera em decorrência de reorganização administrativa.

Por fim, a exposição de motivos salienta que o crédito em análise decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos. Segundo o Ministério do Trabalho, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Ao Projeto de Lei foram apresentadas 4 emendas no prazo regimental.

É o relatório.

3 de



SF/18496.73601-97

Página: 3/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f66b67e8434fedb53552b6c6caecc507c35





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

2 Análise

Inicialmente, vale consignar que o PLN não possui vícios de inconstitucionalidade, quer no que se refere a sua iniciativa, exercida com fundamento no art. 84, XXIII, da Constituição Federal¹, quer em relação a aspectos materiais.

A proposição em exame abre crédito suplementar, utilizando-se como origem de recursos a anulação de dotações autorizadas previamente. Nesses termos, encontra respaldo no disposto no art. 43, § 1º, III, da Lei n.º 4.320/1964².

Da mesma forma, podemos considerar o crédito compatível com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, em especial com os dispositivos presentes no art. 44 do referido diploma legal.

Conforme assinalado na exposição de motivos, a aprovação do crédito é neutra do ponto de vista da obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO, além de não interferir no limite de gasto primário do Poder Executivo estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 95/2016 (Novo Regime Fiscal). Isso porque, malgrado as programações suplementadas sejam de natureza primária, a origem de recursos para seu atendimento é a anulação de gastos de igual natureza.

Há um ponto que deve ficar bem claro: o cancelamento de programações ao abrigo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT cumpre meramente o papel de assegurar a neutralidade do PLN sob o ponto de vista da meta de resultado primário. Os recursos usados para suplementação têm fonte diversa da do FAT (superávit financeiro do exercício anterior), devendo eventuais ajustes de fontes ocorrer com base no art. 43 da LDO 2018.

¹ "Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

...

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição".

² "Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

...

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei".



SF/18496.73601-97

Página: 4/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f86b67e8434fedb53552b6b6c6caecc507c35

4 de





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

Avaliamos ainda que o projeto está redigido em conformidade com os princípios e regras de boa técnica legislativa, mormente no que se refere à observância da Lei Complementar n.º 95/1998.

No que se refere ao mérito, todas as suplementações solicitadas são notoriamente oportunas e necessárias, como esclarecido na Exposição de Motivos.

Como informado anteriormente, foram apresentadas ao projeto de crédito suplementar 4 emendas, dos seguintes autores:

| AUTOR | NÚMERO | QUANTIDADE |
|------------------|-----------|------------|
| Carmen Zanotto | 001 e 002 | 2 |
| Aureo | 003 | 1 |
| Cleber Verde | 004 | 1 |
| TOTAL DE EMENDAS | | 04 |

A emenda nº 1, de autoria da ilustre deputada Carmen Zanotto, deve ser inadmitida por sequer aclarar o objeto de suplementação. A categoria de programação 26.782.2087.10JQ.0042 não diz respeito à “Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes - No Estado de Santa Catarina”, conforme consta da propositura, mas à “Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR280/SC - No Estado de Santa Catarina”, nos termos que extrai da LOA 2018.

Se, de fato, a programação for relativa a infraestrutura de transportes, em intervenção sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), infringe-se a vedação disposta no art. 109, I, da Resolução nº 1/2006-CN, tendo em vista que o DNIT não é beneficiário do crédito. Se, contudo, o que se almeja é a localização no Estado de Santa Catarina, da intervenção proposta em nível nacional, ressalte-se que só consta na LOA 2018 localizador nacional para a ação, o que, pois, torna impossível suplementar programação inexistente, consoante art. 109, III, ‘a’, da Resolução aludida. Portanto, em ambos os casos, impõe-se a inadmissão.

A emenda nº 2, também de autoria da nobre deputada Carmen Zanotto, incorre na mesma imperfeição. Sob a codificação 26.782.2087.10JQ.0042, a parlamentar pleiteia a “Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento



SF/18496.73601-97

Página: 5/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f6b67e8434fedb53552b6c6caecc507c35

5 de





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

Especializado a Crianças e Adolescentes - No Estado de Santa Catarina”, proposição que ou favorece unidade orçamentária não beneficiária do crédito (DNIT), conforme a funcional-programática, ou propõe programação nova, caso tomada a descrição com localizador no Estado de Santa Catarina. No mesmo diapasão da propositura retro, as duas possibilidades ensejam a inadmissão, por atentarem contra o art. 109, I e III, ‘a’, da Resolução nº 1/2006-CN, respectivamente.

Em relação à emenda nº 3, apresentada pelo deputado Aureo, ela apresenta um erro formal que impede ser aproveitada. Não foi identificada com exatidão a programação que seria objeto de suplementação, tendo em vista que o insigne representante limitou-se a apontar “20.81101.14.243.2062.210M”. Ocorre que a “Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente” é promovida por duas unidades orçamentárias, uma das quais não beneficiária do crédito adicional, em afronta ao disposto no art. 109, I, da Resolução nº 1/2006-CN, e, mesmo admitindo a UO correta, há três localizadores distintos na LOA 2018, e os dados consignados não são bastantes para atestar tratar-se de programação corrente. Por essa razão, não obstante ao inegável mérito, há que se inadmitir a proposta, por inobservância ao regramento regente.

Por fim, a emenda nº 4, de autoria do deputado Cleber Verde, apresentou, tanto no cancelamento quanto na suplementação, erro na apresentação do código funcional programático, de sorte a tornar nebulosa a identificação inequívoca do objeto da propositura. Entretanto, tomando o título das ações consignadas, e o seu rebatimento na LOA 2018, tem-se que o objeto de suplementação seria a programação 14.243.2062.14UF.0021, suprimindo recursos de programação similar, mas em âmbito nacional, para agraciar intervenções meritórias no Estado do Maranhão.

Ressalte-se, contudo, que nem a programação objeto de suplementação por meio do crédito ora em apreciação, nem tampouco a que seria aditada por meio da emenda apresentada pelo parlamentar possuem na LOA ou no crédito modalidade de aplicação 41, o que repele a sua reconhecimento inequívoca. Ademais, ressalte-se que, caso as programações correspondam às que este relator aferiu, o objeto de intervenção estará açambarcado no projeto de lei, com maior amplitude geográfica a permitir, também, beneficiar o Estado do nobre congressista.

6 de



SF/18496.73601-97

Página: 6/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f68b67e8434fedb53552b6c6caecc507c35





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

Por corolário da impossibilidade de correlação das programações objeto de cancelamento e de suplementação, em face das necessidades claramente apresentadas pelo Poder Executivo, e pelo adiantado momento do ano orçamentário de 2018, propomos a rejeição da emenda nº 4, prestigiando a programação original do PLN 38, de 2018.

Feitas essas considerações, propomos a aprovação do PLN na forma do anexo substitutivo, considerando emenda de relator no sentido de suprimir suplementações e cancelamentos no valor de R\$ 100.500.000,00, abrangendo as seguintes programações:

- **30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta**

Ação 8855 0001 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública – Nacional – R\$ 15 milhões;

- **30108 - Departamento de Polícia Federal**

Ação 2726 0001 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União – Nacional – R\$ 48 milhões;

- **30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública**

Ação 20ID 0001 Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública – Nacional – R\$ 15 milhões;

- **47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta**

Ação 20U4 0001 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União – Nacional – R\$ 2,5 milhões;

- **52131 - Comando da Marinha**

157M 0001 Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) – Nacional – R\$ 20 milhões;

Em função da supressão das programações supracitadas, o cancelamento deverá ser reduzido pelo correspondente valor: R\$ 100.500.000,00.

3 Voto

7 de



SF/18496.73601-97

Página: 7/8 13/11/2018 17:34:58

65b40f66b67e8434fedb53552b6c6caecc507c35





CONGRESSO NACIONAL

PLN 038, de 2018-CN

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, votamos pela inadmissibilidade das emendas de números 001, 002 e 003, pela rejeição da emenda de número 004 e pela aprovação do Projeto de Lei n.º 38, de 2018-CN, na forma do seguinte substitutivo, decorrente de emenda de relator:



SF/18496.73601-97

Substitutivo ao PLN 38, de 2018

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 334.500.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Cultura e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 334.500.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Presidente

Senador Romero Jucá

Relator

Deputado ANDRÉ ROCHA
Relator ad hoc



8 de

65b40f86b67e8434fedb53552b6c6caecc507c35

Página: 8/8 13/11/2018 17:34:58



ÓRGÃO:
UNIDADE: 81101

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2062 | | Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes | | | | | | | 90.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 14243 | 2062 210M | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente | | | | | | | 43.500.000 |
| 14243 | 2062 210M 0001 | Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional | | | | | | | 43.500.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 80 | 0 | 300 | 40.000.000 |
| | | | S | 3 | 2 | 50 | 0 | 300 | 3.380.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 50 | 0 | 300 | 120.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 14243 | 2062 14UF | Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes | | | | | | | 46.500.000 |
| 14243 | 2062 14UF 0001 | Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes - Nacional | | | | | | | 46.500.000 |
| | | | S | 4 | 2 | 80 | 0 | 300 | 46.500.000 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | 90.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 90.000.000 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30101 Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 35.000.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 20UD | Prevenção Social à Violência e à Criminalidade | | | | | | | 20.000.000 |
| 06181 | 2081 20UD 0001 | Prevenção Social à Violência e à Criminalidade - Nacional | | | | | | | 20.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 20.000.000 |
| 06181 | 2081 8855 | Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública | | | | | | | 15.000.000 |
| 06181 | 2081 8855 0001 | Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública - Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 15.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 35.000.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 35.000.000 |

ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania

UNIDADE: 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-------------|
| 2081 | | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 122.200.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 2723 | Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais | | | | | | | 22.200.000 |
| 06181 | 2081 2723 0001 | Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional | | | | | | | 22.200.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 22.200.000 |
| | | PROJETOS | | | | | | | |
| 06181 | 2081 154T | Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal | | | | | | | 100.000.000 |
| 06181 | 2081 154T 0001 | Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - | | | | | | | 100.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 100.000.000 |
| | | TOTAL - FISCAL | | | | | | | 122.200.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | 122.200.000 |



ÓRGÃO: 30000 Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30108 Departamento de Polícia Federal

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|--|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 44.800.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 06181 | 2081 2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União | | | | | | | 44.800.000 |
| 06181 | 2081 2726 0001 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional | | | | | | | 44.800.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 374 | 44.800.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 44.800.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 44.800.000 |

ÓRGÃO: 42000 Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 Ministério da Cultura - Administração Direta

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2027 | Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento | | | | | | | 22.500.000 |
| | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 13392 | 2027 20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira | | | | | | | 22.500.000 |
| 13392 | 2027 20ZF 0001 Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional | | | | | | | 22.500.000 |
| | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 300 | 22.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 22.500.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 22.500.000 |

ÓRGÃO: 52000 Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 Comando do Exército

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)


RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E S F | G N D | R F | M O D | I U | F T E | VALOR |
|------------------------|---|-------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|------------|
| 2058 | Defesa Nacional | | | | | | | 20.000.000 |
| | PROJETOS | | | | | | | |
| 05153 | 2058 156M Modernização Operacional do Exército Brasileiro | | | | | | | 14.000.000 |
| 05153 | 2058 156M 0001 Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional | | | | | | | 14.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 | 14.000.000 |
| 05153 | 2058 156N Obtenção de Meios do Exército | | | | | | | 6.000.000 |
| 05153 | 2058 156N 0001 Obtenção de Meios do Exército - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 300 | 6.000.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | 20.000.000 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | 20.000.000 |



RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO | E | S | G | N | R | P | M | O | D | I | U | F | T | E | VALOR |
|------------------------|----------------|---|---|---|---|----|---|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|-------------|
| 2071 | | Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária | | | | | | | | | | | | | | | 334.500.000 |
| | | OPERAÇÕES ESPECIAIS | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11.331 | 2071 00H4 | Seguro Desemprego | | | | | | | | | | | | | | | 334.500.000 |
| 11.331 | 2071 00H4 0001 | Seguro Desemprego - Nacional | | | | | | | | | | | | | | | 334.500.000 |
| | | | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 180 | | | | | | | | | 334.500.000 |
| | | TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | | | | | | 334.500.000 |
| | | TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | | | | | | 334.500.000 |



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União



Aviso nº 655-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 1 de novembro de 2018.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2510/2018 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 023.484/2018-7, que trata de Auditoria nas obras de Ampliação do Aeroporto de Passo Fundo/RS, relatado pelo Ministro VITAL DO REGO na Sessão Ordinária de 31/10/2018.

Por oportuno, informo que o relatório e o voto que fundamentam essa deliberação podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br.

Esclareço, ainda, que este Tribunal poderá encaminhar a Vossa Excelência, caso solicitado, cópia desses documentos sem custos.

Respeitosamente,


RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

GRUPO I – CLASSE V – Plenário

TC 023.484/2018-7.

Natureza: Relatório de Auditoria.

Órgãos: Secretaria de Transporte do Estado do Rio Grande do Sul;
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).

Representação legal: não há.

**SUMÁRIO: RELATÓRIO DE AUDITORIA.
FISCOBRAS 2018. AEROPORTO DE PASSO
FUNDO/RS. LICITAÇÃO DE OBRAS COM
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
INSUFICIENTE. IMPROPRIEDADES NO
ORÇAMENTO ESTIMADO.
DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos de auditoria de conformidade realizada pela Secretaria de Controle Externo do Rio Grande do Sul (Secex/RS), supervisionada pela Secretaria de Fiscalização de Rodovias e Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação), no edital RDC 1/2018 referente à contratação integrada de projeto básico e executivo e execução de obras de ampliação do Aeroporto de Passo Fundo/RS.

2. Transcrevo a seguir, com os ajustes de forma pertinentes, o Relatório de Fiscalização 283/2018 (peça 20) elaborado por equipe da Secex/RS, que contou com o de acordo do Diretor da SeinfraRodoviaAviação (peça 21), bem como dos dirigentes das duas secretarias envolvidas (peças 22 e 23), conforme sistemática adotada nos últimos Fiscobras, instituída pelo Acórdão 664/2016-TCU-Plenário e ratificada pelo Acórdão 2757/2016, item 9.3 (Fiscobras 2017), e Acórdão 2421/2017, item 9.2 (Fiscobras 2018):

I. Apresentação

1. O presente Relatório cuida de auditoria de conformidade realizada no edital RDC 001/2018, referente à contratação integrada de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo, execução de obras de engenharia aeroportuária e serviços complementares para o Aeroporto de Passo Fundo/RS.

2. O empreendimento integra o Programa de Aviação Regional instituído pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e o seu custeio está contemplado pelo Termo de Compromisso 005/2017, firmado entre o MTPA e a Secretaria dos Transportes/RS, sendo 97% de recursos federais e o restante a título de contrapartida estadual.

I.1. Importância socioeconômica

3. De acordo com informações publicadas pelo próprio Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA (evidência 3, p. 4), o programa de incentivo à aviação regional foi lançado no final de 2012 e chegou a prever investimentos da ordem de R\$ 7,3 bilhões na construção, reforma ou ampliação de 270 aeroportos.

4. O programa tem como objetivos principais a melhoria da qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para os usuários; ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira e reconstruir a rede de aviação regional. A ideia é “levar desenvolvimento e serviços sociais a lugares distantes dos grandes centros”, e “deixar 96% da população a no máximo 100 quilômetros de um terminal de passageiros”.

5. Em 2016, contudo, o MTPA reduziu a previsão de investimentos para R\$ 1,2 bilhão, a serem aplicados em 123 aeroportos que receberiam esses recursos até o ano de 2020, sendo R\$ 300





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

milhões por ano, a partir de 2017 (evidência 3, p. 9 e 10), dentre os quais o Aeroporto de Passo Fundo/RS restou contemplado.

6. O município de Passo Fundo localiza-se na mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul – aproximadamente 290 km de Porto Alegre. Segundo estimativa de 2017 do IBGE, Passo Fundo possui uma população de cerca de 198 mil habitantes, o que o coloca como 12º e 146º município mais populoso do estado e do país, respectivamente.

Figura 1 – Localização de Passo Fundo/RS. (vide no original)

7. O Aeroporto de Passo Fundo ou Aeroporto Lauro Kurtz (IATA: PFB; ICAO: SBPF), localiza-se às margens da Rodovia BR-285, a cerca de 4 km do perímetro urbano da cidade. O atual terminal de passageiros (TPS) possui área de 305 m² e, segundo o projeto, será desativado após a construção do novo TPS.

Figura 2 – Fotos do TPS existente do Aeroporto de Passo Fundo/RS. (vide no original)

8. Uma das justificativas para a ampliação do TPS e a adequação da infraestrutura do aeroporto é embasada nos dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Conforme se observa do quadro a seguir, o número de passageiros triplicou entre 2012 a 2014, permanecendo estável até 2017.

Quadro 1 – Dados estatísticos do Aeroporto de Passo Fundo/RS. (vide no original)

II. Introdução

II.1. Deliberação que originou o trabalho

9. Em cumprimento ao Acórdão 843/2018 - Plenário, realizou-se a auditoria no Governo do Estado do Rio Grande do Sul e no Ministério dos Transportes e Portos e Aviação Civil, no período compreendido entre 09/07/2018 e 24/08/2018.

10. As razões que motivaram esta auditoria foram a relevância e materialidade dos recursos envolvidos, assim como a importância social para o Estado do Rio Grande do Sul.

II.2. Visão geral do objeto

11. Trata-se de fiscalização no edital RDC 001/2018, que tem como objeto a “contratação integrada de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de projeto básico e executivo, execução de obras de engenharia aeroportuária e serviços complementares para o Aeroporto de Passo Fundo/RS”.

12. O empreendimento integra o Programa de Aviação Regional instituído pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e será custeado com recursos da União (97%) e contrapartida do estado do Rio Grande do Sul (3%), nos termos do Termo de Compromisso 005/2017, firmado entre o MTPA e a Secretaria dos Transportes/RS, publicado no DOU nº 241, seção 3, de 18/12/2017 (evidência 1).

13. Objeto do ajuste contempla: a elaboração de projetos; reforma e ampliação de pavimentos aeroportuários; ajustes de faixas e áreas de segurança; implantação de TPS e SCI; auxílios a navegação aérea e serviços complementares.

14. De acordo com o projeto, serão realizadas as seguintes intervenções no aeroporto:

- implantação de um Terminal de Passageiros (TPS);
- implantação de uma Central de Utilidades (CUT) e de resíduos sólidos;
- implantação de uma Seção Contra Incêndios (SCI);
- adequação da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas (EPTA);
- implantação de uma Casa de Força (KF); e,
- implantação de uma Guarita.

Figura 3 – Imagem de satélite do Aeroporto de Passo Fundo (vide no original)

2





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

15. A figura abaixo mostra o leiaute das intervenções que devem ser realizadas.

Figura 4 – Planta de situação do Aeroporto de Passo Fundo (vide no original)

16. O novo TPS possuirá 2.160 m². O projeto prevê atender uma demanda de 155 passageiros em horário de pico (ano de 2025). O Terminal de Passageiros Padrão MC é considerado de pequeno/médio porte por apresentar capacidade de operação de até 200 passageiros em hora-pico. Tal performance corresponde à lotação de duas aeronaves tipo Embraer 190 ou a dois Airbus A319.

17. A presente contratação irá utilizar projeto padrão de TPS (modelo M2, atual nomenclatura do padrão MC), desenvolvido pela empresa Gabinete Projetos de Engenharia e Arquitetura Ltda., especificamente para o programa de aviação regional da Secretaria de Aviação Civil, contratado pelo Banco do Brasil. Aquela contratação padronizou quatro tamanhos de terminais (M0, M1, M2 e M3) com áreas de 682,00 m², 1.210,00 m², 2.160,00 m² e 3.550,00 m², respectivamente, e Central de Utilidades (CUT), com área de 135 m².

18. Sobre esse aspecto, importa ressaltar que a antiga Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações – SeinfraAerotelecom/TCU realizou auditoria de conformidade (TC 020.788/2014-2) em tal contrato, processo do qual resultou diversas determinações ao Banco do Brasil, realizadas pelo Acórdão 2.209/2015-TCU-Plenário (Relatora Min. Ana Arraes), para que ajustes fossem realizados no projeto/orçamento então elaborado.

Figura 5 – Maquete eletrônica do Terminal de Passageiros (TPS): lado terra. (vide no original)

Figura 6 - Maquete eletrônica do Terminal de Passageiros (TPS): lado ar. (vide no original)

19. O projeto da ampliação do Aeroporto de Passo Fundo foi desenvolvido pelo Consórcio IQS/PJJ (CNPJ 19.432.809/0001-10), composto pelas empresas IQS Engenharia Ltda. (CNPJ 72.591.001/0001-69) e PJJ Malucelli Arquitetura (CNPJ 82.234.691/0001-52).

20. O fundamento legal utilizado na presente licitação é a Lei 12.462/2011 (que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC), o Decreto 7.581/2011 (Regulamento do RDC), juntamente com a legislação que dispõe sobre a utilização do RDC no âmbito do estado do Rio Grande do Sul (Lei Estadual 14.203/2013 e Decreto Estadual 50.406/2013).

21. O edital RDC nº 001/2018 foi lançado em 25/6/2018. Seu regime de execução será o da contratação integrada (art. 8º, V), realizada na forma presencial (art. 13), tendo como critério de julgamento o maior desconto (art. 18, I) e o seu modo de disputa combinado “fechado/aberto” (art. 16), nos seguintes termos:

5.2.2. A Comissão classificará as PROPOSTAS DE PERCENTUAL DE DESCONTOS, adotado o modo de disputa combinado, sendo a primeira etapa eliminatória, iniciando-se pelo modo de disputa fechado, onde serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as 3 (três) melhores propostas, passando então à disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos, nos termos dos arts. 18 e 19 do Decreto Federal nº 7.581/2011.

22. Ainda de acordo com o edital, o valor estimado da contratação é de R\$ 55.751.622,72, com data base de novembro de 2016. O valor do orçamento foi calculado com uma taxa de BDI de 24,11% e com uma taxa de encargos sociais de 84,66%. O prazo de execução da obra é de 540 dias (18 meses).

23. O edital da licitação admite a participação de consórcios. A subcontratação também é admitida, até 20% do valor global do contratado, desde que autorizada pelo contratante e desde que não se refira: i) aos serviços descritos nas parcelas de maior relevância (listados no subitem 2.3.7 do Anexo II do edital - comprovação da capacidade técnico-operacional); e ii) aos projetos básico e executivo.

24. Por se tratar de uma contratação integrada, consta do edital RDC 001/2018 uma Matriz de Responsabilidades (evidência 5), instrumento que define a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação, nos seguintes termos:

3



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 023.484/2018-7

15.2. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

15.2.1. A Matriz de Responsabilidades (MR) do contrato, além de elencar os riscos identificados, estabelece competências e responsabilidades para as partes que pactuarão os termos do contrato, especificamente no que se refere ao gerenciamento dos riscos da contratação.

15.2.2. As partes obrigam-se a adotar ações que objetivem mitigar os riscos identificados decorrentes da execução contratual, na forma como elencados na MR.

25. Constam dos autos do processo licitatório a Licença de Instalação de Ampliação (LIA) nº 3/2018 (evidência 9), emitida em 3/1/2018 pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), válida até 24/3/2020, autorizando as seguintes intervenções:

1.1.1 - obras de infraestrutura para ampliação do aeroporto Lauro Kurtz, no município de Passo Fundo - RS;

1.1.2 - a ampliação contempla a construção de um terminal de passageiros (TPS) dentro do sítio aeroportuário, com área de 2.295 m², também será implantada uma Seção Contra Incêndios (SCI) com área de 290 m² de edificação e garagem com área de 245 m²;

1.1.3 - obras na Pista de Pouso e Decolagem (PPD), que prevê redução no comprimento para 1.680 m, ampliação de 68 m na cabeceira 08 e deslocamento da cabeceira 26 de 90 m.

26. O processamento da licitação, inicialmente marcado para o dia 31/7/2018, foi prorrogado para o dia 2/8/2018 e, posteriormente, para o dia 19/9/2018 (evidência 8).

II.3. Objetivo e questões de auditoria

27. A presente auditoria teve por objetivo fiscalizar o edital para contratação integrada de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de Projeto Básico e Projeto Executivo, Execução de Obras de Engenharia Aeroportuária e Serviços Complementares para o aeroporto de Passo Fundo/RS.

28. A partir do objetivo do trabalho e a fim de avaliar em que medida os recursos estão sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente, formularam-se as questões adiante indicadas:

a) Questão 1: A previsão orçamentária para a execução da obra é adequada?

b) Questão 2: Existem estudos que comprovem a viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento?

c) Questão 3: O tipo do empreendimento exige licença ambiental e foram realizadas todas as etapas para esse licenciamento?

d) Questão 4: O procedimento licitatório foi regular?

e) Questão 5: O orçamento da obra encontra-se devidamente detalhado (planilha de quantitativos e preços unitários) e acompanhado das composições de todos os custos unitários de seus serviços?

f) Questão 6: Os quantitativos definidos no orçamento da obra são condizentes com os quantitativos apresentados no projeto básico / executivo?

g) Questão 7: Os preços dos serviços definidos no orçamento da obra são compatíveis com os valores de mercado?

h) Questão 8: Como foram alocados os riscos na contratação e na execução da obra, na modalidade de licitação pelo RDC?

II.4. Metodologia utilizada

29. Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (Portaria-TCU n. 280, de 8 de dezembro de 2010, alterada pela Portaria-TCU n. 168 de 30 de junho de 2011) e com observância aos Padrões de Auditoria de Conformidade estabelecidos pelo TCU (Portaria-Segecex n. 26 de 19 de outubro de 2009).



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 023.484/2018-7

30. A partir da Matriz de Planejamento, foram realizados os procedimentos aplicáveis às fiscalizações de obras, mediante a utilização das seguintes técnicas de auditoria: análise documental; confronto de informações e documentos; e comparação com a legislação, jurisprudência do TCU e doutrina.

II.5. Limitações inerentes à auditoria

31. Nenhuma restrição foi imposta aos exames.

II.6. Volume de recursos fiscalizados

32. O volume de recursos fiscalizados alcançou o montante de R\$ 55.751.622,72, que corresponde ao valor estimado da contratação, com data base de novembro de 2016.

II.7. Benefícios estimados da fiscalização

33. Entre os benefícios estimados desta fiscalização pode-se mencionar o aumento da expectativa de controle no órgão auditado, nos termos do item 6 - outros benefícios diretos, subitem 66.1, do Anexo Único à Portaria-Segecex nº 17, de 15/5/2015.

34. Além disso, estima-se, a título de benefício financeiro, nos termos do item 7 - redução de preço em processo licitatório específico, do Anexo Único da referida Portaria, a redução do valor da licitação em, pelo menos, R\$ 371.617,19, sendo R\$ 354.316,60 relativos ao afastamento da aplicação em duplicidade do BDI sobre os serviços previstos no item 13 da planilha de preços e à aplicação de BDI diferenciado sobre o fornecimento dos equipamentos constantes nos subitens 4.1.2.14 e 5.8.1.1 daquela mesma planilha, nos valores de, respectivamente, R\$ 10.088,27 e R\$ 7.212,32.

III. Achados de auditoria**III.1. Licitação de obras com previsão orçamentária insuficiente.**

Tipificação: Falhas/impropriedades (F/I)

Situação encontrada:

35. Conforme já exposto neste relatório, o valor do Termo de Compromisso 005/2017 é de R\$ 45.051.546,39, sendo R\$ 43.700.000,00 repassados pela União e R\$ 1.351.546,39 a título de contrapartida por parte do Estado do Rio Grande do Sul (evidência 1).

36. Ocorre que o valor orçado pela Administração para a licitação é de R\$ 55.751.622,72 (evidência 2, p. 15). Assim, estariam faltando R\$ 10.700.076,33 para a execução completa do objeto. Tal situação estaria em desconformidade com o inc. III, §2º, art. 7º, da Lei 8.666, de 21/6/1993, e com o inc. I, § 1º, do art. 16, da Lei Complementar 101, de 4/5/2000.

37. Diante disso, a equipe de auditoria encaminhou os ofícios de requisição 01-283/2018 e 02-283/2018 (peças 5 e 6) à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul e à Secretaria Nacional de Aviação Civil, respectivamente.

38. Em resposta aos ofícios de requisição, aquelas Secretarias afirmaram, por meio das correspondências constantes às peças 7 e 8, que se encontram em andamento tratativas junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG visando à suplementação de recursos orçamentários. Além disso, as entidades alegaram que o valor exato a ser aportado ao Termo de Compromisso só será possível quando da apuração do resultado da licitação RDC 001/2018.

Conclusão e encaminhamento do achado

39. Uma vez que o conveniente e o concedente, juntamente com o MPDG, encontram-se trabalhando para a suplementação de recursos orçamentários ao Termo de Compromisso 005/2017, entende-se necessário determinar às entidades envolvidas que a provisão de recursos àquele instrumento seja providenciada anteriormente à assinatura do contrato com a licitante vencedora do certame e que tal ação seja comunicada a esta Corte.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 023.484/2018-7

III.2. Impropriedades no orçamento estimadoTipificação: Falhas/impropriedades (F/I)Situação encontrada

40. Foram observadas as seguintes impropriedades no orçamento estimado utilizado no edital RDC 001/2018, que violam o disposto no inciso II, § 2º, art. 9º, da Lei 12.462/2011:

i) ausência de divulgação no edital do detalhamento dos itens: 1.4. Administração local; 9. Projetos executivos de Infraestrutura; 10. Projetos de Zoneamento dos Auxílios de Proteção à Navegação; 12. *As built* e 13. Ações ambientais.

41. Tais itens estavam especificados na planilha orçamentária e nas respectivas composições de forma unitária (01 conjunto, ou seja, como “verba”), sem nenhum detalhamento quanto a origem da estimativa do seu preço. Após questionamento realizado pela equipe de auditoria, a Secretaria de Transportes/RS apresentou o devido detalhamento acerca da formação dos preços (evidências 6 e 7).

ii) duplicidade de aplicação de BDI relativo ao serviço 13. Ações Ambientais.

42. Ao responder à equipe de auditoria sobre a ausência de detalhamento do item 13 do orçamento, relativo às ações ambientais, a Secretaria de Transportes/RS informou ter constatado a dupla incidência de BDI na composição utilizada para a formação de preços daquele serviço. Assim, informou que fará uma retificação no valor estimado do serviço, de R\$ 2.751.965,61 para R\$ 2.397.649,01, o que significa uma redução no valor de R\$ 354.316,60 no valor estimado da obra (evidências 6 e 7).

iii) ausência de detalhamento do BDI diferenciado.

43. Embora o orçamento estimado possua dois tipos de BDI, o normal (de 24,11%) e o diferenciado (de 20,93%), que é aplicado nos itens 4.2.1, 5.4.1.1 e 5.5.1.1, consta nos autos do processo licitatório somente o detalhamento do BDI normal. Questionada pela equipe de auditoria, a Secretaria de Transportes/RS apresentou o devido detalhamento acerca do BDI diferenciado, informando que fará constar esse detalhamento dos documentos disponibilizados aos licitantes.

iv) incidência do BDI diferenciado em somente parcela dos equipamentos constantes do orçamento.

44. Ao analisar as composições dos serviços, verificou-se inexistir critério para aplicação de BDI diferenciado para o fornecimento de equipamentos, uma vez que somente para alguns itens da parte A da curva ABC havia a incidência do BDI diferenciado. Questionada pela equipe de auditoria, a Secretaria de Transportes/RS informou que, ao reanalisar o orçamento, admitiu que a incidência do BDI diferenciado deve ser ampliada de três para cinco equipamentos, ensejando uma redução de R\$ 17.300,59 no orçamento estimado (evidências 6 e 7).

v) indicação equivocada acerca da classe da Estação Meteorológica de Superfície (EMS) constante da composição do serviço CR2089.

45. Constatou-se que a composição CR2089 referente ao serviço Estação Meteorológica de Superfície classe III (EMS-3) apresenta como insumo o equipamento EMS-2 (classe II), que possui características distintas (inferiores) daquele constante do projeto e memorial descritivo e que poderia ocasionar questionamentos posteriores, por parte da contratada. Questionada pela equipe de auditoria, a Secretaria de Transportes/RS informou que se tratava de erro de digitação, que o equipamento orçado mediante cotações é de fato uma Estação Meteorológica de Superfície classe III (EMS-3) e que a composição do serviço seria corrigida.

Conclusão e encaminhamento do achado

46. Considerando que as impropriedades ora constatadas no orçamento estimado são de pequeno impacto e que a própria Secretaria de Transportes/RS informou que irá providenciar as devidas correções antes da licitação do objeto, entende-se oportuno apenas dar ciência à unidade jurisdicionada acerca destas irregularidades.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

IV. Análise dos comentários dos gestores

47. Uma vez que não foram identificados achados de alta complexidade ou impacto significativo nas rotinas de trabalho da unidade auditada, deixa-se de propor o encaminhamento do relatório preliminar para comentários dos gestores, nos termos da Portaria-TCU 280/2010, alterada pela Portaria-TCU 168/2011 (Normas de Auditoria do TCU).

V. Conclusão

48. Diante das falhas e irregularidades encontradas na presente auditoria, quais sejam, a licitação de obra com previsão orçamentária insuficiente e algumas impropriedades no orçamento estimado, será proposto determinar à Secretaria dos Transportes do Rio Grande do Sul e à Secretaria Nacional de Aviação Civil que providenciem os recursos orçamentários suficientes à execução integral do objeto do Termo de Compromisso 005/2017 anteriormente à assinatura do contrato resultante da licitação RDC 001/2018. Além disso, deverá ser dada ciência das constatações relativas ao orçamento estimado da licitação àquelas duas Secretarias.

49. Além dos achados desenvolvidos a partir das questões de auditoria, quais sejam, 1 – a previsão orçamentária para a execução da obra é adequada? e 7 – os preços dos serviços definidos no orçamento da obra são compatíveis com os valores de mercado?, cabe informar que as demais questões foram respondidas sem achados, conforme descrito a seguir.

50. Questão 2: existem estudos que comprovem a viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento? A resposta a esta questão encontra-se no Programa de Aviação Regional do Governo Federal, reforçado pelos dados contidos no parágrafo 8 deste relatório.

51. Questão 3: o tipo do empreendimento exige licença ambiental e foram realizadas todas as etapas para esse licenciamento? No sentido de permitir o pronto início das obras, a Secretaria dos Transportes do RS obteve, junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Fepam, órgão ambiental estadual, a devida Licença de Instalação de Ampliação (evidência 9).

52. Questão 4: o procedimento licitatório foi regular? A equipe de auditoria realizou exame acurado no Edital RDC 001/2018 (evidência 2) e, até a conclusão da auditoria, não foram constatadas irregularidades ou ilegalidades que frustrassem o caráter competitivo do certame ou que causassem prejuízo ao Erário.

53. Questão 5: o orçamento da obra encontra-se devidamente detalhado (planilha de quantitativos e preços unitários) e acompanhado das composições de todos os custos unitários de seus serviços? Verificou-se, a partir dos itens mais significativos do orçamento, que, tanto os custos unitários, quanto as planilhas de quantidades e preços, se encontram bastante detalhados. Contatou-se, ainda, que os preços unitários foram obtidos a partir do Sicro e Sinapi. Além disso, o consórcio projetista, sob supervisão do Banco do Brasil, realizou pesquisa de mercado para os serviços e equipamentos que, eventualmente, não constam nos sistemas de preços oficiais ou que possuem aplicação específica ao objeto da licitação.

54. Questão 6: os quantitativos definidos no orçamento da obra são condizentes com os quantitativos apresentados no projeto básico / executivo? Apesar do inc. I, art. 9º, da Lei 12.462/2011 exigir apenas, para a contratação integrada, um anteprojeto de engenharia, verificou-se que a Secretaria Nacional de Aviação Civil forneceu à Secretaria dos Transportes do RS um conjunto de projetos com grau de detalhamento satisfatório. A equipe constatou, ainda, a partir de amostragem, que os quantitativos constantes nos projetos e nas planilhas de preços e quantidades mantêm coerência entre si.

55. Questão 8: como foram alocados os riscos na contratação e na execução da obra, na modalidade de licitação pelo RDC? Relativamente aos riscos inerentes à contratação integrada, a Administração elaborou uma matriz de responsabilidades e riscos, a qual consta no edital da licitação (evidência 5). Conforme se observa daquele documento, boa parte dos riscos atinentes ao projeto e à execução do empreendimento são alocados ao contratado, restando à contratante a responsabilidade pelo aumento de custos e atrasos no cronograma que estejam relacionados aos seguintes riscos:




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

- Alterações nos projetos básico e/ou executivo por solicitação do Contratante;
- Áreas não liberadas para o contratado iniciar o empreendimento ou não desocupação de áreas invadidas e/ou já desapropriadas;
- Não obtenção das licenças do aeroporto, sob a responsabilidade da Contratante ou a necessidade de complementação de estudos protocolados para obtenção destas licenças ou a necessidade de pagamento de taxas para obtenção das licenças ambientais;
- Interrupção dos trabalhos devido ao horário de operação do aeroporto ser diferente das premissas adotadas no Anteprojeto, por necessidade do operador aeroportuário;
- Descobertas arqueológicas ou outras interferências com patrimônio cultural dentro do sítio aeroportuário;
- Eventos não segurados caracterizados como caso fortuito ou força maior, que prejudiquem a continuidade da obra ou elevem os custos incorridos pelo Contratado;
- Novas intervenções por parte das concessionárias de energia, telecomunicações, esgoto ou água para reforço da infraestrutura local de forma a atender a demanda prevista no anteprojeto;
- Alterações no arcabouço legal que afetam os custos do contrato; e
- Alterações na legislação tributária que afetam os custos do contrato, exceto relativas às alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

56. Por fim, relativamente ao registro do Termo de Compromisso 005/2017 no Siconv, a equipe verificou que as informações do instrumento não constam naquele sistema. Em princípio, tal fato estaria em desacordo com o determinado pelo art. 4º, da Portaria Interministerial 424, de 30/12/2016, que estabelece os comandos para execução do previsto no Decreto 6.170, de 25/7/2007, que, por sua vez, dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

57. Ocorre que o objeto do referido termo de compromisso é considerado como sendo uma transferência obrigatória, uma vez que inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Assim, o termo de compromisso resulta regulado pela Lei 11.578, de 25/11/2007, a qual dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do PAC, e que, por esse motivo, não se submete à Portaria Interministerial 424/2016.

58. Em que pese a legislação considerar a transferência de recursos no âmbito do PAC como obrigatória, tal repasse, na verdade, é voluntário, dada a discricionariedade da União na escolha dos projetos a serem beneficiados e dos entes federados que concordam em executá-los.

59. Apesar desse fato não configurar ilegalidade ou irregularidade, a equipe de auditoria acredita que alguns aspectos da Lei 11.578/2007 prejudicam a transparência dos gastos públicos e afastam o controle social das despesas da União, tanto pelos órgãos de controle, como pelo cidadão, além de permitir a burla ao art. 25 da Lei da Responsabilidade Fiscal. Cabe salientar, aqui, que este aspecto já foi suscitado nesta Corte no âmbito da Representação 023.484/2007-0, autuada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, no ano de 2007.

60. Assim, a equipe de auditoria sugere atenção do TCU no sentido de avaliar as implicações daquela Lei no controle e transparência dos gastos públicos.

VI. Proposta de encaminhamento

61. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) determinar à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul e à Secretaria Nacional de Aviação Civil, com amparo no art. 250, inc. II, do Regimento Interno do TCU, que providenciem os recursos orçamentários suficientes à execução integral do objeto do Termo de Compromisso 005/2017 anteriormente à assinatura do contrato resultante da licitação RDC 001/2018, em consonância ao disposto no inc. III, §2º, art. 7º, da Lei 8.666, de 21/6/1993, e ao inc.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 023.484/2018-7

I, § 1º, do art. 16, da Lei Complementar 101, de 4/5/2000, encaminhando a este Tribunal cópias do aditamento ao Termo de Compromisso e do contrato firmado com a licitante vencedora;

b) dar ciência à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, sobre as impropriedades abaixo relacionadas, relativas ao orçamento estimativo da contratação, as quais violam o disposto no inciso II, § 2º, art. 9º, da Lei 12.462, de 4/8/2011, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

b.1) ausência de divulgação do detalhamento dos itens: 1.4. Administração local; 9. Projetos Executivos de Infraestrutura; 10. Projetos de Zoneamento dos Auxílios de Proteção à Navegação; 12. *As built* e 13. Ações ambientais;

b.2) duplicidade de aplicação de BDI relativo ao serviço “13. Ações ambientais”;

b.3) ausência de divulgação do detalhamento do BDI diferenciado;

b.4) incidência do BDI diferenciado em somente parcela dos equipamentos constantes da parte A da curva ABC do orçamento;

b.5) indicação equivocada acerca da classe da Estação Meteorológica de Superfície (EMS) constante da composição do serviço CR2089.

c) comunicar ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul da decisão que vier a ser adotada.

É o relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

VOTO

Em exame, auditoria de conformidade conduzida pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS), sob a supervisão da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação), no Edital RDC 1/2018, de responsabilidade da Secretaria dos Transportes/RS, que tem por objeto a contratação integrada de projeto básico e executivo, execução das obras de engenharia aeroportuária e serviços complementares para o Aeroporto de Passo Fundo/RS.

2. O referido empreendimento integra o Programa de Aviação Regional instituído pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e o seu custeio está contemplado pelo Termo de Compromisso 5/2017, firmado entre o MTPA e a Secretaria de Transportes/RS, sendo 97% dos recursos de origem federal e o restante a título de contrapartida estadual.

3. O Programa de Aviação Regional foi lançado no final de 2012 e chegou a prever investimentos de R\$ 7,3 bilhões na construção e reforma de 270 aeroportos. Contudo, em 2016, o MTPA reduziu a previsão de investimentos para R\$ 1,2 bilhão até 2020, a serem aplicados em 123 aeroportos, dentre os quais se insere o Aeroporto de Passo Fundo/RS.

4. A equipe de fiscalização selecionou as seguintes questões de auditoria a serem investigadas:

a) Questão 1: A previsão orçamentária para a execução da obra é adequada?

b) Questão 2: Existem estudos que comprovem a viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento?

c) Questão 3: O tipo do empreendimento exige licença ambiental e foram realizadas todas as etapas para esse licenciamento?

d) Questão 4: O procedimento licitatório foi regular?

e) Questão 5: O orçamento da obra encontra-se devidamente detalhado (planilha de quantitativos e preços unitários) e acompanhado das composições de todos os custos unitários de seus serviços?

f) Questão 6: Os quantitativos definidos no orçamento da obra são condizentes com os quantitativos apresentados no projeto básico / executivo?

g) Questão 7: Os preços dos serviços definidos no orçamento da obra são compatíveis com os valores de mercado?

h) Questão 8: Como foram alocados os riscos na contratação e na execução da obra, na modalidade de licitação pelo RDC?

5. Foram identificados achados de auditorias para as questões 1 e 7, que serão evidenciados mais adiante neste voto. As demais questões foram respondidas sem achados associados.

6. Para a primeira questão foi reportado o achado “licitação de obras com previsão orçamentária insuficiente”. Enquanto o Termo de Compromisso 5/2017, pactuado entre o MTPA e a Secretaria de Transportes/RS, consignou o valor de R\$ 45.051.546,39 para execução do empreendimento, o valor orçado pela Administração para a licitação era de R\$ 55.751.622,72, situação que estaria em desconformidade com o inciso III do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/1993 e com o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei Complementar 101, de 4/5/2000.

7. Para este achado, as unidades técnicas, em uníssono, propõem a expedição de determinação às entidades envolvidas para que providenciem recursos suficientes à realização do





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

empreendimento anteriormente à assinatura do contrato com a licitante vencedora do certame e que tal ação seja comunicada a esta Corte.

8. A equipe de auditoria também identificou as seguintes impropriedades no orçamento, achados relacionado à questão sete:

a) ausência de divulgação no edital do detalhamento dos itens de administração local, projetos executivos de infraestrutura, projetos de zoneamento dos auxílios de proteção à navegação; *as built* e ações ambientais;

b) duplicidade de aplicação de BDI relativo ao serviço “ações ambientais”;

c) ausência de detalhamento do BDI diferenciado;

d) incidência de BDI diferenciado em somente parcela dos equipamentos constantes do orçamento; e

e) indicação equivocada acerca da classe da Estação Meteorológica de Superfície (SEM) constante da composição do serviço CR2089.

9. Como proposta de encaminhamento para este achado, os auditores, com a concordância dos dirigentes das unidades técnicas envolvidas, propõem dar ciência à Secretaria de Transporte do Rio Grande do Sul acerca daquelas impropriedades, por terem considerado que são de pequeno impacto quando comparada ao orçamento estimado da licitação. Além disso, a própria unidade jurisdicionada informou que iria providenciar as devidas correções antes da licitação do objeto (peça 17).

10. Ante o exposto, passo ao exame dos autos.

11. Antecipo que, no mérito, acompanho o encaminhamento alvitrado pela Secex/RS com a anuência da SeinfraRodoviaAviação, razão pela qual incorporo os fundamentos constantes no relatório de auditoria como minhas razões de decidir, sem prejuízo de tecer os comentários a seguir.

12. Considero adequado o encaminhamento proposto em relação à previsão orçamentária insuficiente para a licitação da obra, diante dos esclarecimentos prestados pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e pela Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul.

13. A diferença identificada entre o orçamento utilizado no edital e o valor fixado para o Termo de Compromisso 5/2017, foi calculada em R\$ 10.700.076,33. Essa diferença, consoante resposta da SAC, ocorreu em virtude da utilização do estudo preliminar do Aeroporto de Passo Fundo, datado de 16/9/2014 e com valor de R\$ 45.051.546,39, como parâmetro para a celebração do referido termo de compromisso. Porém, o Banco do Brasil somente entregou a versão definitiva do anteprojeto do aeroporto em 4/5/2018, quando foi formalizado o novo valor orçamentário de R\$ 55.751.622,72.

14. De modo a sanar esta irregularidade, a SAC informou que o Estado do Rio Grande do Sul já formalizou pedido de aditivo ao Termo de Compromisso, o qual se encontra em tratativas junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

15. A SAC esclareceu também que a decisão do Estado foi no sentido de dar continuidade a licitação, uma vez que poderiam ser obtidos valores menores que os referências, o que possibilitaria buscar um valor mais exato para recomposição dos recursos orçamentários junto ao MPDG.

16. De fato, ao consultar o sítio eletrônico que contém os documentos da licitação em epígrafe (https://www.compras.rs.gov.br/editais/0001_2018/236818), observo que o orçamento retificado, disponibilizado em 6/9/2018, contendo as correções às observações feitas pela equipe de auditoria, já apresentou uma redução de R\$ 2.286.557,46, com novo valor de referência de R\$ 53.465.065,26.

17. A depender do desconto ofertado na licitação, a suplementação orçamentária poderia nem ser mais necessária. Dessa forma, entendo suficiente a proposta da unidade técnica de determinar a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

SAC e à Secretaria de Transportes/RS que apenas assinem o contrato resultante da licitação RDC 1/2018, após a obtenção de recursos orçamentárias suficientes à execução integral do objeto do Termo de Compromisso 5/2017.

18. Em relação ao segundo achado, o orçamento retificado mencionado no parágrafo 23 deste voto já contempla a correção das impropriedades levantada pelos auditores, razão pela qual a proposta de dar ciência à unidade jurisdicionada acerca dessas impropriedades é medida suficiente ante a baixa gravidade das ocorrências.

19. Por último, importa registrar que esses aeroportos regionais utilizam projetos padrões desenvolvidos pela empresa Gabinete Projetos de Engenharia e Arquitetura Ltda. especificamente para o programa de aviação regional da SAC, contratada pelo Banco do Brasil.

20. Sobre esse aspecto, importa ressaltar que a antiga Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações realizou auditoria de conformidade (TC 020.788/2014-2) nesse contrato de elaboração de projetos padrões, processo do qual resultou diversas determinações ao Banco do Brasil, expedidas por meio do Acórdão 2.209/2015-TCU-Plenário (Relatora **Min. Ana Arraes**), para que ajustes fossem realizados no projeto/orçamento então elaborado.

21. Certamente essas determinações contribuíram para a melhoria dos projetos elaborados, o que pode ser comprovado pelo fato de não terem sido apontadas falhas de projetos nesta auditoria.

Com essas considerações, VOTO para que seja adotada a minuta de acórdão que ora trago à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 31 de outubro de 2018.

Ministro VITAL DO RÊGO
Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 023.484/2018-7

ACÓRDÃO Nº 2510/2018 – TCU – Plenário

1. Processo TC 023.484/2018-7.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgãos: Secretaria de Transporte do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex/RS) e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada na Secretaria dos Transportes/RS, com vistas a verificar a regularidade do Edital RDC 1/2018, destinado à contratação integrada de projeto básico e executivo, execução das obras de engenharia aeroportuária e serviços complementares para o Aeroporto de Passo Fundo/RS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul e à Secretaria Nacional de Aviação Civil, com amparo no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que providenciem os recursos orçamentários suficientes à execução integral do objeto do Termo de Compromisso 005/2017 anteriormente à assinatura do contrato resultante da licitação RDC 001/2018, em consonância ao disposto no inciso III do §2º do art. 7º da Lei 8.666, de 21/6/1993, e ao inciso I do § 1º do art. 16 da Lei Complementar 101, de 4/5/2000, encaminhando a este Tribunal cópias do aditamento ao Termo de Compromisso e do contrato firmado com a licitante vencedora;

9.2. dar ciência à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, sobre as impropriedades a seguir relacionadas, relativas ao orçamento estimativo da contratação, as quais violam o disposto no inciso II do § 2º do art. 9º da Lei 12.462, de 4/8/2011, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.2.1. ausência de divulgação do detalhamento dos itens: 1.4. Administração local; 9. Projetos Executivos de Infraestrutura; 10. Projetos de Zoneamento dos Auxílios de Proteção à Navegação; 12. *As built* e 13. Ações ambientais;

9.2.2. duplicidade de aplicação de BDI relativo ao serviço “13. Ações ambientais”;

9.2.3. ausência de divulgação do detalhamento do BDI diferenciado;

9.2.4. incidência do BDI diferenciado em somente parcela dos equipamentos constantes da parte A da curva ABC do orçamento;

9.2.5. indicação equivocada acerca da classe da Estação Meteorológica de Superfície (EMS) constante da composição do serviço CR2089.

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

9.4. encerrar os presentes autos com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 023.484/2018-7

10. Ata nº 43/2018 – Plenário.
11. Data da Sessão: 31/10/2018 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2510-43/18-P.
13. Especificação do quorum:
 - 13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
 - 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
VITAL DO RÊGO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral, em exercício



Aviso nº 655 de 2018, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2510/2018 do Plenário do Tribunal de Contas da União no processo nº TC 023.484/2018-7, que trata de Auditoria nas obras de Ampliação do Aeroporto de Passo Fundo/RS. A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.



Comunicações





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Bloco PTB/PROS

A publicação
Em 12/11/2018

OF. /Nº 166 /2018

Brasília, 12 de Novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional.
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o (a) Senhor (a) Deputado (a) NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP) na condição de TITULAR, para a composição da Comissão Mista da **Medida Provisória nº 845/2018, QUE INSTITUI O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FERROVIÁRIO, EM SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR DEPUTADO PEDRO FERNANDES (PTB/MA), EM VAGA DO BLOCO PTB/PROS.**

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PTB/PROS

Recebi em 12/11/2018
Assinatura 17:31
Rosilene Carvalho Silva
SLCN





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

À publicação
Em 13 / 11 / 2018

OF. N° 075/2018-BLOMOD

Brasília, 13 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Telmário Mota (PTB/RR)** para compor, como membro **Titular**, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer **sobre a Medida Provisória nº 847, de 2018**, que “*Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica na comercialização de óleo diesel rodoviário no território nacional, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitos os distribuidores de óleo diesel, nas importações*”.

Atenciosamente,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PRB – PTC





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Bloco PTB/PROS

A publicação
Em 13 / 11 / 2018

OF. /Nº 165 /2018

Brasília, 12 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional.
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o (a)
Senhor (a) Deputado (a) JANDIRA FEGHALI (PTB/RS), na condição de
SUPLENTE, para a composição da Comissão Mista da **Medida**
Provisória nº 850, de 2018, QUE AUTORIZA O PODER EXECU-
TIVO FEDERAL A INSTITUIR A AGÊNCIA BRASILEIRA DE MUSEUS
E ADOTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, EM VAGA DO BLOCO
PTB/PROS.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e
consideração.

Atenciosamente,

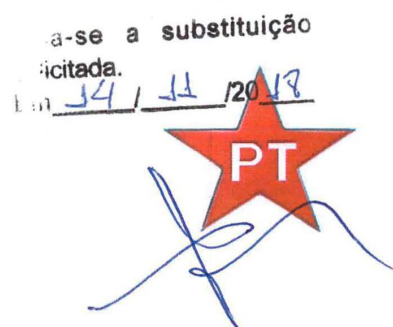
Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PTB/PROS

DEPUTADO ORLANDO SILVA
LÍDER DO BLOCO





Partidos dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança



OF nº 463/ 2018 - GAB-LidPT

Brasília - DF, 13 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado **HENRIQUE FONTANA - PT/RS** (em substituição ao deputado **SÁGUAS MORAES - PT/MT**) na Comissão Mista da Medida Provisória nº 850 de 2018, que "Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências."

Atenciosamente,

Dep. Paulo Pimenta - PT/RS
Líder da Bancada na Câmara

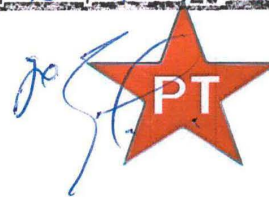
Recebi em 13/11/2018
Rosilva 18:30
Rosilva Carvalho Silva
SELEN





**Partidos dos Trabalhadores
Gabinete da Liderança**

A publicação
Em 13 / 11 / 20 18



OF nº 459/ 2018 - GAB-LidPT

Brasília - DF, 12 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Oliveira
Presidente do Congresso Nacional

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente a deputada **JÔ MORAIS - PC do B/MG** na Medida Provisória nº 852, que "Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União".

Atenciosamente,

Dep. Paulo Pimenta - PT/RS
Líder da Bancada na Câmara

De acordo,

Dep. Orlando Silva - PC do B/SP
Líder da Bancada na Câmara





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do MDB

Faça-se a substituição solicitada
Em 13 / 11 / 2018

OF/GAB/I/Nº 461

Brasília, 13 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **CELSO MALDANER - MDB** passa a integrar, na qualidade de **SUPLENTE**, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à **Medida Provisória nº 852/2018**, que "Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União.", em substituição ao Deputado **HILDO ROCHA - MDB**.

Respeitosamente,

Deputado **BALEIA ROSSI**
Líder do **MDB**

Recebi em 13 / 11 / 18
às 13h 40.
Susan Padua
Mat. 292944





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

faça-se a substituição
solicitada.

Em 13 / 11 / 2018

Of. nº 610/2018/PSDB

Brasília, 13 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de Membro de Comissão.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **IZALCI LUCAS**, em substituição ao Deputado **NILSON LEITÃO**, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer a Medida Provisória nº 852/18, que dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União.

Respeitosamente,

Deputado **NILSON LEITÃO**
Líder do PSDB



Emendas



Foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/2018. Estas encontram-se em suplemento à presente edição. **Vide item 6 do Sumário**



Pareceres aprovados em comissões





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 19, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2018, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 2.392.389,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Vicentinho Júnior

RELATOR *AD HOC*: Deputado Júlio Cesar

13 de Novembro de 2018



2



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER N.º , DE 2018-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 24, de 2018-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 2.392.389,00, para os fins que especifica.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado VICENTINHO JÚNIOR**

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 457/2018, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 24, de 2018-CN, que abre ao Orçamento de Investimento crédito especial no valor total de R\$ 2.392.389,00 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais), em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero e da Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron.

As dotações consignadas para a Infraero destinam-se à adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena, no valor de R\$ 2.372.389,00 e as dotações consignadas para a Emgepron destinam-se à Modernização da Câmara Hiperbárica da Base Almirante Castro e Silva (BACS) - No Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 20.000,00. Os recursos necessários à abertura do crédito decorrem de repasses do Tesouro Nacional para a Infraero e de anulação parcial de dotação orçamentária para a Emgepron.

O quadro a seguir apresenta os valores dos acréscimos e as origens dos recursos previstos no projeto em questão:

Quadro I – Acréscimos e Origem dos Recursos do PLN nº 24/2018

| Órgão/ unidade orçamentária | Acréscimo (R\$ 1,00) | Origem dos Recursos |
|-----------------------------|-------------------------|---------------------|
|-----------------------------|-------------------------|---------------------|





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

| | | (R\$ 1,00) |
|---|---------------------|---------------------|
| 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil | 2.372.389,00 | - |
| 39256 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO | 2.372.389,00 | - |
| 52000 - Ministério da Defesa | 20.000 | 20.000 |
| 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON | 20.000 | 20.000 |
| Recursos do Tesouro | - | 2.372.389,00 |
| Total | 2.392.389,00 | 2.392.389,00 |

A Exposição de Motivos (EM) nº 155/2018 MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, esclarece que as solicitações estão em conformidade com o art. 42, § 3º, inciso II, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 – LDO-2018, e com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Além disso a EM esclarece que, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da LDO-2018, as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente.

Ainda de acordo com a EM nº 155/2018 MP, os ajustes do Plano Plurianual, para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários, em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da citada Lei. Tal inciso I do art. 15 autoriza o Poder Executivo a realizar, por ato próprio, alterações no PPA para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional.

Os créditos em questão decorrem de solicitações formalizadas pelas empresas e consolidadas pelos respectivos Ministérios Supervisores.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



4



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2018 e do PPA 2016-2019, e à sua conformidade com a LOA 2018. Também não foram apresentadas emendas.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 24, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2018.

Deputado VICENTINHO JÚNIOR

Relator



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

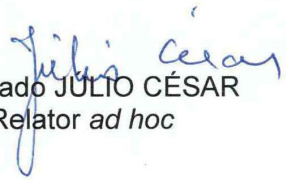
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado JÚLIO CÉSAR, relator *ad hoc* (relator anteriormente designado o Deputado VICENTINHO JÚNIOR), favorável ao **Projeto de Lei nº 24/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputado JÚLIO CÉSAR
Relator *ad hoc*





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 20, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2018, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 9.865.600.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Cleber Verde

RELATOR AD HOC: Deputado Júlio Cesar

13 de Novembro de 2018





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº , DE 2018 – CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 28, de 2018 - CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 9.865.600.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: DEPUTADO CLEBER VERDE

I. RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 510, de 2018-CN, na origem, Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 28, de 2018-CN, que abre ao Orçamento Fiscal União, em favor de Encargos Financeiros da União, de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e de operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 9.865.600.063,00 (nove bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos mil, sessenta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00169/2018 MP, de 05.09.2018, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito permitirá a transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios e aos Fundos de Desenvolvimento Regional de recursos das receitas relativas ao Imposto de Renda e sobre Produtos Industrializados, possibilitando a disponibilização de recursos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a participações pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478, de 1997), e a taxas de ocupação, foro e laudêmio. Também possibilitará a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) e o atendimento de decisões judiciais que determinam o pagamento de correção monetária da receita, referente a participações pela produção de petróleo e gás natural, durante o tempo em que esses recursos ficam retidos no âmbito da União. Conforme a seguinte alocação:

- a) R\$ 1.226.752.677,00 à Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011);
- b) R\$ 4.607.232.102,00 à Transferência das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997);



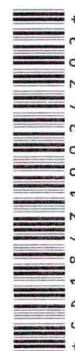
- c) R\$ 1.191.669.273,00 ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE (CF, art. 159);
- d) R\$ 1.391.067.500,00 ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM (CF, art. 159);
- e) R\$ 487.940.410,00 à Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159);
- f) R\$ 747.046.326,00 ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- g) R\$ 4.772.503,00 à Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio;
- h) R\$ 1.226.752.677,00 à Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011);
- i) R\$ 4.607.232.102,00 às Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997).

A solicitação em referência será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente a Recursos de Concessões e Permissões, e de excesso de arrecadação de recursos provenientes de Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados, de Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos, e de Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas, em conformidade com os incisos I e II do §1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Ressalte-se que, a propósito do que dispõe o § 4º do art. 44 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 – LDO 2018, as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que:

- a) R\$ 209.119.272,00 se referem a despesas financeiras, não consideradas no referido resultado;
- b) R\$ 9.656.480.791,00 se referem a despesas primárias obrigatórias consideradas no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, do 3º bimestre de 2018, conforme demonstrado no Anexo X e página 56 do referido Relatório e explicitado no quadro do anexo 2 da Exposição de Motivos.

Vale observar que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016,



* C D 1 8 4 3 1 9 0 2 4 7 0 2 *



pois não amplia os limites de despesas primárias estabelecidos por Poder para o corrente exercício, visto que, parte do crédito, referente às Transferências Constitucionais, de que trata o inciso I do § 6º do art. 107, no valor de 8.634.074.883,00 (oito bilhões, seiscentos e trinta e quatro milhões, setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais), não são incluídas na base de cálculo e nos limites estabelecidos nesse artigo, e outra parte, relacionada à compensação ao FRGPS e à transferência de recursos arrecadados por taxa de ocupação, foro e laudêmio, no valor de R\$ 1.231.525.180,00 (um bilhão, duzentos e trinta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e oitenta reais), já foi considerada no cálculo do teto de gastos, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, de julho de 2018.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o Relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Analizando o Projeto, verificamos que a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, por objetivar o reforço de dotações orçamentárias já constantes da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, LOA 2018.

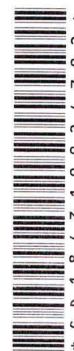
Verificamos também que as fontes de recursos apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à LDO 2018.

Desse modo, do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.**

Sala da Comissão, em 06 de novembro de 2018.


DEPUTADO CLEBER VERDE
Relator





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização


CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado JÚLIO CESAR, relator *ad hoc* (relator anteriormente designado Deputado CLEBER VERDE), favorável ao **Projeto de Lei nº 28/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputado JÚLIO CESAR
Relator *ad hoc*





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 21, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 35, de 2018, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 519.962.462,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Júlio Cesar

13 de Novembro de 2018





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº , DE 2018 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 35, de 2018 - CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 519.962.462,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: DEPUTADO JÚLIO CESAR

I. RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 553, de 2018-CN, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 35, de 2016-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, crédito suplementar no valor de R\$ 519.962.462,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Segundo a Exposição de Motivos nº 00197/2018 MP (EM 197/2018-MP), de 28 de setembro de 2018, do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito proposto possibilitará:

- ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a aquisição de mobiliários, contratação de empresas para instalação de divisórias, prestação de serviços gráficos e de comunicação corporativa, fornecimento de licença de conteúdo jornalístico; bem como o desenvolvimento e lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica (SGDC), e a implementação da infraestrutura para a prestação de serviços de comunicação de dados, por meio da participação da União no capital da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), totalizando R\$ 202.996.311,00;

- ao Ministério das Relações Exteriores, o pagamento à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) decorrente da participação do Brasil em atividade de cooperação econômica, suporte ao atendimento consular no exterior, funcionamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e de escritórios regionais, preparativos da posse presidencial, movimentação de pessoal, contratos de tecnologia da informação e de sistemas internos de comunicação, ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos em diversos países e indenizações a servidores em serviço no exterior, perfazendo R\$ 104.572.000,00;

- ao Ministério da Saúde, especificamente no Fundo Nacional de Saúde, a alteração da destinação de recursos orçamentários provenientes de emendas das Bancadas dos Estados do Espírito Santo e de Rondônia, visando à execução das



ações “Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde” e “Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde”, no total de R\$ 66.492.988,00;

- ao Ministério do Trabalho, o atendimento de despesas de custeio com contratos de logística, limpeza, vigilância, aquisição de equipamentos e programa de informática e serviços terceirizados de vigilância, gestão patrimonial, manutenção administrativa, limpeza, aluguéis, combustíveis e copeiragem, além da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e prestação de serviços pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, no valor de R\$ 53.452,597,00; e

- ao Ministério do Desenvolvimento Social, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, o cumprimento de contratos vigentes relativos ao funcionamento das agências de previdência social, totalizando R\$ 92.448.566,00.

A exposição de motivos dá conhecimento, também, de que a presente proposição será viabilizada à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente a Recursos Ordinários (R\$ 450.398.163,00), e de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emendas de Bancadas estaduais de execução obrigatória (R\$ 66.564.299,00), em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Como cediço, referidos dispositivos tratam da fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e da necessária indicação dos recursos requeridos pelo crédito proposto, ao lado da prévia autorização legislativa.

No que tange à utilização do superávit financeiro como fonte de recursos para abertura do crédito proposto, salienta-se que tal prática acarreta o aumento de despesas primárias discricionárias à conta de recursos financeiros, o que impacta o resultado primário fixado pela Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO-2018). Contudo, a EM 197/2018-MP indica que há espaço fiscal para suportar o aumento proposto, consoante Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018. Nesse sentido, o crédito será executado de acordo com os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do, de 2 de fevereiro de 2018, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do mesmo diploma.

Ademais, considerando que, ao longo do exercício, foram adotadas providências para troca de fontes existentes na unidade orçamentária do Fundo do regime Geral de Previdência Social, a Secretaria de Orçamento Federal entende que a orientação da Portaria STN/MF n. 245, de 28 de março de 2018 – que estabelece que parcela do superávit financeiro pertencente ao Tesouro Nacional nas fontes 00, 29 e 78 deverá, preferencialmente, ser remanejada para fins de cumprimento do art. 167, inciso III, da Constituição Federal, e art. 42 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – fica sem eficácia após a realização destas trocas de fontes.

Acerca das dotações objeto de cancelamento, informa-se que:

- R\$ 3.071.311,00 (três milhões, setenta e um mil, trezentos e onze reais) foram indicados pelos órgãos envolvidos no mencionado crédito, segundo os quais a anulação de dotações orçamentárias foi decidida com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício; e



- R\$ 66.492.988,00 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais) tratam de remanejamento de recursos orçamentários provenientes de emendas das Bancadas estaduais, de acordo com a solicitação das respectivas Bancadas (Ofícios 08-2018 - BANCADA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, de 28 de março de 2018, e 002/BANCADA-RO/2018, de 5 de abril de 2018, enviados pelos Coordenadores das referidas Bancadas).

Nesse particular, a alteração orçamentária ora submetida ao Congresso Nacional não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas aprovadas para este exercício.

Por fim, a EM 197/2018-MP frisa que o crédito está de acordo com o § 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (Novo Regime Fiscal), pois, apesar de alterar o montante das despesas primárias, o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018 exhibe margem suficiente em relação ao teto de gastos, de modo a abrigar a despesa em questão. Mais detalhadamente:

- R\$ 250.398.163,00 (duzentos e cinquenta milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e três reais) serão considerados na projeção estabelecida pelo Relatório mencionado;

- R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) não se inserem na base de cálculo e nos limites fixados pela Emenda Constitucional n. 95, de 2016, pois se referem a aumento de capital de empresas estatais não dependentes, nos termos do art. 107, § 6º, inciso IV, do ADCT; e

- R\$ 69.564.299,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e noventa e nove reais) se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias.

Dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva o reforço de dotações já constantes da Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018).

Observa-se ainda que a proposta guarda conformidade com os diversos diplomas jurídicos de regência da matéria: Constituição Federal, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (LDO-2016).



Encontram-se particularmente satisfeitas as disposições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal e do art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Citados dispositivos constitucionais vedam: (i) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes; e (ii) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

As prescrições constantes do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foram obedecidas, por seu turno, pois os recursos indicados para fazer face às suplementações objeto deste crédito são provenientes de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II do Projeto, e de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, relativo a Recursos Ordinários.

As disposições pertinentes à LDO-2018, em especial as constantes de seu art. 44, restam cumpridas, considerando que o crédito:

- restringe-se a um único tipo de crédito adicional (especial) (§ 1º);
- contém, em exposição de motivos, justificativa referente à necessidade das novas dotações, indicando declaração dos órgãos solicitantes no sentido de que as programações objeto do cancelamento proposto não sofrerão prejuízos em sua execução (§ 3º); e
- declara que as alterações decorrentes de sua abertura não afetam a obtenção do resultado primário fixado para 2018 (§ 4º).

Ademais, para comprovar o cumprimento do artigo § 6º do art. 44 da LDO/2018, a Coordenação-Geral de Relações Institucionais da Secretaria de Orçamento Federal encaminhou a esta Relatoria o demonstrativo de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do ano de 2017 relativo à fonte de recursos utilizada no presente crédito – a EM 197/2018, embora cite referido documento, não se fez dele acompanhar.

Em relação ao cumprimento do § 5º, art. 107, do ADCT, que veda a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal, entende-se satisfeita a exigência constitucional, dada a margem verificada, no momento, de R\$ 1.084 milhões, cotejando-se a dotação inicial aprovada pela LOA 2018 e o valor atual autorizado, inclusas as demais operações que afetam o resultado primário.

No que se refere à compatibilidade da proposta com o PPA vigente, o crédito não contraria os dispositivos do Plano Plurianual 2016-2019.

Assim, as informações prestadas, ao lado da análise aqui exposta indicam haver coerência dos termos do crédito suplementar em exame com as disposições da legislação orçamentária em vigor, bem assim denotam a correspondente adequação e compatibilidade com a LDO-2018 e com o PPA 2016-2019.

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 35, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.



6

Sala da Comissão, em de novembro de 2018.

DEPUTADO JÚLIO CESAR
Relator



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado JÚLIO CÉSAR, favorável ao **Projeto de Lei nº 35/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Moses Rodrigues, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.

Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente

Deputado JÚLIO CÉSAR
Relator





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 22, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 41, de 2018, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R\$ 15.773.766,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputada Leandre

13 de Novembro de 2018



2

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO****PARECER N.º DE 2018**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 41, de 2018-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R\$ 15.773.766,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Autor: Poder Executivo

Relatora: Deputada Leandre

I - RELATÓRIO

Com base no art. 61, § 1º, inciso II, b, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem n.º 569/2018, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional n.º 41, de 2018-CN (PLN 41/2018), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, da Cultura, do Turismo e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R\$ 15.773.766,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O art. 2º da proposta esclarece que os recursos necessários à abertura de crédito decorrem de anulação de dotações orçamentárias, relativas a emendas individuais, conforme indicado no Anexo II.

De acordo com a Exposição de Motivos n.º 00204/2018 MP, de 4 de outubro de 2018, o crédito tem como objeto remanejar dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas

1 de 5



**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

em decorrência de emendas individuais, em atendimento às solicitações de seus autores, nos seguintes órgãos/unidades orçamentárias:

R\$1,00

| Órgão Unidade Orçamentária | Aplicação (Anexo I) | Origem dos Recursos (Anexo II) |
|--|----------------------------|---|
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 500.000 | - |
| <i>Administração Direta</i> | 500.000 | - |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | - | 700.000 |
| <i>Administração Direta</i> | - | 700.000 |
| Ministério da Educação | 2.920.000 | 3.320.000 |
| <i>Universidade Federal de São Paulo</i> | 300.000 | - |
| <i>Fundação Universidade do Rio de Janeiro</i> | 1.320.000 | - |
| <i>Fundação Universidade de Brasília</i> | 150.000 | - |
| <i>Fundo Nacional de Desenv. da Educação</i> | 250.000 | 2.620.000 |
| <i>Fundação Universidade Federal do ABC</i> | 200.000 | - |
| <i>Instituto Federal do Paraná</i> | 200.000 | - |
| <i>Instituto Federal Sul-rio-grandense</i> | 500.000 | - |
| <i>Universidade Federal do Paraná</i> | - | 200.000 |
| <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i> | - | 500.000 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 850.000 | 850.000 |
| <i>Departamento de Polícia Rodov. Federal</i> | 850.000 | 850.000 |
| Ministério da Saúde | 6.867.766 | 6.767.766 |
| <i>Fundo Nacional de Saúde</i> | 6.867.766 | 6.767.766 |
| Ministério da Cultura | 400.000 | - |
| <i>Fundo Nacional de Cultura</i> | 400.000 | - |
| Ministério do Turismo | 3.936.000 | 3.936.000 |
| <i>Administração Direta</i> | 3.936.000 | 3.936.000 |
| Ministério do Desenvolvimento Social | 300.000 | 200.000 |
| <i>Fundo Nacional de Assistência Social</i> | 300.000 | 200.000 |
| Total | 15.773.766 | 15.773.766 |

A exposição de motivos informa que o pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de anulação de dotações orçamentárias, relativas às



4

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

emendas individuais, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece também que, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4.º, da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO-2018), as alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementares.

O documento frisa que a alteração proposta está em consonância com o § 5.º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela Emenda Constitucional n.º 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, já que não amplia os limites de despesas primárias estabelecidos para o exercício corrente.

Ressalta ainda, que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos, segundo as quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos referem-se a emendas parlamentares, cujos cancelamentos foram solicitados pelos respectivos autores.

Informa, ainda, que o crédito proposto está sendo aberto, parcialmente, a órgão transformado pela Lei nº 13.690, de 10 de julho de 2018, uma vez que a estrutura de órgãos e unidades orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual não se altera em decorrência de reorganização administrativa.

E por fim, lembra que o art. 52 da LDO-2018 autoriza o Poder Executivo a “*utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais*”, sem condicionar à prévia transposição, remanejamento ou transferência de dotações.

É o relatório.

II – EMENDAS

3 de 5



**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Ao Projeto de Lei foi apresentada 1 (uma) emenda, conforme quadro abaixo:

| AUTOR | NÚMERO | QUANTIDADE |
|------------------|--------|------------|
| Cleber Verde | 00001 | 01 |
| TOTAL DE EMENDAS | | 01 |

A **emenda nº 00001** utiliza como fonte de cancelamento os recursos decorrentes de ajuste de emenda de outro parlamentar. Assim, **é indicada para inadmissibilidade**, pois contraria o art. 166, § 18, da Constituição, que assegura a execução equitativa da programação, “*que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria*”.

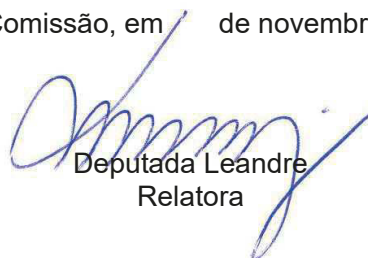
III - VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), na Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO-2018), e na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019).

Indico a **Emenda nº 00001** ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para ser **declarada inadmitida** nos termos do *art. 146 da Resolução nº 01/2006-CN*.

Em face do exposto, submeto a este colegiado o meu voto pela **aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 2018-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo**.

Sala da Comissão, em / de novembro de 2018.


Deputada Leandra
Relatora



6

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Demonstrativo a que se refere o art. 109, § 1º c/c art. 146, §1º da Resolução nº 1/2006-CN

Emenda ao PLN nº 41/2018 a ser declarada Inadmitida pelo Presidente da CMO
(art. 15, XI da Resolução nº 1/2006-CN)

| Emenda | | Dotação | | Motivo |
|--------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Nº | Autor | Acrescida (R\$) | Cancelada (R\$) | |
| 00001 | Cleber Verde | 1.300.000 | 1.300.000 | Constituição Federal, art. 166, §18. |





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório da Deputada LEANDRE, favorável ao **Projeto de Lei nº 41/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, foi **DECLARADA INADIMITIDA**.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Moses Rodrigues, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputada LEANDRE
Relatora





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 23, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2018, que Abre ao Orçamento de Investimento, em favor de Furnas - Centrais Elétricas S.A., da Petrobras Gás S.A., da Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e da Transportadora Associada de Gás S.A., crédito especial no valor de R\$ 33.425.000,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Geraldo Resende

13 de Novembro de 2018



2



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER N.º , DE 2018-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 32, de 2018-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor de Furnas - Centrais Elétricas S.A., da Petrobras Gás S.A., da Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e da Transportadora Associada de Gás S.A., crédito especial no valor de R\$ 33.425.000,00, para os fins que especifica.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado GERALDO RESENDE**

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 550/2018, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 32, de 2018-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, em favor de Furnas - Centrais Elétricas S.A., da Petrobras Gás S.A., da Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e da Transportadora Associada de Gás S.A., crédito especial no valor de R\$ 33.425.000,00 (trinta e três milhões quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

Os recursos para atendimento do crédito derivam do cancelamento de dotações (CL) ou de geração própria (GP).

Segundo a Exposição de Motivos (EM) nº 178/2018 MP, do Senhor Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito especial visa incluir novas categorias de programações nos orçamentos vigentes das referidas empresas em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício, conforme abaixo:





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- a) **Furnas - Centrais Elétricas S.A.**: implantação de sistemas de geração de energia elétrica utilizando fonte fotovoltaica em geração distribuída, no valor de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais);
- b) **Petrobras Gás S.A. – Gaspetro e Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora da Energia Elétrica S.A. - Mangue Seco 2**: aquisição de mobiliário e de equipamentos de informática para a modernização das respectivas unidades administrativas, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), respectivamente.
- c) **Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG**: cumprimento de compromissos firmados com fornecedores e prestadores de serviços em projetos não concluídos em 2017 bem como a implementação de um novo ponto de entrega de gás natural, no valor de R\$ 6.310.000,00 (seis milhões e trezentos e dez mil reais).

O quadro a seguir apresenta os valores dos acréscimos e as origens dos recursos previstos no projeto em questão:

Quadro I – Acréscimos e Origem dos Recursos do PLN nº 32/2018

| Órgão/ unidade orçamentária | Acréscimo (R\$ 1,00) | Origem dos Recursos (R\$ 1,00) |
|---|-------------------------|--------------------------------------|
| 32000 - Ministério de Minas e Energia | | |
| 32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A. | 27.000.000 | 27.000.000 (CL) |
| 32240 - Petrobras Gás S.A. - GASPETRO | 10.000 | 10.000 (CL) |
| 32308 - Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG | 6.310.000 | 6.310.000 (CL) |
| 32346 - Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MANGUE SECO 2 | 105.000 | 105.000 (GP) |
| Total | 33.425.000 | 33.425.000 |

CL = CANCELAMENTO

GP = GERAÇÃO PRÓPRIA

A EM nº 178/2018 MP ainda esclarece que alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário das empresas estatais federais fixada para o corrente exercício, constante da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO-2018). A EM 178/2018 destaca que a Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 - LDO 2018, estabelece em seu art. 2º e § 1º que a elaboração e a aprovação da Lei Orçamentária





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Anual deve ser compatível com a meta de resultado primário para o setor público não financeiro, incluindo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) e o orçamento das estatais não dependentes, elaborado por meio do Programa de Dispêndios Globais, com exceção das empresas do Grupo Petrobras e Eletrobrás.

Em atenção ao exposto no art. 44, § 3º da LDO 2018, a EM nº 178/2018 MP esclarece que não haverá consequências decorrentes dos cancelamentos das dotações orçamentárias, visto que os projetos foram reavaliados conforme diretrizes estratégicas das empresas e confirmados pelo respectivo Ministério Supervisor.

A EM nº 178/2018 MP ainda registra que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei n. 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo crédito, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da citada Lei. Tal inciso I do caput do art. 15 autoriza o Poder Executivo a realizar, por ato próprio, alterações no PPA para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional.

Ressalta-se ainda que as empresas estatais federais não dependentes não estão sujeitas ao disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Tal dispositivo trata do Novo Regime Fiscal e estabelece, para cada exercício, limites individualizados para despesas primárias por Poder.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2018 e do PPA 2016-2019, e à sua conformidade com a LOA 2018.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 32, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2018.





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Deputado GERALDO RESENDE

Relator





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado GERALDO RESENDE, favorável ao **Projeto de Lei nº 32/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.

Deputado MARIO NEGROMONTE JR.
Presidente

Deputado GERALDO RESENDE
Relator





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 24, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 36, de 2018, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 140.000.000,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Cleber Verde

RELATOR *AD HOC*: Deputado Vicentinho Júnior

13 de Novembro de 2018



2

**CONGRESSO NACIONAL**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLN Nº 36/2018**PARECER Nº , DE 2018 – CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 36, de 2018-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 140.000.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo**Relator: Deputado Cleber Verde****I. RELATÓRIO**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 554, de 2018, na origem, o Projeto de Lei nº 36, de 2018-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 140.000.000,00, para os fins que especifica.

O Projeto promove a inclusão da ação 156L – Obtenção dos Meios da Aeronáutica, no âmbito do Fundo Aeronáutico, visando a aquisição de equipamentos para detectar, vigiar e monitorar atividades ilícitas nas fronteiras do Brasil com a finalidade de alcançar os padrões de detecção e vigilância necessários ao combate à criminalidade. Dessa forma, será possível incrementar a capacidade de atuação do poder público nessa área, dotando a Força Aérea Brasileira com a operacionalidade adequada para colaborar e fortalecer a interoperabilidade entre as instituições responsáveis pelo combate direto às atividades criminosas no território nacional.

O Poder Executivo informa, ainda, que a solicitação será viabilizada à conta de anulação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO-2018), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a cancelamento de despesas primárias obrigatórias para suplementação de despesas primárias discricionárias, diminuindo o montante das despesas obrigatórias aprovadas para este exercício; que a execução dessas despesas fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto n. 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, conforme estabelece o art. 1º, § 2º desse Decreto.

O projeto propõe, concomitantemente, modificação de fontes de recursos constantes da Lei nº 13.587, de 2018, mediante a redução da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, considerando a existência de vinculação legal, e a possibilidade de incorporação de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente à fontes 00 - Recursos Ordinários.



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

II. DAS EMENDAS

Foi apresentada uma emenda de autoria do Deputado Bohn Gass, visando cancelar integralmente o cancelamento ao mesmo tempo em que cancela integralmente a suplementação proposta pelo Projeto.

III. VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito do Projeto, entendemos que a alteração proposta contribui para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2016-2019 e para ajuste da programação dentro da boa técnica orçamentária.

Entendemos também que eventuais ajustes no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da citada Lei.

A emenda apresentada tem sentido contrário à alteração proposta pelo Executivo e com parecer favorável desta relatoria, razão pela qual consideramos a emenda prejudicada.

Assim sendo, somos pela **APROVAÇÃO** do PLN nº 36, de 2018-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela **REJEIÇÃO** da emenda apresentada.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado CLEBER VERDE
Relator



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU**, contra o voto do Deputado Waldenor Pereira, o Relatório do Deputado VICENTINHO JÚNIOR, relator *ad hoc* (relator anteriormente designado Deputado CLEBER VERDE), favorável ao **Projeto de Lei nº 36/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, foi **REJEITADA**.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Moses Rodrigues, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.

Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente

Deputado VICENTINHO JÚNIOR
Relator *ad hoc*





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 25, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 43, de 2018, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$ 240.886.642,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Júlio Cesar

13 de Novembro de 2018



2



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER N.º , DE 2018-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 43, de 2018-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$ 240.886.642,00, para os fins que especifica”.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado JÚLIO CESAR**

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 571/2018, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 43, de 2018-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento para 2018 (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor das empresas Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, do Banco da Amazônia S.A., da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, da Stratura Asfaltos S.A., da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. - Uirapuru, da Transmissora Sul Brasileira de Energia - TSBE e da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, crédito suplementar no valor de R\$ 240.886.642,00 (duzentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I”.

Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de repasse do Tesouro Nacional, de cancelamento parcial de dotações orçamentárias e de geração própria de recursos, conforme indicado nos Anexos I e II do Projeto.

De conformidade com a Exposição de Motivos (EM) nº 209/2018 MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito em referência tem por finalidade adequar as dotações orçamentárias das ações constantes do Orçamento de Investimento das empresas de modo a assegurar seu desempenho operacional e a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos para 2018 nos seus respectivos Planos Estratégicos.

Segundo a EM n.º 209/2018 MP, as suplementações destinam-se:

a) Telebras: a projetos “Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga”, com o objetivo de atingir até o final do ano um total de 34 mil quilômetros de rede de





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

banda larga implantada e “Aquisição de Satélite em Posição Orbital”, para conclusão dos Centros de Operações Especiais de Brasília e do Rio de Janeiro;

b) Basa: ao projeto de controle de acesso do edifício sede da empresa, que não estava previsto na programação inicial, bem como suplementar o orçamento da ação para aquisição de novos cofres inteligentes para uso da rede de agências com objetivo de redução de custos e maior segurança as agências;

c) Dataprev: à evolução da atual infraestrutura para o padrão “10G” (prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) e, desse modo, desenvolver novos segmentos de negócios, com possibilidades de atendimentos a clientes de outros órgãos de Estado;

d) Petrobras: à compatibilização da programação orçamentária da empresa aos investimentos em modernização de mobiliários e atualizações de equipamentos principalmente nas refinarias, unidades operacionais da área de gás natural e usinas termoeletricas de propriedade da companhia;

e) Transpetro: à aquisição de novos equipamentos para o sistema Circuito fechado de televisão (CFTV), ativos de informática e de teleprocessamento;

f) Strutura Asfaltos S.A.: à revisão do sistema de processamento e gestão da informação da Companhia Enterprise Resource Planning (ERP) e à atualização de ambientes licenciados (inclusão de licenças de análise de risco e conformidade das licenças Microsoft);

g) TSBE: a reforçar ações de manutenção e conservação do sistema de transmissão de energia elétrica na região sul;

h) Uirapuru: a atender a manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica da região sul;

i) ABGF: a adequar o planejamento orçamentário e financeiro com o objetivo de alteração da localização da sede da empresa e de aquisição de computadores e desenvolvimento de ferramenta Enterprise Resource Planning (ERP) ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial.

No que se refere ao impacto sobre o resultado primário, a Exposição de Motivos destaca que a Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO 2018), estabelece, em seu art. 2º, que a elaboração e execução do LOA devem ser compatíveis com a meta de resultado primário para o setor público consolidado não financeiro, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Despesa Global das estatais, excluindo os grupos Petrobras e Eletrobras.

A esse respeito, a liberação do crédito suplementar pleiteada pelo Ministério da Fazenda para o Basa, não apresentaria impacto fiscal, tendo em vista se tratar de instituição financeira, excluída do cálculo do Resultado Primário. No caso da Dataprev, o aumento de despesa será financiado com geração adicional de recursos pela empresa. No caso da Telebras, tampouco haveria impacto fiscal, uma vez que o aumento da despesa será custeado com recursos Tesouro Nacional repassados no ano corrente. No caso das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras, não se afetaria o resultado primário do conjunto das empresas estatais federais, conforme estabelece o § 1º do Art. 2º da LDO 2018, pois, as empresas desses grupos estão excluídas do cômputo da meta de resultado primário.

Em se aprovando o Projeto em exame, o crédito solicitado pela ABGF terá impacto fiscal de R\$ 1.710.000,00 (um milhão, setecentos e dez mil reais). No entanto, a Exposição de Motivos aponta que o aumento da despesa não impactaria o cumprimento da meta





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

de déficit primário consolidado estabelecida para as empresas estatais, conforme previsto na LDO do ano corrente e demonstrado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018, encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem n. 521, de 20 de setembro de 2018, que apresentou um superávit primário de R\$ 92 milhões, compreendido portanto, dentro do resultado previsto na LDO 2018 para o exercício é de R\$ 3,5 bilhões.

Atendendo ao exposto no art. 44, § 3º, da LDO 2018, a EM n.º 209/2018 MP acrescenta não haveria consequências decorrentes dos cancelamentos das dotações orçamentárias, visto que os projetos teriam sido reavaliados conforme diretrizes estratégicas das empresas e confirmados pelos respectivos Ministérios Supervisores.

Por fim, o documento ressalta que as empresas estatais federais não dependentes não estão sujeitas ao disposto previsto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O quadro a seguir consigna os valores dos acréscimos e cancelamentos dos Anexos I e II, respectivamente:

| Órgão/ unidade orçamentária | Acréscimo (R\$ 1,00) | Cancelamento (R\$ 1,00) |
|---|-------------------------|----------------------------|
| MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES | | |
| 24215 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS | 200.000.000 | 0 |
| Total do Órgão: | 200.000.000 | 0 |
| MINISTÉRIO DA FAZENDA | | |
| 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA | 887.371 | 887.371 |
| 25294 - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV | 5.000.000 | 00 |
| Total do Órgão: | 5.887.371 | 887.371 |
| MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA | | |
| 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS | 23.536.000 | 23.536.000 |
| 32274 - Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO | 3.118.000 | 3.118.000 |
| 32333 - Strutura Asfaltos S.A. | 233.000 | 230.000 |
| 32362 - Uirapuru Transmissora de Energia S.A. | 4.458.530 | 0 |
| 32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE | 1.943.741 | 0 |
| Total do Órgão: | 33.289.271 | 26.884.000 |
| MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO | | |
| 47216 - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF | 1.710.000 | 0 |
| Total do Órgão: | 1.710.000 | 0 |
| TOTAL GERAL | 240.886.642 | 27.771.371 |

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2018 e do PPA 2016-2019, e à sua conformidade com a LOA 2018.

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 43, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em

Deputado JÚLIO CESAR
Relator



6

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado JÚLIO CÉSAR, favorável ao **Projeto de Lei nº 43/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Moses Rodrigues, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputado JÚLIO CESAR
Relator





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 26, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2018, que Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Transparência e Controladoria-Geral da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 390.001.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Vicentinho Júnior

13 de Novembro de 2018



2

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº , DE 2018 - CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 22, de 2018-CN, que “*Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Transparência e Controladoria-Geral da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 390.001.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente*”.

Autor: PODER EXECUTIVO**Relator: Deputado VICENTINHO JÚNIOR****I. RELATÓRIO**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 393, de 2018, na origem, o Projeto de Lei nº 22, de 2018-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Transparência e Controladoria-Geral da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 390.001.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente

O Projeto visa a atender despesas de custeio, investimento e inversões financeiras no âmbito de diversos órgãos do Poder Executivo, conforme detalhado no item 2 da Exposição de Motivos (EM nº 00138/2018 MP).

As solicitações em referência serão viabilizadas à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, referente às fontes 50 - Recursos Próprios Não Financeiros e 80 - Recursos Próprios Financeiros, e de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

O documento esclarece que, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO-2018, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que:



**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

a) R\$ 243.195.956,00 (duzentos e quarenta e três milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais) se referem à suplementação de despesas à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, relativo às fontes 50 e 80, as quais não são consideradas no cálculo do referido resultado, por serem de natureza financeira; e

b) R\$ 146.805.947,00 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e sete reais) a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas aprovadas para este exercício, e sua execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse Decreto.

Enfatiza ainda que a presente alteração orçamentária está de acordo com o art. 107, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, pois parte refere-se ao remanejamento entre despesas primárias e o restante ao atendimento de despesas financeiras não sujeitas aos limites de que trata o referido artigo.

O crédito proposto está sendo aberto parcialmente a órgão transformado pela Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018, uma vez que a estrutura de órgãos e unidades orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual não se altera em decorrência de reorganização administrativa. O art. 52 da LDO-2018 autoriza o Poder Executivo a “utilizar, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária de 2018 e em créditos adicionais”, sem condicionar à prévia transposição, remanejamento ou transferência dessas dotações, o que se encontra em consonância com o disposto anteriormente.

Embora mencione quadros anexos à Exposição de Motivos, que demonstre, em atendimento ao disposto no § 6º do art. 44 da LDO-2018, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, relativo a Recursos Próprios Não Financeiros e a Recursos Próprios Financeiros utilizado parcialmente neste crédito, tais quadros não constam do documento.

E, por fim, ressalta que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Foram apresentadas 2 emendas no prazo regimental.

II. VOTO DO RELATOR

Para comprovar o cumprimento do artigo § 6º do art. 44 da LDO/2018, a Coordenação-Geral de Relações Institucionais da Secretaria de Orçamento Federal encaminhou a esta Relatoria os demonstrativos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do ano de 2017 relativos às fontes de recursos utilizadas no presente crédito. Os demonstrativos também constam da tabela 5-A da Portaria STN nº 245, de 28 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018.

Quanto às emendas apresentadas, a emenda 00001 propõe a supressão de dotação primária do anexo de cancelamento com compensação de despesa financeira do anexo de suplementação, afetando a obtenção do resultado primário anual previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ademais, não foi observada a compatibilidade de fontes exigida pelo § 1º do art. 38 c/c art. 126 da Resolução nº 1/2006. Quanto à emenda 00002, não foi possível atendê-la, uma vez que a sua aprovação alteraria o remanejamento proposto pelo órgão interessado.



4

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do PLN nº 22, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo, pela inadmissão da emenda 00001 e pela rejeição da emenda 00002.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado VICENTINHO JÚNIOR
Relator

3



**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado VICENTINHO JÚNIOR, favorável ao **Projeto de Lei nº 22/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto às 2 (duas) emendas apresentadas, foi **DECLARADA INADMITIDA** a de nº 001 e **REJEITADA** a de nº 002.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Moses Rodrigues, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MARIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputado VICENTINHO JÚNIOR
Relator





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 27, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2018, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 52.857.359,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Fausto Pinato

RELATOR *AD HOC*: Deputado Geraldo Resende

13 de Novembro de 2018





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº , DE 2018 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2018 - CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 52.857.359,00, para os fins que especifica."

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: DEPUTADO FAUSTO PINATO

I. RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 547, de 2018-CN, o Excelentíssimo Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 31, de 2018-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 52.857.359,00, para os fins que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos nº 000192/2018 MP, de 25 de setembro de 2018, do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito proposto possibilitará a conclusão de obras, reforma de edifício e aquisição de imóveis no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário.

As solicitações em referência serão viabilizadas à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A exposição de motivos esclarece, a propósito do que dispõe o art. 44, § 4º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO-2018, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, considerando que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não alterando o montante dessas despesas aprovadas para este ano.

O documento também destaca que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia os limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício.

Enfatiza, ainda, que os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da mencionada Lei.





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

E, por fim, informa que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as dotações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Não foram apresentadas emendas à proposição dentro do prazo regimental.

É o Relatório.

II. VOTO DO RELATOR

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 13.587, de 02/01/2018) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 44 da Lei nº 13.473, de 08/08/2017 (LDO/2018).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PLN N.º 31, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2018.

DEPUTADO FAUSTO PINATO
RELATOR



4

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*


CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado GERALDO RESENDE, relator ad hoc (relator anteriormente designado Deputado FAUSTO PINATO), favorável ao **Projeto de Lei nº 31/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MARIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputado GERALDO RESENDE
Relator ad hoc





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 28, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45, de 2018, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron, crédito especial no valor de R\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR AD HOC: Deputado Gilberto Nascimento

13 de Novembro de 2018



**CONGRESSO NACIONAL**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLN Nº 45/2018**PARECER Nº , DE 2018 – CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 45, de 2018-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron, crédito especial no valor de R\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo**Relator: Deputado Mário Negromonte Jr.****I. RELATÓRIO**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 573, de 2018, na origem, o Projeto de Lei nº 45, de 2018-CN, que ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron, crédito especial no valor de R\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica.

O Projeto promove inclusão da ação 15S3 – Obtenção de Navio de Apoio Antártico, na programação de trabalho da Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron, vinculada ao Ministério da Defesa.

Por meio da Exposição de Motivos (EM nº 00212/2018 MP) que acompanha o Projeto, o Executivo informa que o crédito destina-se à obtenção de um Navio de Apoio Antártico (NAPAnt), em substituição do Navio de Apoio Oceanográfico (NAPOc) “Ary Rongel”, nas atividades de apoio à pesquisa e apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) dentro do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Desse modo, o crédito visa atender plenamente as necessidades logísticas advindas da construção da nova EACF, além de possibilitar a redução do tempo dessas atividades, o que permitirá o incremento das pesquisas na região antártica. O pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de repasse do Tesouro Nacional.

Esclarece também o Executivo que a solicitação está em conformidade com o art. 42, § 3º, inciso II, da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO 2018), e obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Esclarecendo ainda, em relação ao que dispõe o art. 44, § 4º, da LDO 2018, que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o exercício corrente, e que o crédito refere-se a aumento de despesa primária que será financiada com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional. Informando ainda que, conforme demonstrado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2018, encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem n. 521, de 20 de setembro de 2018, houve um superávit primário de R\$ 92 milhões. Portanto, o valor obtido permanece compreendido dentro do resultado deficitário de R\$ 3,5 bilhões, previsto na LDO 2018.

Cabe lembrar também que as empresas estatais federais não dependentes não estão sujeitas ao disposto previsto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

II. DAS EMENDAS

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

III. VOTO DO RELATOR

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Quanto ao mérito do Projeto, entendemos que a alteração proposta contribui para o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2016-2019 e para ajuste da programação dentro da boa técnica orçamentária.

Entendemos também que eventuais ajustes no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da citada Lei.

Assim sendo, somos pela **APROVAÇÃO** do PLN nº 45, de 2018-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, em

de

de 2018.

Deputado **MÁRIO NEGROMONTE JR.**
Relator



4

**CONGRESSO NACIONAL***Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado GILBERTO NASCIMENTO, relator *ad hoc* (relator anteriormente designado o Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.), favorável ao **Projeto de Lei nº 45/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Gilberto Nascimento, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Moses Rodrigues, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, João Capiberibe, Romero Jucá, Waldemir Moka e Wilder Morais.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.



Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente



Deputado GILBERTO NASCIMENTO
Relator *ad hoc*





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 29, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39, de 2018, que Abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, crédito especial no valor de R\$ 382.600,00, para os fins que especifica.

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr.

RELATOR: Deputado Marcus Vicente

RELATOR AD HOC: Deputado Geraldo Resende

13 de Novembro de 2018





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER N.º , DE 2018-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei n.º 39, de 2018-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, crédito especial no valor de R\$ 382.600,00, para os fins que especifica.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado MARCUS VICENTE**

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem n.º 567/2018, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 39, de 2018-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2018, em favor da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, crédito especial no valor de R\$ 382.600,00.

Segundo a Exposição de Motivos (EM) nº 179/2018 MP, do Senhor Ministro de Estado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o crédito especial *destina-se ao desenvolvimento, aquisição e implantação de sistemas padronizados de apoio à execução, ao controle, à supervisão e à tomada de decisões dos dirigentes aperfeiçoando o fluxo de informações necessárias à gestão da infraestrutura portuária*. A origem de recursos para financiamento dos investimentos são advindos de recursos do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido.

O quadro a seguir apresenta os valores dos acréscimos e as origens dos recursos previstos no projeto em questão:

Quadro I – Acréscimos e Origem dos Recursos do PLN nº 39/2018





CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

| Órgão/ unidade orçamentária | Acréscimo (R\$ 1,00) | Origem dos Recursos (R\$ 1,00) |
|---|-------------------------|--------------------------------------|
| 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil | 382.600 | - |
| 39211 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA | 382.600 | - |
| Recursos do Tesouro | - | 382.600 |
| Total | 382.600 | 382.600 |

A EM nº 179/2018 MP ainda esclarece que alterações decorrentes da abertura do crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, constante da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (LDO-2018), tendo em vista que se referem a atendimento de despesa primária discricionária à conta de receita primária discricionária, referente a Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido - Tesouro - Direto.

Ainda de acordo com a EM nº 179/2018 MP, os ajustes do Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019, de que trata a Lei n. 13.249, de 13 de janeiro de 2016, porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo crédito, deverão ser realizados de acordo com o art. 15, caput, inciso I, da citada Lei. Tal inciso I do caput do art. 15 autoriza o Poder Executivo a realizar, por ato próprio, alterações no PPA para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional.

Ressalta-se ainda que as empresas estatais federais não dependentes não estão sujeitas ao disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Tal dispositivo trata do Novo Regime Fiscal e estabelece, para cada exercício, limites individualizados para despesas primárias por Poder.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



4



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da LDO 2018 e do PPA 2016-2019, e à sua conformidade com a LOA 2018.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 39, de 2018-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2018.

Deputado MARCUS VICENTE
Relator





CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

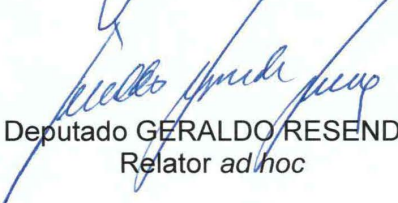
CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na continuação da Primeira Reunião Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2018, **APROVOU** o Relatório do Deputado GERALDO RESENDE, relator *ad hoc* (relator anteriormente designado o Deputado MARCUS VICENTE), favorável ao **Projeto de Lei nº 39/2018-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados Mário Negromonte Jr., Presidente, Geraldo Resende, Segundo Vice-Presidente, Alceu Moreira, Alex Canziani, Aluisio Mendes, André Figueiredo, Aureo, Bebeto, Cabo Sabino, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Cleber Verde, Covatti Filho, Dagoberto Nogueira, Efraim Filho, Enio Verri, Evair Vieira de Melo, Júlio Cesar, Hiran Gonçalves, Izalci Lucas, Leandre, Luana Costa, Luciano Ducci, Marcelo Castro, Marcos Abrão, Marcus Vicente, Milton Monti, Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Sérgio Brito, Vicentinho Júnior, Waldenor Pereira, Weliton Prado, e Wilson Filho, e os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Primeiro Vice-Presidente, Sérgio Petecão, Terceiro Vice-Presidente, Ana Amélia, Dalirio Beber, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Wilder Moraes.

Sala de Reuniões, em 13 de novembro de 2018.


Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente


Deputado GERALDO RESENDE
Relator *ad hoc*





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 1, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018., sobre a Medida Provisória nº 846, de 2018, que Altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

PRESIDENTE: Deputado Evandro Roman

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

RELATOR REVISOR: Deputado Deley

07 de Novembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 846, DE 2018, sobre a Medida Provisória nº 846, de 2018, que *altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão Mista a Medida Provisória (MPV) nº 846, de 31 de julho de 2018, cujo objetivo principal é promover adequações na MPV nº 841, de 11 de junho de 2018, que *dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias.*

A MPV nº 846, de 2018, possui cinco artigos.

O art. 1º promove as 24 (vinte e quatro) seguintes alterações no texto da MPV nº 841:

1ª alteração – redução de 50% (cinquenta por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) do montante mínimo de recursos decorrentes da exploração de loterias e pertencentes ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) a serem repassados aos estados e ao Distrito Federal (DF) a título de transferência obrigatória (art. 7º, inciso I);

2ª alteração – estabelecimento de que o projeto habilitado a receber recursos do FNSP, por meio de convênio ou contrato de repasse,



poderá ser prorrogado por até dois anos uma única vez, em vez de ser passível de prorrogação por período de tempo igual ao inicial (art. 10);

3ª alteração – determinação de que as vedações temporárias constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos entes subnacionais e dos estados aos seus respectivos municípios quando o objetivo for garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, salvo se o ente beneficiário dos recursos não implementar ou não fornecer informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, e sobre Material Genético, Digitais e Drogas – Sinesp (art. 12-A, inclusão);

4ª alteração – descrição de que a modalidade lotérica definida como loteria federal (espécie passiva) engloba a aquisição de bilhete já numerado em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico) (art. 13, § 1º, inciso I);

5ª alteração – exclusão da destinação ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) dos prêmios da loteria instantânea exclusiva (Lotex) não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição (art. 13, § 2º);

6ª alteração – imposição de que os valores destinados ao Fies serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies) até que seja alcançado o valor limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) a título de participação da União nesse fundo (art. 13, § 3º);

7ª alteração – redução de 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) para 9,26% (nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento) e de 7,8% (sete inteiros e oito décimos por cento) para 6,8% (seis inteiros e oito décimos por cento) dos percentuais do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinados ao FNSP, respectivamente, até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 1º de janeiro de 2019 (art. 15, incisos I, alínea *d*, e II, alínea *d*);

8ª alteração – aumento de 2,87% (dois inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) para 2,92% (dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento) e de 0,5% (cinco décimos por cento) para 2,91% (dois inteiros e noventa e um centésimos por cento) dos percentuais do produto da



SF/18674.39908-98



arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinados ao Fundo Nacional da Cultura (FNC), respectivamente, até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 1º de janeiro de 2019 (art. 15, incisos I, alínea *b*, e II, alínea *b*);

9ª alteração – aumento de 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) do percentual do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) até 31 de dezembro de 2018 e também a partir de 1º de janeiro de 2019 (art. 15, incisos I, alínea *f*, e II, alínea *f*);

10ª alteração – aumento de 2% (dois por cento) para 3% (três por cento) do percentual do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinado ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a partir de 1º de janeiro de 2019 (art. 15, inciso II, alínea *c*);

11ª alteração – destinação de 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos para a área do desporto até 31 de dezembro de 2018, sendo 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) devidos ao Ministério do Esporte, 0,5% (cinco décimos por cento) ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) à Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e 0,11% (onze centésimos por cento) à Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), em vez de 3% (três por cento) ao Ministério do Esporte (art. 15, inciso I, alínea *e*);

12ª alteração – destinação de 4,36% (quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento) do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos para a área do desporto a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) devidos ao Ministério do Esporte, 0,5% (cinco décimos por cento) ao CBC, 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) à CBDE e 0,11% (onze centésimos por cento) à CBDU, em vez de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao Ministério do Esporte (art. 15, inciso II, alínea *e*);

13ª alteração – redução de 50% (cinquenta por cento) para 43,79% (quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento) do percentual do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinado ao pagamento de prêmios e ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação a partir de 1º de janeiro de 2019 (art. 15, inciso II, alínea *i*);

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



14ª alteração – obrigatoriedade de que, pelo menos, 15% (quinze por cento) dos recursos recebidos pelo CBC oriundos da distribuição do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos sejam aplicados em atividades paradesportivas (art. 15, § 1º, inclusão);

15ª alteração – obrigatoriedade de que o percentual de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) devido ao Ministério do Esporte até 31 de dezembro de 2018, advindo da distribuição do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, seja descomposto em benefício efetivo do Ministério do Esporte sob o percentual de 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento), em benefício da Federação Nacional dos Clubes (Fenacubes) sob o percentual de 0,04% (quatro centésimos por cento) e em benefício das secretarias de esporte dos estados e do Distrito Federal sob o percentual de 1% (um por cento), proporcionalmente ao montante das apostas em cada unidade da Federação, para aplicação preferencial em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, admitida também sua aplicação no desporto educacional, na construção e reforma de instalações esportivas e no desporto para pessoas portadoras de deficiência (art. 15, § 2º, inciso I, inclusão);

16ª alteração – obrigatoriedade de que o percentual de 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) devido ao Ministério do Esporte a partir de 1º de janeiro de 2019, advindo da distribuição do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, seja descomposto em benefício efetivo do Ministério do Esporte sob o percentual de 2,49% (dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), em benefício da Fenacubes sob o percentual de 0,04% (quatro centésimos por cento) e em benefício das secretarias de esporte dos estados e do Distrito Federal sob o percentual de 1% (um por cento), proporcionalmente ao montante das apostas em cada unidade da Federação, para aplicação conforme descrição anterior (art. 15, § 2º, inciso II, inclusão);

17ª alteração – destinação da renda líquida (arrecadação menos despesas de custeio e manutenção do agente operador menos pagamento de prêmios menos recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação) de dois concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos, de forma alternada, à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes) e à Cruz Vermelha Brasileira (CVB), que ficam obrigadas a prestar contas públicas dos recursos recebidos diretamente do agente operador dessa modalidade lotérica e a redistribuir os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais (art. 17-A, inclusão);

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



18ª alteração – redução de 16,3% (dezesseis inteiros e três décimos por cento) para 15% (quinze por cento) do percentual do produto da arrecadação da Lotex destinado ao FNSP, acompanhada da instituição de destinação de 0,9% (nove décimos por cento) e 0,4% (quatro décimos por cento) do produto da arrecadação dessa modalidade lotérica, respectivamente, ao Ministério do Esporte e ao FNC (art. 18);

19ª alteração – definição de que as destinações das arrecadações brutas da loteria federal, das loterias de prognósticos numéricos, da loteria de prognóstico específico e das loterias de prognósticos esportivos, a partir de 1º de janeiro de 2019, somente se aplicam a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional, estando mantidas as destinações previstas até 31 de dezembro de 2018 enquanto esse fato não ocorrer, em vez de serem aplicáveis somente no exercício financeiro seguinte ao do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional (art. 19);

20ª alteração – previsão de que os agentes operadores das modalidades lotéricas farão os repasses das parcelas das arrecadações das loterias diretamente ao COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), ao CBC, à CBDE, à CBDU, à Fenacubes e às secretarias estaduais de esporte, restando suprimidas as menções diretas às entidades desportivas e de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos, bem como às entidades desportivas da modalidade futebol que cederam os direitos de uso de suas denominações, marcas, emblemas, hinos ou símbolos para execução do concurso de prognóstico específico (art. 20);

21ª alteração – obrigatoriedade de que os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU, geridos de forma direta ou em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática do desporto, sejam aplicados, única e integralmente, em programas e projetos de desenvolvimento e fomento do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, de manutenção e locomoção de atletas e de participação em eventos esportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme normativa do Ministério do Esporte, devendo essas entidades comunicarem os Ministérios da Educação e do Esporte sobre os referidos programas e projetos (art. 20-A, *caput* e §§ 1º e 5º, inclusão);

22ª alteração – obrigatoriedade de que o Ministério do Esporte acompanhe os programas e projetos mencionados anteriormente e apresente relatório anual de aplicação dos recursos, o qual será objeto de deliberação



do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação, sendo que a sua rejeição implicará o não recebimento de recursos pelas entidades beneficiárias no ano subsequente e o seu teor deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, contendo, no mínimo, os programas, os valores gastos e a prestação de contas dos recursos recebidos pelas entidades beneficiárias (art. 20-A, §§ 2º, 3º e 4º, inclusão);

23ª alteração – obrigatoriedade de que os recursos destinados à Fenacclubes sejam utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais (art. 20-B, inclusão); e

24ª alteração – obrigatoriedade de que o Tribunal de Contas da União (TCU), sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalize a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenacclubes (art. 20-C, inclusão).

O art. 2º da MPV nº 846 altera o § 3º do art. 82-B da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para determinar que as despesas com seguro de vida e de acidentes pessoais dos atletas sob responsabilidade das entidades de administração do desporto nacional serão custeadas, conforme o caso, com recursos oriundos da exploração de loterias destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU. A redação anterior, oriunda da MPV nº 841, determinava que essas despesas seriam custeadas com os recursos decorrentes de exploração de loterias destinados ao Ministério do Esporte.

Por sua parte, o art. 3º da MPV nº 846 altera o art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para acrescentar o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados, e o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental como atividades imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Além disso, define que a cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área da segurança pública.

Por sua vez, o art. 4º da MPV nº 846 estabelece que os saldos financeiros remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação da MPV, somente poderão ser aplicados de acordo com as regras expostas no art. 20-A da MPV nº 841.



Finalmente, o art. 5º constitui a cláusula de vigência da MPV nº 846, que se dá a partir da data de sua publicação, a qual ocorreu em 1º de agosto de 2018.

Em 30 de outubro último, houve a realização de audiência pública com os seguintes participantes: Sr. Luiz Alfredo Taunay, Presidente do Jockey Club Brasileiro; Sr. Luis Carlos Cazetta, Secretário-Executivo do Ministério da Segurança Pública; Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, Secretário da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Sefel) do Ministério da Fazenda (MF); Sr. José Paulo Martins, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura; Sr. Gilson César Pereira Braga, Superintendente Nacional de Loterias da Caixa Econômica Federal (CEF); Sra. Cristina Reindoff da Motta, Representante do Jockey Club Carazinhense; Sr. Pedro Trengrouse, Coordenador Acadêmico do curso FGV/FIFA/CIES Programa Executivo – Aperfeiçoamento em Gestão de Esporte; e Sr. Leandro Cruz Fróes da Silva, Ministro de Estado do Esporte.

No prazo regimental, foram apresentadas 41 (quarenta e uma) emendas à proposição, cujo conteúdo será discutido adiante, quando da análise da MPV nº 846.

II – ANÁLISE

1. Aspectos Técnicos do Parecer

Nos termos do § 9º do art. 62 da Constituição Federal, compete a esta Comissão examinar e emitir parecer sobre a MPV nº 846. De acordo com a Resolução nº 1, de 8 de maio de 2002, do Congresso Nacional, o parecer deve concluir a respeito dos aspectos constitucionais e de juridicidade, do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira e do mérito da matéria em exame.

1.1. Requisitos formais

No que diz respeito à constitucionalidade, convém observar que os assuntos tratados na MPV nº 846 pertencem à competência legislativa da União: privativa no caso da destinação dos recursos de loterias, com fundamento no inciso XX do art. 22 da Constituição Federal (CF); e concorrente no caso do aperfeiçoamento do funcionamento de fundo de segurança pública, com base no inciso I do art. 24 da CF. Tampouco há vício de iniciativa do Presidente da República na apresentação da citada MPV,

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



pois os assuntos tratados nela não constam do rol de vedações do § 1º do art. 62 nem das listas de competências exclusivas do Congresso ou de qualquer de suas Casas expressas nos arts. 49, 51 e 52, todos da CF.

Além disso, os requisitos constitucionais de relevância e urgência são plenamente observados. A Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 94, de 31 de julho de 2018, emitida pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Segurança Pública, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte, justifica a edição da MPV nº 846 em razão da necessidade de se superar as preocupações surgidas com a MPV nº 841 em relação às áreas da cultura e do desporto, ao mesmo tempo em que se garante o aporte significativo de recursos à área da segurança pública e o realinhamento de payout nas loterias de prognósticos esportivos e na loteria passiva.

Por outro lado, a EMI nº 8, de 24 de maio de 2018, emitida pelo Ministério da Segurança Pública, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Fazenda, justifica a urgência da MPV nº 841 em razão da grave crise de segurança pública vivenciada no País e a sua relevância devido à necessidade de se dotar os entes subnacionais com recursos adequados para o combate à violência no Brasil, decorrentes das receitas de exploração de loterias.

No tocante à juridicidade, a MPV nº 846 inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstração e generalidade. Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece aos preceitos da Lei Complementar (LCP) nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, exceto no que se refere à falta de apresentação do significado da sigla CNE, apresentada primeiramente no § 1º do art. 20-A da MPV nº 841 na forma da redação proposta pela MPV nº 846.

Em relação ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, cabe ressaltar que a EMI nº 8, de 2018, argumenta que a MPV nº 841 atende os requisitos de adequação orçamentária e financeira e de compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria por não implicar renúncia de receita nem elevação de despesa na esfera federal, sendo que a redução de receitas orçamentárias em aproximadamente R\$ 453 milhões ocorrerá somente em 2019. Como a MPV nº 846 representa uma simples atualização da MPV nº 841, as conclusões desta se estendem àquela. De fato, a Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 33, de 2 de agosto de 2018, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal apresenta conclusão

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



de que não há óbices, do ponto de vista das normas orçamentárias e financeiras vigentes, à edição da MPV nº 846.

1.2. Mérito

Relativamente ao mérito, há que se destacar de início as informações contidas na mencionada EMI nº 8, de 2018. Os dados de 2016 da execução orçamentária estadual na função segurança pública, que alcançou R\$ 66 bilhões no total, demonstram que as despesas com pessoal, ativo e inativo, foram de cerca de R\$ 59,4 bilhões e os gastos na subfunção policiamento (armamento, fardamento, coletes, viaturas, capacitação dos policiais, exames periciais e investigativos etc.) foram equivalentes a R\$ 4 bilhões. Diante disso, a forma mais efetiva de auxílio aos entes subnacionais a superar a grave crise de segurança pública que assola o País é por meio da ampliação dos recursos para a cobertura de ações de custeio e investimento, de modo contínuo, planejado e previsível.

A alocação de parcela das receitas de loterias ao FNSP acompanhada da realização de transferências na modalidade fundo a fundo e de transferências por meio de convênios ou contratos de repasse aumentará a disponibilidade de recursos para as ações de policiamento estadual e distrital no futuro próximo. Paralelamente a isso, a MPV nº 841 buscou elevar a premiação bruta das loterias federais já existentes, que passariam de, aproximadamente, 40% para 50% em média a partir de 2019, alinhando-se com a prática do mercado mundial. Essa última medida era vista como necessária, inclusive, para assegurar que as modalidades de loterias em atividade pudessem competir em condições de igualdade com a Lotex e manter um fluxo perene de recursos destinados ao FNSP.

Contudo, a distribuição dos recursos de loterias nos termos originais da MPV nº 841 acarretava forte redução de recursos disponíveis às áreas da cultura e do desporto. A propósito, realizando uma simulação retrospectiva para o ano de 2016 com as regras vigentes de distribuição das arrecadações das loterias a partir de 1º de janeiro de 2019, o FNC e o Ministério do Esporte teriam sofrido redução de recursos da ordem de R\$ 200,6 milhões e de R\$ 314,4 milhões, respectivamente. Isso levou a maior discussão sobre a matéria, que se refletiu na edição da MPV nº 846, que elevou apenas marginalmente a premiação bruta das loterias de prognósticos numéricos de 2019 em diante, reduziu os percentuais da arrecadação dessas loterias e da Lotex destinados ao FNSP ao mesmo tempo em que instituiu participação do FNC na Lotex, reinstituiu participação do Ministério do



SF/18674.39908-98



Esporte na Lotex e elevou as participações do FNC e do Ministério do Esporte nas loterias de prognósticos numéricos.

O resultado disso é a redução expressiva da perda de recursos retrospectiva das áreas da cultura e do desporto em 2016. Para o FNC, as perdas teriam sido inferiores a R\$ 1 mil; para o Ministério do Esporte, teriam sido de R\$ 4,7 milhões. Na verdade, como o mercado potencial da Lotex está estimado em 25% do mercado de loterias nacional, conforme a experiência mundial, espera-se que nos anos seguintes tanto a área do desporto como a da cultura tenham ganhos significativos no recebimento de recursos de loterias. Ou seja, a MPV nº 846 eleva os recursos de loterias à disposição das áreas sociais mais afetadas inicialmente pela MPV nº 841. O equacionamento das demandas dessas duas últimas áreas não implicará prejuízos consideráveis a ideia central da MPV nº 841, qual seja, prover recursos de fontes estáveis e crescentes ao longo do tempo à área da segurança pública.

Importa observar que a distribuição de recursos do FNSP, a título de transferência obrigatória, será regulamentada por meio de ato do Ministro de Estado da Segurança Pública. Essa pasta ministerial pretende distribuir os recursos por meio de três critérios: população, taxa de homicídio do ano base e taxa de homicídio do ano anterior ao ano base. A ideia é encorajar os estados e o DF a reduzirem o número de óbitos anualmente, consoante apuração pelo Ministério da Saúde. É prudente que os critérios de distribuição dos recursos constem de ato infralegal, em função da dinamicidade dos aspectos populacionais e socioeconômicos na Federação.

Adicionalmente, é digno de nota que a MPV nº 846 eleva os repasses ao COB e ao Funpen oriundos das loterias de prognósticos numéricos, mantém o realinhamento da premiação bruta na Loteria Federal e nas loterias de prognósticos esportivos e reinstitui repasses a diversos beneficiários legais anteriormente prejudicados com a MPV nº 841. Em decorrência disso, propomos como texto-base do Projeto de Lei de Conversão (PLV) o conteúdo da MPV nº 846 acrescido da redação da MPV nº 841 compatível com essa última MPV.

2. Análise das Emendas

Para facilitar a compreensão dos temas tratados nas 41 (quarenta e uma) emendas apresentadas à MPV nº 846, agrupá-las-emos segundo os assuntos contidos em cada uma delas. Com isso, a descrição e a análise de algumas emendas serão tratadas em duas seções distintas. Em boa parte dos

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



casos, cada seção apresentará, primeiramente, o resumo do teor específico de cada uma das emendas para, em seguida, encaminhar a sua votação.

2.1. Transferência de recursos de doações recebidas pelo FNSP

A Emenda nº 1, de autoria do Deputado Roberto Alves, altera o art. 3º da MPV nº 841, para determinar que os recursos das doações públicas ou privadas ao FNSP sejam integralmente transferidos aos fundos de segurança pública dos entes subnacionais à razão de 1/12 (um doze avos) da dotação autorizada anual, cabendo metade desses recursos aos estados e metade aos municípios. Para tanto, os estados, o DF e os municípios devem instituir fundo de segurança pública com Conselho Gestor, cuja composição seja similar à do FNSP, ter plano local de segurança pública e apresentar contrapartida de recursos para a área da segurança pública no correspondente orçamento.

Essa emenda deve ser rejeitada, pois desconsidera o fato de que o montante de doações, de pessoas naturais ou jurídicas, a ser recebido pelo FNSP constante da lei orçamentária anual (LOA) tem caráter meramente estimativo, de modo que a obrigatoriedade de repasse mensal equitativo dos recursos de doações aos entes subnacionais criaria uma situação em que a execução da despesa de transferência não estaria devidamente acompanhada de receitas previamente arrecadadas. A despeito disso, entendemos que a transferência obrigatória de recursos de loterias garante fonte expressiva, perene e regular de receitas para o custeio adequado de programas de segurança pública nos estados e DF. Também notamos que o montante potencial de recursos de loterias a serem transferidos, por meio de convênios ou contratos de repasse, aos municípios, para aplicação na área da segurança pública, é substancial.

2.2. Novas fontes de receitas para o FNSP

A Emenda nº 2, proposta pelo Deputado Subtenente Gonzaga, acrescenta no art. 3º da MPV nº 841 novas fontes de recursos ao FNSP, quais sejam: recursos confiscados ou decorrentes de alienação de bens perdidos, nos termos da legislação penal ou processual penal; multas oriundas de sentenças penais condenatórias transitadas em julgado; fianças quebradas ou perdidas, nos termos da lei processual penal; parcela de 25% (vinte e cinco por cento) das contribuições relativas ao Sistema S; e rendimentos decorrentes de aplicação do seu patrimônio.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



Essa emenda deve ser rejeitada por dois motivos. De um lado, ela acrescenta novas fontes de recursos ao FNSP já pertencentes a outros beneficiários legais. Por exemplo, os recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União, as multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado e as fianças quebradas ou perdas constituem fontes de receitas do Funpen, que é outro fundo da área da segurança pública. De outro lado, as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários constituem fonte de receitas do FNSP, nos termos da alínea *b* do inciso II do art. 3º da MPV nº 841.

2.3. Aplicação e fiscalização de recursos da Fenapaes e CVB

As Emendas nº 3 e 4º são de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga. A Emenda nº 3 altera o art. 17-A da MPV nº 841, inserido pela MPV nº 846, para determinar que os recursos dos concursos especiais das loterias de prognósticos esportivos distribuídos à Fenapaes e à CVB e repartidos em benefício de suas filiais estaduais e municipais sejam aplicados em suas atividades fins à razão de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos recursos recebidos. Por seu turno, a Emenda nº 4 modifica o art. 20-C da MPV nº 841, trazido pela MPV nº 846, para obrigar o TCU a também fiscalizar a aplicação de recursos de concursos especiais das loterias de prognósticos esportivos destinados às entidades da sociedade civil.

Essas emendas devem ser rejeitadas. A Emenda nº 3, ao impor restrição ao uso dos recursos de loterias recebidos pela Fenapaes e CVB, não leva em conta o fato de que o gasto em atividade meio, como a quitação de eventuais passivos judiciais, eventualmente pode ser condição imprescindível para a continuidade da prestação dos serviços nas atividades fins. A propósito, antes da edição da MPV nº 841, a restrição para utilização dos recursos de loterias em atividades finalísticas somente valia para a CVB, nos termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981. A MPV nº 846 buscou equiparar as regras de aplicação dos recursos recebidos por essas entidades, à luz da notória situação de penúria financeira delas.

A Emenda nº 4 impõe obrigação ao TCU de fiscalizar regularmente a aplicação de recursos de loterias pelas entidades da sociedade civil mencionadas no art. 17-A da MPV nº 841, de 2018. O exercício dessa competência fiscalizatória de forma regular pode tornar os custos das auditorias superiores aos seus benefícios em face dos baixos valores envolvidos (R\$ 308 mil e R\$ 381 mil repassados para a Fenapaes e a CVB em 2016, respectivamente), prejudicando o andamento dos outros trabalhos da Corte de Contas. De mais a mais, nada impede o TCU de fiscalizar a

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



Fenapaes e a CVB caso haja indício de mau uso dos recursos públicos a elas direcionados, a exemplo da representação, convertida em tomada de contas especial, nº 8.275/2007-6, relativa à utilização dos recursos repassados à CVB entre os anos de 2001 e 2008.

2.4. Criação de novos concursos especiais

A Emenda nº 5, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, altera o art. 17-A da MPV nº 841, para estabelecer que a renda líquida de concursos especiais de loterias de prognósticos esportivos também seja revertida a outras entidades da sociedade civil que preencham os requisitos estabelecidos em regulamento. Por sua vez, a Emenda nº 14, de autoria do Deputado André Figueiredo, por meio da alteração do art. 17-A da MPV nº 841, determina que a renda líquida de concursos especiais de loterias de prognósticos esportivos também seja revertida ao COB e ao CPB. Já a Emenda nº 36, do Deputado Otávio Leite, altera o art. 17-A da MPV nº 841, para tornar obrigatória a realização de três concursos especiais de loterias de prognósticos esportivos anualmente, sendo que a renda líquida de um deles será revertida à Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi). Opinamos pela rejeição das Emendas nºs 5 e 14 e pelo acolhimento integral da Emenda nº 36.

A Emenda nº 5, ao buscar a criação de novos concursos especiais de loterias de prognósticos esportivos com o intuito de ajudar financeiramente outras entidades da sociedade civil que preencham os requisitos constantes do regulamento, banaliza a realização de sorteios especiais, com potencial prejuízo à arrecadação dos concursos normais, impondo perda financeira aos beneficiários desses últimos concursos. Tampouco concordamos com o teor da Emenda nº 14, de reinstituição de concursos especiais em favor do COB e do CPB, visto que essas entidades não seriam mais obrigadas por lei a aplicarem 10% (dez por cento) e 5% (cinco por cento) de seus recursos, respectivamente, no desporto escolar em parceria com a CBDE e no desporto universitário em parceria com a CBDU, tal como prevê a Lei nº 9.615, de 1998. O montante de recursos que o COB e o CPB deixariam de repassar obrigatoriamente seria bastante superior à suposta renda líquida de concursos especiais.

Em que pese a instituição demasiada de concursos especiais da Loteca afetar adversamente a distribuição da arrecadação desse produto lotérico entre os beneficiários sociais, temos que reconhecer o mérito indiscutível da Emenda nº 36 de destinar à Fenapestalozzi a renda líquida de um concurso especial da loteria de prognósticos esportivos anualmente,

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



tendo em vista o longo histórico dessa entidade na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual. Essa excepcionalidade não implica em elevar substancialmente o número de concursos especiais realizados ano a ano, pois somente haverá três testes especiais por ano, em vez de, no mínimo, quatro testes especiais, de acordo com a legislação que a MPV nº 841 pretendia revogar.

2.5. Vedação ao contingenciamento de recursos de fundos

A Emenda nº 6, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, altera o parágrafo único do art. 7º da MPV nº 841 para impedir que quaisquer transferências de recursos do FNSP aos entes subnacionais estejam sujeitas à limitação de empenho e movimentação financeira, conhecida como contingenciamento. Por seu turno, a Emenda nº 38, de autoria do Deputado Sérgio Vidigal, modifica o art. 5º da MPV nº 841 para vedar o contingenciamento de recursos do FNSP, independentemente de os recursos serem transferidos aos entes subnacionais ou serem aplicados diretamente pela União. Somos favoráveis ao acatamento parcial da Emenda nº 6 e ao acatamento integral da Emenda nº 38, uma vez que o mais adequado é a proibição ampla do contingenciamento dos recursos do fundo.

Essas emendas se coadunam com projeto de lei de minha autoria, o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2007, o qual, após aprovação no Senado Federal em 10 de abril de 2018, tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 10.004, de 2018. A redação desse projeto aprovada no Senado tem como fundamento a proibição de contingenciamento dos recursos do Funpen, nos termos do § 6º do art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, inserido pela MPV nº 781, de 23 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017. O contingenciamento tem afetado severamente o FNSP nos últimos anos. A título de exemplo, em 2016, as dotações do FNSP autorizadas pela LOA destinadas aos estados e ao DF somaram R\$ 164,6 milhões, mas as despesas pagas foram inferiores a R\$ 500 mil e os restos a pagar não processados inscritos foram de R\$ 41,6 milhões, conforme a modalidade de aplicação 30 da classificação da despesa orçamentária por natureza.

A Emenda nº 9, da Deputada Laura Carneiro, proíbe o contingenciamento dos recursos destinados ao FNC, através da inserção de parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. É inegável a necessidade de o Ministério da Cultura elevar as suas despesas com custeio e investimentos para a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do País, a fim de se evitar a ocorrência de novas tragédias como

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



o incêndio do Museu Nacional, ocorrido em 2 de setembro último. Optamos, contudo, pela rejeição da emenda, pois o contingenciamento não tem afetado a execução do fundo no que diz respeito à concessão de empréstimos reembolsáveis.

2.6. Elevação do piso das transferências obrigatórias do FNSP

A Emenda nº 6, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, trata ainda do aumento do percentual mínimo de recursos de loterias devidos ao FNSP passível de repasse, a título de transferência obrigatória, aos estados e ao DF. Para tal, a emenda altera o inciso I do art. 7º da MPV nº 841, com redação dada pela MPV nº 846. Desse modo, o piso das transferências obrigatórias do fundo é elevado de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), de modo a igualar o percentual mínimo proposto originalmente pela MPV nº 841. Manifestamos o acatamento integral dessa parte da Emenda nº 6.

É preciso dotar os estados e o DF de recursos suficientes para que esses entes possam elevar as suas despesas com custeio e investimento na área da segurança pública, a fim de se reverter o sucateamento da máquina de segurança pública nas unidades da Federação. A execução orçamentária do exercício financeiro de 2016 mostra que, do total de pagamentos realizados com dotações do FNSP, inclusive restos a pagar pagos, no valor de R\$ 499,7 milhões, os estados e o DF receberam transferências da ordem de R\$ 40,6 milhões, o equivalente a somente 8,13% desse total. Ainda que se possa argumentar a dificuldade inicial que os estados e o DF terão para executar eficientemente os recursos adicionais, compreendemos que esse problema se resolverá espontaneamente à medida que eles se programarem adequadamente para o novo cenário de financiamento da segurança pública.

2.7. Inutilização de cédulas nos caixas eletrônicos

A Emenda nº 7, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, revoga o art. 2º da Lei nº 13.654, de 23 de abril de 2018, que incluiu no art. 2º-A da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a obrigatoriedade de as instituições financeiras disponibilizarem equipamentos de inutilização de cédulas nos caixas eletrônicos. Essa emenda deve ser rejeitada, pois o Congresso Nacional debruçou-se sobre o tema há menos de sete meses.



SF/18674.39908-98



2.8. Repasses de saldos remanescentes à CBDU e à CBDE

A Emenda nº 8, de autoria do Deputado Juscelino Filho, altera o art. 4º da MPV nº 846 para estabelecer que, dos saldos à disposição na data de publicação dessa MPV, o COB, o CPB e o CBC deverão informar e repassar os saldos remanescentes cabíveis à CBDE e à CBDU para que essas entidades possam utilizá-los de acordo com as normas de aplicação trazidas pela MPV. A Emenda nº 13, do Deputado Weverton Rocha, possui conteúdo similar à Emenda nº 8. Ambas as emendas devem ser rejeitadas.

A MPV nº 841 revogou os sub-repasses de recursos de loterias recebidos pelo COB, CPB e CBC em prol da CBDE e CBDU, bem como o sub-repasse de recursos de loterias recebidos pelo Ministério do Esporte em benefício do CBC, todos constantes da Lei nº 9.615, de 1998, de sorte que todos os recursos devidos à CBDE e CBDU nos termos dessa lei já deveriam ter sido devidamente repassados. Caso, porventura, haja saldos remanescentes a serem transferidos a essas últimas entidades relativos ao período prévio à MPV nº 841, inexistem óbices legais para que eles sejam transferidos hoje, visto que tanto a CBDE como a CBDU têm direito adquirido quanto a esses saldos.

2.9. Redução da premiação bruta para patamar inferior ao vigente

A Emenda nº 9, de autoria da Deputada Laura Carneiro, altera ainda os arts. 14 a 18 da MPV nº 841 para estabelecer o percentual de 3% (três por cento) da arrecadação bruta destinado ao FNC em todas as modalidades lotéricas. Essas elevações se dão à custa da redução da premiação bruta em cada modalidade lotérica. A seu tempo, as Emendas nºs 26 e 27, do Deputado Alfredo Kaefer, alteram, respectivamente, os arts. 16 e 15 da MPV nº 841. A primeira emenda eleva a participação relativa do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente para 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) na arrecadação da loteria da Timemania, bem como institui destinação de igual percentual para o Fundo Nacional do Idoso. A segunda emenda institui percentual de 1% (um por cento) para a Fenapaes na arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, a partir de 2019. Em ambas as emendas, a compensação desses acréscimos se dá à custa da redução da premiação bruta.

A Emenda nº 30, do Deputado André Figueiredo, altera o art. 14 da MPV nº 841 para criar na Loteria Federal percentuais específicos destinados ao Ministério do Esporte, ao CBC, à Fenaclubes, à CBDE e à CBDU, além de elevar os percentuais devidos ao COB e ao CPB. Esses

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



aumentos ocorrerão à custa da redução da premiação bruta. Os novos percentuais para a área do desporto são: 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) para o COB; 1% (um por cento) para o CPB; 1,17% (um inteiro e dezessete centésimos por cento) para o Ministério do Esporte; 0,5% (cinco décimos por cento) para o CBC; 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Fenacclubes; 0,05% (cinco centésimos por cento) para a CBDE; e 0,03% (três centésimos por cento) para a CBDU. Quanto à premiação bruta, os novos percentuais são de 53,76% (cinquenta e três inteiros e setenta e seis centésimos por cento) em 2018 e 57,85% (cinquenta e sete inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Essas emendas devem ser rejeitadas. A Emenda nº 9 reduz o percentual efetivo destinado à premiação bruta: de 55,91% (cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento) para 54,41% (cinquenta e quatro inteiros e quarenta e um centésimos por cento) na Loteria Federal em 2018; de 43,35% (quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) para 43,27% (quarenta e três inteiros e vinte e sete centésimos por cento) nas loterias prognósticos numéricos em 2018; de 46% (quarenta e seis por cento) para 43% (quarenta e três por cento) na Timemania em 2018; de 37,61% (trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) para 35,61% (trinta e cinco inteiros e sessenta e um centésimos por cento) nas loterias de prognósticos esportivos em 2018; e de 65% (sessenta e cinco por cento) para 62,4% (sessenta e dois inteiros e quatro décimos por cento) na Lotex.

A Emenda nº 26 reduz o percentual destinado à premiação bruta na Timemania, em 2018, de 46% (quarenta e seis por cento) para 45% (quarenta e cinco por cento). Já a Emenda nº 27 diminui o percentual efetivo destinado à premiação bruta nas loterias de prognósticos numéricos, a partir de 2019, de 43,35% (quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) para 42,79% (quarenta e dois inteiros e setenta e nove centésimos por cento). A Emenda nº 30 reduz o percentual efetivo destinado à premiação bruta na Loteria Federal, em 2018, de 55,91% (cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento) para 53,76% (cinquenta e três inteiros e setenta e seis centésimos por cento). Em suma, essas emendas alteram a premiação bruta em, pelo menos, uma modalidade lotérica para patamar inferior ao vigente antes da MPV nº 841, indo de encontro a um dos princípios-chave na nova distribuição dos recursos de loterias, qual seja, elevação da premiação para incentivar a respectiva modalidade lotérica.



2.10. Instituição de percentuais para novos beneficiários no desporto

A Emenda nº 15, do Deputado Fábio Mitidieri, propõe, através da alteração do art. 15 da MPV nº 841, que o produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinado à área do desporto tenha outra repartição. De maneira pormenorizada, são promovidos os seguintes ajustes: redução do percentual definitivo devido exclusivamente ao Ministério do Esporte em 0,86 (oitenta e seis décimos) de ponto percentual; acréscimo da participação das secretarias estaduais de esporte em 0,50 (cinco décimos) de ponto percentual; acréscimo da participação da CBDE em 0,08 (oito centésimos) de ponto percentual; elevação da participação da CBDU em 0,04 (quatro centésimos) de ponto percentual; e aumento da participação da CBC em 0,20 (dois décimos) de ponto percentual.

Também são instituídas participações para a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS) em 0,03% (três centésimos por cento) e para os esportes de criação nacional em 0,01% (um centésimo por cento). Essa emenda deve ser rejeitada por instituir percentuais em benefício de novas entidades esportivas não contempladas pela sistemática atual de distribuição de recursos de loterias. De igual modo, é importante observar que a MPV nº 846, emitida sob concordância do Ministério do Esporte, não prevê destinação direta de recursos de loterias para essas entidades, as quais poderão receber recursos do Ministério do Esporte nos termos de convênios específicos.

2.11. Alteração de percentuais à custa de outra pasta ministerial

A Emenda nº 16, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, por meio da alteração do art. 15 da MPV nº 841, eleva os percentuais da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos destinados à CBDE em 0,08 (oito centésimos) de ponto percentual e à CBDU em 0,04 (quatro centésimos) de ponto percentual. Esses acréscimos são cobertos pela redução da participação do FNSP e da premiação bruta na arrecadação dessa modalidade lotérica, respectivamente, até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 1º de janeiro de 2019. Por seu lado, as Emendas nºs 20 a 23 são de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

A Emenda nº 20 altera o art. 15 da MPV nº 841 para, até o final de 2018, determinar as seguintes participações na arrecadação das loterias de prognósticos numéricos: 0,5% (cinco décimos por cento) para o FNC; 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o Funpen; 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) para o FNSP; 2,04% (dois inteiros

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



e quatro centésimos por cento) para o Ministério do Esporte, dos quais 1% (um por cento) efetivamente para si; e 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a ser aplicado na construção de creches e pré-escolas. A partir de 2019, essa emenda estipula as seguintes novas participações: 1% (um por cento) para o FNC; 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para o Funpen; 7,8% (sete inteiros e oito décimos por cento) para o FNSP; 2,04% (dois inteiros e quatro centésimos por cento) para o Ministério do Esporte, dos quais 1% (um por cento) efetivamente para si; e 2% (dois por cento) para o FNDE.

As Emenda nºs 21 a 23 também alteram o art. 15 da MPV nº 841. A Emenda nº 21 propõe que o FNDE receba 2% (dois por cento) do produto da arrecadação das loterias de concursos de prognósticos numéricos indefinidamente. Já a Emenda nº 22 aumenta as participações relativas do Funpen, para 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) em 2018 e para 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) de 2019 em diante. A Emenda nº 23 eleva as participações relativas do FNSP para 10,74% (dez inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) em 2018 e 7,8% (sete inteiros e oito décimos por cento) de 2019 em diante. Nos três casos, à custa do FNC.

As Emendas nºs 16 e 20 a 23 devem ser rejeitadas. É incontestável o acréscimo de recursos para atender as demandas das áreas sociais. No entanto, as emendas em comento elevam ou instituem participações relativas nos produtos das arrecadações das loterias em prol de determinados beneficiários à custa de reduções das participações de outros beneficiários de pastas ministeriais diferentes. Esses ajustes modificam o consenso obtido na edição da MPV nº 846, de 2018, entre as pastas ministeriais das áreas da cultura, do esporte e da segurança pública.

2.12. Permissão aos jôqueis-clubes para a captação de apostas

A Emenda nº 10, de autoria do Deputado Afonso Motta, modifica a redação do art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, permitindo que as entidades promotoras de corridas de cavalos possam captar apostas sobre essas corridas ao vivo ou gravadas, no País ou no exterior, com a escolha do objeto da aposta manual ou automática, a critério do apostador. Essa emenda deve ser rejeitada. Com a perda de vigência da MPV nº 841, o art. 14 da Lei nº 7.291, de 1984, teve a sua eficácia restaurada. Esse dispositivo legal possibilita aos jôqueis-clubes a extração de *sweepstakes* satisfeitas as exigências da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) quanto aos planos de sorteios, nos termos apresentados pelo Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



Entre as condições requeridas constam: comprovação de determinado movimento geral de apostas no ano anterior ao da extração pretendida; depósito, na repartição fiscal competente, até oito dias antes da extração, da importância equivalente à metade da premiação a pagar; necessidade de funcionário designado pela RFB assistir e fiscalizar a execução de cada sorteio e extração dos prêmios; recolhimento de percentual devido à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional de percentual em até três dias; e retenção de 6% (seis por cento) do prêmio ao jôquei, ao treinador, ao cavaleiro do cavalo vencedor e à Caixa Beneficente dos Profissionais do Turfe. Também podem as entidades turfísticas celebrar contratos com a CEF para a realização dos *sweepstakes*. A despeito disso, propomos nova regulamentação da matéria na forma do PLV.



2.13. Instituição de novos produtos lotéricos voltados à educação

A Emenda nº 11, de autoria do Deputado Jorginho Mello, cria a Loteria Nacional de Valorização da Educação (LOVE), com a renda líquida de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da arrecadação bruta da venda de bilhetes físicos e não físicos destinada a melhorar o ensino no Brasil. Haverá, no mínimo, a realização de uma extração do sorteio dessa loteria semanalmente, por meio da Loteria Federal. A destinação da renda líquida dar-se-á nos seguintes termos: 65% (sessenta e cinco por cento) para o pagamento de bônus aos professores que integram a rede pública de ensino, com isenção do imposto de renda; 20% (vinte por cento) para o pagamento de bolsas de estudos em cursos superiores de instituições de ensino superior não gratuitas; 10% (dez por cento) para a compra de equipamentos para as melhores escolas de ensino público; e 5% (cinco por cento) para o pagamento de prêmio sorteado a um professor entre aqueles de melhores escolas.

Por seu turno, a Emenda nº 31, de autoria do Senador José Agripino, autoriza a CEF a instituir novo produto lotérico, em consonância com as modalidades lotéricas previstas no art. 13 da MPV nº 841. A distribuição da arrecadação da nova loteria dar-se-á da seguinte forma: 19% (dezenove por cento) para a cobertura das despesas de custeio e manutenção do agente operador; 60% (sessenta por cento) para o pagamento de prêmios, inclusive o recolhimento do imposto de renda sobre a premiação; e 21% (vinte e um por cento) para a educação pública básica, por intermédio do Fundo para a Educação Pública Básica (FEPB), de natureza financeira e privada, cuja criação é autorizada pela emenda.

Os recursos do FEPB serão distribuídos às unidades escolares públicas de educação infantil e ensinos fundamental e médio, contanto que

rp2018-06968



alcancem as metas estabelecidas nas avaliações nacionais da educação básica. Os beneficiários utilizarão os recursos recebidos em despesas de custeio e investimentos, que colaborem para a garantia do seu funcionamento e melhoria da sua infraestrutura física e pedagógica. As Emendas nºs 37, 39 e 41, dos Deputados Rodrigo Garcia, Felipe Maia e Rodrigo de Castro, na devida ordem, apresentam conteúdo similar à Emenda nº 31. A Emenda nº 11 deve ser rejeitada e as Emendas nº 31, 37, 39 e 41 devem ser acatadas parcialmente, na forma do PLV, no tocante à criação de incentivo financeiro ao mérito das escolas que alcançarem os resultados propostos pelo Ministério da Educação (MEC). Não concordamos com a criação de fundo para intermediar o pagamento da premiação, por criar órgão na estrutura do Poder Executivo, o que é vedado pelo art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, da CF.

A Emenda nº 11 cria novo produto lotérico parecido com a Loteria Federal, visto que o bilhete adquirido pelo apostador contém impresso os números do sorteio. Portanto, a LOVE se enquadra na modalidade lotérica passiva. Essa modalidade lotérica, representada, no momento, apenas pela Loteria Federal, teve aumento na premiação bruta para torná-la ainda mais atrativa ao apostador, nos termos da MPV nº 841, de 2018. A premiação bruta efetiva que era de 55,91% (cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento) da arrecadação, antes da edição da MPV nº 841, passará a ser de 60% (sessenta por cento) da arrecadação, de acordo com o PLV da MPV nº 846, de 2018, que repete a redação da MPV nº 841.

Nesse sentido, a criação da LOVE, com percentual destinado ao pagamento da premiação, dos custos operacionais da loteria e dos tributos limitado a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da arrecadação bruta, pouco contribuirá para incentivar o mérito no ensino público do País, pois o produto lotérico que se pretende criar, descontada as despesas do agente operador estimada em 15% (quinze por cento), somente destinará para a premiação bruta 35% (trinta e cinco por cento) de sua arrecadação. Ora, esse percentual é quase a metade do percentual destinado à premiação bruta na Loteria Federal. É evidente que o apostador preferirá realizar apostas nesse último produto lotérico em razão de o prêmio ser maior, de sorte que a LOVE falhará em seu intento.

2.14. Não tributação de indenização paga a servidores

A Emenda nº 12, do Deputado Cabo Savino, insere o art. 4º-A na MPV nº 837, de 30 de maio de 2018, para estender aos guardas municipais, agentes penitenciários, policiais federais, policiais ferroviários

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



23
22

federais, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares a não incidência de imposto de renda e de contribuição previdenciária sobre a indenização devida ao policial rodoviário federal em decorrência do não usufruto voluntário e integral do repouso remunerado do regime de turno ou escala. Essa emenda deve ser rejeitada, pois potencialmente cria renúncia de receita tributária nos entes subnacionais, atentando contra o pacto federativo. Considerando que as contribuições previdenciárias dos servidores públicos são tributos pertencentes aos respectivos entes contratantes, o inciso III do art. 151 da CF não permite que a União institua por meio de lei isenção dos tributos de competência dos outros entes da Federação.

2.15. Destinação dos prêmios não reclamados da Lotex

A Emenda nº 17, da Deputada Erika Kokay, altera o § 2º do art. 13 da MPV nº 841 para reestabelecer a regra de que os prêmios de todas as modalidades lotéricas não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo prescricional sejam revertidos ao Fies. Essa emenda deve ser rejeitada, pois o Decreto nº 9.327, de 3 de abril de 2018, que regulamenta a Lotex, disciplina, em seu § 3º do art. 7, que eventual diferença positiva, em séries de uma mesma emissão, entre o valor esperado da premiação homologada pelo MF e o valor da premiação efetivamente pago será transferida, em benefício dos apostadores, para séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão. Em resumo, a MPV nº 846 tão somente corrigiu o engano cometido pela MPV nº 841. Apenas incorporamos ao PLV a sistemática adotada pelo referido decreto para maior segurança jurídica da Lotex.

Ademais, com fundamento na nova Lei do Fies (Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017), o principal instrumento de garantia da política de crédito estudantil para o ensino superior passa a ser exercido pelo FG-Fies, no qual a participação da União está limitada ao valor de R\$ 3 bilhões. De modo geral, as mudanças promovidas no Fies objetivam induzir que os tomadores de crédito entendam o programa de acesso universitário como um financiamento, e não como uma concessão de bolsa de estudos. Consequentemente, espera-se redução da inadimplência dos financiamentos concedidos e diminuição do impacto fiscal da política de financiamento ao acesso da educação superior.

2.16. Não revogação da lei instituidora do FNSP

A Emenda nº 18, de autoria do Deputado Roberto de Lucena, exclui dos dispositivos revogados pela MPV nº 841 a Lei nº 10.201, de 14

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



de fevereiro de 2001, que instituiu originalmente o FNSP. Essa emenda deve ser rejeitada, pois perdeu objeto, em razão do fim da vigência da MPV nº 841, em 23 de outubro de 2018, e, por conseguinte, da recuperação automática da eficácia da Lei nº 10.201, de 2001. Em outras palavras, a lei instituidora do FNSP apenas teve a sua vigência suspensa enquanto a MPV nº 841 esteve vigente. Não obstante isso, entendemos que a revogação definitiva da Lei nº 10.201, de 2001, não traz prejuízos à área da segurança pública, haja vista os avanços contidos no PLV da MPV nº 846, de 2018.

2.17. Mudança de designação de verba salarial militar

A Emenda nº 19, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, altera os arts. 1º, 3º e 30 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, modificando o termo “gratificação de serviço voluntário” para “indenização de serviço voluntário”. Essa emenda deve ser rejeitada, uma vez que afasta a incidência do imposto de renda sobre a verba remuneratória recebida pelos policiais militares e bombeiros militares do DF em consequência do exercício de trabalhos no sacrifício de suas folgas.

2.18. Mecanismos de governança para entidades desportivas

As Emendas nºs 24 e 25 são de autoria do Deputado Arnaldo Jordi. A Emenda nº 24 altera os arts. 18-A e 22 da Lei nº 9.615, de 1998, trazendo regras de governança voltadas à elevação da participação dos atletas nas decisões e eleições das entidades sem fins lucrativos de administração, coordenação e normatização do desporto que recebem recursos da administração pública federal direta e indireta, inclusive de loterias. É previsto que os colégios eleitorais sejam organizados de forma que a categoria de atleta tenha, no mínimo, um terço no resultado da eleição e nenhuma categoria individualmente ultrapasse 40% (quarenta por cento) do resultado final da eleição.

Por seu turno, a Emenda nº 25 acrescenta os §§ 17 a 22 no art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, para determinar, sobretudo, que o COB, o CPB, o CBC, a CBDE, a CBDU e a CBDS observem o conjunto de princípios aplicáveis à Administração Pública, tais como isonomia, moralidade, eficiência, dever de licitar e dever de prestar contas dos recursos públicos recebidos, e publiquem em sítios eletrônicos documentos relativos à aplicação dos recursos, no que diz respeito aos repasses de recursos para outras entidades a fim do cumprimento dos planos de trabalho, às despesas diretamente realizadas, aos procedimentos licitatórios e aos contratos em vigor.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



25
24

A Emenda nº 24 merece ser acatada parcialmente e a Emenda nº 25 deve ser rejeitada. A Emenda nº 24 somente merece um ajuste no que diz respeito à manutenção de parte da redação atual do inciso II do § 1º do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 1998. Com efeito, esse dispositivo legal obriga as entidades de prática desportiva a assegurar aos atletas participação nos colegiados de direção, ao mesmo tempo que dispensa essas entidades de garantir a participação de atletas nas eleições para os cargos das entidades. Nesse sentido, o Ministério do Esporte, por meio da Portaria nº 115, de 3 de abril de 2018, exige que as entidades desportivas assegurem participação dos atletas restrita aos colegiados de direção incumbidos diretamente de assuntos esportivos.

A Emenda nº 25 obriga as entidades privadas receptoras de recursos públicos, inclusive de loterias, a seguirem regras rígidas de contratação aplicáveis ao setor público. Isso tornará a gestão dessas entidades mais burocrática, sem ganhos evidentes quanto ao atendimento de seus objetivos institucionais. Além do mais, constam do art. 20-A da MPV nº 841, na forma da redação dada pela MPV nº 846, regras relativas à prestação de contas de recursos recebidos pelo COB, CPB, CBC, CBDE e CBDU, com o Ministério do Esporte apresentando competência para elaborar e divulgar relatório de prestação de contas. Vale lembrar que a CBDS não recebe recursos de loterias.

2.19. Novas hipóteses de aplicação de recursos do FNSP

A Emenda nº 28, de autoria do Deputado André Figueiredo, acrescenta ao inciso V do art. 5º da MPV nº 841 a possibilidade de que a aplicação dos recursos do FNSP em programas e projetos de prevenção ao delito e à violência também incluam os programas de polícia comunitária e de perícia móvel. Já a Emenda nº 40, de autoria do Deputado Laudívio Carvalho, altera o art. 5º da MPV nº 841 para autorizar o uso dos recursos do FNSP para o pagamento de subvenções aos policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais ferroviários federais, policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, agentes prisionais, guardas municipais e agentes socioeducativos na aquisição de armas de fogo, em valor equivalente, no mínimo, ao somatório dos tributos federais pagos na compra dos referidos armamentos. A última emenda estipula ainda que o FNSP deve destinar, pelo menos, 3% (três por cento) de seus recursos para essa finalidade.

A Emenda nº 28 merece ser acatada na íntegra, ao passo que a Emenda nº 40 deve ser rejeitada. O FNSP deve incentivar a adoção nas

rp2018-06968



unidades da Federação de programas de polícia comunitária voltados à aproximação entre os agentes de segurança pública e os moradores de comunidades, com a finalidade de prevenir a violência e a ocorrência de crimes. Outrossim, deve apoiar programas de perícia móvel, com o objetivo de identificar condutores embriagados que poderiam cometer infrações no trânsito capazes de pôr em risco a vida de terceiros. Entretanto, os recursos do FNSP não devem ser utilizados para fins de pagamento de subvenções aos agentes de segurança pública na aquisição de armamentos individuais. É esperado que o fortalecido FNSP financie a compra institucional de mais e melhores equipamentos de proteção à vida.

2.20. Composição do Conselho Gestor do FNSP

A Emenda nº 29, de autoria do Deputado André Figueiredo, ao modificar o art. 4º da MPV nº 841, acrescenta mais quatro representantes à composição do Conselho Gestor do FNSP, sendo um representante da sociedade civil, um do Ministério Público, um do TCU e um do Poder Legislativo, além de estipular que as decisões desse conselho serão tomadas por maioria simples de votos. Essa emenda merece ser acatada parcialmente no que concerne ao critério de decisão e à participação de representante da sociedade civil no Conselho Gestor. É fundamental para a consecução dos objetivos do fundo que a tomada de decisões conte com a participação de representantes não pertencentes ao Poder Executivo federal. Como será comentado adiante, proporemos composição diferente para esse conselho.

2.21. Instituição de modalidade lotérica denominada apostas de cota fixa

As Emendas nºs 32 e 33 são de autoria do Deputado Otávio Leite. A Emenda nº 32 autoriza o Poder Executivo federal a instituir modalidade de loteria por cota fixa sobre o resultado e eventos associados a competições esportivas de qualquer natureza vinculadas a entidades legalmente organizadas. Essa nova modalidade lotérica, autorizada pelo MF, será explorada diretamente pela CEF, por meio de autorização pelas entidades turfísticas e por meio de concessão por outras pessoas jurídicas. A arrecadação dessa nova modalidade lotérica será distribuída da seguinte forma: 70% (setenta por cento) para a premiação, com isenção da incidência do imposto de renda; 16% (dezesesseis por cento) para o custeio de despesas do agente operador; 3% (três por cento) para o apoio à criação do cavalo nacional para atividades turfísticas; 7% (sete por cento) para o FNSP; 3% (três por cento) para o Funpen; e 1% (um por cento) para a seguridade social.



A Emenda nº 33 possui natureza semelhante à Emenda nº 32, exceto quanto aos exploradores da nova modalidade lotérica, visto que não disciplina quem explorará a loteria por cota fixa, e quanto à distribuição da arrecadação, pois 11% (onze por cento) do montante total das apostas serão destinados ao FNSP, inexistindo destinação à seguridade social e ao apoio à criação do cavalo nacional para atividades turfísticas. Essas emendas devem ser acatadas parcialmente, na forma do PLV, apenas relativamente à possibilidade de regulamentação posterior da modalidade de loteria por cota fixa sobre o resultado e eventos associados a competições esportivas. Não concordamos com a forma de operacionalização dessa nova modalidade lotérica, com a isenção de imposto de renda sobre a premiação e com a distribuição da arrecadação, que, constitucionalmente, também deve beneficiar a seguridade social.

2.22. Autorização legislativa para os estados e o DF

As Emendas nºs 34 e 35 são de autoria do Deputado Otávio Leite. Ressalvado entendimento diverso, a Emenda nº 34 assegura aos estados e ao DF os mesmos direitos concedidos à União para instituição de loterias, concursos de prognósticos e sorteios, no âmbito de seus territórios, bem como obriga as unidades da Federação a destinar, de suas modalidades lotéricas, anualmente, no mínimo, 50% do lucro operacional líquido do exercício anterior para a área da segurança pública e também a adequar as legislações de suas loterias, no que couber, às normas tratadas pelas MPV nº 841 e MPV nº 846. A seu tempo, a Emenda nº 35 assegura aos estados e ao DF competência para adequar suas leis às normas decorrentes da nova legislação federal de loterias, assim como obriga a destinação de recursos para a área da segurança pública nos mesmos moldes da Emenda nº 34.

Essas emendas devem ser rejeitadas. Primeiramente, a competência para legislar de forma inovadora sobre sistemas de sorteios, inclusive loterias, pertence privativamente à União, nos termos do inciso XX do art. 22 da Carta Magna. Dessarte, somente por meio de lei complementar, a União pode autorizar os estados e o DF a criar novas loterias, tendo em vista que o art. 32 do Decreto-Lei (DL) nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que proíbe a criação de loterias estaduais, tem sido recepcionado pelo sistema normativo atual como matéria de lei complementar.

Depois, o Supremo Tribunal Federal reconheceu na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.847, de 2003, o direito de os estados e o DF atualizarem suas legislações de jogos em conformidade com a legislação federal, sendo que não há inovação do ordenamento jurídico se essa

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



permissão constar do PLV da MPV nº 846. Por fim, é inerente à autonomia das unidades da Federação disciplinar a destinação da arrecadação de suas loterias existentes, desde que observadas as regras impostas pela União constantes do DL nº 204, de 1967, e do DL nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

3. Propostas do Relator

Após o recebimento de diversas sugestões de entidades privadas, órgãos públicos, parlamentares e representantes da sociedade civil, assim como a realização de audiência pública e a análise da proposição e de suas emendas, vislumbramos treze pontos a serem aprimorados na proposição, conforme exposição adiante.

3.1. Composição do Conselho Gestor do FNSP

Entendemos que a composição do Conselho Gestor do FNSP deve conciliar a participação da sociedade civil com a presença de representantes das diversas pastas ministeriais da União e de representantes dos estados e DF, que são os principais beneficiários da reformulação do FNSP. Assim, além dos sete representantes iniciais constantes da MPV nº 841 e de um representante da sociedade civil proposto pela Emenda nº 29, propomos a inclusão, no referido conselho, de cinco representantes dos estados ou do DF, distribuídos um por cada região geográfica e escolhidos por meio de eleição direta pelos gestores das unidades da Federação, a exemplo da composição do Sinesp, regulamentado pelo Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018. Mesmo com a expansão da composição do Conselho Gestor do FNSP, a maioria de seus membros serão ligados ao Poder Executivo federal, não havendo, portanto, risco de tomada de decisões contrárias aos interesses da União.

3.2. Destinação de recursos para programas habitacionais e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública

Como intuito de propiciar acesso à moradia e melhor qualidade de vida para os profissionais da segurança pública, propomos que até 15% (quinze por cento) dos recursos do FNSP sejam aplicados em programas com essa finalidade.



3.3. Incentivo ao mérito na educação pública

Resgatamos a ideia central contida nas Emendas nº 31, 37, 39 e 41, de promoção ao mérito na educação pública, por meio da previsão de repasse de recursos às entidades executoras e unidades executoras próprias, no percentual de 1,53% (um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento) do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos. A estimativa é que sejam destinados, pelo menos, R\$ 200 milhões por ano, a título de prêmio, em benefício das unidades escolares que alcançarem os resultados propostos pelo MEC. O repasse à educação pública advirá da redução do percentual alocado ao custeio das despesas do agente operador. A participação da CEF na arrecadação dos concursos de prognósticos numéricos passará a ser de 17,6% (dezessete inteiros e seis décimos por cento), que continuará a ser superior à média mundial para essa modalidade lotérica.

As entidades executoras são as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela adoção de procedimentos relativos ao recebimento e execução de recursos em benefício de escolas que não têm unidades executoras próprias. Por sua vez, essas últimas são entidades privadas sem fins lucrativas, conhecidas, por exemplo, como associações de pais e mestres, responsáveis pela formalização de procedimentos para o recebimento e execução de recursos. A definição de entidades executoras no PLV difere da definição constante da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, do Conselho Deliberativo do FNDE, por não incluir as escolas federais entre as entidades executoras. Importa afirmar também que os recursos de loterias transferidos devem financiar o custeio e investimentos das unidades escolares, de modo a melhorar cada vez mais a qualidade do ensino por elas ofertado.

3.4. Ampliação do acesso aos recursos do CBC destinados às atividades paradesportivas

O CBC tem sido obrigado a aplicar 15% (quinze por cento) dos recursos recebidos de loterias em atividades paradesportivas. Porém, como esses valores não foram repassados para as entidades de práticas desportivas formadoras de atletas paraolímpicos devido à falta de demanda por essas disponibilidades, o CBC acumulou estoque de recursos sem aplicação superior a R\$ 60 milhões. Diante disso, a fim de evitar o aumento desse estoque, propomos que o CBC, satisfeitas as condições da Lei nº 9.615, de 1998, aplique os recursos diretamente, não podendo exigir filiação das



SF/18674.39908-98



entidades de práticas desportivas interessadas em receber esses recursos, ou por meio de repasses para o CPB.

3.5. Regularização de questão previdenciária dos beneficiários da Bolsa-Atleta

A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, em seu art. 1º, §§ 6º e 7º, com a redação dada pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, respectivamente, considera o beneficiário da Bolsa-Atleta como contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social e obriga o Ministério do Esporte a efetuar a retenção da contribuição previdência. Esses fatos prejudicam os bolsistas, pois o Instituto Nacional do Seguro Social tem cancelado os benefícios previdenciários anteriormente concedidos aos atletas paraolímpicos, além de reduzir a função social exercida pelo esporte, induzida pelo auxílio. Diante disso, propomos que os recursos recebidos pelos atletas a título de Bolsa Atleta sejam considerados como não integrantes do salário de contribuição previdenciária e os atletas possam escolher se, de fato, querem se filiar ao Regime Geral como segurado facultativo.

Para tanto, o § 6º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 2004, tem a sua redação alterada, ao passo que o § 7º do mesmo artigo é revogado. Há ainda a inclusão de alínea *aa* ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Adicionalmente, entre a data de publicação da Lei nº 13.155, de 2015, e a data de publicação do Ato Declaratório Executivo CODAC nº 16, de 16 de maio de 2016, o Ministério do Esporte não efetuou a retenção legal das contribuições previdenciárias devidas por falta de código apropriado a ser inserido na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). Os valores não retidos constituem dívida tributária dos beneficiários da Bolsa-Atleta, os quais tampouco podiam recolher as contribuições previdenciárias no período em questão. Para corrigir essa injustiça, apresentamos sugestão de remissão dos correspondentes créditos tributários.

3.6. Formato de pagamento da Bolsa-Atleta

A redação atual do art. 4º-A da Lei nº 10.891, de 2004, determina que a Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de um ano e paga em doze parcelas mensais. Propomos que o pagamento do auxílio aos atletas ocorra em até doze prestações mensais. A intenção é oferecer alternativa para eliminar os restos a pagar existentes e não gerar novos, bem como evitar defasagem entre o resultado esportivo e a concessão da bolsa e ampliar a



SF/18674.39908-98



autonomia do Ministério do Esporte na elaboração do cronograma de implementação da Bolsa-Atleta.

3.7. Captação de apostas sobre corridas de cavalos

Consoante sugestão da Sefel, oferecemos proposta para disciplinar diferentemente o mercado de apostas associados a resultados de corridas de cavalos, inclusive os *sweepstakes*. A intenção é trazer a essas apostas as mesmas regras de exploração das loterias de prognósticos esportivos devido à similaridade temática. Para esse fim, é proposto que a exploração se dará sob a forma direta pela União ou indireta por meio da Caixa Econômica Federal ou de concessionária. A distribuição do montante das apostas realizadas nessa nova exploração lotérica obedecerá, evidentemente, aos critérios de distribuição do produto da arrecadação válidos para a Loteca e a Lotogol, cabendo ao agente operador remunerar as entidades turfísticas participantes dos concursos de prognósticos. Dessa forma, é esperado que a divulgação nacional da nova exploração lotérica pretendida contribua para a superação das dificuldades financeiras dos jôqueis-clubes e incrementa recursos nas áreas sociais.

3.8. Destinação dos prêmios não reclamados da Lotex

Conforme anunciamos durante a análise da Emenda nº 17, incorporamos ao PLV o regramento do § 3º do art. 7º do Decreto nº 9.327, de 2018, relativo à reversão dos prêmios não reclamados, em benefício dos apostadores, para as futuras séries no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão.

3.9. Promoção Comercial

Apresentamos proposta da Sefel para centralizar, no MF, a autorização e a fiscalização de campanhas promocionais que visem ao fomento da venda de mercadorias ou da contratação de serviços e, além disso, eliminar flagrante conflito de interesses hoje prevalecente. A legislação ora em vigor, sem esse ajuste de rumo, impõe certo constrangimento à CEF que, além de ser uma organização interessada, ocasionalmente, em realizar campanhas promocionais — frequentes, ressalte-se —, é obrigada a atuar como entidade autorizadora e fiscalizadora de uma miríade de campanhas promocionais, mesmo sendo ela, a própria CEF, muitas vezes interessada em promoções comerciais complementares



ou conflitantes com as que autoriza em termos, por exemplo, de disputa por público-alvo.

Além do mais, as atividades inerentes à análise e autorização de campanhas promocionais são, segundo informa a própria CEF, custosas para a Empresa Pública, que, a rigor, fica com 75% (setenta e cinco por cento) do valor da taxa de fiscalização cobrada pelo Poder Público. E o MF desenvolveu, em conjunto com o Serpro, sistema informatizado que habilita a pasta a assumir, sem dificuldade, todo o escopo de análise, inclusive das prestações de contas, autorização e fiscalização de campanhas promocionais. A sugestão ora apresentada haverá de elidir de vez a problemática enfrentada pela CEF, sem, contudo, trazer dificuldades ou problemas para o MF, que, ressalte-se, passa a exercer seu poder de polícia com mais efetividade, em razão das novas prerrogativas estabelecidas para o órgão.

3.10. Direito de exploração de modalidades lotéricas por entidade ligada à CEF

Propomos, segundo sugestão da Sefel, a centralização em uma das subsidiárias, coligadas ou controladas da CEF das atividades lotéricas operacionalizadas por essa empresa pública. Essa centralização permitirá a segregação contábil das atividades referentes às loterias, assim como proverá mecanismos para que essa área atue de maneira mais eficiente. Ademais, a centralização permitirá maior *accountability* na gestão operacional das loterias federais, de maneira alinhada com as diretrizes regulatórias estipuladas pela Sefel.

3.11. Instituição de modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa

O mercado de jogos na forma eletrônica sobre eventos reais de temas esportivos, em que, à ocasião da aposta, o apostador conhece o montante do prêmio a ganhar se acertar o prognóstico, é estimado em R\$ 4,3 bilhões no Brasil. Na falta de norma que regule esse nicho lotérico, as apostas são realizadas em sítios eletrônicos hospedados no exterior, sem que o País arrecade nenhum centavo do montante de apostas realizadas pelos seus residentes. Por sugestão da Sefel, apresentamos proposta que objetiva tornar factível a exploração dessa nova modalidade lotérica, denominada apostas de quota fixa. Tendo em vista que é necessário canalizar essa atividade lotérica para as regras da legislação brasileira, a premiação tem que ser mais elevada que as loterias tradicionais. Vale ressaltar que existe uma complementaridade entre os diversos tipos de loterias, pois a loteria de



apostas de quota fixa tem como público alvo pessoas mais jovens, que se tornarão o público alvo das loterias tradicionais no futuro.

3.12. Permissão para aplicação de recursos do COB e do CPB em instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas

A pedido do Ministério do Esporte, propomos que, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos destinados ao COB e ao CPB sejam aplicados na adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física, conforme regulamentação dessa pasta ministerial, dispensado o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Inicialmente, o Ministério do Esporte pretende permitir a aplicação de recursos nas seguintes instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas: i) Velódromo Olímpico; ii) Centro Olímpico de Tênis; iii) Centro Olímpico de Handebol; iv) Arenas I, II e III do Parque Olímpico da Barra; v) Centro Olímpico de BMX; vi) Centro Olímpico de Hóquei sobre Grama; vii) Centro de Mountain Bike; viii) Arena da Juventude; ix) Estádio de Deodoro; x) Centro Aquático de Deodoro; xi) Centro Olímpico de Tiro; xii) Centro de Hipismo; xiii) Estádio Olímpico de Canoagem Slalom; xiv) Campo Olímpico de Golfe; xv) Centro Paraolímpico Brasileiro; xvi) Centro de Formação Olímpica do Nordeste; xvii) Centro Pan-americano de Judô; xviii) Centro de Desenvolvimento de Handebol Brasileiro; e xix) Centro de Canoagem Slalom de Foz do Iguaçu.

3.13. Ajustes redacionais

Finalmente, achamos conveniente a promoção de dois ajustes redacionais. O primeiro ajuste diz respeito às alterações do significado da sigla Sinesp, de Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, e sobre Material Genético, Digitais e Drogas para Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas, na alínea *b* do inciso II do art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e na redação original da MPV nº 846 incorporada ao PLV. Essas alterações são necessárias, pois a Lei nº 13.675, de 2018, apresenta duas definições para a sigla Sinesp. A segunda consta do *caput* do seu art. 35.

O segundo ajuste se refere ao reestabelecimento dos repasses diretos de recursos de loterias, por intermédio da CEF, para dois beneficiários legais, de modo que a redação original da MPV nº 846 incorporada ao PLV, seja similar ao texto da MPV nº 841, de 2018. Esses beneficiários são as entidades desportivas da modalidade futebol e as

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



entidades desportivas e entidades de práticas desportivas que cedam o uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos nas loterias de prognóstico específico e de prognósticos esportivos, na devida ordem.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, a rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 846, de 2018)

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades da equideocultura no País, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, a Lei nº 9.615, de 24 março de 1998, que institui normas gerais para o desporto, a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outros assuntos, disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



35
34

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I – as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, de modo a conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e de promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II – a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, de forma a proporcionar clareza e transparência ao sistema de rateio, e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos para as ações de segurança pública.

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Constituem recursos do FNSP:

I – as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

rp2018-06968



II – as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de seus recursos orçamentários, observada a legislação aplicável;

III – das dotações que lhe forem consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV – das demais receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I – três do Ministério da Segurança Pública;

II – um da Casa Civil da Presidência da República;

III – um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV – um do Ministério dos Direitos Humanos;

V – um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – um da Sociedade Civil; e

VII – cinco dos Estados ou do Distrito Federal, dos quais serão designados um para cada região geográfica.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do *caput* serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do *caput* serão designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública, após recebidas sugestões das entidades da sociedade civil vinculadas direta ou indiretamente à área da segurança pública.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



37
36

§ 3º Os representantes a que se refere o inciso VII do *caput* serão escolhidos por meio de eleição direta pelos gestores das unidades da Federação de sua região e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 4º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério da Segurança Pública, a ser designado no ato do Ministro de Estado da Segurança Pública a que se refere o § 1º.

§ 5º O Conselho Gestor deliberará por maioria simples, com a presença da maioria de seus representantes, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade para desempate, e suas decisões serão homologadas pelo Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 6º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública.

§ 7º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentado pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:

I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II – aquisição de materiais, equipamentos e veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluindo os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

rp2018-06968



VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;

IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X – premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI – ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º É permitida a destinação de até quinze por cento dos recursos do FNSP para programas:

I – habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e

II – de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I – em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do *caput* do art. 7º.



39
38

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 7º.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.

§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II

Da transferência dos recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:

I – a título de transferência obrigatória, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere; e

II – por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º não transferidos nos termos do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º ficará condicionado:

I – à instituição e ao funcionamento:

a) de Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública; e

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



b) de Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II – à existência:

a) de plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública; e

b) de conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III – à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública para o Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e

IV – ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



41
40

§ 5º A conta corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º.

§ 7º O Ministério de Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar dano ao erário ou comprometimento da aplicação regular dos recursos.



Seção III

Da execução direta pela União e da transferência por meio de convênios e contratos de repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º que não forem destinados na forma prevista no inciso I do *caput* do art. 7º serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o *caput* ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II – integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a dois anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e

rp2018-06968



transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º.

Seção IV

Dos critérios para a aplicação dos recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I – os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do *caput* do art. 8º e do inciso II do parágrafo único do art. 9º;

II – a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do *caput* do art. 7º;

III – o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV – os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V – a periodicidade da apresentação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI – a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos presentes no relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII – a forma e os critérios para a integração de sistemas e dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do *caput* ensejará a devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



43
42

e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, tanto em meio físico quanto em meio eletrônico, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I – loteria federal (espécie passiva) – loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico, ou seja, impresso, ou virtual, ou seja, eletrônico;

II – loteria de prognósticos numéricos – loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – loteria de prognóstico específico – loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – loterias de prognósticos esportivos – loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V – loteria instantânea exclusiva – Lotex – loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de



rp2018-06968



Financiamento Estudantil – Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.

§ 3º Os recursos de que trata o § 2º serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies – até que seja alcançado o valor limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

§ 4º Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I – a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º, observado o disposto no art. 15; e

II – na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



45
44

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e cinco décimos por cento para o Fundo Nacional da Cultura – FNC;

c) oitenta e um centésimos por cento para o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) cinco décimos por cento para o FNC;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o CPB;



SF/18674.39908-98

rp2018-06968



g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) sessenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinco décimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;



47
46

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

i) dezessete inteiros e seis décimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e um centésimos por cento para o FNC;

c) três por cento para o Funpen;

d) seis inteiros e oito décimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a CBDU;



SF/18674.39908-98

rp2018-06968



f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

i) dezessete inteiros e seis décimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 1º O CBC aplicará, no mínimo, quinze por cento dos recursos a que se referem o item 2 da alínea “e” do inciso I e o item 2 da alínea “e” do inciso II, ambos do *caput*, em atividades paradesportivas, diretamente, não podendo restringir a participação nos editais de chamamento em função de filiação das entidades de práticas desportivas, ou por meio de repasses ao CPB.

§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos nos seguintes termos:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso I do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e



SF/18674.39908-98



49
48

c) quatro centésimos por cento para a Fenalubes; e

II – três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso II do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenalubes.

§ 3º Os recursos de que tratam a alínea “h” do inciso I do *caput* e a alínea “h” do inciso II do *caput* deverão ser aplicados em custeio e investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades executoras as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias.

§ 5º Para os fins desta Lei, consideram-se unidades executoras próprias as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

rp2018-06968



- a) um por cento para a seguridade social;
- b) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o Fundo Nacional de Saúde – FNS;
- c) um por cento para o Funpen;
- d) cinco por cento para o FNSP;
- e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- f) setenta e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;
- g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;
- h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;
- i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;
- j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e
- k) quarenta e seis por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

- a) um por cento para a seguridade social;
- b) setenta e cinco centésimos por cento para o FNS;
- c) cinco décimos por cento para o Funpen;
- d) três por cento para o FNSP;

rp2018-06968



51
50

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) vinte e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

k) cinquenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento para o FNSP;

e) dez por cento para o Ministério do Esporte;

f) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;



SF/18674.39908-98

rp2018-06968



g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

i) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) dois por cento para o FNSP;

d) três inteiros e um décimo por cento para o Ministério do Esporte;

e) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

f) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

g) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



53
52

i) cinquenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de três concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

I – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapaes;

II – Cruz Vermelha Brasileira; e

III – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – Fenapestalozzi.

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I – quatro décimos por cento para a seguridade social;

II – quinze por cento para o FNSP;

rp2018-06968



III – nove décimos por cento para o Ministério do Esporte;

IV – quatro décimos por cento para o FNC;

V – dezoito inteiros e três décimos por cento para despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

VI – sessenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão, na Conta Única do Tesouro Nacional, os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* do art. 15, no inciso II do *caput* do art. 16, no inciso II do *caput* do art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do *caput* do art. 15, no inciso I do *caput* do art. 16, no inciso I do *caput* do art. 17 e no inciso I do *caput* do art. 18 enquanto não for constatado o início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos art. 15, art. 16, art. 17, art. 18 e art. 20, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I – o COB;

II – o CPB;

rp2018-06968



III – o CBC;

IV – a CBDE;

V – a CBDU;

VI – a Fenalubes;

VII – as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes ;

VIII – as entidades executoras definidas nos termos do § 4º do art. 16;

IX – as unidades executoras próprias definidas nos termos do § 5º do art. 16;

X – as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico; e

XI – as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso X do *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006.

Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o *caput* darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o *caput*.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o *caput* e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.

§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o *caput* não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes:

I – dos programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II – dos valores gastos; e

III – dos critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto, observado, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no *caput*, o COB e o CPB deverão aplicar dos recursos recebidos, no mínimo, dez por cento para fomento de eventos e competições esportivas, realização de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas, nos termos da regulamentação pertinente.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas mencionadas no § 6º.



57
56

Art. 24. Os recursos destinados à Fenacclubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenacclubes.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao Poder Público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no *caput* deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, inclusive quando instituição financeira, ou entidade a ela equiparável, for parte interessada ou estiver envolvida na operação.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de doze meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.

Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



12 a 14 da referida Lei, sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I — cassação da autorização;

II — proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que nunca excederá dois anos; e

III — multa de até cem por cento da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. É criada modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, podendo ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios eletrônicos.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I – Em meio físico:

a) oitenta e dois por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) cinco décimos por cento para a seguridade social;

rp2018-06968



c) três inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

d) quatorze por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

II - Em meio eletrônico:

a) noventa por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) vinte e cinco centésimos por cento para a seguridade social;

c) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o FNSP;

d) oito por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

Parágrafo único. Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nas alíneas “a” e “d” dos incisos I e II do *caput* deste artigo, poderão variar, desde que a média anual atenda os percentuais estabelecidos em tais alíneas.

Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente na forma do Anexo I.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

rp2018-06968



§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 5º O valor surgido da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o *caput* será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.

Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e *marketing* da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos, se o seu pagamento não for reclamado em até noventa dias da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Parágrafo único. Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido no *caput* serão destinados à Conta Única do Tesouro Nacional, para a utilização na amortização e no pagamento de serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 35. Em observação à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividade Financeira – COAF, na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

rp2018-06968



SF/18674.39908-98



CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 14.** É vedado às entidades promotoras de corridas de cavalos com exploração de apostas extrair *sweepstakes* e explorar outras modalidades de loterias, mesmo quando associadas ao resultado de corridas de cavalos.” (NR)

Art. 37. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do *caput* do art. 195 da Constituição.

§ 1º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 2º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 3º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.” (NR)

“**Art. 28.**

.....

§ 9º

.....

aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta em conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

.....” (NR)

Art. 38. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**

I – receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao cumprimento do disposto no art. 7º;

rp2018-06968

SF/18674.39908-98



.....” (NR)

“Art. 18-A.

.....

V – garantam a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e nos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições;

.....

VII – estabeleçam em seus estatutos:

.....

d) mecanismos de controle interno;

.....

g) participação de atletas nas principais decisões referentes a planejamento estratégico da entidade, orçamento e aprovação de contas, regulamento das competições e calendários, e na eleição para os cargos da entidade;

h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, organizado da seguinte forma:

1. categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) no resultado da eleição; e

2. nenhuma categoria poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do resultado final da eleição.

i) possibilidade de apresentação de candidatura à presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral; e

j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e

.....

§ 1º As entidades de prática desportiva estão dispensadas das condições previstas:

.....

II – nas alíneas “g”, salvo a participação de atletas nas decisões relativas diretamente a assuntos esportivos, “h”, “i” e “j” do inciso VII do *caput* deste artigo; e

.....

§ 5º Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas “g”, “h”, “i” e “j” do inciso VII do



63
62

caput deste artigo é exclusiva às entidades nacionais de administração do desporto.” (NR)

“Art. 22.

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º;

.....” (NR)

“Art. 56.

.....

II – receitas oriundas de exploração de loteria;

.....” (NR)

“Art. 82-B.

.....

§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do *caput* serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, à Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE e à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.” (NR)

Art. 39. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a dezesseis anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.” (NR)

“Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

.....” (NR)



rp2018-06968



Art. 40. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 41. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos incisos II ao IV do *caput* do art. 8º e os incisos I e II do parágrafo único do art. 9º.

Art. 42. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplicará se a imposição do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 43. As disposições contidas no Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, no Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, na Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, e na Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, que conferem à Caixa Econômica Federal o direito de exploração das modalidades lotéricas ali relacionadas poderão também ser executados por quaisquer de suas coligadas, controladas e subsidiárias, nos termos da regulamentação pertinente.

Art. 44. Serão exploradas na forma da modalidade lotérica de prognósticos esportivos, de que tratam os arts. 14, § 1º, inciso IV, e 18 desta Lei, as modalidades de loteria cujos resultados sejam associados a corridas de cavalos, inclusive os *sweepstakes*, nos seguintes termos:

I – diretamente pela União; ou

II – indiretamente:

a) pela Caixa Econômica Federal; ou

b) mediante concessão.



Art. 45. A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

IX – a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X – o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e

XI – o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.” (NR)

Art. 46. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

II –

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

.....” (NR)

Art. 47. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação desta Lei, somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 48. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no art. 40 desta Lei e os incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à renúncia.

rp2018-06968



Parágrafo único. Os benefícios fiscais constantes do art. 40 desta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput*, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 49. Ficam revogados:

I – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

- a) o inciso I do *caput* do art. 3º;
- b) o art. 4º; e
- c) o art. 5º;

II – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

- a) o art. 3º; e
- b) o art. 5º;

III – os incisos I e III do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV – o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V – o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI – a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII – o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII – o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

rp2018-06968



67
66

IX – o inciso VIII do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

X – a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XI – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

a) os incisos II, III, IV e VI do *caput* e os §§ 1º ao 4º do art. 6º;

b) o art. 8º ao art. 10; e

c) os incisos IV, VI e VIII do *caput* e os §§ 1º ao 10 do art. 56;

XII – os §§ 1º a 3º do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

XIII – a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;

XIV – a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;

XV – o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

XVI – a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;

XVII – o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;

XVIII – o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
e

XIX – o § 4º e o § 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

| Faixa de Valor da Premiação mensal | Valor da Taxa de Fiscalização mensal |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| Até R\$ 30.837.749,76 | R\$ 54.419,56 |

rp2018-06968

SF/18674.39908-98



68

67

| | |
|--|------------------|
| De R\$ 30.837.749,77 a R\$ 51.396.249,60 | R\$ 90.699,26 |
| De R\$ 51.396.249,61 a R\$ 85.660.416,00 | R\$ 151.165,44 |
| De R\$ 85.660.416,01 a R\$ 142.767.360,00 | R\$ 251.942,40 |
| De R\$ 142.767.360,01 a R\$ 237.945.600,00 | R\$ 419.904,00 |
| De R\$ 237.945.600,01 a R\$ 396.576.000,00 | R\$ 699.840,00 |
| De R\$ 396.576.000,01 a R\$ 660.960.000,00 | R\$ 1.166.400,00 |
| Acima de R\$ 660.960.000,01 | R\$ 1.944.000,00 |



SF/18674.39908-98

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

rp2018-06968



**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO RELATÓRIO
APRESENTADO NA COMISSÃO MISTA DESTINADA A
EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº
846, DE 31 DE JULHO DE 2018**

Da COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, que altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Na 4ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória (MPV) nº 846, de 2018, realizada em 31 de outubro de 2018, apresentamos relatório perante esta Comissão acompanhado de Projeto de Lei de Conversão (PLV). Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria. Na presente complementação, propomos onze alterações no PLV apresentado.

A primeira alteração se refere ao acatamento da Emenda nº 24. Mantemos o posicionamento de que essa emenda deve ser acatada. Sugerimos, contudo, a exclusão da regra de representatividade máxima de 40% (quarenta por cento) no colégio eleitoral, pois essa regra gera retrocesso em algumas confederações esportivas. Por exemplo, na Confederação Brasileira de Vela, os atletas hoje têm participação superior a 40% e, na Confederação Brasileira de Desportos na Neve, existem apenas duas categorias no colégio eleitoral. Obviamente, nesse último caso, haveria a necessidade de inclusão de outra categoria em seu colégio eleitoral para adequação à lei. Não necessariamente, porém, essa outra categoria seria representativa para o desenvolvimento do desporto na neve.



Também sugerimos que a participação dos atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral seja realizada por meio de representantes eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade. Com isso, é coibida a indicação de representantes dos atletas por meio dos dirigentes esportivos. Essas sugestões foram apresentadas pela entidade Atletas pelo Brasil, com o aval do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e a Comissão de Atletas do CPB.

A segunda alteração se refere à exclusão no § 1º do art. 26 do PLV do trecho “inclusive quando instituição financeira, ou entidade a ela equiparável, for parte interessada ou estiver envolvida na operação”. Essa exclusão é necessária, pois subentende-se do restante do mencionado parágrafo que a responsabilidade do Ministério da Fazenda no tocante à análise e emissão das autorizações e à fiscalização das operações de promoção comercial envolve todo e qualquer solicitante, seja diretamente ou por meio de suas autarquias, como a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A terceira alteração é relativa à modificação do conteúdo das alíneas *a* e *d* dos incisos I e II do art. 30 do PLV, bem como do parágrafo único do mesmo artigo. A ideia é que, do produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa, 82% (oitenta e dois por cento) e 90% (noventa por cento), no mínimo, sejam destinados para o pagamento de prêmios e imposto de renda incidente sobre a premiação nas apostas realizadas, respectivamente, em meio físico e em meio eletrônico, e 14% (quatorze por cento) e 8% (oito por cento), no máximo, sejam destinados para a cobertura das despesas de custeio e manutenção do agente operador nas apostas realizadas, na mesma ordem, em meio físico e em meio eletrônico. Isso é necessário, visto que o ambiente de exploração dessa nova modalidade lotérica é concorrencial.

A quarta alteração trata do acréscimo no art. 31 do PLV de que os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de jogos na loteria de apostas de quota fixa sofrerão a incidência do imposto de renda à alíquota de 30% (trinta por cento), de acordo com o art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, contanto que o valor de cada ganho em dinheiro exceda ao valor da primeira faixa da tabela de incidência mensal do imposto de renda da pessoa física (atualmente até R\$ 1.903,98), nos termos do art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essa modificação é simplesmente de caráter redacional, pois, como expresso no art. 29 do PLV, as apostas de quota fixa



SF/18667.65751-01



constituem uma espécie de loteria e, portanto, já se beneficiariam da isenção criada pela Lei nº 11.941, de 2009.

A quinta alteração diz respeito à não sugestão de nova redação para o art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Em vez disso, é sugerida a revogação do referido artigo, para não haver conflito com o anterior art. 44 do PLV, que trata da possibilidade de exploração, na forma da modalidade lotérica de prognósticos esportivos, de loteria cujos resultados sejam associados a corridas de cavalos, inclusive os *sweepstakes*, diretamente pela União ou indiretamente por meio da Caixa Econômica Federal ou mediante concessão.

A sexta alteração altera, no PLV, os termos: “Paraolímpico” para “Paralímpico” na alínea *f* do inciso I do art. 15; “paraolímpicos” para “paralímpicos” na alínea *b* do inciso I e na alínea *b* do inciso II, ambos do § 2º art. 16; e “paraolímpicas” para “paralímpicas” nos §§ 6º e 7º do art. 23. Por sua parte, a sétima alteração apenas decompõe a redação do § 1º do art. 16 do PLV em dois novos incisos para evitar ambiguidade na interpretação do dispositivo original.

A oitava alteração exclui do PLV, a pedido do Poder Executivo federal, o art. 43 original, relativo à centralização das atividades lotéricas em uma das subsidiárias, coligadas ou controladas da Caixa Econômica Federal. Por sua vez, a nona alteração diz respeito à modificação da composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública. Propomos que, em adição aos sete representantes trazidos pela MPV nº 841, seja incluído um representante do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública. Desse modo, mudamos a orientação quanto ao acatamento da Emenda nº 29, que passa a ser rejeitada.

A décima alteração refere-se ao acréscimo da expressão “inclusive aquelas sob sua gestão” no § 6º do art. 23 do PLV, de modo que o COB e o CPB possam cumprir com a obrigação de aplicação mínima de dez por cento dos seus recursos em, por exemplo, instalações sob sua gestão. Por seu turno, a décima-primeira alteração modifica o termo “e os incluirá” para “incluí-los-á” no *caput* do anterior art. 48 do PLV, renumerado como art. 46, além de também fazer referência ao inciso III do art. 19 e ao anterior art. 37, renumerado como art. 36. Adicionamos ainda a expressão “art. 1º” no anterior art. 40 do PLV. Esses ajustes são de redação.

Por fim, a título de esclarecimento, trazemos informações sobre o impacto orçamentário-financeiro das medidas propostas pelo PLV que



SF/18667.65751-01



implicam renúncia de receitas. Em primeiro lugar, estimamos que a renúncia de receitas decorrente da destinação da renda líquida de um concurso especial da loteria de prognósticos esportivos anualmente para Federação Nacional das Associações Pestalozzi é de R\$ 344,5 mil entre os exercícios financeiros de 2018 e 2021. Esse valor corresponde à média dos repasses efetuados à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais e à Cruz Vermelha Brasileira em 2016.

Em segundo lugar, a renúncia de receitas relativa à remissão tributária das contribuições previdenciárias referentes ao Bolsa Atleta para os meses de agosto de 2015 a maio de 2016, de que trata o anterior art. 40 do PLV, renumerado como art. 39, é estimada em R\$ 6.425.928,42. Em terceiro lugar, a renúncia de receitas relativa à mudança do enquadramento previdenciário do beneficiário do Bolsa Atleta de contribuinte individual para facultativo é estimada em R\$ 70,04 mil, R\$ 884,66 mil e R\$ 945,77 mil nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, respectivamente, no cenário em que todos os atletas não optem por contribuir como segurado facultativo. Alternativamente, se todos os atletas optarem em contribuir com a alíquota de 11% (onze por cento) sobre o salário mínimo (abrindo mão da aposentadoria por tempo de contribuição), a renúncia estimada é de R\$ 58,01 mil, R\$ 728,95 mil e R\$ 779,3 mil nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, a rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.



SF/18667.65751-01



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 846, de 2018)

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, a Lei nº 9.615, de 24 março de 1998, que institui normas gerais para o desporto, a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-A atleta, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outros assuntos, disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.



SF/18667.65751-01

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I – as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, de modo a conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e de promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II – a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, de forma a proporcionar clareza e transparência ao sistema de rateio, e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos para as ações de segurança pública.



CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Constituem recursos do FNSP:

I – as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

II – as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de seus recursos orçamentários, observada a legislação aplicável;

III – das dotações que lhe forem consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV – das demais receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I – três do Ministério da Segurança Pública;



SF/18667.65751-01



II – um da Casa Civil da Presidência da República;

III – um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV – um do Ministério dos Direitos Humanos;

V – um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI – um representante do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública – CONSESP.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do *caput* serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do *caput* serão indicados pelo próprio CONSESP e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, a ser designado no ato do Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública a que se refere o § 1º.

§ 4º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública.

§ 6º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentado pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:



SF/18667.65751-01



I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II – aquisição de materiais, equipamentos e veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluindo os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;

IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X – premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI – ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º É permitida a destinação de até quinze por cento dos recursos do FNSP para programas:

I – habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e



SF/18667.65751-01



II – de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I – em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do *caput* do art. 7º.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 7º.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.

§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II

Da transferência dos recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:



SF/18667.65751-01



I – a título de transferência obrigatória, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere; e

II – por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º não transferidos nos termos do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º ficará condicionado:

I – à instituição e ao funcionamento:

a) de Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública; e

b) de Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II – à existência:

a) de plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública; e

b) de conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III – à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública para o Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e



SF/18667.65751-01



IV – ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º A conta corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º.

§ 7º O Ministério de Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar dano ao erário ou comprometimento da aplicação regular dos recursos.



SF/18667.65751-01



Seção III

Da execução direta pela União e da transferência por meio de convênios e contratos de repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º que não forem destinados na forma prevista no inciso I do *caput* do art. 7º serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o *caput* ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II – integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a dois anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º.

Seção IV

Dos critérios para a aplicação dos recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I – os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do *caput* do art. 8º e do inciso II do parágrafo único do art. 9º;



SF/18667.65751-01



II – a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do *caput* do art. 7º;

III – o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV – os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V – a periodicidade da apresentação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI – a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos presentes no relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII – a forma e os critérios para a integração de sistemas e dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do *caput* ensejará a devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.



CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, tanto em meio físico quanto em meio eletrônico, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I – loteria federal (espécie passiva) – loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico, ou seja, impresso, ou virtual, ou seja, eletrônico;

II – loteria de prognósticos numéricos – loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – loteria de prognóstico específico – loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – loterias de prognósticos esportivos – loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V – loteria instantânea exclusiva – Lotex – loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.

§ 3º Os recursos de que trata o § 2º serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies – até que seja alcançado o valor limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.



SF/18667.65751-01



§ 4º Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I – a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º, observado o disposto no art. 15; e

II – na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e cinco décimos por cento para o Fundo Nacional da Cultura – FNC;

c) oitenta e um centésimos por cento para o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;



SF/18667.65751-01



d) cinco por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) cinco décimos por cento para o FNC;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) sessenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:



I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinco décimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

i) dezessete inteiros e seis décimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



j) quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e um centésimos por cento para o FNC;

c) três por cento para o Funpen;

d) seis inteiros e oito décimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) um inteiro e cinquenta e três centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;



SF/18667.65751-01



i) dezessete inteiros e seis décimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 1º O CBC aplicará, no mínimo, quinze por cento dos recursos a que se referem o item 2 da alínea “e” do inciso I e o item 2 da alínea “e” do inciso II, ambos do *caput*, em atividades paradesportivas:

I – diretamente, nesse caso não podendo restringir a participação nos editais de chamamento em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II – por meio de repasses ao CPB.

§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos nos seguintes termos:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso I do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenaclubes; e

II – três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso II do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;



b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenacclubes.

§ 3º Os recursos de que tratam a alínea “h” do inciso I do *caput* e a alínea “h” do inciso II do *caput* deverão ser aplicados em custeio e investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades executoras as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias.

§ 5º Para os fins desta Lei, consideram-se unidades executoras próprias as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) um por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o Fundo Nacional de Saúde – FNS;

c) um por cento para o Funpen;



SF/18667.65751-01



- d) cinco por cento para o FNSP;
- e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- f) setenta e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;
- g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;
- h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;
- i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;
- j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e
- k) quarenta e seis por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

- a) um por cento para a seguridade social;
- b) setenta e cinco centésimos por cento para o FNS;
- c) cinco décimos por cento para o Funpen;
- d) três por cento para o FNSP;
- e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- f) vinte e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;
- g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;



h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

k) cinquenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento para o FNSP;

e) dez por cento para o Ministério do Esporte;

f) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;



SF/18667.65751-01



i) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) dois por cento para o FNSP;

d) três inteiros e um décimo por cento para o Ministério do Esporte;

e) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

f) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

g) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) cinquenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de três concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:



I – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapaes;

II – Cruz Vermelha Brasileira; e

III – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – Fenapestalozzi.

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I – quatro décimos por cento para a seguridade social;

II – quinze por cento para o FNSP;

III – nove décimos por cento para o Ministério do Esporte;

IV – quatro décimos por cento para o FNC;

V – dezoito inteiros e três décimos por cento para despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



VI – sessenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão, na Conta Única do Tesouro Nacional, os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* do art. 15, no inciso II do *caput* do art. 16, no inciso II do *caput* do art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do *caput* do art. 15, no inciso I do *caput* do art. 16, no inciso I do *caput* do art. 17 e no inciso I do *caput* do art. 18 enquanto não for constatado o início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos art. 15, art. 16, art. 17, art. 18 e art. 20, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I – o COB;

II – o CPB;

III – o CBC;

IV – a CBDE;

V – a CBDU;



VI – a Fenaclubes;

VII – as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes ;

VIII – as entidades executoras definidas nos termos do § 4º do art. 16;

IX – as unidades executoras próprias definidas nos termos do § 5º do art. 16;

X – as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico; e

XI – as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso X do *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006.

Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o *caput* darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o *caput*.

§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o *caput* e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.



§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o *caput* não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes:

I – dos programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II – dos valores gastos; e

III – dos critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto, observado, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no *caput*, o COB e o CPB deverão aplicar dos recursos recebidos, no mínimo, dez por cento para fomento de eventos e competições esportivas, realização de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, inclusive aquelas sob sua gestão, nos termos da regulamentação pertinente.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas mencionadas no § 6º.

Art. 24. Os recursos destinados à Fenacubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação



dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenaclubes.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao Poder Público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no *caput* deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de doze meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.

Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts. 12 a 14 da referida Lei, sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I — cassação da autorização;



II — proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que nunca excederá dois anos; e

III — multa de até cem por cento da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. É criada modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, podendo ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios eletrônicos.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I – Em meio físico:

a) no mínimo, oitenta e dois por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) cinco décimos por cento para a seguridade social;

c) três inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

d) no máximo, quatorze por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



II - Em meio eletrônico:

- a) no mínimo, noventa por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
- b) vinte e cinco centésimos por cento para a seguridade social;
- c) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o FNSP;
- d) no máximo, oito por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

Parágrafo único. Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nas alíneas “a” e “d” dos incisos I e II do *caput*, poderão variar, desde que a média anual atenda os percentuais mínimos e máximos estabelecidos em tais alíneas.

Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado para cada ganho o disposto no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente na forma do Anexo I.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.



SF/18667.65751-01



§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 5º O valor surgido da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o *caput* será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.

Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e *marketing* da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos, se o seu pagamento não for reclamado em até noventa dias da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Parágrafo único. Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido no *caput* serão destinados à Conta Única do Tesouro Nacional, para a utilização na amortização e no pagamento de serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 35. Em observação à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividade Financeira – COAF, na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.



SF/18667.65751-01



CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do *caput* do art. 195 da Constituição.

§ 1º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 2º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 3º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.” (NR)

“**Art. 28.**

.....

§ 9º

.....

aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta em conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

.....” (NR)

Art. 37. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**

I – receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao cumprimento do disposto no art. 7º;

.....” (NR)

“**Art. 18-A.**

.....

V – garantam a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e nos órgãos e



conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições;

.....

VII – estabeleçam em seus estatutos:

.....

d) mecanismos de controle interno;

.....

h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do art. 22;

i) possibilidade de apresentação de candidatura à presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;

j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade; e

.....

§ 1º As entidades de prática desportiva estão dispensadas das condições previstas:

.....

II – na alínea “g”, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k”, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, todos do inciso VII do *caput* deste artigo; e

.....

§ 5º Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do inciso VII do *caput* deste artigo são exclusivas das entidades nacionais de administração do desporto.” (NR)

“ Art. 22.

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º;

.....” (NR)



“Art. 56.

.....
II – receitas oriundas de exploração de loteria;
.....” (NR)

“Art. 82-B.

.....
§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do *caput* serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, à Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE e à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....
§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a dezesseis anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.” (NR)

“Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

.....” (NR)

Art. 39. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 40. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos



incisos II ao IV do *caput* do art. 8º e os incisos I e II do parágrafo único do art. 9º.

Art. 41. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplicará se a imposição do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 42. Serão exploradas na forma da modalidade lotérica de prognósticos esportivos, de que tratam os arts. 14, § 1º, inciso IV, e 18 desta Lei, as modalidades de loteria cujos resultados sejam associados a corridas de cavalos, inclusive os *sweepstakes*, nos seguintes termos:

I – diretamente pela União; ou

II – indiretamente:

a) pela Caixa Econômica Federal; ou

b) mediante concessão.

Art. 43. A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

IX – a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X – o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e

XI – o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.” (NR)



Art. 44. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

.....” (NR)



Art. 45. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação desta Lei, somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 46. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará os montantes das renúncias fiscais decorrentes dos dispostos no inciso III do art. 19 e nos arts. 36 e 39 desta Lei e incluí-los-á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos às renúncias.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais desta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput*, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 47. Ficam revogados:

I – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

a) o inciso I do *caput* do art. 3º;

b) o art. 4º; e



c) o art. 5º;

II – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

a) o art. 3º; e

b) o art. 5º;

III – os incisos I e III do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV – o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V – o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI – a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII – o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII – o art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984;

IX – o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

X – o inciso VIII do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

XI – a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XII – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

a) os incisos II, III, IV e VI do *caput* e os §§ 1º ao 4º do art. 6º;

b) o art. 8º ao art. 10; e

c) os incisos IV, VI e VIII do *caput* e os §§ 1º ao 10 do art. 56;



XIII – os §§ 1º a 3º do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

XIV – a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;

XV – a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;

XVI – o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

XVII – a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;

XVIII – o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;

XIX – o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; e

XX – o § 4º e o § 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor:

I – após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação, em relação à alteração do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na forma da redação dada pelo art. 37 desta Lei; e

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

ANEXO I

| Faixa de Valor da Premiação mensal | Valor da Taxa de Fiscalização mensal |
|--|--------------------------------------|
| Até R\$ 30.837.749,76 | R\$ 54.419,56 |
| De R\$ 30.837.749,77 a R\$ 51.396.249,60 | R\$ 90.699,26 |
| De R\$ 51.396.249,61 a R\$ 85.660.416,00 | R\$ 151.165,44 |
| De R\$ 85.660.416,01 a R\$ 142.767.360,00 | R\$ 251.942,40 |
| De R\$ 142.767.360,01 a R\$ 237.945.600,00 | R\$ 419.904,00 |
| De R\$ 237.945.600,01 a R\$ 396.576.000,00 | R\$ 699.840,00 |
| De R\$ 396.576.000,01 a R\$ 660.960.000,00 | R\$ 1.166.400,00 |
| Acima de R\$ 660.960.000,01 | R\$ 1.944.000,00 |



107
39

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO RELATÓRIO
APRESENTADO NA COMISSÃO MISTA DESTINADA A
EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº
846, DE 31 DE JULHO DE 2018**

Da COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, que altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

SF/18172.99378-21

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Na 5ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória (MPV) nº 846, de 2018, realizada em 6 de novembro de 2018, propomos complementação ao Relatório apresentado em 31 de outubro último. Durante a discussão da matéria, houve a exposição pelos Parlamentares presentes de dúvidas a respeito da matéria. Em razão disso, a sessão foi declarada suspensa e reaberta nesta data, ocasião em que propomos outra complementação, a qual busca sanar os questionamentos levantados.

A primeira alteração se refere à modificação do anterior art. 42, que será doravante o art. 46, com a permissão de que os jôqueis-clubes poderão explorar loterias associadas a corridas de cavalo, inclusive *sweepstakes*, desde que na modalidade lotérica de prognósticos esportivos. Por sua vez, a segunda alteração suprime as expressões “observado, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014” e “nos termos da regulamentação pertinente”, respectivamente, dos §§ 5º e 6º do art. 23 do PLV.

A terceira alteração diz respeito ao acréscimo de novo representante, titular e suplente, do Colégio Nacional dos Secretários de



Segurança Pública (CONSESP) no Conselho Gestor do FNSP, de modo que o conselho teria composição ímpar. Impomos também que os representantes do CONSESP sejam de diferentes regiões geográficas do País. Por sua parte, a quarta alteração se refere à determinação de que entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) dos recursos do FNSP sejam aplicados obrigatoriamente em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública ou em programas de melhoria da qualidade de vida desses mesmos profissionais.

A quinta alteração recompõe o percentual destinado à Caixa Econômica Federal (CEF), a título de cobertura das despesas com manutenção e custeio, no produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos para o percentual proposto pela MPV nº 841, de 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento). Por seu turno, a sexta alteração, com o intuito de que o incentivo ao mérito na educação seja mantido no PLV, propõe que, ao invés de as unidades escolares receberem recursos advindos dos concursos de prognósticos numéricos, elas recebam recursos da loteria de apostas de quota fixa.

Com isso, na loteria de apostas de quota fixa, as unidades escolares terão, do produto da arrecadação, 1% (um por cento) e 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) quando a loteria for realizada, respectivamente, em meio físico e em meio virtual (denominação nova para o meio eletrônico). Esses ajustes ocorrerão à custa do FNSP.

A sétima alteração determina que, na loteria de apostas por quota fixa, a participação das entidades desportivas da modalidade futebol seja de 2% (dois por cento) e de 1% (um por cento) quando a loteria for realizada em meio físico e em meio virtual, na devida ordem. Esses ajustes se darão à custa da redução da premiação mínima.

A oitava alteração é referente à imposição de prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, para que o Ministério da Fazenda estabeleça regras para a autorização ou concessão aos agentes operadores da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

Por fim, a nona alteração se refere à destinação de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação da Lotex para as entidades desportivas da modalidade futebol, com o intuito de corrigir uma injustiça cometida pela MPV nº 841, de 2018, que retirou a garantia de um percentual fixo para os clubes de futebol na arrecadação dessa modalidade lotérica. Esse ajuste ocorrerá à custa da área da segurança



SF/18172.99378-21



pública, cujo percentual passará a ser de 13,5% (treze inteiros e cinco décimos por cento).

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, a rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 846, de 2018)

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, a Lei nº 9.615, de 24 março de 1998, que institui normas gerais para o desporto, a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outros assuntos, disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I – as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, de modo a conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e de promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II – a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, de forma a proporcionar clareza e transparência ao sistema de rateio, e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos para as ações de segurança pública.

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Constituem recursos do FNSP:

I – as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;



SF/18172.99378-21



II – as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de seus recursos orçamentários, observada a legislação aplicável;

III – das dotações que lhe forem consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV – das demais receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I – três do Ministério da Segurança Pública;

II – um da Casa Civil da Presidência da República;

III – um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV – um do Ministério dos Direitos Humanos;

V – um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI – dois do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública – CONSESP, sendo de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do *caput* serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do *caput* serão indicados pelo próprio CONSESP e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, a ser



designado no ato do Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública a que se refere o § 1º.

§ 4º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública.

§ 6º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentado pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:

I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II – aquisição de materiais, equipamentos e veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluindo os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;



SF/18172.99378-21



IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X – premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI – ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º Entre dez por cento e quinze por cento dos recursos do FNSP devem ser destinados para aplicação em programas:

I – habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e

II – de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I – em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do *caput* do art. 7º.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 7º.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.



SF/18172.99378-21



§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II

Da transferência dos recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:

I – a título de transferência obrigatória, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere; e

II – por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º não transferidos nos termos do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º ficará condicionado:

I – à instituição e ao funcionamento:

a) de Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública; e

b) de Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II – à existência:



SF/18172.99378-21



a) de plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública; e

b) de conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III – à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública para o Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e

IV – ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º A conta corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º.



117
10

§ 7º O Ministério de Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar dano ao erário ou comprometimento da aplicação regular dos recursos.

Seção III

Da execução direta pela União e da transferência por meio de convênios e contratos de repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º que não forem destinados na forma prevista no inciso I do *caput* do art. 7º serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o *caput* ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II – integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a dois anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º.



SF/18172.99378-21



Seção IV

Dos critérios para a aplicação dos recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I – os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do *caput* do art. 8º e do inciso II do parágrafo único do art. 9º;

II – a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do *caput* do art. 7º;

III – o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV – os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V – a periodicidade da apresentação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI – a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos presentes no relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII – a forma e os critérios para a integração de sistemas e dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do *caput* ensejará a devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.



Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, tanto em meio físico quanto em meio virtual, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I – loteria federal (espécie passiva) – loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico, ou seja, impresso, ou virtual, ou seja, eletrônico;

II – loteria de prognósticos numéricos – loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – loteria de prognóstico específico – loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – loterias de prognósticos esportivos – loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V – loteria instantânea exclusiva – Lotex – loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.



§ 3º Os recursos de que trata o § 2º serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies – até que seja alcançado o valor limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

§ 4º Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I – a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º, observado o disposto no art. 15; e

II – na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;



SF/18172.99378-21



121
14

b) um inteiro e cinco décimos por cento para o Fundo Nacional da Cultura – FNC;

c) oitenta e um centésimos por cento para o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) cinco décimos por cento para o FNC;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



h) sessenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinco décimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;



123
16

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e um centésimos por cento para o FNC;

c) três por cento para o Funpen;

d) seis inteiros e oito décimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



SF/18172.99378-21



i) quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 1º O CBC aplicará, no mínimo, quinze por cento dos recursos a que se referem o item 2 da alínea “e” do inciso I e o item 2 da alínea “e” do inciso II, ambos do *caput*, em atividades paradesportivas:

I – diretamente, nesse caso não podendo restringir a participação nos editais de chamamento em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II – por meio de repasses ao CPB.

§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos nos seguintes termos:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso I do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenalubes; e

II – três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso II do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação



prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenaclubes.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) um por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o Fundo Nacional de Saúde – FNS;

c) um por cento para o Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) setenta e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



k) quarenta e seis por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) um por cento para a seguridade social;

b) setenta e cinco centésimos por cento para o FNS;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) três por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) vinte e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

k) cinquenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:



127
20

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento para o FNSP;

e) dez por cento para o Ministério do Esporte;

f) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

i) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) dois por cento para o FNSP;

d) três inteiros e um décimo por cento para o Ministério do Esporte;



SF/18172.99378-21



e) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

f) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

g) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) cinquenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de três concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

I – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapaes;

II – Cruz Vermelha Brasileira; e

III – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – Fenapestalozzi.

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.



§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I – quatro décimos por cento para a seguridade social;

II – treze inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

III – nove décimos por cento para o Ministério do Esporte;

IV – quatro décimos por cento para o FNC;

V – um inteiro e cinco décimos por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da Lotex;

VI – dezoito inteiros e três décimos por cento para despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

VII – sessenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão, na Conta Única do Tesouro Nacional, os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* do art. 15, no inciso II do *caput* do art. 16, no inciso II do *caput* do art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do *caput* do art. 15, no inciso I do *caput* do art. 16, no inciso I do *caput* do art. 17 e no inciso I do *caput* do art. 18 enquanto não for constatado o início do



SF/18172.99378-21



ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos art. 15, art. 16, art. 17, art. 18 e art. 20, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I – o COB;

II – o CPB;

III – o CBC;

IV – a CBDE;

V – a CBDU;

VI – a Fenacclubes;

VII – as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes ;

VIII – as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico e da Lotex; e

IX – as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso VIII do *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei nº



SF/18172.99378-21



11.345, de 14 de setembro de 2006, no tocante ao concurso de prognóstico específico.

Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o *caput* darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o *caput*.

§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o *caput* e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.

§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o *caput* não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes:

I – dos programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II – dos valores gastos; e

III – dos critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto.



§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no *caput*, o COB e o CPB deverão aplicar dos recursos recebidos, no mínimo, dez por cento para fomento de eventos e competições esportivas, realização de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, inclusive aquelas sob sua gestão.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas mencionadas no § 6º.

Art. 24. Os recursos destinados à Fenacubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenacubes.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao Poder Público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no *caput* deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de doze meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal



SF/18172.99378-21



deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.

Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts. 12 a 14 da referida Lei, sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I — cassação da autorização;

II — proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que nunca excederá dois anos; e

III — multa de até cem por cento da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. É criada modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada ou concedida pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, podendo ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais.



§ 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I – Em meio físico:

a) no mínimo, oitenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) cinco décimos por cento para a seguridade social;

c) um por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) dois inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

e) dois por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, quatorze por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

II – Em meio virtual:

a) no mínimo, oitenta e nove por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) vinte e cinco centésimos por cento para a seguridade social;

c) setenta e cinco centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem



alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) um por cento para o FNSP;

e) um por cento por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, oito por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

§ 1º Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nas alíneas “a” e “f” dos incisos I e II do *caput*, poderão variar, desde que a média anual atenda os percentuais mínimos e máximos estabelecidos em tais alíneas.

§ 2º Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos beneficiários legais de que tratam as alíneas “c” e “e” dos incisos I e II do *caput*.

§ 3º Os recursos de que tratam as alíneas “c” dos incisos I e II do *caput* deverão ser aplicados em custeio e investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades executoras as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias.

§ 5º Para os fins desta Lei, consideram-se unidades executoras próprias as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.



Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado para cada ganho o disposto no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente na forma do Anexo I.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 5º O valor surgido da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o *caput* será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.



137
30

Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e *marketing* da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos, se o seu pagamento não for reclamado em até noventa dias da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Parágrafo único. Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido no *caput* serão destinados à Conta Única do Tesouro Nacional, para a utilização na amortização e no pagamento de serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 35. Em observação à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividade Financeira – COAF, na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do *caput* do art. 195 da Constituição.

§ 1º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 2º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 3º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.” (NR)

“**Art. 28.**



.....
§ 9º

.....
aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta em conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

.....” (NR)

Art. 37. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**

I – receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao cumprimento do disposto no art. 7º;

.....” (NR)

“**Art. 18-A.**

.....
V – garantam a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e nos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições;

.....
VII – estabeleçam em seus estatutos:

.....
d) mecanismos de controle interno;

.....
h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do art. 22;

i) possibilidade de apresentação de candidatura à presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;

j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos



139
32

diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade; e

.....
§ 1º As entidades de prática desportiva estão dispensadas das condições previstas:

.....
II – na alínea “g”, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k”, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, todos do inciso VII do *caput* deste artigo; e

.....
§ 5º Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do inciso VII do *caput* deste artigo são exclusivas das entidades nacionais de administração do desporto.” (NR)

“Art. 22.

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º;

.....” (NR)

“Art. 56.

.....
II – receitas oriundas de exploração de loteria;

.....” (NR)

“Art. 82-B.

.....
§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do *caput* serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, à Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE e à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º



SF/18172.99378-21



.....

§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a dezesseis anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.” (NR)

“Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

.....” (NR)

Art. 39. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 40. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos incisos II ao IV do *caput* do art. 8º e os incisos I e II do parágrafo único do art. 9º.

Art. 41. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplicará se a imposição do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 42. A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

IX – a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X – o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e



SF/18172.99378-21



XI – o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.” (NR)

Art. 43. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

.....” (NR)

Art. 44. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação desta Lei, somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 45. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará os montantes das renúncias fiscais decorrentes dos dispostos no inciso III do art. 19 e nos arts. 36 e 39 desta Lei e incluí-los-á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos às renúncias.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais desta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput*, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.



Art. 46. Serão exploradas na forma da modalidade lotérica de prognósticos esportivos, de que tratam os arts. 14, § 1º, inciso IV, e 18 desta Lei, as modalidades de loteria cujos resultados sejam associados a corridas de cavalos, inclusive os *sweepstakes*, mediante autorização do Ministério da Fazenda.

Art. 47. Ficam revogados:

I – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

- a) o inciso I do *caput* do art. 3º;
- b) o art. 4º; e
- c) o art. 5º;

II – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

- a) o art. 3º; e
- b) o art. 5º;

III – os incisos I e III do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV – o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V – o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI – a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII – o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII – o art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984;

IX – o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;



143
36

X – o inciso VIII do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

XI – a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XII – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

a) os incisos II, III, IV e VI do *caput* e os §§ 1º ao 4º do art. 6º;

b) o art. 8º ao art. 10; e

c) os incisos IV, VI e VIII do *caput* e os §§ 1º ao 10 do art. 56;

XIII – os §§ 1º a 3º do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

XIV – a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;

XV – a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;

XVI – o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

XVII – a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;

XVIII – o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;

XIX – o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; e

XX – o § 4º e o § 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor:

I – após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação, em relação à alteração do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na forma da redação dada pelo art. 37 desta Lei; e



144

37

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

ANEXO I

| Faixa de Valor da Premiação mensal | Valor da Taxa de Fiscalização mensal |
|--|--------------------------------------|
| Até R\$ 30.837.749,76 | R\$ 54.419,56 |
| De R\$ 30.837.749,77 a R\$ 51.396.249,60 | R\$ 90.699,26 |
| De R\$ 51.396.249,61 a R\$ 85.660.416,00 | R\$ 151.165,44 |
| De R\$ 85.660.416,01 a R\$ 142.767.360,00 | R\$ 251.942,40 |
| De R\$ 142.767.360,01 a R\$ 237.945.600,00 | R\$ 419.904,00 |
| De R\$ 237.945.600,01 a R\$ 396.576.000,00 | R\$ 699.840,00 |
| De R\$ 396.576.000,01 a R\$ 660.960.000,00 | R\$ 1.166.400,00 |
| Acima de R\$ 660.960.000,01 | R\$ 1.944.000,00 |

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO RELATÓRIO
APRESENTADO NA COMISSÃO MISTA DESTINADA A
EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº
846, DE 31 DE JULHO DE 2018**

Da COMISSAO MISTA, sobre a Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, que altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.



SF/18937.51192-96

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Na 5ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória (MPV) nº 846, de 2018, realizada em 6 de novembro de 2018, propomos complementação ao Relatório apresentado em 31 de outubro último. Durante a discussão da matéria, houve a exposição pelos Parlamentares presentes de dúvidas a respeito da matéria. Em razão disso, a sessão foi declarada suspensa e reaberta nesta data, ocasião em propomos outra complementação, a qual busca sanar os questionamentos levantados.

A primeira alteração se refere à exclusão do anterior art. 42 e do inciso VIII do anterior art. 47 constantes do PLV. A intenção é manter a legislação relativa à exploração de loterias pelos jôqueis-clubes da forma como se encontra atualmente. Por sua vez, a segunda alteração suprime as expressões “observado, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014” e “nos termos da regulamentação pertinente”, respectivamente, dos §§ 5º e 6º do art. 23 do PLV.

A terceira alteração diz respeito ao acréscimo de novo representante, titular e suplente, do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP) no Conselho Gestor do FNSP, de modo que



o conselho teria composição ímpar. Impomos também que os representantes do CONSESP sejam de diferentes regiões geográficas do País. Por sua parte, a quarta alteração se refere à determinação de que entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) dos recursos do FNSP sejam aplicados obrigatoriamente em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública ou em programas de melhoria da qualidade de vida desses mesmos profissionais.

A quinta alteração recompõe o percentual destinado à Caixa Econômica Federal (CEF), a título de cobertura das despesas com manutenção e custeio, no produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos para o percentual proposto pela MPV nº 841, de 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento). Por seu turno, a sexta alteração, com o intuito de que o incentivo ao mérito na educação seja mantido no PLV, propõe que, ao invés de as unidades escolares receberem recursos advindos dos concursos de prognósticos numéricos, elas recebam recursos da loteria de apostas de quota fixa.

Com isso, na loteria de apostas de quota fixa, as unidades escolares terão, do produto da arrecadação, 1% (um por cento) e 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) quando a loteria for realizada, respectivamente, em meio físico e em meio virtual (denominação nova para o meio eletrônico). Esses ajustes ocorrerão à custa do FNSP.

A sétima alteração determina que, na loteria de apostas por quota fixa, a participação das entidades desportivas da modalidade futebol seja de 2% (dois por cento) e de 1% (um por cento) quando a loteria for realizada em meio físico e em meio virtual, na devida ordem. Esses ajustes se darão à custa da redução da premiação mínima.

A oitava alteração é referente à imposição de prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, para que o Ministério da Fazenda estabeleça regras para a autorização ou concessão aos agentes operadores da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

Por fim, a nona alteração se refere à destinação de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação da Lotex para as entidades desportivas da modalidade futebol, com o intuito de corrigir uma injustiça cometida pela MPV nº 841, de 2018, que retirou a garantia de um percentual fixo para os clubes de futebol na arrecadação dessa modalidade lotérica. Esse ajuste ocorrerá à custa da área da segurança



SF/18937.51192-96



pública, cujo percentual passará a ser de 13,5% (treze inteiros e cinco décimos por cento).

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, a rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 846, de 2018)

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, a Lei nº 9.615, de 24 março de 1998, que institui normas gerais para o desporto, a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outros assuntos, disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I – as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, de modo a conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e de promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II – a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, de forma a proporcionar clareza e transparência ao sistema de rateio, e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos para as ações de segurança pública.

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Constituem recursos do FNSP:

I – as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;



II – as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de seus recursos orçamentários, observada a legislação aplicável;

III – das dotações que lhe forem consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV – das demais receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I – três do Ministério da Segurança Pública;

II – um da Casa Civil da Presidência da República;

III – um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV – um do Ministério dos Direitos Humanos;

V – um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI – dois do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública – CONSESP, sendo de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do *caput* serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do *caput* serão indicados pelo próprio CONSESP e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, a ser



SF/18937.51192-96



designado no ato do Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública a que se refere o § 1º.

§ 4º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública.

§ 6º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentado pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:

I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II – aquisição de materiais, equipamentos e veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluindo os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;



SF/18937.51192-96



IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X – premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI – ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º Entre dez por cento e quinze por cento dos recursos do FNSP devem ser destinados para aplicação em programas:

I – habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e

II – de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I – em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do *caput* do art. 7º.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 7º.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.



SF/18937.51192-96



§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II

Da transferência dos recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:

I – a título de transferência obrigatória, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere; e

II – por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º não transferidos nos termos do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º ficará condicionado:

I – à instituição e ao funcionamento:

a) de Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública; e

b) de Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II – à existência:



SF/18937.51192-96



a) de plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública; e

b) de conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III – à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública para o Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e

IV – ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º A conta corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º.



§ 7º O Ministério de Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar dano ao erário ou comprometimento da aplicação regular dos recursos.

Seção III

Da execução direta pela União e da transferência por meio de convênios e contratos de repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º que não forem destinados na forma prevista no inciso I do *caput* do art. 7º serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o *caput* ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II – integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a dois anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º.



SF/18937.51192-96



Seção IV

Dos critérios para a aplicação dos recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I – os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do *caput* do art. 8º e do inciso II do parágrafo único do art. 9º;

II – a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do *caput* do art. 7º;

III – o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV – os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V – a periodicidade da apresentação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI – a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos presentes no relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII – a forma e os critérios para a integração de sistemas e dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do *caput* ensejará a devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.



Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, tanto em meio físico quanto em meio virtual, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I – loteria federal (espécie passiva) – loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico, ou seja, impresso, ou virtual, ou seja, eletrônico;

II – loteria de prognósticos numéricos – loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – loteria de prognóstico específico – loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – loterias de prognósticos esportivos – loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V – loteria instantânea exclusiva – Lotex – loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.



157
13

§ 3º Os recursos de que trata o § 2º serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies – até que seja alcançado o valor limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

§ 4º Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I – a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º, observado o disposto no art. 15; e

II – na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;



b) um inteiro e cinco décimos por cento para o Fundo Nacional da Cultura – FNC;

c) oitenta e um centésimos por cento para o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) cinco décimos por cento para o FNC;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



h) sessenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinco décimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;



h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e um centésimos por cento para o FNC;

c) três por cento para o Funpen;

d) seis inteiros e oito décimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



i) quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 1º O CBC aplicará, no mínimo, quinze por cento dos recursos a que se referem o item 2 da alínea “e” do inciso I e o item 2 da alínea “e” do inciso II, ambos do *caput*, em atividades paradesportivas:

I – diretamente, nesse caso não podendo restringir a participação nos editais de chamamento em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II – por meio de repasses ao CPB.

§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos nos seguintes termos:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso I do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenacclubes; e

II – três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso II do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação



prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenacclubes.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) um por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o Fundo Nacional de Saúde – FNS;

c) um por cento para o Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) setenta e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



k) quarenta e seis por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) um por cento para a seguridade social;

b) setenta e cinco centésimos por cento para o FNS;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) três por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) vinte e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

k) cinquenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:



a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento para o FNSP;

e) dez por cento para o Ministério do Esporte;

f) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

i) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) dois por cento para o FNSP;

d) três inteiros e um décimo por cento para o Ministério do Esporte;



e) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

f) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

g) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) cinquenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de três concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

I – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapaes;

II – Cruz Vermelha Brasileira; e

III – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – Fenapestalozzi.

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.



§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I – quatro décimos por cento para a seguridade social;

II – treze inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

III – nove décimos por cento para o Ministério do Esporte;

IV – quatro décimos por cento para o FNC;

V – um inteiro e cinco décimos por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da Lotex;

VI – dezoito inteiros e três décimos por cento para despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

VII – sessenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão, na Conta Única do Tesouro Nacional, os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* do art. 15, no inciso II do *caput* do art. 16, no inciso II do *caput* do art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do *caput* do art. 15, no inciso I do *caput* do art. 16, no inciso I do *caput* do art. 17 e no inciso I do *caput* do art. 18 enquanto não for constatado o início do



167
23

ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos art. 15, art. 16, art. 17, art. 18 e art. 20, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I – o COB;

II – o CPB;

III – o CBC;

IV – a CBDE;

V – a CBDU;

VI – a Fenaclubes;

VII – as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes ;

VIII – as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico e da Lotex; e

IX – as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso VIII do *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei nº



11.345, de 14 de setembro de 2006, no tocante ao concurso de prognóstico específico.

Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o *caput* darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o *caput*.

§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o *caput* e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.

§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o *caput* não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes:

I – dos programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II – dos valores gastos; e

III – dos critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto.



SF/18937.51192-96



§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no *caput*, o COB e o CPB deverão aplicar dos recursos recebidos, no mínimo, dez por cento para fomento de eventos e competições esportivas, realização de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, inclusive aquelas sob sua gestão.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas mencionadas no § 6º.

Art. 24. Os recursos destinados à Fenacubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenacubes.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao Poder Público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no *caput* deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de doze meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal



deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.

Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts. 12 a 14 da referida Lei, sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I — cassação da autorização;

II — proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que nunca excederá dois anos; e

III — multa de até cem por cento da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. É criada modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada ou concedida pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, podendo ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais.



SF/18937.51192-96



§ 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I – Em meio físico:

a) no mínimo, oitenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) cinco décimos por cento para a seguridade social;

c) um por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) dois inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

e) dois por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, quatorze por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

II – Em meio virtual:

a) no mínimo, oitenta e nove por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) vinte e cinco centésimos por cento para a seguridade social;

c) setenta e cinco centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem



alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) um por cento para o FNSP;

e) um por cento por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, oito por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

§ 1º Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nas alíneas “a” e “f” dos incisos I e II do *caput*, poderão variar, desde que a média anual atenda os percentuais mínimos e máximos estabelecidos em tais alíneas.

§ 2º Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos beneficiários legais de que tratam as alíneas “c” e “e” dos incisos I e II do *caput*.

§ 3º Os recursos de que tratam as alíneas “c” dos incisos I e II do *caput* deverão ser aplicados em custeio e investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades executoras as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias.

§ 5º Para os fins desta Lei, consideram-se unidades executoras próprias as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.



SF/18937.51192-96



Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado para cada ganho o disposto no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente na forma do Anexo I.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 5º O valor surgido da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o *caput* será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.



Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e *marketing* da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos, se o seu pagamento não for reclamado em até noventa dias da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Parágrafo único. Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido no *caput* serão destinados à Conta Única do Tesouro Nacional, para a utilização na amortização e no pagamento de serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 35. Em observação à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividade Financeira – COAF, na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do *caput* do art. 195 da Constituição.

§ 1º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 2º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 3º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.” (NR)

“**Art. 28.**



SF/18937.51192-96



175
31.....
§ 9º
aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta em
conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

.....” (NR)

Art. 37. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar
com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**I – receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao
cumprimento do disposto no art. 7º;

.....” (NR)

“**Art. 18-A.**
V – garantam a representação da categoria de atletas das
respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade
incumbidos diretamente de assuntos esportivos e nos órgãos e
conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das
competições;.....
VII – estabeleçam em seus estatutos:.....
d) mecanismos de controle interno;.....
h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de
seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o
equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos, já computada a
eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do art. 22;i) possibilidade de apresentação de candidatura à presidente ou
dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado
ao máximo de 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia
geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões
realizadas durante o ano; ek) participação de atletas nos colegiados de direção e no
colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos

diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade; e

§ 1º As entidades de prática desportiva estão dispensadas das condições previstas:

II – na alínea “g”, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k”, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, todos do inciso VII do *caput* deste artigo; e

§ 5º Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do inciso VII do *caput* deste artigo são exclusivas das entidades nacionais de administração do desporto.” (NR)

“Art. 22.

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º;

.....” (NR)

“Art. 56.

II – receitas oriundas de exploração de loteria;

.....” (NR)

“Art. 82-B.

§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do *caput* serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, à Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE e à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º



SF/18937.51192-96



177
33

.....

§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a dezesseis anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.” (NR)

“Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

.....” (NR)

Art. 39. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 40. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos incisos II ao IV do *caput* do art. 8º e os incisos I e II do parágrafo único do art. 9º.

Art. 41. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplicará se a imposição do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 42. A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

IX – a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X – o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e

SF/18937.51192-96



XI – o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.” (NR)

Art. 43. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

.....” (NR)

Art. 44. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação desta Lei, somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 45. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará os montantes das renúncias fiscais decorrentes dos dispostos no inciso III do art. 19 e nos arts. 36 e 39 desta Lei e incluí-los-á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos às renúncias.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais desta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput*, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 46. Ficam revogados:



179
35

I – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

- a) o inciso I do *caput* do art. 3º;
- b) o art. 4º; e
- c) o art. 5º;

II – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

- a) o art. 3º; e
- b) o art. 5º;

III – os incisos I e III do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV – o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V – o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI – a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII – o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII – o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

IX – o inciso VIII do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

X – a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XI – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

- a) os incisos II, III, IV e VI do *caput* e os §§ 1º ao 4º do art. 6º;



SF/18937.51192-96



- b) o art. 8º ao art. 10; e
- c) os incisos IV, VI e VIII do *caput* e os §§ 1º ao 10 do art. 56;
- XII – os §§ 1º a 3º do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;
- XIII – a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;
- XIV – a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;
- XV – o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;
- XVI – a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;
- XVII – o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;
- XVIII – o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
- e
- XIX – o § 4º e o § 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor:

I – após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação, em relação à alteração do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na forma da redação dada pelo art. 37 desta Lei; e

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

ANEXO I

| Faixa de Valor da Premiação mensal | Valor da Taxa de Fiscalização mensal |
|--|--------------------------------------|
| Até R\$ 30.837.749,76 | R\$ 54.419,56 |
| De R\$ 30.837.749,77 a R\$ 51.396.249,60 | R\$ 90.699,26 |
| De R\$ 51.396.249,61 a R\$ 85.660.416,00 | R\$ 151.165,44 |
| De R\$ 85.660.416,01 a R\$ 142.767.360,00 | R\$ 251.942,40 |
| De R\$ 142.767.360,01 a R\$ 237.945.600,00 | R\$ 419.904,00 |



181
37

| | |
|--|------------------|
| De R\$ 237.945.600,01 a R\$ 396.576.000,00 | R\$ 699.840,00 |
| De R\$ 396.576.000,01 a R\$ 660.960.000,00 | R\$ 1.166.400,00 |
| Acima de R\$ 660.960.000,01 | R\$ 1.944.000,00 |

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO AO RELATÓRIO
APRESENTADO NA COMISSÃO MISTA DESTINADA A
EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº
846, DE 31 DE JULHO DE 2018**

Da COMISSÃO MISTA, sobre a Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, que altera a Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.



SF/18986.17080-72

Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Na 5ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória (MPV) nº 846, de 2018, realizada em 6 de novembro de 2018, propomos complementação ao Relatório apresentado em 31 de outubro último. Durante a discussão da matéria, houve a exposição pelos Parlamentares presentes de dúvidas a respeito da matéria. Em razão disso, a sessão foi declarada suspensa e reaberta nesta data, ocasião em propomos outra complementação, a qual busca sanar os questionamentos levantados.

A primeira alteração se refere à exclusão do anterior art. 42 e do inciso VIII do anterior art. 47 constantes do PLV. A intenção é manter a legislação relativa à exploração de loterias pelos jôqueis-clubes da forma como se encontra atualmente. Por sua vez, a segunda alteração suprime as expressões “observado, no que couber, o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014” e “nos termos da regulamentação pertinente”, respectivamente, dos §§ 5º e 6º do art. 23 do PLV.

A terceira alteração diz respeito ao acréscimo de novo representante, titular e suplente, do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP) no Conselho Gestor do FNSP, de modo que



o conselho teria composição ímpar. Impomos também que os representantes do CONSESP sejam de diferentes regiões geográficas do País. Por sua parte, a quarta alteração se refere à determinação de que entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) dos recursos do FNSP sejam aplicados obrigatoriamente em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública ou em programas de melhoria da qualidade de vida desses mesmos profissionais.

A quinta alteração recompõe o percentual destinado à Caixa Econômica Federal (CEF), a título de cobertura das despesas com manutenção e custeio, no produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos para o percentual proposto pela MPV nº 841, de 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento). Por seu turno, a sexta alteração, com o intuito de que o incentivo ao mérito na educação seja mantido no PLV, propõe que, ao invés de as unidades escolares receberem recursos advindos dos concursos de prognósticos numéricos, elas recebam recursos da loteria de apostas de quota fixa.

Com isso, na loteria de apostas de quota fixa, as unidades escolares terão, do produto da arrecadação, 1% (um por cento) e 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) quando a loteria for realizada, respectivamente, em meio físico e em meio virtual (denominação nova para o meio eletrônico). Esses ajustes ocorrerão à custa do FNSP.

A sétima alteração determina que, na loteria de apostas por quota fixa, a participação das entidades desportivas da modalidade futebol seja de 2% (dois por cento) e de 1% (um por cento) quando a loteria for realizada em meio físico e em meio virtual, na devida ordem. Esses ajustes se darão à custa da redução da premiação mínima.

A oitava alteração é referente à imposição de prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, para que o Ministério da Fazenda estabeleça regras para a autorização ou concessão aos agentes operadores da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.

A nona alteração se refere à destinação de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação da Lotex para as entidades desportivas da modalidade futebol, com o intuito de corrigir uma injustiça cometida pela MPV nº 841, de 2018, que retirou a garantia de um percentual fixo para os clubes de futebol na arrecadação dessa modalidade lotérica. Já a décima alteração diz respeito à elevação do percentual do produto da arrecadação da Lotex destinado ao FNC, que passará a ser de



SF/18986.17080-72



0,9% (nove décimos por cento). Esses ajustes ocorrerão à custa da área da segurança pública, cujo percentual passará a ser de 13,0% (treze por cento).

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nºs 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, a rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 846, de 2018)

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, a Lei nº 9.615, de 24 março de 1998, que institui normas gerais para o desporto, a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outros assuntos, disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I – as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, de modo a conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e de promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II – a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, de forma a proporcionar clareza e transparência ao sistema de rateio, e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos para as ações de segurança pública.

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Constituem recursos do FNSP:

I – as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;



II – as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de seus recursos orçamentários, observada a legislação aplicável;

III – das dotações que lhe forem consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV – das demais receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I – três do Ministério da Segurança Pública;

II – um da Casa Civil da Presidência da República;

III – um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV – um do Ministério dos Direitos Humanos;

V – um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI – dois do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública – CONSESP, sendo de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do *caput* serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do *caput* serão indicados pelo próprio CONSESP e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, a ser



SF/18986.17080-72



designado no ato do Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública a que se refere o § 1º.

§ 4º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública.

§ 6º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentado pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:

I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II – aquisição de materiais, equipamentos e veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluindo os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;



SF/18986.17080-72



IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X – premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI – ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º Entre dez por cento e quinze por cento dos recursos do FNSP devem ser destinados para aplicação em programas:

I – habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e

II – de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I – em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do *caput* do art. 7º.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 7º.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.



SF/18986.17080-72



§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II

Da transferência dos recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:

I – a título de transferência obrigatória, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere; e

II – por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º não transferidos nos termos do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º ficará condicionado:

I – à instituição e ao funcionamento:

a) de Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública; e

b) de Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II – à existência:



SF/18986.17080-72



a) de plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública; e

b) de conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III – à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública para o Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e

IV – ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º A conta corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º.



191
10

§ 7º O Ministério de Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar dano ao erário ou comprometimento da aplicação regular dos recursos.

Seção III

Da execução direta pela União e da transferência por meio de convênios e contratos de repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º que não forem destinados na forma prevista no inciso I do *caput* do art. 7º serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o *caput* ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II – integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a dois anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º.



SF/18986.17080-72



Seção IV

Dos critérios para a aplicação dos recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I – os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do *caput* do art. 8º e do inciso II do parágrafo único do art. 9º;

II – a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do *caput* do art. 7º;

III – o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV – os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V – a periodicidade da apresentação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI – a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos presentes no relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII – a forma e os critérios para a integração de sistemas e dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do *caput* ensejará a devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.



SF/18986.17080-72



Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.

CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, tanto em meio físico quanto em meio virtual, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I – loteria federal (espécie passiva) – loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico, ou seja, impresso, ou virtual, ou seja, eletrônico;

II – loteria de prognósticos numéricos – loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – loteria de prognóstico específico – loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – loterias de prognósticos esportivos – loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V – loteria instantânea exclusiva – Lotex – loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.



SF/18986.17080-72



§ 3º Os recursos de que trata o § 2º serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies – até que seja alcançado o valor limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

§ 4º Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I – a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º, observado o disposto no art. 15; e

II – na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;



SF/18986.17080-72



b) um inteiro e cinco décimos por cento para o Fundo Nacional da Cultura – FNC;

c) oitenta e um centésimos por cento para o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) cinco décimos por cento para o FNC;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



h) sessenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinco décimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;



197
16

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e um centésimos por cento para o FNC;

c) três por cento para o Funpen;

d) seis inteiros e oito décimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



i) quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 1º O CBC aplicará, no mínimo, quinze por cento dos recursos a que se referem o item 2 da alínea “e” do inciso I e o item 2 da alínea “e” do inciso II, ambos do *caput*, em atividades paradesportivas:

I – diretamente, nesse caso não podendo restringir a participação nos editais de chamamento em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II – por meio de repasses ao CPB.

§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos nos seguintes termos:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso I do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenalubes; e

II – três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso II do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação



SF/18986.17080-72



prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenaclubes.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) um por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o Fundo Nacional de Saúde – FNS;

c) um por cento para o Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) setenta e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



SF/18986.17080-72



k) quarenta e seis por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) um por cento para a seguridade social;

b) setenta e cinco centésimos por cento para o FNS;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) três por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) vinte e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

k) cinquenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:



201
20

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento para o FNSP;

e) dez por cento para o Ministério do Esporte;

f) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

i) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

j) trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;

b) um por cento para o FNC;

c) dois por cento para o FNSP;

d) três inteiros e um décimo por cento para o Ministério do Esporte;



e) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;

f) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

g) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) cinquenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de três concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

I – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapaes;

II – Cruz Vermelha Brasileira; e

III – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – Fenapestalozzi.

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.



SF/18986.17080-72



§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I – quatro décimos por cento para a seguridade social;

II – treze por cento para o FNSP;

III – nove décimos por cento para o Ministério do Esporte;

IV – nove décimos por cento para o FNC;

V – um inteiro e cinco décimos por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da Lotex;

VI – dezoito inteiros e três décimos por cento para despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

VII – sessenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão, na Conta Única do Tesouro Nacional, os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* do art. 15, no inciso II do *caput* do art. 16, no inciso II do *caput* do art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do *caput* do art. 15, no inciso I do *caput* do art. 16, no inciso I do *caput* do art. 17 e no inciso I do *caput* do art. 18 enquanto não for constatado o início do



SF/18986.17080-72



ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos art. 15, art. 16, art. 17, art. 18 e art. 20, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I – o COB;

II – o CPB;

III – o CBC;

IV – a CBDE;

V – a CBDU;

VI – a Fenacclubes;

VII – as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes ;

VIII – as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico e da Lotex; e

IX – as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso VIII do *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei nº



SF/18986.17080-72



11.345, de 14 de setembro de 2006, no tocante ao concurso de prognóstico específico.

Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o *caput* darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o *caput*.

§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o *caput* e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.

§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o *caput* não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes:

I – dos programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II – dos valores gastos; e

III – dos critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto.



SF/18986.17080-72



§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no *caput*, o COB e o CPB deverão aplicar dos recursos recebidos, no mínimo, dez por cento para fomento de eventos e competições esportivas, realização de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, inclusive aquelas sob sua gestão.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas mencionadas no § 6º.

Art. 24. Os recursos destinados à Fenacubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenacubes.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao Poder Público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no *caput* deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de doze meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal



SF/18986.17080-72



207
26

deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.

Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts. 12 a 14 da referida Lei, sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I — cassação da autorização;

II — proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que nunca excederá dois anos; e

III — multa de até cem por cento da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. É criada modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada ou concedida pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, podendo ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais.



§ 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I – Em meio físico:

a) no mínimo, oitenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) cinco décimos por cento para a seguridade social;

c) um por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) dois inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

e) dois por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, quatorze por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

II – Em meio virtual:

a) no mínimo, oitenta e nove por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) vinte e cinco centésimos por cento para a seguridade social;

c) setenta e cinco centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem



SF/18986.17080-72



alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) um por cento para o FNSP;

e) um por cento por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, oito por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

§ 1º Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nas alíneas “a” e “f” dos incisos I e II do *caput*, poderão variar, desde que a média anual atenda os percentuais mínimos e máximos estabelecidos em tais alíneas.

§ 2º Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos beneficiários legais de que tratam as alíneas “c” e “e” dos incisos I e II do *caput*.

§ 3º Os recursos de que tratam as alíneas “c” dos incisos I e II do *caput* deverão ser aplicados em custeio e investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades executoras as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias.

§ 5º Para os fins desta Lei, consideram-se unidades executoras próprias as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.



SF/18986.17080-72



Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado para cada ganho o disposto no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente na forma do Anexo I.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 5º O valor surgido da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o *caput* será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.



SF/18986.17080-72



Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e *marketing* da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos, se o seu pagamento não for reclamado em até noventa dias da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Parágrafo único. Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido no *caput* serão destinados à Conta Única do Tesouro Nacional, para a utilização na amortização e no pagamento de serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 35. Em observação à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividade Financeira – COAF, na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do *caput* do art. 195 da Constituição.

§ 1º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 2º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 3º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.” (NR)

“**Art. 28.**



SF/18986.17080-72



.....
§ 9º

.....
aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta em conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

.....” (NR)

Art. 37. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**

I – receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao cumprimento do disposto no art. 7º;

.....” (NR)

“**Art. 18-A.**

.....
V – garantam a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e nos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições;

.....
VII – estabeleçam em seus estatutos:

.....
d) mecanismos de controle interno;

.....
h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do art. 22;

i) possibilidade de apresentação de candidatura à presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;

j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos



213
32

diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade; e

§ 1º As entidades de prática desportiva estão dispensadas das condições previstas:

II – na alínea “g”, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k”, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, todos do inciso VII do *caput* deste artigo; e

§ 5º Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do inciso VII do *caput* deste artigo são exclusivas das entidades nacionais de administração do desporto.” (NR)

“Art. 22.

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º;

.....” (NR)

“Art. 56.

II – receitas oriundas de exploração de loteria;

.....” (NR)

“Art. 82-B.

§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do *caput* serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, à Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE e à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º



SF/18986.17080-72



.....

§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a dezesseis anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.” (NR)

“Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

.....” (NR)

Art. 39. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 40. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos incisos II ao IV do *caput* do art. 8º e os incisos I e II do parágrafo único do art. 9º.

Art. 41. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplicará se a imposição do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 42. A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

IX – a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X – o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e



215
34

XI – o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.” (NR)

Art. 43. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

.....” (NR)

Art. 44. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação desta Lei, somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 45. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará os montantes das renúncias fiscais decorrentes dos dispostos no inciso III do art. 19 e nos arts. 36 e 39 desta Lei e incluí-los-á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos às renúncias.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais desta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput*, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 46. Ficam revogados:



SF/18986.17080-72



I – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

- a) o inciso I do *caput* do art. 3º;
- b) o art. 4º; e
- c) o art. 5º;

II – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

- a) o art. 3º; e
- b) o art. 5º;

III – os incisos I e III do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV – o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V – o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI – a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII – o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII – o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

IX – o inciso VIII do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

X – a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XI – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

- a) os incisos II, III, IV e VI do *caput* e os §§ 1º ao 4º do art. 6º;



217
36

- b) o art. 8º ao art. 10; e
- c) os incisos IV, VI e VIII do *caput* e os §§ 1º ao 10 do art. 56;
- XII – os §§ 1º a 3º do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;
- XIII – a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;
- XIV – a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;
- XV – o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;
- XVI – a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;
- XVII – o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;
- XVIII – o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
- e
- XIX – o § 4º e o § 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor:

I – após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação, em relação à alteração do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na forma da redação dada pelo art. 37 desta Lei; e

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

ANEXO I

| Faixa de Valor da Premiação mensal | Valor da Taxa de Fiscalização mensal |
|--|--------------------------------------|
| Até R\$ 30.837.749,76 | R\$ 54.419,56 |
| De R\$ 30.837.749,77 a R\$ 51.396.249,60 | R\$ 90.699,26 |
| De R\$ 51.396.249,61 a R\$ 85.660.416,00 | R\$ 151.165,44 |
| De R\$ 85.660.416,01 a R\$ 142.767.360,00 | R\$ 251.942,40 |
| De R\$ 142.767.360,01 a R\$ 237.945.600,00 | R\$ 419.904,00 |



SF/18986.17080-72



218

37

| | |
|--|------------------|
| De R\$ 237.945.600,01 a R\$ 396.576.000,00 | R\$ 699.840,00 |
| De R\$ 396.576.000,01 a R\$ 660.960.000,00 | R\$ 1.166.400,00 |
| Acima de R\$ 660.960.000,01 | R\$ 1.944.000,00 |

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18986.17080-72





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 846/2018

DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nesta data a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 846, de 2018, foi aprovado, por unanimidade, o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 846, de 31 de julho de 2018, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, com o acolhimento, parcial ou integral, das Emendas nos 6, 24, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39 e 41, e rejeição das demais Emendas apresentadas na Comissão Mista e a inclusão das propostas do Relator.

Brasília, 7 de novembro de 2018.

Deputado Evandro Roman
Presidente da Comissão Mista



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 846, de 2018)

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, bem como altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, a Lei nº 9.615, de 24 março de 1998, que institui normas gerais para o desporto, a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, e a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, entre outros assuntos, disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I – as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, de modo a conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e de promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II – a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, de forma a proporcionar



clareza e transparência ao sistema de rateio, e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos para as ações de segurança pública.

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3º Constituem recursos do FNSP:

I – as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

II – as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de seus recursos orçamentários, observada a legislação aplicável;

III – das dotações que lhe forem consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV – das demais receitas que lhe sejam destinadas.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:



I – três do Ministério da Segurança Pública;

II – um da Casa Civil da Presidência da República;

III – um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV – um do Ministério dos Direitos Humanos;

V – um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI – dois do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública – CONSESP, sendo de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do *caput* serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do *caput* serão indicados pelo próprio CONSESP e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, a ser designado no ato do Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública a que se refere o § 1º.

§ 4º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública.

§ 6º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentado pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:



I – construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II – aquisição de materiais, equipamentos e veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III – tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV – inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V – programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluindo os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI – capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII – integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII – atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;

IX – serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X – premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI – ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º Entre dez por cento e quinze por cento dos recursos do FNSP devem ser destinados para aplicação em programas:

I – habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e



II – de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I – em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II – em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do *caput* do art. 7º.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do disposto no inciso II do *caput* do art. 7º.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.

§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II

Da transferência dos recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:



I – a título de transferência obrigatória, no mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de outro instrumento congênere; e

II – por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 3º não transferidos nos termos do disposto no inciso I do *caput* deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º ficará condicionado:

I – à instituição e ao funcionamento:

a) de Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública; e

b) de Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II – à existência:

a) de plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública; e

b) de conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III – à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública para o Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e



IV – ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea “b” do inciso I do *caput* disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º A conta corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º.

§ 7º O Ministério de Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do *caput* do art. 7º quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar dano ao erário ou comprometimento da aplicação regular dos recursos.



Seção III

Da execução direta pela União e da transferência por meio de convênios e contratos de repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º que não forem destinados na forma prevista no inciso I do *caput* do art. 7º serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o *caput* ficará condicionada aos seguintes critérios:

I – existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II – integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a dois anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º.

Seção IV

Dos critérios para a aplicação dos recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I – os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do *caput* do art. 8º e do inciso II do parágrafo único do art. 9º;



II – a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do *caput* do art. 7º;

III – o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV – os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V – a periodicidade da apresentação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI – a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos presentes no relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII – a forma e os critérios para a integração de sistemas e dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do *caput* ensejará a devolução do saldo remanescente devidamente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – Sinesp.



CAPÍTULO III

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, tanto em meio físico quanto em meio virtual, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I – loteria federal (espécie passiva) – loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico, ou seja, impresso, ou virtual, ou seja, eletrônico;

II – loteria de prognósticos numéricos – loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – loteria de prognóstico específico – loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – loterias de prognósticos esportivos – loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V – loteria instantânea exclusiva – Lotex – loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.

§ 3º Os recursos de que trata o § 2º serão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies – até que seja alcançado o valor limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.



§ 4º Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de um ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I – a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º, observado o disposto no art. 15; e

II – na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e cinco décimos por cento para o Fundo Nacional da Cultura – FNC;

c) oitenta e um centésimos por cento para o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen;



d) cinco por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e quatro centésimos por cento para a seguridade social;

b) cinco décimos por cento para o FNC;

c) cinco décimos por cento para o Funpen;

d) dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento para o FNSP;

e) um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento para o COB;

f) oitenta e sete centésimos por cento para o CPB;

g) dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

h) sessenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:



I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento para o FNC;

c) um por cento para o Funpen;

d) nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinco décimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o Comitê Brasileiro de Clubes – CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e



i) quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento para a seguridade social;

b) dois inteiros e noventa e um centésimos por cento para o FNC;

c) três por cento para o Funpen;

d) seis inteiros e oito décimos por cento para o FNSP;

e) quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

2. cinco décimos por cento para o CBC;

3. vinte e dois centésimos por cento para a CBDE; e

4. onze centésimos por cento para a CBDU;

f) um inteiro e setenta e três centésimos por cento para o COB;

g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.



§ 1º O CBC aplicará, no mínimo, quinze por cento dos recursos a que se referem o item 2 da alínea “e” do inciso I e o item 2 da alínea “e” do inciso II, ambos do *caput*, em atividades paradesportivas:

I – diretamente, nesse caso não podendo restringir a participação nos editais de chamamento em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II – por meio de repasses ao CPB.

§ 2º Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos nos seguintes termos:

I – três inteiros e cinco décimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso I do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) quatro centésimos por cento para a Fenaclubes; e

II – três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento, previstos no item 1 da alínea “e” do inciso II do *caput*:

a) dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento efetivamente para o Ministério do Esporte;

b) um por cento para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do *caput* do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e



c) quatro centésimos por cento para a Fenaclubes.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) um por cento para a seguridade social;

b) um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento para o Fundo Nacional de Saúde – FNS;

c) um por cento para o Funpen;

d) cinco por cento para o FNSP;

e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

f) setenta e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;

g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;

h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;

i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

k) quarenta e seis por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:



- a) um por cento para a seguridade social;
- b) setenta e cinco centésimos por cento para o FNS;
- c) cinco décimos por cento para o Funpen;
- d) três por cento para o FNSP;
- e) cinco décimos por cento para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- f) vinte e cinco centésimos por cento para o Ministério do Esporte;
- g) um inteiro e vinte e seis centésimos por cento para o COB;
- h) setenta e quatro centésimos por cento para o CPB;
- i) vinte e dois por cento para entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;
- j) vinte por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e
- k) cinquenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação das loterias de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I – a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

- a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;
- b) um por cento para o FNC;



- c) um por cento para o Funpen;
- FNSP;
- d) onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento para o
- e) dez por cento para o Ministério do Esporte;
- f) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;
- g) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;
- h) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;
- i) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e
- j) trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II – a partir de 1º de janeiro de 2019:

- a) sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento para a seguridade social;
- b) um por cento para o FNC;
- c) dois por cento para o FNSP;
- Esporte;
- d) três inteiros e um décimo por cento para o Ministério do
- e) um inteiro e sessenta e três centésimos por cento para o COB;
- f) noventa e seis centésimos por cento para o CPB;



g) nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) dezenove inteiros e treze centésimos por cento para cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

i) cinquenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de três concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

I – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Fenapaes;

II – Cruz Vermelha Brasileira; e

III – Federação Nacional das Associações Pestalozzi – Fenapestalozzi.

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidas as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o *caput* a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais



redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I – quatro décimos por cento para a seguridade social;

II – treze por cento para o FNSP;

III – nove décimos por cento para o Ministério do Esporte;

IV – nove décimos por cento para o FNC;

V – um inteiro e cinco décimos por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da Lotex;

VI – dezoito inteiros e três décimos por cento para despesas de custeio e manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

VII – sessenta e cinco por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão, na Conta Única do Tesouro Nacional, os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* do art. 15, no inciso II do *caput* do art. 16, no inciso II do *caput* do art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do *caput* do art. 15, no inciso I do *caput* do art. 16, no inciso I do *caput* do art. 17 e no inciso I do *caput* do art. 18 enquanto não for constatado o início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na Conta Única do Tesouro Nacional.



§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos art. 15, art. 16, art. 17, art. 18 e art. 20, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I – o COB;

II – o CPB;

III – o CBC;

IV – a CBDE;

V – a CBDU;

VI – a Fenaclubes;

VII – as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes;

VIII – as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico e da Lotex; e

IX – as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso VIII do *caput* observará o disposto no art. 3º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, no tocante ao concurso de prognóstico específico.



Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o *caput* darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o *caput*.

§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o *caput* e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.

§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o *caput* não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes:

I – dos programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II – dos valores gastos; e

III – dos critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o *caput* serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto.

§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no *caput*, o COB e o CPB deverão aplicar dos recursos recebidos, no mínimo, dez por cento para fomento de eventos e competições esportivas, realização



de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, inclusive aquelas sob sua gestão.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas mencionadas no § 6º.

Art. 24. Os recursos destinados à Fenaclubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenaclubes.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao Poder Público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no *caput* deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de doze meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.



Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts. 12 a 14 da referida Lei, sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I — cassação da autorização;

II — proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que nunca excederá dois anos; e

III — multa de até cem por cento da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V

APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. É criada modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada ou concedida pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, podendo ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais.



§ 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I – Em meio físico:

a) no mínimo, oitenta por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) cinco décimos por cento para a seguridade social;

c) um por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) dois inteiros e cinco décimos por cento para o FNSP;

e) dois por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, quatorze por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica; e

II – Em meio virtual:

a) no mínimo, oitenta e nove por cento para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) vinte e cinco centésimos por cento para a seguridade social;

c) setenta e cinco centésimos por cento para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem



alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) um por cento para o FNSP;

e) um por cento por cento para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) no máximo, oito por cento para cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador dessa modalidade lotérica.

§ 1º Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção, previstos nas alíneas “a” e “f” dos incisos I e II do *caput*, poderão variar, desde que a média anual atenda os percentuais mínimos e máximos estabelecidos em tais alíneas.

§ 2º Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos beneficiários legais de que tratam as alíneas “c” e “e” dos incisos I e II do *caput*.

§ 3º Os recursos de que tratam as alíneas “c” dos incisos I e II do *caput* deverão ser aplicados em custeio e investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades executoras as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias.

§ 5º Para os fins desta Lei, consideram-se unidades executoras próprias as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.



Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado para cada ganho o disposto no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e incidirá de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente na forma do Anexo I.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 5º O valor surgido da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o *caput* será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a um ano, na forma do regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.



Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e *marketing* da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos, se o seu pagamento não for reclamado em até noventa dias da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Parágrafo único. Os prêmios não reclamados dentro do prazo estabelecido no *caput* serão destinados à Conta Única do Tesouro Nacional, para a utilização na amortização e no pagamento de serviço da Dívida Pública Federal.

Art. 35. Em observação à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividade Financeira – COAF, na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 26.** Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do *caput* do art. 195 da Constituição.

§ 1º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 2º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 3º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei.” (NR)

“**Art. 28.**



.....
§ 9º

.....
aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta em conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.

.....” (NR)

Art. 37. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 6º**

I – receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao cumprimento do disposto no art. 7º;

.....” (NR)

“**Art. 18-A.**

.....
V – garantam a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e nos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições;

.....
VII – estabeleçam em seus estatutos:

.....
d) mecanismos de controle interno;

.....
h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do art. 22;

i) possibilidade de apresentação de candidatura à presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoio limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;

j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos



diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade; e

.....
§ 1º As entidades de prática desportiva estão dispensadas das condições previstas:

.....
II – na alínea “g”, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral, todos do inciso VII do *caput* deste artigo; e

.....
§ 5º Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas “g”, “h”, “i”, “j” e “k” do inciso VII do *caput* deste artigo são exclusivas das entidades nacionais de administração do desporto.” (NR)

“Art. 22.

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º;

.....” (NR)

“Art. 56.

.....
II – receitas oriundas de exploração de loteria;

.....” (NR)

“Art. 82-B.

.....
§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do *caput* serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, à Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE e à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.” (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º



.....

§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a dezesseis anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.” (NR)

“Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

.....” (NR)

Art. 39. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 40. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos incisos II ao IV do *caput* do art. 8º e os incisos I e II do parágrafo único do art. 9º.

Art. 41. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplicará se a imposição do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 42. A Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....

IX – a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X – o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e



XI – o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

Parágrafo único. A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública.” (NR)

Art. 43. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

.....” (NR)

Art. 44. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC, na data de publicação desta Lei, somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 45. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará os montantes das renúncias fiscais decorrentes dos dispostos no inciso III do art. 19 e nos arts. 36 e 39 desta Lei e incluí-los-á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição que acompanhar o projeto de lei orçamentária anual e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos às renúncias.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais desta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no *caput*, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 46. Ficam revogados:



I – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

- a) o inciso I do *caput* do art. 3º;
- b) o art. 4º; e
- c) o art. 5º;

II – os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

- a) o art. 3º; e
- b) o art. 5º;

III – os incisos I e III do *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV – o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V – o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI – a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII – o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII – o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

IX – o inciso VIII do *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

X – a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XI – os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

- a) os incisos II, III, IV e VI do *caput* e os §§ 1º ao 4º do art. 6º;



253
34

b) o art. 8º ao art. 10; e

c) os incisos IV, VI e VIII do *caput* e os §§ 1º ao 10 do art. 56;

XII – os §§ 1º a 3º do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

XIII – a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;

XIV – a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;

XV – o inciso II do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

XVI – a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;

XVII – o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;

XVIII – o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

e

XIX – o § 4º e o § 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor:

I – após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação, em relação à alteração do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na forma da redação dada pelo art. 37 desta Lei; e

II – na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

ANEXO I

| Faixa de Valor da Premiação mensal | Valor da Taxa de Fiscalização mensal |
|--|--------------------------------------|
| Até R\$ 30.837.749,76 | R\$ 54.419,56 |
| De R\$ 30.837.749,77 a R\$ 51.396.249,60 | R\$ 90.699,26 |
| De R\$ 51.396.249,61 a R\$ 85.660.416,00 | R\$ 151.165,44 |
| De R\$ 85.660.416,01 a R\$ 142.767.360,00 | R\$ 251.942,40 |
| De R\$ 142.767.360,01 a R\$ 237.945.600,00 | R\$ 419.904,00 |



254

35

| | |
|--|------------------|
| De R\$ 237.945.600,01 a R\$ 396.576.000,00 | R\$ 699.840,00 |
| De R\$ 396.576.000,01 a R\$ 660.960.000,00 | R\$ 1.166.400,00 |
| Acima de R\$ 660.960.000,01 | R\$ 1.944.000,00 |

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2018.

Deputado EVANDRO ROMAN

Presidente da Comissão





Senado Federal

255

Relatório de Registro de Presença
CMMPV 846/2018, 07/11/2018 às 19h - 5ª, Reunião
 Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.

| Bloco da Maioria (MDB, PROS) | | | |
|--|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| MARTA SUPPLY | PRESENTE | 1. ROMERO JUCÁ | PRESENTE |
| DÁRIO BERGER | PRESENTE | 2. JOÃO ALBERTO SOUZA | |
| AIRTON SANDOVAL | PRESENTE | 3. FERNANDO BEZERRA COELHO | PRESENTE |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| FLEXA RIBEIRO | PRESENTE | 1. VAGO | |
| ANTONIO ANASTASIA | PRESENTE | 2. VAGO | |
| RONALDO CAIADO | PRESENTE | 3. JOSÉ AGRIPINO | |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ANA AMÉLIA | PRESENTE | 1. LASIER MARTINS | PRESENTE |
| SÉRGIO PETECÃO | | 2. VAGO | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| LINDBERGH FARIAS | | 1. PAULO ROCHA | PRESENTE |
| ACIR GURGACZ | PRESENTE | 2. ÂNGELA PORTELA | |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ANTONIO CARLOS VALADARES | | 1. RANDOLFE RODRIGUES | |
| VANESSA GRAZZIOTIN | | 2. CRISTOVAM BUARQUE | |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB) | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| VAGO | | 1. VAGO | |
| MDB | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| HILDO ROCHA | PRESENTE | 1. JOÃO MARCELO SOUZA | |
| LEONARDO QUINTÃO | PRESENTE | 2. SERGIO SOUZA | PRESENTE |
| PT | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ANDRES SANCHEZ | PRESENTE | 1. VALMIR PRASCIDELLI | |
| VICENTE CANDIDO | PRESENTE | 2. JOÃO DANIEL | |
| PP, AVANTE, PODE | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ARTHUR LIRA | | 1. FAUSTO PINATO | PRESENTE |
| PSDB | | | |
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| FLORIANO PESARO | PRESENTE | 1. OTAVIO LEITE | PRESENTE |





256

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CMMPV 846/2018, 07/11/2018 às 19h - 5ª, Reunião

Comissão Mista da Medida Provisória nº 846, de 2018.

| PR | | |
|-----------------------|---------------------------|--------------------------|
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| JOSÉ ROCHA | 1. DELEGADO EDSON MOREIRA | PRESENTE |
| PSD | | |
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| EVANDRO ROMAN | 1. FÁBIO MITIDIERI | PRESENTE |
| PSB | | |
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| TADEU ALENCAR | 1. BEBETO | PRESENTE |
| DEM | | |
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| LAURA CARNEIRO | 1. FELIPE MAIA | PRESENTE |
| PROS, PTB | | |
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| DELEY | 1. FELIPE BORNIER | PRESENTE |
| PRB | | |
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| CÉSAR HALUM | 1. HUGO MOTTA | PRESENTE |
| PSL | | |
| TITULARES | SUPLENTEs | |
| DELEGADO FRANCISCHINI | 1. EDUARDO BOLSONARO | PRESENTE |

Não Membros Presentes

DALIRIO BEBER
 WILDER MORAIS
 WELLINGTON FAGUNDES
 VICENTINHO ALVES
 JOSÉ PIMENTEL
 VALDIR RAUPP
 ATAÍDES OLIVEIRA
 CIDINHO SANTOS
 PAULO PAIM
 CLEBER VERDE
 PEDRO CHAVES
 MARIA DO CARMO ALVES





CONGRESSO NACIONAL

PARECER (CN) Nº 1, DE 2018

Da COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018, sobre a Medida Provisória nº 845, de 2018, que Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário.

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro

RELATOR: Deputado Lúcio Vale

RELATOR REVISOR: Senador Pedro Chaves

14 de Novembro de 2018



COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018

Institui o Fundo Nacional de
Desenvolvimento Ferroviário.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado LÚCIO VALE



I - RELATÓRIO

A Medida Provisória nº 845, de 20 de julho de 2018 institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário – FNDF, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, destinando recursos para investimentos no subsistema ferroviário federal.

De acordo com o seu art. 2º, o FNDF contará com recursos provenientes de dotações orçamentárias e doações, entre outros, além do que resultar da outorga da subconcessão da EF-151 – Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional/TO e Estrela d'Oeste/SP (inclusive ágio), o que, aliás, justificaria a urgência da iniciativa, para que tais recursos estejam disponíveis quando o TCU liberar o respectivo edital.

As vinculações da receita orçamentária, por outro lado, estão subordinadas ao que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, em seu art. 114, § 4º:

Art. 114.....

§ 4º Os projetos de lei aprovados ou as medidas provisórias que resultem em renúncia de receita em razão de concessão



ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

Segundo o art. 3º, os recursos do Fundo serão aplicados no subsistema ferroviário federal, prioritariamente na ligação do Complexo Portuário de Vila do Conde/PA à EF-151 – Ferrovia Norte-Sul, iniciando-se no Município de Barcarena/PA, para garantir a ligação ao Complexo Portuário de Vila do Conde/PA. A interligação da Ferrovia Norte-Sul é a espinha dorsal do transporte ferroviário brasileiro.

O funcionamento do FNDF será regulamentado por ato do Poder Executivo Federal (art. 4º).

De acordo com Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 42, de 2018, do Ministro dos Transportes Portos e Aviação Civil (MTPA) e do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), o FNDF tem essencial relevância ao viabilizar investimentos imprescindíveis no Subsistema Ferroviário Federal, notadamente no Arco Norte do Brasil, a fim de se aumentar a participação do modo ferroviário na matriz de transportes brasileira, proporcionando, por um lado: a redução dos custos de transportes, da emissão de poluentes e do número de acidentes em rodovias, além da melhoria do desempenho econômico de toda a malha ferroviária, e resultando, por outro lado: no aumento da competitividade dos produtos brasileiros no exterior, do incentivo aos investimentos, da modernização e da produção agrícola.

Segundo os Ministros subscritores da EMI, a urgência da MPV justifica-se pelo avançar do cronograma do projeto de subconcessão da EF-151 – Ferrovia Norte-Sul, do trecho entre Porto Nacional-TO e Estrela D'Oeste-SP, cuja publicação do edital está prevista para ocorrer até o final do mês de agosto deste ano. Esses Ministros informam que o referido projeto de licitação da subconcessão da EF-151 está em análise por equipe técnica do Tribunal de Contas da União – etapa precedente à publicação do edital –, assim, seria de fundamental importância a formalização do Fundo antes da realização da licitação, evitando-se que os recursos provenientes da subconcessão sejam



CD/18621.28227-80



destinados aos cofres do Tesouro Nacional e não reinvestidos no subsistema ferroviário.

Segundo a EMI nº 42, de 2018, na vigência da MPV nº 845, os valores devidos como contrapartida à União (outorga da subconcessão da EF-151 – Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional-TO e Estrela D'Oeste-SP, e o respectivo ágio) serão direcionados de forma adequada ao próprio Subsistema Ferroviário Federal, garantindo o desenvolvimento de um setor que historicamente necessita de investimentos.

Foram apresentadas 19 emendas, conforme especificação a seguir.

| Nº | AUTOR | OBJETO |
|----|---------------------------|---|
| 1 | Dep. OSVALDO MAFRA | Modifica os §§ 1º e 2º do art. 3º, para incluir como prioridade a conclusão dos projetos técnicos da Ferrovia Litorânea, Imbituba-Araquari e da Ferrovia Leste-Oeste, Itajaí-São Miguel Do Oeste, ambas no Estado de Santa Catarina. |
| 2 | Dep. JULIO LOPES | Altera os arts. 2º, para incluir, como fontes de recursos, os valores oriundos dos direitos de outorga das atuais concessões e subconcessões ferroviárias, relativos a parcelas vincendas a partir de janeiro de 2022; os valores oriundos dos direitos de outorga de prorrogações antecipadas ou de relicitações das atuais concessões e subconcessões ferroviárias; os valores oriundos dos direitos de outorga e seus respectivos ágios de novas concessões e subconcessões ferroviárias; e as obrigações pecuniárias decorrentes de Termos de Ajuste de Condutas e indenizações devidas pelas concessionárias e subconcessionárias ferroviárias à União, inclusive devoluções de trechos. Além disso, altera o art 3º, para incluir entre as aplicações prioritárias a Implantação da EF-118, interligando os Municípios de Nova Iguaçu/Queimados (RJ) na Malha Sudeste, concessionada à MRS Logística S.A, aos Municípios de Cariacica/Vitória (ES), na Estrada de Ferro Vitória a Minas, concessionada à Vale S.A; da Ferrovia EF-354 GO/MT/RO - Ferrovia de Integração do Centro-Oeste - FICO, no trecho entre Campinorte (GO) e Vilhena (RO); e do Contorno Ferroviário - Ferroanel Norte de São Paulo, no trecho entre São Paulo (SP) e Itaquaquecetuba (SP); |
| 3 | Sen. LÚCIA VÂNIA | Altera o art. 2º, para incluir como fontes de recursos as multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias; e as multas de trânsito de que trata a Lei nº 9.503, de |

CD/18621.28227-80



| | | |
|----|----------------------------------|---|
| | | 1997. |
| 4 | Dep. JÔ MORAES | Altera os §§ 1º e 2º do art. 3º, para incluir como prioridade a implantação do anel ferroviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. |
| 5 | Dep. HUGO LEAL | Altera os arts. 2º, para incluir, como fontes de recursos, os valores oriundos dos direitos de outorga das atuais concessões e subconcessões ferroviárias, relativos a parcelas vincendas a partir de janeiro de 2022; os valores oriundos dos direitos de outorga de prorrogações antecipadas ou de relicitações das atuais concessões e subconcessões ferroviárias; os valores oriundos dos direitos de outorga e seus respectivos ágios de novas concessões e subconcessões ferroviárias; e as obrigações pecuniárias decorrentes de Termos de Ajuste de Condutas e indenizações devidas pelas concessionárias e subconcessionárias ferroviárias à União, inclusive devoluções de trechos. Além disso, altera o art. 3º, para incluir como prioridades para aplicação dos recursos o Prolongamento da EF – 151, de Açailândia (MA) ao Complexo Portuário de Vila do Conde (PA); a implantação da EF-118, interligando os Municípios de Nova Iguaçu (RJ) e Cariacica (ES), na Estrada de Ferro Vitória a Minas; a implantação da Ferrovia EF-354, no trecho entre Campinorte (GO) e Lucas do Rio Verde (MT); e a Implantação do Contorno Ferroviário - Ferroanel Norte de São Paulo, no trecho entre os municípios de São Paulo (SP) e Itaquaquecetuba (SP); |
| 6 | Sen. FLEXA RIBEIRO | Acrescenta artigo, para alterar dispositivos da Lei nº 13.448/17, para determinar que os investimentos decorrentes das renovações antecipadas das concessões sejam realizados nos Estados que abrigam as respectivas linhas férreas. |
| 7 | Sen. FLEXA RIBEIRO | Altera o art. 2º, para a inserir, como fonte de recursos, as todas as receitas de outorgas de infraestrutura ferroviária; suprimindo o § 2º do mesmo artigo. |
| 8 | Sen. FLEXA RIBEIRO | Altera o § 1º do art. 3º, para substituir o trecho em que serão aplicados prioritariamente os recursos do FNDF, para a ligação ferroviária entre os municípios de Barcarena e Santana do Araguaia (PA). |
| 9 | Dep. ALFREDO KAEFER | Altera o § 1º do art. 3º, para incluir como prioridade de aplicação a construção do Trecho Ferroviário que liga os municípios de Maracaju-MS, Cascavel-PR, Guarapuava-PR e Paranaguá-PR – Ferroeste.. |
| 10 | Dep. EVAIR VIEIRA DE MELO | Suprime os parágrafos do art. 3º, para destinar indiscriminadamente os recursos do FNDF. |
| 11 | Dep. EVAIR VIEIRA DE MELO | Altera o art. 3º, para determinar como prioridade na aplicação, em substituição, a implantação da EF-118, interligando os Municípios de Nova Iguaçu/Queimados (RJ) na Malha Sudeste, |



CD/18621.28227-80



| | | |
|----|-----------------------|--|
| | | concessionada à MRS Logística S.A, aos Municípios de Cariacica/Vitória (ES). |
| 12 | Dep. JÔ MORAES | Acrescenta parágrafo ao art. 3º, para determinar que os recursos do FNDF sejam aplicados exclusivamente na malha não concedida ou subconcedida ao setor privado. |
| 13 | Dep. JÔ MORAES | Suprime os parágrafos do art. 3º, para destinar indiscriminadamente os recursos do FNDF. |
| 14 | Dep. JÔ MORAES | Altera o § 2º do art. 2º, para incluir todos os recursos provenientes de contratos de concessão de ferrovias. |
| 15 | Sen. RICARDO FERRAÇO | Altera o § 1º do art. 3º, para incluir, como prioridade de aplicação, a implantação da EF-118, interligando os Municípios de Nova Iguaçu/Queimados (RJ) na Malha Sudeste, concessionada à MRS Logística S.A, aos Municípios de Cariacica/Vitória (ES). |
| 16 | Sen. RICARDO FERRAÇO | Acrescenta artigo, para alterar dispositivos da Lei nº 13.448/17, para determinar que os investimentos decorrentes das renovações antecipadas das concessões e das compensações entre as concessionárias e a União ou suas entidades da administração pública federal indireta sejam realizados nos Estados que abrigam as respectivas linhas férreas. |
| 17 | Sen. ACIR GURGACZ | Altera o § 1º do art. 3º, para incluir, como prioridade de aplicação, a implantação da EF 354 – de Campinorte (GO) à Porto Velho (RO) |
| 18 | Dep. ARNALDO JARDIM | Trata-se de um Substitutivo à MPV. |
| 19 | Dep. CARLOS ZARATTINI | Dá nova redação à MPV, acrescentando como fonte de recursos os decorrentes da outorga das futuras concessões do subsistema ferroviário federal, incluído o respectivo ágio. Além disso, estabelece como destinação dos recursos do FNDF a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão no subsistema ferroviário federal. |



É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Dos requisitos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição Federal) e do atendimento ao art. 2º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 - CN

Verificamos que a Medida Provisória atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.



00100.157275/2018-23
CD/18621.28227-807
6

Os fundamentos de relevância e urgência constitucionalmente exigidos para a adoção de inovações legislativas na forma de Medida Provisória foram declinados na Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 42, de 2018.

Segundo a página do Governo Federal relativa ao Programa de Parceria de Investimentos¹ relativa à outorga da subconcessão da EF-151 – Ferrovia Norte-Sul, o TCU publicou o acórdão nº 2195/2018, que autorizava o prosseguimento da licitação, e estava prevista a publicação do edital pela ANTT no mês de novembro de 2018. Assim é demonstrada a urgência na instituição do FNDF, uma vez que a publicação do edital de licitação é iminente.

A relevância também é demonstrada pela carência de investimentos que o Brasil possui em sua malha ferroviária, que pode contribuir para a redução dos gargalos logísticos que o país enfrenta no transporte de produtos para exportação.

Dessa forma, julgamos que foram **atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência** da matéria tratada pela MPV nº 845, de 2018.

Dos demais requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Em relação à MPV 845, de 2018, a matéria não se enquadra na lista exaustiva de vedações de que trata o §1º do artigo 62 da Carta Política ou infringe qualquer disposição do mencionado comando constitucional.

Portanto, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa também estão verificados na MP nº 845, de 2018.

Quanto às dezenove emendas apresentadas, fazemos a seguir as seguintes considerações:

Em relação às emendas nºs 2 e 5, a proposta de inclusão do inciso V do art. 2º, que estabelece como fontes de receita do FNDF as

¹ https://www.ppi.gov.br/ferrovia_ef_151_sp_mg_go_to_ferrovia_norte_sul



obrigações pecuniárias decorrentes de Termos de Ajuste de Condutas (TAC) e as indenizações devidas pelas concessionárias e subconcessionárias ferroviárias à União, inclusive devoluções de trechos. Todavia, ressaltamos que, no caso dos Termos de Ajuste de Condutas celebrados pelo Ministério Público, o art. 13 da Lei nº 7.347, de 1985 – Lei da Ação Civil Pública – dispõe que “havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados”.

Como se sabe, a Lei nº 7.347, de 1985, é uma lei que trata sobre direito processual civil. O art. 62, § 1º, I, alínea “b” da Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias que tratem de matéria relativa à direito penal, processual penal e processual civil. Por conta disso, considerando que a alteração da destinação dos recursos das indenizações e obrigações percebidas no âmbito dos TACs fere dispositivo de lei processual civil, o inciso V, do art. 2º, proposto pelas emendas nº 2 e 5º, deve ser considerado inconstitucional.

Quanto a emenda nº 19, os parágrafos do art. 5º pressupõem a destinação de recursos do respectivo fundo para uma instituição financeira, em uma conta distinta da Conta Única do Tesouro Nacional. De acordo com a MPV nº 845 de 2019, o FNDF é um fundo de natureza contábil e financeira, ou seja, ela está englobada apenas no âmbito do Orçamento da União, sendo um fundo de natureza pública. Por conta disso, o depósito de seus valores em uma instituição financeira oficial viola o disposto no art. 163, § 3º da Constituição Federal, que estabelece o princípio da unicidade de caixa no âmbito das finanças públicas:

Art. 163

§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.



00100.157275/2018-23
CD/18621.28227-809
8

As falhas acima elencadas estão sendo corrigidas no Projeto de Lei de Conversão apresentado neste Parecer.

Em relação às demais emendas, assim como a Medida Provisória, elas atendem aos pressupostos em questão.

Diante do exposto, nos manifestamos **pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 845, de 2017, e das emendas a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.**

Da adequação orçamentária e financeira

A MP nº 845 de 2018, não apresenta vícios de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, uma vez que não cria novas despesas para a União, nem estabelece benefícios fiscais que impliquem renúncia de receitas.

As dezenove sujeitas à análise pela Comissão Mista seguem a mesma linha da Medida Provisória nº 845, de 2018, vez que nenhuma delas implica renúncia de receita ou aumento de despesa pública.

Dessa forma, as **disposições da Medida Provisória e das emendas a ela apresentadas encontram-se de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas, em especial a Lei nº 13.473, de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018), e a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).**

Do mérito

Quanto ao mérito dessa Medida Provisória, consideramos que a iniciativa do Poder Executivo é relevante para garantir a melhoria do sistema ferroviário nacional. Contudo, são necessários alguns ajustes na MPV, para que o FNDF destine recursos permanentemente para essa finalidade.

Primeiramente, no que tange às **fontes de recursos do FNDF**, consideramos que deve haver uma ampliação, ou seja, devem estar previstas



outras possibilidades de fontes. Nesse sentido, consideramos que devem ser acrescentadas as seguintes fontes, no art. 2º da MPV 845:

- valores oriundos dos direitos de outorga das atuais concessões e subconcessões ferroviárias, relativos a parcelas vincendas a partir de janeiro de 2022;
- valores oriundos dos direitos de outorga de prorrogações antecipadas ou de relicações das atuais concessões e subconcessões ferroviárias;
- valores oriundos dos direitos de outorga e seus respectivos ágios de novas concessões e subconcessões ferroviárias;
- as multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias;
- legados.

Para a inclusão das multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias, será necessário fazer alteração ao art. 77, inciso V, da Lei nº 10.233, de 2001, para que esses recursos deixem de ser destinados à ANTT.

Em relação à emenda nº 3, a inclusão do inciso IV ao art. 2º, que prevê como fonte de receita do fundo as multas de trânsito de que trata a Lei nº 9.503, de 1997, ressaltamos que o art. 320 dessa mesma lei já dispõe sobre como deverão ser destinados os recursos das multas de trânsito:

“Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito”.

Assim, essa possibilidade de fonte de recursos não será acatada no Projeto de Lei de Conversão, pois ela desvirtua os objetivos educativos e de melhoria da engenharia do tráfego previstos na aplicação dos recursos das multas de trânsito.



CD/18621.28227-80



Considerando essa situação, **as propostas de novas fontes de recursos ao FNDF, previstas nas emendas nºs 2, 3, 5, 14, 16, e 19, deverão ser parcialmente incorporadas ao texto do Projeto de Lei de Conversão da MPV.**

Em relação à **destinação dos recursos do FNDF**, consideramos que a priorização inicial de recursos proposta pelo Poder Executivo prevista nos §§ 1º e 2º do art. 3º da MPV nº 845 deverá ser mantida, dada as considerações feitas na Exposição de Motivos. Por conta disso, **devem ser rejeitadas as emendas nº 10 e 13**, uma vez que elas excluem do texto essa priorização inicial.

No que tange às **emendas nº 6 e 16**, que promovem alterações à Lei nº 13.447, de 2017, para determinar que os investimentos decorrentes das renovações antecipadas das concessões e das compensações dentre haveres entre a concessionária e a União ou entidades da administração pública federal indireta sejam realizados nos Estados que abrigam as respectivas linhas férreas, entendemos que esse tipo de alteração acaba engessando a forma de operação do FNDF, pois a redação original permite a compensação em malhas de outro estado, desde que haja interesse da administração pública. Portanto, consideramos que **essas emendas devem ser integralmente rejeitadas.**

O mesmo pode ser dito em relação à **emenda nº 12**, que prevê que os recursos do FNDF sejam aplicados exclusivamente na malha não concedida ou subconcedida ao setor privado, pois isso exclui a possibilidade de aplicação desses recursos em Sociedades de Propósito Específico (SPE), que é um mecanismo empregado nas Parcerias Público-Privadas (PPP) em que a União ou as entidades da administração pública federal indireta se tornam acionistas minoritários dessa sociedade. Logo, **essa emenda deverá também ser integralmente rejeitada.**

No que tange a aplicação dos recursos do FNDF, fizemos uma alteração no caput do art. 3º, para que os projetos respeitem os planos de desenvolvimento logístico dos Estados em que eles se situa, onde houver.



CD/18621.28227-80



Por fim, em relação às **propostas de inclusão de prioridades na aplicação dos recursos do FNDF**, consideramos que elas deverão ser incorporadas ao Projeto de Lei de Conversão como prioridades de caráter subsidiário ao que está previsto no § 1º do art. 3º. Dessa forma, elas deverão ser incluídas em um novo parágrafo ao art. 3º da MPV. Portanto, **as propostas de prioridades na aplicação dos recursos do fundo previstas nas emendas nºs 1, 2, 4, 5, 8, 9, 11, 15, e 17, deverão ser parcialmente incorporadas ao texto do Projeto de Lei de Conversão da MPV nº 845, de 2018.**



Conclusão

Diante do exposto, entendemos que a Medida Provisória deva ser aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão, que ora apresentamos anexo. Portanto, VOTAMOS:

I - pelo **atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 845, de 2018;**

II - pela **constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 845, de 2018, e das emendas a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo;**

III - pela **adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MPV nº 845, de 2018, e das dezenove emendas apresentadas; e**

IV - no mérito, pela **aprovação da Medida Provisória nº 845 de 2018, com aprovação parcial das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 17, 18 e 19; tudo na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais emendas.**

Sala das Sessões, em de novembro de 2018.



13
12

Deputado LÚCIO VALE
Relator

2018-9906



CD/18621.28227-80



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

Institui o Fundo Nacional de
Desenvolvimento Ferroviário.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário - FNDF, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para destinação de recursos ao subsistema ferroviário federal.

Art. 2º Constituem recursos do FNDF:

I - dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II - doações;

III - valores oriundos dos direitos de outorga das atuais concessões e subconcessões ferroviárias, relativos a parcelas vincendas a partir de janeiro de 2022;

IV - valores oriundos dos direitos de outorga de prorrogações antecipadas ou de relitações das atuais concessões e subconcessões ferroviárias;

V - valores oriundos dos direitos de outorga e seus respectivos ágios de novas concessões e subconcessões ferroviárias;

VI - multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias;

VII - legados; e

VIII - outros que lhe forem atribuídos.

§ 1º As vinculações de receita orçamentária previstas no caput deverão vigorar pelo prazo de cinco anos, contado da data de entrada em vigor



desta Medida Provisória, conforme o disposto no § 4º do art. 114 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

§ 2º Constituem igualmente recurso do FNDF os recursos decorrentes da outorga da subconcessão da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul, no trecho Porto Nacional/Estado de Tocantins - Estrela D'Oeste/Estado de São Paulo, e o respectivo ágio.

Art. 3º Os recursos do FNDF serão aplicados no subsistema ferroviário federal, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento, e respeitados os planos de desenvolvimento logístico dos Estados em que se situam os projetos, onde houver.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados obrigatoriamente na ligação do Complexo Portuário de Vila do Conde/Estado do Pará à EF-151 - Ferrovia Norte-Sul.

§ 2º Os investimentos referentes aos recursos do FNDF terão início no Município de Barcarena-PA, para garantir a ligação ao Complexo Portuário de Vila do Conde-PA.

§ 3º Após a aplicação dos recursos no projeto previsto no § 1º deste artigo, os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em quaisquer das seguintes ações:

I - conclusão dos projetos técnicos da Ferrovia Litorânea, Imbituba-SC a Araquari-SC, e da Ferrovia Leste-Oeste, Itajaí-SC a São Miguel Do Oeste-SC;

II – implantação da EF-118, interligando os Municípios de Nova Iguaçu-RS e Queimados-RJ, na Malha Sudeste, concessionada à MRS Logística S.A, aos Municípios de Cariacica-ES a Vitória-ES;

III – implantação da Ferrovia EF-354 GO/MT/RO - Ferrovia de Integração do Centro-Oeste - FICO, no trecho entre Campinorte-GO e Vilhena-RO;

IV – implantação do Contorno Ferroviário - Ferroanel Norte de São Paulo, no trecho entre São Paulo-SP e Itaquaquecetuba-SP;



CD/18621.28227-80



V – implantação do anel ferroviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte-MG;

VI – implantação da ligação ferroviária entre os municípios de Barcarena-PA e Santana do Araguaia-PA;

VII – construção do Trecho Ferroviário que liga os municípios de Maracaju-MS, Cascavel-PR, Guarapuava-PR e Paranaguá- PR (Ferroeste);
e

VIII – ampliação ou expansão da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), concessionada à Vale S.A.

Art. 4º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o funcionamento do FNDF.

Art. 5º O inciso V do art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77

V – o produto das arrecadações de cada Agência, decorrentes da cobrança de emolumentos e multas, excetuadas as multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias” (NR).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de novembro de 2018.

Deputado LÚCIO VALE

Relator

2018-9908



COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 845, DE 2018

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Institui o Fundo Nacional de
Desenvolvimento Ferroviário.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado LÚCIO VALE

Após negociação com representantes do Poder Executivo, em que eles nos informaram sobre problemas que poderiam impactar na viabilidade do FNDF e de outros projetos ferroviários a serem realizados em outros estados, apresentamos a seguir uma complementação no voto, em com as seguintes alterações:

Suprimimos os incisos III, IV, V e VII do art. 2º;

Suprimimos, no art. 3º, § 1º, a expressão “obrigatoriamente”; e

Suprimimos o § 3º, do art. 3º, integralmente, incluindo seus incisos.

Diante do exposto, entendemos que a Medida Provisória deva ser aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão, que ora apresentamos anexo. Portanto, VOTAMOS:



I - pelo **atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 845, de 2018;**

II - pela **constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 845, de 2018, e das emendas a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo;**

III - pela **adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da MPV nº 845, de 2018, e das dezenove emendas apresentadas; e**

IV - no mérito, pela **aprovação da Medida Provisória nº 845 de 2018, com aprovação parcial das emendas nºs 2, 3 e 18; tudo na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, e pela rejeição das demais emendas.**

Sala das Sessões, em de novembro de 2018.

Deputado LÚCIO VALE
Relator

2018-9906



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2018

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário - FNDF, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para destinação de recursos ao subsistema ferroviário federal.

Art. 2º Constituem recursos do FNDF:

I - dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II - doações;

III - multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias;

IV - outros que lhe forem atribuídos.

§ 1º As vinculações de receita orçamentária previstas no caput deverão vigorar pelo prazo de cinco anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 845, de 20 de julho de 2018, conforme o disposto no § 4º do art. 114 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

§ 2º Constituem igualmente recurso do FNDF os recursos decorrentes da outorga da subconcessão da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul, no trecho Porto Nacional/Estado de Tocantins - Estrela D'Oeste/Estado de São Paulo, e o respectivo ágio.

Art. 3º Os recursos do FNDF serão aplicados no subsistema ferroviário federal, observados os limites de movimentação e empenho e de



pagamento, e respeitados os planos de desenvolvimento logístico dos Estados em que se situam os projetos, onde houver.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados na ligação do Complexo Portuário de Vila do Conde/Estado do Pará à EF-151 - Ferrovia Norte-Sul.

§ 2º Os investimentos referentes aos recursos do FNDF terão início no Município de Barcarena-PA, para garantir a ligação ao Complexo Portuário de Vila do Conde-PA.

Art. 4º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o funcionamento do FNDF.

Art. 5º O inciso V do art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77

V – o produto das arrecadações de cada Agência, decorrentes da cobrança de emolumentos e multas, excetuadas as multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias” (NR).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de novembro de 2018.

Deputado LÚCIO VALE

Relator

2018-9908





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 845/2018

DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nesta data a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 845, de 2018, foi aprovado, por unanimidade, o relatório do Deputado Lúcio Vale, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 845, de 2018; pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, e das emendas a ela apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela sua adequação e compatibilidade financeira e orçamentária, e das dezenove emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 845 de 2018, com aprovação parcial das emendas nºs 2, 3 e 18; na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas.

Brasília, 14 de novembro de 2018.

Senador Flexa Ribeiro
Presidente da Comissão Mista



PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 30, DE 2018

(Proveniente da Medida Provisória nº 845, de 2018)

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário - FNDF, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para destinação de recursos ao subsistema ferroviário federal.

Art. 2º Constituem recursos do FNDF:

I - dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II - doações;

III - multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias;

IV - outros que lhe forem atribuídos.

§ 1º As vinculações de receita orçamentária previstas no caput deverão vigorar pelo prazo de cinco anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 845, de 20 de julho de 2018, conforme o disposto no § 4º do art. 114 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

§ 2º Constituem igualmente recurso do FNDF os recursos decorrentes da outorga da subconcessão da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul, no trecho Porto Nacional/Estado de Tocantins - Estrela D'Oeste/Estado de São Paulo, e o respectivo ágio.



Art. 3º Os recursos do FNDF serão aplicados no subsistema ferroviário federal, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento, e respeitados os planos de desenvolvimento logístico dos Estados em que se situam os projetos, onde houver.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados na ligação do Complexo Portuário de Vila do Conde/Estado do Pará à EF-151 - Ferrovia Norte-Sul.

§ 2º Os investimentos referentes aos recursos do FNDF terão início no Município de Barcarena-PA, para garantir a ligação ao Complexo Portuário de Vila do Conde-PA.

Art. 4º Ato do Poder Executivo federal regulamentará o funcionamento do FNDF.

Art. 5º O inciso V do art. 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77

V – o produto das arrecadações de cada Agência, decorrentes da cobrança de emolumentos e multas, excetuadas as multas decorrentes de contratos de concessão ou de arrendamento de ferrovias” (NR).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2018.

Senador Flexa Ribeiro
Presidente da Comissão





24

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CMMPV 845/2018, 14/11/2018 às 11h - 2ª, Reunião
 Comissão Mista da Medida Provisória nº 845, de 2018

| Bloco da Maioria (MDB, PROS) | |
|--|--|
| TITULARES | SUPLENTES |
| SIMONE TEBET | 1. ROMERO JUCÁ |
| FERNANDO BEZERRA COELHO | 2. JOÃO ALBERTO SOUZA |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3. VALDIR RAUPP PRESENTE |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| FLEXA RIBEIRO PRESENTE | 1. VAGO |
| RICARDO FERRAÇO | 2. VAGO |
| RONALDO CAIADO | 3. JOSÉ AGRIPINO PRESENTE |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| ANA AMÉLIA | 1. SÉRGIO PETECÃO |
| LASIER MARTINS PRESENTE | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| LINDBERGH FARIAS | 1. PAULO ROCHA PRESENTE |
| ACIR GURGACZ PRESENTE | 2. ÂNGELA PORTELA |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE) | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÚCIA VÂNIA | 1. RANDOLFE RODRIGUES |
| VANESSA GRAZZIOTIN | 2. CRISTOVAM BUARQUE |
| Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC) | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| PEDRO CHAVES PRESENTE | 1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE |
| MDB | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| LELO COIMBRA PRESENTE | 1. HILDO ROCHA PRESENTE |
| LEONARDO QUINTÃO PRESENTE | 2. SERGIO SOUZA PRESENTE |
| PT | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| PEDRO UCZAI | 1. VALMIR PRASCIDELLI |
| SÁGUAS MORAES | 2. JOÃO DANIEL |
| PP, AVANTE, PODE | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| ARTHUR LIRA | 1. FAUSTO PINATO |
| PSDB | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| NILSON LEITÃO PRESENTE | 1. BETINHO GOMES |





Senado Federal

25

Relatório de Registro de Presença
CMMPV 845/2018, 14/11/2018 às 11h - 2ª, Reunião
 Comissão Mista da Medida Provisória nº 845, de 2018

| PR | |
|--|---------------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| LÚCIO VALE PRESENTE | 1. ALEXANDRE VALLE |
| PSD | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| DOMINGOS NETO | 1. EDMAR ARRUDA PRESENTE |
| PSB | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| TADEU ALENCAR | 1. BEBETO |
| DEM | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| RODRIGO GARCIA | 1. FELIPE MAIA PRESENTE |
| PROS, PTB | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| NELSON MARQUEZELLI PRESENTE | 1. VAGO |
| PRB | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| ROSANGELA GOMES | 1. VINICIUS CARVALHO |
| REDE | |
| TITULARES | SUPLENTES |
| JOÃO DERLY | 1. VAGO |

Não Membros Presentes

DELEGADO EDSON MOREIRA
 DÁRIO BERGER
 JOSÉ PIMENTEL
 CIDINHO SANTOS
 VICENTINHO ALVES



Término de prazos



Em 09-11-2018, esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medidas Provisória nº 828, de 2018, cuja vigência encerrou-se em 10-09-2018 por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

Em 10-11-2018, esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 830, de 2018, cuja vigência encerrou-se em 04-09-2018, em razão da rejeição dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária pelo plenário da Câmara dos Deputados.

É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.



Vetos





CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 38, DE 2018

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2018 (oriundo da Medida Provisória nº 842, de 2018), que "Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dá outras providências".

Mensagem nº 623 de 2018, na origem
DOU de 09/11/2018

Protocolização na Presidência do SF: 09/11/2018
Prazo no Congresso: 08/12/2018

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 15/11/2018



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- "caput" do art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, com a redação dada pelo art. 1º do projeto
- § 7º do art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, com a redação dada pelo art. 1º do projeto
- § 8º do art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, com a redação dada pelo art. 1º do projeto
- "caput" do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso I do "caput" do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso II do "caput" do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso III do "caput" do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso IV do "caput" do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 1º do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 2º do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 3º do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 4º do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 5º do art. 28A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso I do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "a" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "b" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "c" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "d" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "e" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "f" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto



- 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- alínea "g" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - alínea "h" do inciso II do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso III do "caput" do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - § 1º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso I do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso II do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso III do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso IV do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso V do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso VI do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso VII do § 2º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - § 3º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - § 4º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso I do § 5º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso II do § 5º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - § 6º do art. 29A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - "caput" do art. 30A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - parágrafo único do art. 30A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - "caput" do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso I do "caput" do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
 - inciso II do "caput" do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a



redação dada pelo art. 2º do projeto

- § 1º do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 2º do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 3º do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- § 4º do art. 31A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- "caput" do art. 32A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso I do "caput" do art. 32A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- inciso II do "caput" do art. 32A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- parágrafo único do art. 32A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, com a redação dada pelo art. 2º do projeto
- "caput" do art. 3º
- inciso I do art. 3º
- inciso II do art. 3º



Mensagem nº 623

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2018 (MP nº 842/18), que “Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Caput do art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

“Art. 4º Fica autorizada a concessão de descontos para a liquidação, até 30 de dezembro de 2018, de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de outubro de 2018, relativas a inadimplência ocorrida até 31 de julho de 2018, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado, por inscrição em dívida ativa da União.”

Razões do veto

“O dispositivo importaria ampliação do escopo da liquidação permitida na Lei nº 13.340, de 2016 – inadimplência até dezembro de 2017 e inscrição em dívida ativa até julho de 2018 -, o que beneficiaria situações de inadimplência de operações com vencimento recente, que teriam que ser baixadas em prejuízo pelos agentes operadores, para fins de encaminhamento para inscrição em dívida ativa. Tal ampliação é contrária ao interesse público, face ao estímulo à inadimplência que acarreta, além de representar quebra de isonomia para com os adimplentes.”

§ 7º do art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão



2

“§ 7º Para os mutuários que financiaram atividades na área de atuação da Sudene, os descontos a serem aplicados serão os constantes no quadro do Anexo IV desta Lei.”

Razões do veto

“O dispositivo concede descontos diferenciados que não se justificam, na medida em que o Anexo IV da Lei nº 13.340 somente se aplica aos casos de dívidas coletivas, além de violar a sistemática de proporcionalidade e isonomia previstos na Lei. Ademais, o atendimento às particularidades das condições existentes na área da Sudene já ocorreu na origem da operação de crédito. Assim, a previsão ampliaria a renúncia fiscal prevista para o benefício de liquidação, impactando a arrecadação projetada para 2018. Por fim, haveria violação ao art. 113 do ADCT.”

§ 8º do art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

“§ 8º Desde que amortizado até 30% do valor devido depois de aplicado os descontos de que trata este artigo, o saldo remanescente deverá ser liquidado integralmente até 30 de dezembro de 2019, sob pena de ser rescindida a adesão à liquidação e consequente perda dos descontos sobre o saldo não liquidado.”

Razões do veto

“O desconto concedido só se justifica face à liquidação à vista da dívida. Possibilitar o parcelamento do pagamento à vista representa quebra da sistemática de liquidação prevista no dispositivo. Isso frustraria a arrecadação estimada com a liquidação para o exercício de 2018 entre R\$ 560 milhões a R\$ 700 milhões, na medida em que a propensão à adesão ao parcelamento do valor à vista deverá ser alta, de forma que é previsível que a maioria dos contribuintes faça a opção pelo pagamento parcelado. Por fim, haveria violação ao art. 113 do ADCT.”



O Ministério da Fazenda juntamente com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, solicitou, ainda, veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Art. 28-A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, alterado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“Art. 28-A. Fica a União autorizada a conceder rebate de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por operação para a liquidação perante as cooperativas de crédito rural, relativo às operações de custeio e investimento efetuadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Grupos C, D e E, contratadas por intermédio de cooperativas de crédito rural centrais ou singulares, com recursos repassados pelas instituições financeiras oficiais, que, embora tenham sido liquidadas pelas cooperativas perante as respectivas instituições financeiras oficiais, não foram pagas pelos mutuários a elas, estando lastreadas em recursos próprios destas ou contabilizadas como prejuízo, observadas ainda as seguintes condições:

I - as operações tenham sido contratadas por intermédio de cooperativas de crédito rural central ou singular até 30 de junho de 2008;

II - as operações estivessem em situação de inadimplência em 22 de novembro de 2011;

III - a cooperativa não tenha recebido do agricultor e não seja avalista do título;

IV - a cooperativa comprove que o título objeto da liquidação teve origem nas operações referidas neste artigo.

§ 1º Fica a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo com recursos destinados à equalização de encargos financeiros das operações efetuadas no âmbito do Pronaf, com risco da União ou desoneradas de risco pela União.

§ 2º As operações serão atualizadas pelos encargos de normalidade e corrigidas por juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, a partir do débito praticado pela instituição financeira oficial, limitado o rebate ao valor descrito no **caput** deste artigo.

§ 3º Os recursos referentes ao rebate de que trata o **caput** deste artigo serão repassados pelo Tesouro Nacional às cooperativas segundo o disposto em regulamento, a ser publicado até 30 de dezembro de 2018.



4

§ 4º A cooperativa de crédito terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação do regulamento de que trata o parágrafo anterior, para requerer o rebate perante a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mediante comprovação do enquadramento de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do **caput** deste artigo.

§ 5º A cooperativa de crédito rural terá o prazo de trinta dias, a contar do recebimento do recurso, para comprovar a quitação da dívida do agricultor.”

Razões do veto

“O dispositivo direciona o custo fiscal dos descontos e rebates à União ou ao FNE, sem previsão orçamentária. Há o descumprimento ao disposto no artigo 113 do ADCT, bem como aos artigos 15, 16 e 17 da LRF, que determinam que criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro. A medida representaria impacto adicional ao Tesouro Nacional, não possível de mensurar, pois as operações passíveis de enquadramento estão em carteiras de cooperativas de crédito.”

Arts. 29-A, 30-A e 31-A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, alterados pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“Art. 29-A. Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação de dívidas de operações efetuadas ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) - Fase III, inclusive as operações destinadas à aquisição dos Certificados do Tesouro Nacional de que trata a Resolução nº 2.471, de 1998 e de empréstimos destinados a amortização mínima para regularização de dívidas de que trata a Lei nº 11.775, de 2008 contratada pelo mesmo mutuário junto à instituição financeira, cujo risco parcial ou integral seja do Tesouro Nacional, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A.:

I - ajuste do saldo devedor para a data da liquidação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, excluídas as operações contratadas ao amparo do § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 26 de fevereiro de 1998;

II - observância, para as operações contratadas ao amparo do § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471 do CMN, de 26 de fevereiro de 1998, das seguintes condições complementares:



a) o saldo devedor da operação renegociada será atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), desde a data da renegociação contratada, para o que será considerado como base de cálculo o valor contratado correspondente ao valor nominal dos Certificados do Tesouro Nacional (CTNs), emitidos na forma da Resolução nº 2.471 do CMN, de 26 de fevereiro de 1998;

b) o saldo devedor apurado na forma da alínea a deste inciso será acrescido dos juros contratuais calculados **pro rata die** entre o vencimento da parcela de juros anterior e a data de liquidação da operação;

c) os CTNs serão atualizados pelo IGP-M, acrescidos de juros calculados à taxa efetiva de 12% a.a. (doze por cento ao ano), considerado o valor dos títulos na data da contratação da operação, correspondente a 10,367% (dez inteiros e trezentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor nominal da operação renegociada;

d) o valor a ser considerado como saldo devedor atualizado, sobre o qual incidirá o percentual de rebate, corresponderá à diferença entre o saldo devedor calculado na forma definida na alínea a deste inciso, acrescido dos valores de que trata a alínea b deste inciso, e os valores dos CTNs, calculados na forma da alínea c deste inciso;

e) nas operações contratadas com recursos e risco da União, o mutuário deverá fornecer à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a autorização para cancelamento dos respectivos CTNs;

f) nas operações contratadas com recursos e risco das instituições financeiras, do FNO ou do FNE, os CTNs seguirão os fluxos normais pactuados;

g) no caso de operações com juros em atraso que ainda não tenham sido inscritas em dívida ativa da União, será acrescido ao saldo devedor para liquidação o estoque de juros vencidos, atualizados com base no IGP-M;

h) na atualização do saldo devedor da operação de que trata o **caput** deste artigo, não será aplicado o teto do IGP-M a que se refere o inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

III - concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, independentemente do valor originalmente contratado, a ser concedido sobre o valor consolidado da dívida atualizada na forma definida nos incisos I e II do **caput** deste artigo, conforme o caso, segundo o enquadramento em uma das faixas de valores indicadas no Anexo IV da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, devendo primeiro ser aplicado o correspondente desconto percentual e, em seguida, o respectivo desconto de valor fixo.

§ 1º Entende-se por valor consolidado da dívida de que trata o **caput** deste artigo o montante do débito atualizado até a data de liquidação.



6

§ 2º A contratação pelo gestor financeiro do FNE de uma nova operação de crédito para a liquidação do saldo devedor das operações do Programa, deverá observar as seguintes condições:

I - limite de crédito: até o valor suficiente para liquidação do saldo devedor das operações de que trata este artigo, apurado na forma dos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, depois de aplicado o rebate de que trata o inciso III do **caput** deste artigo;

II - fonte de recursos: FNE;

III - riscos da operação: os aplicados para operações contratadas com recursos do FNE na data da publicação desta Lei;

IV - amortização da dívida: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2021 e o vencimento da última parcela para 2030, estabelecido novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

V - encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

VI - amortização prévia de valor equivalente a 3% (três por cento) do saldo devedor atualizado, depois de aplicados os rebates de que trata o inciso III do **caput** deste artigo; e

VII - garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, exceto pelos Certificados do Tesouro Nacional que serão resgatados na forma do inciso II do **caput** deste artigo.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se às operações contratadas com recursos do FNE, inclusive àquelas reclassificadas ao amparo do art. 31 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, em substituição às disposições contidas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

§ 4º Fica o FNE autorizado a assumir os custos decorrentes dos rebates de que trata este artigo.

§ 5º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto neste artigo serão assumidos:

I - pelo FNE, relativamente à parcela amparada em seus recursos;

II - pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativamente à parcela amparada em outras fontes de recursos.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam às operações contratadas por mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se a irregularidade tiver sido sanada previamente à liquidação da dívida.”



“Art. 30-A. Aplicam-se às operações efetuadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), repactuadas ou não, desconto de 95% (noventa e cinco por cento), em substituição aos bônus de adimplência contratuais.

Parágrafo único. Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e ao Tesouro Nacional, nas operações efetuadas com seus recursos, e ao Fundo Contábil do Procera, nos demais casos.”

“Art. 31-A. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, das operações de crédito rural contratadas até 30 de dezembro de 2011 no âmbito do Pronaf, observadas as seguintes condições:

I - nas operações contratadas até 31 de dezembro de 2006, o rebate será de 60% (sessenta por cento);

II - nas operações contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011, o rebate será de 30% (trinta por cento);

§ 1º O rebate para liquidação será concedido sobre os saldos devedores que se enquadrem nos termos deste artigo, atualizados a partir da data da contratação da operação original com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios, mesmo que tenham sido incorporados ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, de assunção e de repactuação de dívidas.

§ 2º O Tesouro Nacional assumirá as despesas com os bônus na conta da subvenção econômica ao crédito rural.

§ 3º Os agentes financeiros terão até 30 de abril de 2020 para apresentar ao Tesouro Nacional os dados das operações liquidadas.

§ 4º O disposto no **caput** se aplica a operações não enquadradas nas áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)”.

Razões dos vetos

“Os dispositivos direcionam o custo fiscal dos descontos e rebates à União ou ao FNE, sem previsão orçamentária, representando impacto adicional ao Tesouro Nacional. Há, assim, descumprimento ao disposto no artigo 113 do ADCT, bem como aos artigos 15, 16 e 17 da LRF, que determinam que criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.”



8

Art. 32-A da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, alterado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

“Art. 32-A. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, das operações de crédito rural, incluídas as contratadas no âmbito do Pronaf entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. com recursos oriundos do FNE ou com recursos mistos do referido Fundo com outras fontes, relativas a empreendimentos de irrigação localizados na área de abrangência do Lago Sobradinho, que foram inadimplidas em decorrência dos efeitos de estiagem, observadas ainda as seguintes condições:

I - operações com valor originalmente contratado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário;

II - rebate de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado.

Parágrafo único. Fica o FNE autorizado a assumir os custos decorrentes dos rebates de que trata este artigo.”

Razões do veto

“O dispositivo direciona o custo fiscal dos descontos e rebates à União ou ao FNE, sem previsão orçamentária. Há o descumprimento ao disposto no artigo 113 do ADCT, bem como aos artigos 15, 16 e 17 da LRF, que determinam que criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro. A medida engloba operações contratadas por todo sistema financeiro no âmbito do Pronaf, e representaria impacto potencial ao Tesouro Nacional de R\$ 3,1 bilhões.”

Ouvidos, o Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 3º

“Art. 3º Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) autorizados a adotar medidas destinadas à regularização fundiária de imóveis rurais de suas propriedades, observando o seguinte:

I - comprovação do desinteresse pelas áreas ocupadas, desde que as referidas áreas tenham sido ocupadas até 31 de dezembro de 2017;



9

II - comprovação de que o ocupante do imóvel seja agricultor familiar nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou classificado como produtor rural de pequeno porte.”

Razão do veto

“A matéria não possui pertinência temática com o objeto da Medida Provisória nº 842, de 2018, procedimento vedado conforme decisão do STF.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de novembro de 2018.

Michel Temer



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei de Conversão nº 25 de 2018*
(oriundo da Medida Provisória nº 842 de 2018)

Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, para conceder rebate para liquidação de operações de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ou o Banco da Amazônia S.A. com recursos oriundos, respectivamente, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ou do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), ou com recursos mistos dos referidos Fundos com outras fontes, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) ou da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), observadas ainda as seguintes condições:

.....” (NR)

“Art. 1º-A Aplica-se o disposto no artigo 1º desta lei às operações vinculadas a atividade rural contratadas até 31 de dezembro de 2011, por agroindústrias, com recursos exclusivamente dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e Nordeste (FNE), lançadas em prejuízo total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2017.”

“Art. 2º Fica autorizada, até 30 de dezembro de 2019, a repactuação das dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31 de dezembro de 2011 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ou



o Banco da Amazônia S.A. com recursos oriundos, respectivamente, do FNE ou do FNO, ou com recursos mistos dos referidos Fundos com outras fontes, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene ou da Sudam, atualizadas até a data da repactuação segundo os critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei, observadas ainda as seguintes condições:

.....” (NR)

“Art. 2º-A Aplica-se o disposto no artigo 2º desta lei às operações vinculadas à atividade rural contratadas até 31 de dezembro de 2011 por agroindústrias, com recursos exclusivamente dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e Nordeste (FNE), cujo soma dos valores originalmente contratados sejam de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e que não estejam lançadas em prejuízo, desde que mantidos os encargos vigentes para a situação de normalidade.”

“Art. 3º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com bancos oficiais federais, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene e da Sudam, exceto as contratadas com recursos oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as seguintes condições:

I - operações com valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:

a) quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 75% (setenta e cinco por cento) para os demais Municípios;

b) quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011: rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri,



compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 30% (trinta por cento) para os demais Municípios;

II - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:

a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), aplica-se o disposto no inciso I do **caput** deste artigo;

b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até o limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):

1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 90% (noventa por cento) para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 70% (setenta por cento) para os demais Municípios;

2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011: rebate de 40% (quarenta por cento) para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 20% (vinte por cento) para os demais Municípios;

III - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:

a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), aplica-se o disposto nos incisos I e II do **caput** deste artigo;

b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 85% (oitenta e cinco por cento) para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri,



compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 65% (sessenta e cinco por cento) para os demais Municípios;

2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011: rebate de 35% (trinta e cinco por cento) para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 15% (quinze por cento) para os demais Municípios;

IV - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:

a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplica-se o disposto nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo;

b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 80% (oitenta por cento) para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 60% (sessenta por cento) para os demais Municípios;

2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011: rebate de 25% (vinte e cinco por cento) para a liquidação das dívidas relativas aos empreendimentos localizados nas regiões do semiárido e do norte do Estado do Espírito Santo e nos Municípios do norte do Estado de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, e rebate de 10% (dez por cento) para os demais Municípios.

§ 1º O rebate para liquidação será concedido sobre a soma dos saldos devedores de todas as operações que se enquadrem nos termos deste artigo, atualizados, a partir da data da contratação da operação original, com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, sem o cálculo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios, mesmo que



outros encargos tenham sido incorporados ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de dívidas.

§ 2º As operações de risco da União enquadradas neste artigo não devem ser encaminhadas para inscrição na dívida ativa da União até 31 de outubro de 2018.

§ 3º As disposições deste artigo não se aplicam às operações:

I - oriundas de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou em cobrança judicial pela Procuradoria-Geral da União;

II - contratadas ao amparo do inciso V do art. 7º da Lei no 11.775, de 17 de setembro de 2008;

III - contratadas por mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se tal irregularidade tenha sido sanada previamente à liquidação ou à renegociação da dívida.

§ 4º Fica a União autorizada a assumir o custo decorrente dos rebates de que trata este artigo.

§ 5º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos neste artigo serão assumidos pela União, no caso das operações lastreadas em seus próprios recursos, e, nos demais casos, pelas respectivas instituições financeiras.

.....” (NR)

“Art. 3º-B O disposto no art. 3º desta Lei, a exclusivo critério das agências estaduais de desenvolvimento ou de fomento, aplica-se às operações contratadas com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ainda que tenham sido baixadas em prejuízo.

Parágrafo único. O ônus decorrente das disposições deste artigo relativo ao ajuste no saldo devedor e aos rebates para liquidação, é de responsabilidade da instituição financeira ou das agências estaduais de desenvolvimento ou de fomento, ficando a União impedida de assumir qualquer ônus de que trata este artigo.”

“Art. 4º Fica autorizada a concessão de descontos para a liquidação, até 30 de dezembro de 2018, de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União ou encaminhadas para inscrição até 31 de outubro de 2018, relativas a inadimplência ocorrida até 31 de julho de 2018, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado, por inscrição em dívida ativa da União.

.....



§ 5º Os descontos para liquidação previstos no § 1º deste artigo aplicam-se às dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas em dívida ativa da União até 31 de outubro de 2018, cuja inadimplência tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2017.

§ 7º Para os mutuários que financiaram atividades na área de atuação da Sudene, os descontos a serem aplicados serão os constantes no quadro do Anexo IV desta Lei.

§ 8º Desde que amortizado até 30% do valor devido depois de aplicado os descontos de que trata este artigo, o saldo remanescente deverá ser liquidado integralmente até 30 de dezembro de 2019, sob pena de ser rescindida a adesão à liquidação e consequente perda dos descontos sobre o saldo não liquidado.” (NR)

“Art. 10. Para os fins de que tratam esta Lei, ficam suspensos a partir da publicação desta Lei:

I - até 30 de dezembro de 2018, o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e as cobranças judiciais em curso e o prazo de prescrição das dívidas em relação aos débitos de que trata o art. 4º;

II - até 30 de dezembro de 2019, o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções e cobranças judiciais em curso e o prazo de prescrição das dívidas, em relação aos débitos de que tratam os arts. 1º, 2º e 3º;

III- o prazo de prescrição das dívidas.” (NR)

“Art. 13.

Parágrafo único. A liquidação e a renegociação de dívidas vencidas disciplinadas neste artigo aplicam-se a todos os imóveis rurais ou urbanos localizados nos Perímetros Públicos de irrigação administrados pela Codevasf e DNOCS.” (NR)

“Art. 14. Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nas operações de renegociação e de repactuação e na concessão de descontos, rebates ou bônus de adimplência para liquidação, renegociação ou repactuação de dívidas de operações de crédito rural e de operações de bens de capital de que trata a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, realizadas com instituições financeiras públicas federais, ficam afastadas, até 30 de dezembro de 2019, as exigências de regularidade fiscal previstas no art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 1º do



Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, na alínea *b* do **caput** do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 2º A adesão ao PRR ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado até 31 de dezembro de 2018 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

.....” (NR)

“Art. 20. Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a conceder descontos para a liquidação, até 30 de dezembro de 2019, de dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na dívida ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, devendo incidir os referidos descontos sobre o valor consolidado por ação de execução judicial.

.....
§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de crédito rural de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 30 de dezembro de 2019”. (NR)

“Art. 26. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deverá renegociar e prorrogar, até dezembro de 2022, as dívidas com os empreendimentos da agricultura familiar que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, de operações que foram contratadas até 31 de dezembro de 2015, referentes aos pagamentos do licenciamento para a multiplicação e a exploração comercial de sementes, observadas as seguintes condições:

.....
IV - o pagamento do saldo devedor apurado na forma do inciso III do **caput** deste artigo deverá ser realizado em seis parcelas anuais, com dois anos de carência, mantidos os encargos originalmente contratados.” (NR)

“Art. 28-A. Fica a União autorizada a conceder rebate de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por operação para a liquidação perante as cooperativas de crédito rural, relativo às operações de custeio e investimento efetuadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Grupos C, D e E, contratadas por intermédio de cooperativas de crédito rural centrais ou



singulares, com recursos repassados pelas instituições financeiras oficiais, que, embora tenham sido liquidadas pelas cooperativas perante as respectivas instituições financeiras oficiais, não foram pagas pelos mutuários a elas, estando lastreadas em recursos próprios destas ou contabilizadas como prejuízo, observadas ainda as seguintes condições:

I - as operações tenham sido contratadas por intermédio de cooperativas de crédito rural central ou singular até 30 de junho de 2008;

II - as operações estivessem em situação de inadimplência em 22 de novembro de 2011;

III - a cooperativa não tenha recebido do agricultor e não seja avalista do título;

IV - a cooperativa comprove que o título objeto da liquidação teve origem nas operações referidas neste artigo.

§ 1º Fica a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo com recursos destinados à equalização de encargos financeiros das operações efetuadas no âmbito do Pronaf, com risco da União ou desoneradas de risco pela União.

§ 2º As operações serão atualizadas pelos encargos de normalidade e corrigidas por juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, a partir do débito praticado pela instituição financeira oficial, limitado o rebate ao valor descrito no **caput** deste artigo.

§ 3º Os recursos referentes ao rebate de que trata o **caput** deste artigo serão repassados pelo Tesouro Nacional às cooperativas segundo o disposto em regulamento, a ser publicado até 30 de dezembro de 2018.

§ 4º A cooperativa de crédito terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação do regulamento de que trata o parágrafo anterior, para requerer o rebate perante a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mediante comprovação do enquadramento de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do **caput** deste artigo.

§ 5º A cooperativa de crédito rural terá o prazo de trinta dias, a contar do recebimento do recurso, para comprovar a quitação da dívida do agricultor.”

“Art. 29-A. Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação de dívidas de operações efetuadas ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir) - Fase III, inclusive as operações destinadas à



aquisição dos Certificados do Tesouro Nacional de que trata a Resolução nº 2.471, de 1998 e de empréstimos destinados a amortização mínima para regularização de dívidas de que trata a Lei nº 11.775, de 2008 contratada pelo mesmo mutuário junto à instituição financeira, cujo risco parcial ou integral seja do Tesouro Nacional, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A.:

I - ajuste do saldo devedor para a data da liquidação, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, excluídas as operações contratadas ao amparo do § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 26 de fevereiro de 1998;

II - observância, para as operações contratadas ao amparo do § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471 do CMN, de 26 de fevereiro de 1998, das seguintes condições complementares:

a) o saldo devedor da operação renegociada será atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), desde a data da renegociação contratada, para o que será considerado como base de cálculo o valor contratado correspondente ao valor nominal dos Certificados do Tesouro Nacional (CTNs), emitidos na forma da Resolução nº 2.471 do CMN, de 26 de fevereiro de 1998;

b) o saldo devedor apurado na forma da alínea a deste inciso será acrescido dos juros contratuais calculados pro rata die entre o vencimento da parcela de juros anterior e a data de liquidação da operação;

c) os CTNs serão atualizados pelo IGP-M, acrescidos de juros calculados à taxa efetiva de 12% a.a. (doze por cento ao ano), considerado o valor dos títulos na data da contratação da operação, correspondente a 10,367% (dez inteiros e trezentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor nominal da operação renegociada;

d) o valor a ser considerado como saldo devedor atualizado, sobre o qual incidirá o percentual de rebate, corresponderá à diferença entre o saldo devedor calculado na forma definida na alínea a deste inciso, acrescido dos valores de que trata a alínea b deste inciso, e os valores dos CTNs, calculados na forma da alínea c deste inciso;

e) nas operações contratadas com recursos e risco da União, o mutuário deverá fornecer à Secretaria do Tesouro Nacional do



Ministério da Fazenda a autorização para cancelamento dos respectivos CTNs;

f) nas operações contratadas com recursos e risco das instituições financeiras, do FNO ou do FNE, os CTNs seguirão os fluxos normais pactuados;

g) no caso de operações com juros em atraso que ainda não tenham sido inscritas em dívida ativa da União, será acrescido ao saldo devedor para liquidação o estoque de juros vencidos, atualizados com base no IGP-M;

h) na atualização do saldo devedor da operação de que trata o **caput** deste artigo, não será aplicado o teto do IGP-M a que se refere o inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

III - concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, independentemente do valor originalmente contratado, a ser concedido sobre o valor consolidado da dívida atualizada na forma definida nos incisos I e II do **caput** deste artigo, conforme o caso, segundo o enquadramento em uma das faixas de valores indicadas no Anexo IV da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, devendo primeiro ser aplicado o correspondente desconto percentual e, em seguida, o respectivo desconto de valor fixo.

§ 1º Entende-se por valor consolidado da dívida de que trata o **caput** deste artigo o montante do débito atualizado até a data de liquidação.

§ 2º A contratação pelo gestor financeiro do FNE de uma nova operação de crédito para a liquidação do saldo devedor das operações do Programa, deverá observar as seguintes condições:

I - limite de crédito: até o valor suficiente para liquidação do saldo devedor das operações de que trata este artigo, apurado na forma dos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, depois de aplicado o rebate de que trata o inciso III do **caput** deste artigo;

II - fonte de recursos: FNE;

III - riscos da operação: os aplicados para operações contratadas com recursos do FNE na data da publicação desta Lei;

IV - amortização da dívida: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2021 e o vencimento da última parcela para 2030, estabelecido novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

V - encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano);



VI - amortização prévia de valor equivalente a 3% (três por cento) do saldo devedor atualizado, depois de aplicados os rebates de que trata o inciso III do **caput** deste artigo; e

VII - garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, exceto pelos Certificados do Tesouro Nacional que serão resgatados na forma do inciso II do **caput** deste artigo.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se às operações contratadas com recursos do FNE, inclusive àquelas reclassificadas ao amparo do art. 31 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, em substituição às disposições contidas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

§ 4º Fica o FNE autorizado a assumir os custos decorrentes dos rebates de que trata este artigo.

§ 5º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto neste artigo serão assumidos:

I - pelo FNE, relativamente à parcela amparada em seus recursos;

II - pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativamente à parcela amparada em outras fontes de recursos.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam às operações contratadas por mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se a irregularidade tiver sido sanada previamente à liquidação da dívida.”

“Art. 30-A. Aplicam-se às operações efetuadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), repactuadas ou não, desconto de 95% (noventa e cinco por cento), em substituição aos bônus de adimplência contratuais.

Parágrafo único. Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e ao Tesouro Nacional, nas operações efetuadas com seus recursos, e ao Fundo Contábil do Procera, nos demais casos.”

“Art. 31-A. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, das operações de crédito rural contratadas até 30 de dezembro de 2011 no âmbito do Pronaf, observadas as seguintes condições:

I - nas operações contratadas até 31 de dezembro de 2006, o rebate será de 60% (sessenta por cento);



II - nas operações contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011, o rebate será de 30% (trinta por cento);

§ 1º O rebate para liquidação será concedido sobre os saldos devedores que se enquadrem nos termos deste artigo, atualizados a partir da data da contratação da operação original com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios, mesmo que tenham sido incorporados ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, de assunção e de repactuação de dívidas.

§ 2º O Tesouro Nacional assumirá as despesas com os bônus na conta da subvenção econômica ao crédito rural.

§ 3º Os agentes financeiros terão até 30 de abril de 2020 para apresentar ao Tesouro Nacional os dados das operações liquidadas.

§ 4º O disposto no **caput** se aplica a operações não enquadradas nas áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)”.
“Art. 32-A. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de dezembro de 2019, das operações de crédito rural, incluídas as contratadas no âmbito do Pronaf entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. com recursos oriundos do FNE ou com recursos mistos do referido Fundo com outras fontes, relativas a empreendimentos de irrigação localizados na área de abrangência do Lago Sobradinho, que foram inadimplidas em decorrência dos efeitos de estiagem, observadas ainda as seguintes condições:

I - operações com valor originalmente contratado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário;

II - rebate de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado.

Parágrafo único. Fica o FNE autorizado a assumir os custos decorrentes dos rebates de que trata este artigo.”

Art. 3º Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) autorizados a adotar medidas destinadas à regularização fundiária de imóveis rurais de suas propriedades, observando o seguinte:

Art. 3º Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) autorizados a adotar medidas destinadas à regularização fundiária de imóveis rurais de suas propriedades, observando o seguinte:



I – comprovação do desinteresse pelas áreas ocupadas, desde que as referidas áreas tenham sido ocupadas até 31 de dezembro de 2017;

II – comprovação de que o ocupante do imóvel seja agricultor familiar nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou classificado como produtor rural de pequeno porte.

Art. 4º As autorizações de concessão dos benefícios de que trata esta Lei estão condicionadas à inclusão nas Leis Orçamentárias de 2018 e 2019 dos montantes das despesas a serem ressarcidas pela União.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados:

I – o art. 3º-A da Lei nº 13.340, 28 de setembro de 2016;

II – os art. 28, art. 29, art. 30, art. 31 e art. 32 da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e

III – a Medida Provisória nº 834, de 29 de maio de 2018.

*Dispositivos vetados em destaque





CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 39, DE 2018

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 188 de 2015 (nº 5.987/2009, na Casa de origem), que "Dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas".

Mensagem nº 625 de 2018, na origem
DOU de 09/11/2018

Protocolização na Presidência do SF: 09/11/2018
Prazo no Congresso: 08/12/2018

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 15/11/2018



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- "caput" do art. 3º
- § 1º do art. 3º
- § 2º do art. 3º
- § 3º do art. 3º
- § 4º do art. 3º



Mensagem nº 625

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 188, de 2015 (nº 5.987/09 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas”.

Ouvidos, a Advocacia-Geral da União e os Ministérios da Justiça, do Meio Ambiente, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 3º

“Art. 3º Nos casos em que a poda e o corte de árvores dependam de autorização de órgão ambiental integrante do Sisnama, esta será precedida da cobrança de taxa ou do pagamento pelos serviços e produtos, cujo valor será destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

§ 1º O valor da taxa ou dos preços dos serviços e produtos será estabelecido por ato do órgão ambiental, com base nos custos de produção e plantio de mudas de árvores.

§ 2º Os órgãos integrantes do Sisnama que já efetuam a cobrança de taxas relativas à autorização para a poda ou o corte de árvores ou o pagamento pelos seus serviços e produtos passam a destinar os recursos arrecadados conforme determina o **caput**.

§ 3º O recurso advindo das cobranças a que se refere o **caput** deve ser aplicado no Município onde ocorreu a poda ou o corte das árvores.

§ 4º A escolha da espécie e do local de plantio das árvores obedecerá à legislação municipal sobre arborização urbana.”

Razões do veto

“O dispositivo estabelece a cobrança de taxa ou pagamento por serviços e produtos em que a poda e o corte de árvore dependam de autorização de órgão ambiental integrante do SISNAMA, violando o princípio da autonomia



2

dos entes federados (artigos 2º, 18 e 30, I, II e III, da Constituição). Além disso, estabelece a base de cálculo do valor a ser arrecadado e a destinação do recurso, o que malfez o princípio da legalidade tributária, estabelecido no artigo 150, I da Constituição.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de novembro de 2018.

Michel Temer



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei da Câmara nº 188 de 2015*
(nº 5.987/2009, na Casa de origem)

Dispõe sobre mecanismos de financiamento para a arborização urbana e a recuperação de áreas degradadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina mecanismos de financiamento para a arborização urbana e para a recuperação de áreas degradadas, a partir do direcionamento de recursos arrecadados da aplicação de multa por crime, infração penal ou infração administrativa, no caso de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assim como da cobrança de taxas pela autorização de poda e de corte de árvores.

Art. 2º Um décimo do valor das multas por crime, infração penal ou infração administrativa decorrentes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, arrecadadas pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, será destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

§ 1º O recurso advindo das multas de que trata o **caput** deve ser aplicado no Município onde ocorreu a infração ou o crime ambiental.

§ 2º Regulamentação deverá prever os critérios e as normas para a aplicação do recurso de que trata o **caput**.

Art. 3º Nos casos em que a poda e o corte de árvores dependam de autorização de órgão ambiental integrante do Sisnama, esta será precedida da cobrança de taxa ou do pagamento pelos serviços e produtos, cujo valor será destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas.

§ 1º O valor da taxa ou dos preços dos serviços e produtos será estabelecido por ato do órgão ambiental, com base nos custos de produção e plantio de mudas de árvores.

§ 2º Os órgãos integrantes do Sisnama que já efetuam a cobrança de taxas relativas à autorização para a poda ou o corte de árvores ou o pagamento pelos seus serviços e produtos passam a destinar os recursos arrecadados conforme determina o **caput**.

§ 3º O recurso advindo das cobranças a que se refere o **caput** deve ser aplicado no Município onde ocorreu a poda ou o corte das árvores.

§ 4º A escolha da espécie e do local de plantio das árvores obedecerá à legislação municipal sobre arborização urbana.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Dispositivos vetados em destaque



ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 68, DE 2018**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 852, de 21 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, e republicada em 25 de setembro do corrente ano, que “Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO
CONGRESSO NACIONAL Nº 69, DE 2018**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 853, de 25 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que “Reabre o prazo de opção para o regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA) ⁽³⁴⁾

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁶⁾

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Geraldo Resende (PSDB-MS) ⁽⁴⁶⁾

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁶⁾

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)

Relator da Receita: VAGO

Designação: 15/05/2018

Instalação: 22/05/2018

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|--|
| MDB | |
| Romero Jucá - RR ⁽²⁾ | 1. Eduardo Braga - AM ⁽²⁾ |
| Waldemir Moka - MS ⁽²⁾ | 2. Marta Suplicy - SP ⁽²⁾ |
| Rose de Freitas - PODE/ES ⁽³⁾ | 3. João Alberto Souza - MA ⁽²⁾ |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Dalirio Beber - PSDB/SC ⁽⁴⁾ | 1. Wilder Moraes - DEM/GO ^(42,44) |
| Flexa Ribeiro - PSDB/PA ^(5,44) | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Ana Amélia - PP/RS ⁽³⁸⁾ | 1. Ivo Cassol - PP/RO ^(6,50,53) |
| Sérgio Petecão - PSD/AC ^(6,43) | 2. Otto Alencar - PSD/BA ^(6,43) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
| Regina Sousa - PT/PI ⁽⁷⁾ | 1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽⁷⁾ |
| Fátima Bezerra - PT/RN ⁽⁷⁾ | 2. Humberto Costa - PT/PE ⁽⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE) | |
| João Capiberibe - PSB/AP ⁽³²⁾ | 1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM ⁽³²⁾ |
| Bloco Moderador | |

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



| TITULARES | SUPLENTE |
|--|--|
| (PTC, PTB, PR, PRB) | |
| Wellington Fagundes - PR/MT ⁽⁸⁾ | 1. Telmário Mota - PTB/RR ⁽⁸⁾ |



Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| PP, AVANTE, DEM, MDB, PCdoB, PDT, PEN, PHS, PODE, PSB, PSC | |
| José Priante - MDB/PA ⁽¹²⁾ | 1. Elcione Barbalho - MDB/PA ⁽¹²⁾ |
| Celso Maldaner - MDB/SC ⁽¹²⁾ | 2. Moses Rodrigues - MDB/CE ⁽¹²⁾ |
| Alceu Moreira - MDB/RS ⁽¹²⁾ | 3. Dulce Miranda - MDB/PI ⁽¹²⁾ |
| Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹²⁾ | 4. Junior Marreca - PATRI/MA ⁽¹²⁾ |
| Mário Negromonte Jr. - PP/BA ⁽¹¹⁾ | 5. Cabo Sabino - AVANTE/CE ^(11,47) |
| Fausto Pinato - PP/SP ⁽¹¹⁾ | 6. Marcus Vicente - PP/ES ⁽¹¹⁾ |
| Covatti Filho - PP/RS ^(33,45) | 7. Hiran Gonçalves - PP/RR ^(11,48) |
| Luciano Ducci - PSB/PR ⁽¹⁵⁾ | 8. Rubens Pereira Júnior - PCdoB/MA ⁽¹⁴⁾ |
| Bebeto - PSB/BA ⁽¹⁶⁾ | 9. VAGO |
| Efraim Filho - DEM/PB ⁽⁹⁾ | 10. Carlos Melles - DEM/MG ⁽³⁶⁾ |
| Paulo Azi - DEM/BA ⁽⁹⁾ | 11. Sôstenes Cavalcante - DEM/RJ ⁽¹³⁾ |
| Dagoberto Nogueira - PDT/MS ⁽³⁵⁾ | 12. André Figueiredo - PDT/CE ⁽³⁵⁾ |
| Aluisio Mendes - PODE/MA ⁽¹⁰⁾ | 13. Jozi Araújo - PODE/AP ⁽¹⁰⁾ |
| Gilberto Nascimento - PSC/SP ⁽¹⁷⁾ | 14. Luana Costa - PSC/MA ⁽³¹⁾ |
| PPS, PR, PRB, PSDB, SD | |
| Rodrigo de Castro - PSDB/MG ^(26,39,49) | 1. Miguel Haddad - PSDB/SP ^(29,30,49) |
| Geraldo Resende - PSDB/MS ⁽²⁷⁾ | 2. Izalci Lucas - PSDB/DF ^(29,40) |
| Rogério Marinho - PSDB/RN ⁽²⁸⁾ | 3. Caio Narcio - PSDB/MG ^(29,41,52) |
| Milton Monti - PR/SP ⁽²¹⁾ | 4. Aelton Freitas - PR/MG ⁽²¹⁾ |
| Vicentinho Júnior - PR/TO ⁽²¹⁾ | 5. Capitão Augusto - PR/SP ⁽²¹⁾ |
| Cleber Verde - PRB/MA ⁽²³⁾ | 6. Roberto Alves - PRB/SP ⁽²³⁾ |
| Aureo - SD/RJ ⁽²²⁾ | 7. Osvaldo Mafra - PPS/GO ⁽⁵¹⁾ |
| Marcos Abrão - PPS/GO ⁽²⁴⁾ | 8. Alex Manente - PPS/SP ⁽³⁷⁾ |
| PT | |
| Enio Verri - PR ⁽¹⁸⁾ | 1. Beto Faro - PA ⁽¹⁸⁾ |
| José Mentor - SP ⁽¹⁸⁾ | 2. Zeca do Pt - MS ⁽¹⁸⁾ |
| Afonso Florence - BA ⁽¹⁸⁾ | 3. Valmir Assunção - BA ⁽¹⁸⁾ |
| Waldenor Pereira - BA ⁽¹⁸⁾ | 4. Luizianne Lins - CE ⁽¹⁸⁾ |
| PSD | |
| Diego Andrade - MG ⁽²⁵⁾ | 1. Fábio Mitidieri - SE ⁽²⁵⁾ |
| Júlio Cesar - PI ⁽²⁵⁾ | 2. Sérgio Brito - BA ⁽²⁵⁾ |
| PROS, PRP, PSL, PTB | |
| Alex Canziani - PTB/PR ⁽¹⁹⁾ | 1. Alfredo Kaefer - PP/PR ⁽¹⁹⁾ |
| Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁹⁾ | 2. Weliton Prado - PROS/MG ⁽¹⁹⁾ |
| PV ⁽¹⁾ | |
| Leandre - PR ⁽²⁰⁾ | 1. Evair Vieira de Melo - PP/ES ⁽²⁰⁾ |

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PV-CD). ([DCN de 15/12/2016, p. 44](#))
2. Designados, como titulares, os Senadores Romero Jucá e Waldemir Moka; e, como suplentes, os Senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy e João Alberto Souza, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 57 de 2018, da Liderança do PMDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 112](#))
3. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em vaga cedida pelo PMDB ao Podemos, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 58/2018 da Liderança do PMDB e Ofício nº 29/2018 da Liderança do Podemos. ([DCN de 17/05/2018, p. 114](#))
4. Designado, como membro titular, o Senador Dalírio Beber, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 16/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 115](#))

5. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 8/2018 da Liderança do Democratas. ([DCN de 17/05/2018, p. 116](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar; e, como suplentes, são designados os Senadores Ivo Cassol e Sérgio Petecão, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 10/2018 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. ([DCN de 17/05/2018, p. 117](#))
7. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra; e, como suplentes, são designados os Senadores Paulo Rocha e Humberto Costa, em 15.5.2018, conforme Ofícios nºs 20 e 31/2018 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 17/05/2018, p. 118](#); [DCN de 17/05/2018, p. 119](#))
8. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes; e, como suplente, o Senador Telmário Mota, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 18/2018 da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 17/05/2018, p. 120](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Efraim Filho e Paulo Azi, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 32/2018 da Liderança do Bloco PMDB, PP, DEM, PODE, PSC, PHS, AVANTE, PEN. ([DCN de 17/05/2018, p. 121](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Aluísio Mendes; e, como suplente, é designada a Deputada Jozi Araújo, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 34/2018 da Liderança do Bloco PMDB, PP, PODE, PSC, AVANTE, PEN. ([DCN de 17/05/2018, p. 122](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Mário Negromonte Jr e Fausto Pinato; e, como suplentes, os Deputados Franklin, Marcus Vicente e Renato Molling, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 37/2018 da Liderança do Bloco PMDB, PP, PODE, PSC, AVANTE, PEN. ([DCN de 17/05/2018, p. 123](#))
12. Designados, como membros titulares, os Deputados José Priante, Celso Maldaner, Alceu Moreira e Marcelo Castro; e, como suplentes, os Deputados Elcione Barbalho, Moses Rodrigues, Dulce Miranda e Júnior Marreca, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 38/2018 da Liderança do Bloco PMDB, PP, PODE, PSC, AVANTE, PEN. ([DCN de 17/05/2018, p. 124](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Sóstenes Cavalcante, em 15.5.2018, conforme Ofícios nºs 75 e 94/2018 da Liderança do Democratas. ([DCN de 17/05/2018, p. 125](#))
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Rubens Pereira Junior, em vaga cedida do PSB ao PCdoB, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 45/2018 da Liderança do PSB. ([DCN de 17/05/2018, p. 127](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Luciano Ducci, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 55/2018 da Liderança do PSB. ([DCN de 17/05/2018, p. 128](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Bebeto, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 56/2018 da Liderança do PSB. ([DCN de 17/05/2018, p. 129](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Gilberto Nascimento, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 35/2018 da Liderança do PSC. ([DCN de 17/05/2018, p. 130](#))
18. Designados, como membros titulares, os Deputados Enio Verri, José Mentor, Afonso Florence e Waldenor Pereira; e, como suplentes, os Deputados Beto Faro, Zeca do PT, Valmir Assunção e Luiziane Lins, em 15.5.2018, conforme Ofícios nºs 147 e 189/2018 da Liderança do PT. ([DCN de 17/05/2018, p. 135](#); [DCN de 17/05/2018, p. 136](#))
19. Designados, como membros titulares, os Deputados Alex Canziani e Wilson Filho; e, como suplentes, os Deputados Alfredo Kaefer e Weliton Prado, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 6/2018 da Liderança do Bloco PTB PROS PSL PRP. ([DCN de 17/05/2018, p. 138](#))
20. Designada, como membro titular, a Deputada Leandre; e, como suplente, o Deputado Evair Vieira de Melo, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 13/2018 da Liderança do PV. ([DCN de 17/05/2018, p. 139](#))
21. Designados, como membros titulares, os Deputados Milton Monti e Vicentinho Junior; e, como suplentes, os Deputados Aelton Freitas e Capitão Augusto, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 35/2018 da Liderança do PR. ([DCN de 17/05/2018, p. 131](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Aureo, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 43/2018 da Liderança do Bloco PSDB, PR, PRB, SD, PPS. ([DCN de 17/05/2018, p. 132](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Cleber Verde; e, como suplente, o Deputado Roberto Alves, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 24/2018 da Liderança do PRB. ([DCN de 17/05/2018, p. 133](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Abrão, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 10/2018 da Liderança do PPS. ([DCN de 17/05/2018, p. 134](#))
25. Designados, como membros titulares, os Deputados Diego Andrade e Júlio César; e, como suplentes, os Deputados Fábio Mitidieri e Sérgio Brito, em 15.5.2018, conforme Ofício nº 150 de 2018, da Liderança do PSD. ([DCN de 17/05/2018, p. 137](#))
26. Designado, como membro titular, o Deputado Caio Narcio, em substituição ao Deputado Jutahy Junior, em 16.5.2018, conforme Ofício nº 404/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 199](#); [DCN de 24/05/2018, p. 360](#))
27. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Resende, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Hauly, em 16.5.2018, conforme Ofício nº 406/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 200](#))
28. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Marinho, em 16.5.2018, conforme Ofício nº 408/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 16/05/2018, p. 201](#))
29. Solicitado o desligamento dos Deputados Eduardo Barbosa, Nilson Pinto e Yeda Crusius, como membros suplentes, em 16.5.2018, conforme Ofício nº 410/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 202](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo de Castro, em 16.5.2018, conforme Ofício nº 402/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 198](#))
31. Designada, como membro suplente, a Deputada Luana Costa, em 17.5.2018, conforme Ofício nº 44/2018 da Liderança do PSC. ([DCN de 24/05/2018, p. 361](#))
32. Designado, como membro titular, o Senador João Capiberibe, em substituição ao Senador Álvaro Dias; e designada, como suplente, a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, em 17.5.2018, conforme Memorando nº 38/2018 da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania. ([DCN de 24/05/2018, p. 356](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Simão Sessim, em vaga existente, em 17.5.2018, conforme Ofício nº 119/2018 da Liderança do Bloco PP, PODE, AVANTE, PEN. ([DCN de 24/05/2018, p. 358](#))
34. Presidente eleito por aclamação em 22.5.2018.
35. Designados, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em substituição ao Deputado Damião Feliciano; e, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Wolney Queiroz, em 22.5.2018, conforme Ofício nº 8 de 2018, da Liderança do PDT. ([DCN de 24/05/2018, p. 357](#))
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Melles, em 23/05/2018, conforme Ofício nº 228, de 2018, da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/05/2018, p. 359](#))
37. Designado, como membro suplente, o Deputado Alex Manente, em 29.5.2018, conforme Ofício nº 45/2018 da Liderança do PPS. ([DCN de 31/05/2018, p. 188](#))
38. Designada, como membro titular, a Senadora Ana Amélia, em vaga existente, em 30/05/2018, conforme Ofício nº 13/2018, da Liderança do Bloco Democracia Progressista. ([DCN de 31/05/2018, p. 187](#))



39. Designado, como membro titular, o Deputado Miguel Haddad-PSDB, em substituição ao Deputado Caio Narcio-PSDB, em 30/05/2018, conforme Ofício nº 456/2018, da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/05/2018, p. 191](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Izalci Lucas (PSDB), em 30/05/2018, conforme Ofício nº 454/2018, da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/05/2018, p. 189](#))
41. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB), em 30/05/2018, conforme Ofício nº 455/2018, da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/05/2018, p. 190](#))
42. Designado, como membro suplente, o Senador Flexa Ribeiro, em 5.6.2018, conforme Ofício nº 44/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/06/2018, p. 558](#))
43. Designado, como membro titular, o Senador Sérgio Petecão, que deixa a condição de suplente; e, como suplente, é designado o Senador Otto Alencar, que deixa a condição de titular, em 5.6.2018, conforme Ofício nº 16/2018 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
44. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro (PSDB), em substituição ao Senador Wilder Moraes (DEM), que passa à condição de suplente, em 5.6.2018, conforme Ofício nº 54/2018 da Liderança do PSDB (com anuência do líder do Democratas). ([DCN de 07/06/2018, p. 559](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Covatti Filho (PP/RS), em substituição ao Deputado Simão Sessim (PP/RJ), em 5.6.2018, conforme Ofício nº 143/2018 da Liderança do Bloco PP PODE AVANTE. ([DCN de 07/06/2018, p. 560](#))
46. Vice-presidentes eleitos por aclamação - 12.6.2018.
47. Designado, como membro suplente, o Deputado Cabo Sabino (Avante), em substituição ao Deputado Franklin, em 13.6.2018, conforme Ofício s/ nº/2018 da Liderança do Bloco PP PODE AVANTE. ([DCN de 21/06/2018, p. 127](#))
48. Designado, como membro suplente, o Deputado Hiran Gonçalves (PP), em substituição ao Deputado Renato Molling (PP), em 13.6.2018, conforme Ofício nº 122/2018 da Liderança do Bloco PP, PODE, AVANTE. ([DCN de 21/06/2018, p. 124](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo de Castro (PSDB), em substituição ao Deputado Miguel Haddad (PSDB), que passa à condição de suplente, em 19.6.2018, conforme Ofícios nºs 506 e 507/2018 da Liderança do PSDB. ([DCN de 21/06/2018, p. 125](#); [DCN de 21/06/2018, p. 126](#))
50. Designado, como membro suplente, o Senador Reditário Cassol, em substituição ao Senador Ivo Cassol, em 20.6.2018, conforme Ofício nº 34/2018 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. ([DCN de 21/06/2018, p. 130](#))
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Osvaldo Mafra (SD), em vaga existente, em 04-07-2018, conforme Ofício nº 103, de 2018, da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 05/07/2018, p. 205](#))
52. Designado, como membro suplente, o Deputado Caio Nárcio, em substituição ao Deputado Pedro Cunha Lima, em 22.10.2018, conforme Ofício nº 588/2018, da Liderança do PSDB. ([DCN de 25/10/2018, p. 6](#))
53. Designado, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol (PP), em substituição ao Senador Reditário Cassol (PP), em 7.11.2018, conforme Ofício nº 71 de 2018, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): 3216-6893

Local: Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

| ÁREA TEMÁTICA | RELATOR SETORIAL |
|---------------|------------------|
|---------------|------------------|

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados**PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (MDB-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**RELATOR:** Senador Jorge Viana (PT-AC)**Designação:** 21/02/2017**Instalação:** 22/03/2017

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| MDB | |
| Garibaldi Alves Filho - RN | 1. José Maranhão - PB |
| Fernando Bezerra Coelho - PE ⁽¹²⁾ | 2. João Alberto Souza - MA |
| VAGO ⁽¹⁷⁾ | 3. Raimundo Lira - PSD/PB |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Flexa Ribeiro - PSDB/PA | 1. Tasso Jereissati - PSDB/CE |
| José Agripino - DEM/RN | 2. Maria do Carmo Alves - DEM/SE |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
| Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾ | 1. Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾ |
| Regina Sousa - PT/PI ⁽²⁾ | 2. Paulo Rocha - PT/PA ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| Otto Alencar - PSD/BA ⁽⁷⁾ | 1. VAGO ⁽⁷⁾ |
| Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽⁷⁾ | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE) | |
| Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM ⁽¹⁴⁾ | 1. Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽¹⁴⁾ |
| Lídice da Mata - PSB/BA ^(14,20) | 2. Romário - PODE/RJ ⁽¹⁴⁾ |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB) | |
| Fernando Collor - PTC/AL ⁽¹³⁾ | 1. Magno Malta - PR/ES ⁽¹³⁾ |

Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|--|---|
| MDB | |
| Daniel Vilela - GO ⁽⁶⁾ | 1. Hildo Rocha - MA ^(6,18) |
| Sergio Souza - PR ⁽⁶⁾ | 2. Valdir Colatto - SC ⁽⁶⁾ |
| AVANTE, PP | |
| Simão Sessim - PP/RJ ⁽¹⁵⁾ | 1. Roberto Balestra - PP/GO ⁽¹⁵⁾ |
| PSDB | |
| Otávio Leite - RJ ⁽⁹⁾ | 1. Jutahy Junior - BA |
| PROS, PRP, PSL, PTB | |
| Eros Biondini - PROS/MG ⁽⁸⁾ | 1. Arnaldo Faria de Sá - PP/SP |
| PR | |
| Paulo Feijó - RJ ⁽¹⁹⁾ | 1. VAGO |
| PT | |
| Leonardo Monteiro - MG ^(3,16) | 1. Nilto Tatto - SP ^(3,10,16) |
| PSD | |
| Thiago Peixoto - GO ⁽¹¹⁾ | 1. Victor Mendes - MDB/MA ⁽¹¹⁾ |
| PSB | |
| Luiz Lauro Filho - SP ⁽⁵⁾ | 1. Janete Capiberibe - AP ⁽⁵⁾ |
| DEM | |
| Jorge Tadeu Mudalen - SP | 1. Carlos Melles - MG |
| PRB ⁽¹⁾ | |
| Carlos Gomes - RS ⁽⁴⁾ | 1. Roberto Sales - DEM/RJ ⁽⁴⁾ |
| SD | |
| Augusto Carvalho - DF ⁽¹⁵⁾ | 1. Carlos Manato - PSL/ES ⁽¹⁵⁾ |

Notas:

- * Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional ([DSF de 03/09/2015, p. 58](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana e Regina Sousa, e, como membros suplentes, os Senadores Humberto Costa e Paulo Rocha, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 17, de 2017). ([DCN de 23/02/2017, p. 19](#); [DCN de 23/02/2017, p. 19](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Nilto Tatto, em substituição ao Deputado Arlindo Chinaglia, e, como membro suplente, o Deputado Leo de Brito, em substituição ao Deputado Luiz Sérgio, em 8-3-2017, conforme Ofício nº 107, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 16/03/2017, p. 186](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Gomes, em substituição ao Deputado Beto Mansur, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Sales, em substituição ao Deputado Lincoln Portela, em 9-3-2017, conforme Ofício nº 48, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 16/03/2017, p. 190](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Lauro Filho, em substituição ao Deputado Gonzaga Patriota, e, como membro suplente, a Deputada Janete Capiberibe, em substituição ao Deputado Átila Lira, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 31, de 2017, da Liderança do PSB. ([DCN de 16/03/2017, p. 189](#))
- Designados, como membros titulares, os Deputados Daniel Vilela e Sergio Souza em substituição, respectivamente, aos Deputados Valdir Colatto e Mauro Lopes, e, como membros suplentes, os Deputados Josi Nunes e Valdir Colatto, em substituição, respectivamente, aos Deputados Darcísio Perondi e Edinho Bez, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 132, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 16/03/2017, p. 187](#))
- Designados, como membros titulares, os Senadores Otto Alencar e Sérgio Petecão em substituição, respectivamente, aos Senadores Lasier Martins e Benedito de Lira, e retirada a indicação da Senadora Ana Amélia como suplente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. ([DCN de 16/03/2017, p. 185](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Eros Biondini, em substituição ao Deputado Paes Landim, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 20, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP. ([DCN de 16/03/2017, p. 188](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Otávio Leite, em substituição ao Deputado Bonifácio de Andrada, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 169, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 13](#))
- Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Leo de Brito, em 27-3-2017, conforme Ofício nº 161, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 30/03/2017, p. 106](#))
- Designado, como membro titular, o Deputado Thiago Peixoto, em substituição ao Deputado Reinhold Stephanes, e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em substituição ao Deputado Átila Lins, em 29-3-2017, conforme Ofício nº 134, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 30/03/2017, p. 105](#))



12. Designado, como membro titular, o Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição ao Senador Romero Jucá, em 3-10-2017, conforme Ofício nº 196, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 05/10/2017, p. 177](#))
13. Designados, como membro titular, o Senador Fernando Collor, e, como suplente, o Senador Magno Malta, conforme Ofício nº 14, de 2018, da Liderança do Bloco Moderador (atendendo ao disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN). ([DCN de 15/03/2018, p. 112](#))
14. Designados, como membros titulares, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Álvaro Dias; e, como suplentes, os Senadores Randolfe Rodrigues e Romário, conforme Memorando nº 23, de 2018, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania (atendendo ao disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN). ([DCN de 15/03/2018, p. 111](#))
15. Vagas alteradas, com base no disposto nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 4 de 2008-CN.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro, em substituição ao Deputado Nilto Tatto, que passa à condição de suplente, em 17-4-2018, conforme Ofício nº 196, de 2018, da Liderança do PT. ([DCN de 19/04/2018, p. 12](#))
17. Solicitada a retirada da designação do Senador Renan Calheiros, como membro titular, em 24.4.2018, conforme Ofício nº 52 de 2018, da Liderança do PMDB. ([DCN de 26/04/2018, p. 201](#))
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Hildo Rocha, em substituição à Deputada Josi Nunes, em 16/05/2018, conforme Ofício nº 287/2018, da Liderança do PMDB. ([DCN de 17/05/2018, p. 197](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Feijó (PR/RJ), em substituição ao Deputado José Rocha (PR/BA), em 12-6-2018, conforme Ofício nº 185, de 2018, da Liderança do PR. ([DCN de 14/06/2018, p. 40](#))
20. Designada, como membro titular, a Senadora Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Senador Alvaro Dias (PODE), em 07-11-2018, conforme Ofício nº 58, de 2018, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Nilson Pinto (PSDB-PA)

Instalação: 03/04/2017

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|--|
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Nilson Pinto (PSDB/PA) | Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Fernando Collor (PTC/AL) |
| Líder da Maioria Deputado Lelo Coimbra (MDB/ES) | Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Simone Tebet (MDB/MS) |
| Líder da Minoria Deputado Weverton Rocha (PDT/MA) | Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Humberto Costa (PT/PE) |
| Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽⁴⁾ | Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Roberto Requião (MDB/PR) ⁽²⁾ |
| Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ) ⁽⁵⁾ | Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jorge Viana (PT/AC) ⁽¹⁾ |
| Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (DEM/PI) ⁽⁶⁾ | Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) ⁽³⁾ |

Notas:

- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Jorge Viana, conforme Ofício nº 002/2017. ([DCN de 06/04/2017, p. 191](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Maioria no Senado Federal, o Senador Roberto Requião, conforme Ofício nº 089/2017. ([DCN de 06/04/2017, p. 192](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Antônio Anastasia, em 06-04-2017, conforme Ofício nº 10/2017/CRE.
- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados, o Deputado Benito Gama, em 11-4-2017, conforme Ofício nº 105/2017. ([DCN de 13/04/2017, p. 15](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, o Deputado Luiz Sérgio, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 28, de 2017. ([DCN de 16/05/2017, p. 7](#))
- Designado como membro, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Deputado Heráclito Fortes, em 01-08-2017, conforme Ofício nº 73/2017/CREDN. ([DCN de 03/08/2017, p. 99](#))

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocom@senado.leg.br



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 21/02/2017

Instalação: 10/05/2017

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|-----------------------------------|
| MDB | |
| Rose de Freitas - PODE/ES (11,12,14) | 1. Valdir Raupp - RO (11,14) |
| Marta Suplicy - SP (11,14) | 2. VAGO (11) |
| Airton Sandoval - SP (11,14) | 3. VAGO (12) |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Antonio Anastasia - PSDB/MG (15) | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | |
| VAGO (7) | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
| Regina Sousa - PT/PI (5,18) | 1. Fátima Bezerra - PT/RN (5,18) |
| Ângela Portela - PDT/RR (5,18) | 2. Gleisi Hoffmann - PT/PR (5,18) |
| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PV, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PODE) | |
| Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM (20) | 1. VAGO |
| VAGO | 2. VAGO |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB) | |
| Vicentinho Alves - PR/TO (3,30) | 1. Pedro Chaves - PRB/MS (30) |



Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| MDB | |
| Elcione Barbalho - PA (4,17) | 1. Dulce Miranda - PA (17) |
| Simone Morgado - PA (17) | 2. Newton Cardoso Jr - MG (9,10,17) |
| PT | |
| Luizianne Lins - CE (22) | |
| PSDB | |
| Shéridan - RR (8,27) | 1. Yeda Crusius - RS (26) |
| AVANTE, PP | |
| Iracema Portella - PP/PI (23) | 1. Conceição Sampaio - PSDB/AM (23) |
| PR | |
| Carmen Zanotto - PPS/SC (31) | 1. VAGO |
| PSD | |
| Raquel Muniz - MG (29) | 1. Victor Mendes - MDB/MA (29) |
| PSB | |
| Luana Costa - PSC/MA (21) | 1. Keiko Ota - SP (21) |
| PROS, PRP, PSL, PTB, SD | |
| Dâmina Pereira - PODE/MG (13,19) | 1. VAGO |
| DEM | |
| Norma Ayub - ES (24) | 1. VAGO (24,25) |
| PRB | |
| Rosângela Gomes - RJ (6,28) | 1. VAGO |
| PDT | |
| Flávia Moraes - GO (2,16) | 1. VAGO |

Notas:

*. Em virtude da promulgação da Resolução nº 2, de 2017, foi alterada a composição da Comissão Permanente de Combate à Violência contra a Mulher, razão pela qual houve novas indicações das lideranças, a partir de 22-11-2017.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional ([DSF de 03/09/2015, p. 60](#))

2. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em 21-2-2017, conforme indicação da Liderança do PDT (Ofício nº 11, de 2017). ([DCN de 23/02/2017, p. 16](#); [DCN de 23/02/2017, p. 16](#))

3. Retirado, como membro titular, o Senador Armando Monteiro, conforme ofício n. 38/2017 da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 13/04/2017, p. 17](#))

4. Designada, como membro titular, a Deputada Elcione Barbalho, em substituição ao Deputado Baleia Rossi, em 6-3-2017, conforme Ofício nº 95, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 09/03/2017, p. 150](#))

5. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Ângela Portela e Regina Sousa em substituição, respectivamente, aos Senadores Gleisi Hoffmann e Acir Gurgacz e, como membros suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em substituição, respectivamente, aos Senadores Lindbergh Farias e Fátima Bezerra, em 7-3-2017, conforme Ofício nº 25, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

6. Designada, como membro titular, a Deputada Rosângela Gomes, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 53, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 16/03/2017, p. 182](#))

7. Designada, como membro titular, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Benedito de Lira, e, como membro suplente, o Senador Omar Aziz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 35, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. ([DCN de 16/03/2017, p. 180](#))

8. Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 165, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 11](#))

9. Designada, como membro suplente, a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Daniel Vilela, em 30-3-2017, conforme Ofício nº 202, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 06/04/2017, p. 194](#))

10. Determinada a retirada da Deputada Laura Carneiro PMDB, na qualidade de suplente, em 13-6-2017, conforme Ofício nº 450, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 03/08/2017, p. 364](#))

11. Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet, Marta Suplicy e Kátia Abreu, e como membros suplentes, os Senadores Aírton Sandoval e Valdir Raupp, em 05-04-2017, conforme indicação da Liderança do PMDB (Ofício nº 92, de 2017). ([DCN de 06/04/2017, p. 193](#))

12. Designada, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a condição de membro suplente, em vaga existente, em 10-5-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 11/05/2017, p. 8](#); [DCN de 11/05/2017, p. 8](#))

13. Solicitada a retirada da indicação do Deputado Eros Biondini, como membro titular, em 23-8-2017, conforme Ofício nº 264, de 2017, da Liderança do Bloco PTB PROS PSL PRP. ([DCN de 24/08/2017, p. 35](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)

<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



14. Designados, como membros titulares, as Senadoras Rose de Freitas e Marta Suplicy e o Senador Aírton Sandoval; e, como membro suplente, o Senador Valdir Raupp, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 214, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 30/11/2017, p. 54](#))
15. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 247, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 30/11/2017, p. 56](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 158, de 2017, da Liderança do PDT. ([DCN de 30/11/2017, p. 53](#))
17. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Elcione Barbalho e Simone Morgado; e, como membros suplentes, a Deputada Dulce Miranda e o Deputado Newton Cardoso Jr, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 803, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 30/11/2017, p. 58](#))
18. Designadas, como membros titulares, as Senadoras Regina Sousa e Ângela Portela; e, como suplentes, as Senadoras Fátima Bezerra e Gleisi Hoffmann, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 119, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 30/11/2017, p. 52](#))
19. Designada, como membro titular, a Deputada Dâmina Pereira, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 344, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP. ([DCN de 30/11/2017, p. 57](#))
20. Designada, como membro titular, a Senadora Vanessa Grazziotin, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 94, de 2017, da Liderança do Bloco Democracia e Cidadania. ([DCN de 30/11/2017, p. 51](#))
21. Designadas as Deputadas Luana Costa e Keiko Ota, respectivamente, como membro titular e suplente, em 29-11-2017, conforme Ofício nº 243, de 2017, da Liderança do PSB. ([DCN de 30/11/2017, p. 55](#))
22. Designadas as Deputadas Luizianne Lins e Ana Perugini, respectivamente, como membro titular e suplente, em 30-11-2017, conforme Ofício nº 611, de 2017, da Liderança do PT. ([DCN de 07/12/2017, p. 248](#))
23. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella; e, como membro suplente, a Deputada Conceição Sampaio, em 5-12-2017, conforme Ofício nº 291, de 2017, da Liderança do Bloco PP/AVANTE. ([DCN de 07/12/2017, p. 245](#))
24. Designada, como membro titular, a Deputada Norma Ayub; e, como membro suplente, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em 5-12-2017, conforme Ofício nº 390, de 2017, da Liderança do DEM. ([DCN de 07/12/2017, p. 246](#))
25. Solicitada a retirada da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, como membro suplente, em 1-03-2018, conforme Ofício nº 44 de 2018, da Liderança do Democratas.
26. Designada, como membro suplente, a Deputada Yeda Crusius, em vaga existente, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 850, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/12/2017, p. 250](#))
27. Designada, como membro titular, a Deputada Shéridan, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 848, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/12/2017, p. 249](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Rosângela Gomes, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 191, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 07/12/2017, p. 244](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Raquel Muniz; e, como membro suplente, o Deputado Victor Mendes, em 6-12-2017, conforme Ofício nº 575, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 07/12/2017, p. 247](#))
30. Designado, como membro titular, o Senador Vicentinho Alves; e, como suplente, o Senador Pedro Chaves, em 12-12-2017, conforme Ofício nº 117, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 14/12/2017, p. 2710](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Carmem Zanotto, em 1-3-2018, conforme Ofício nº 27, de 2018, da Liderança do Partido da República-PR.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br



CMCVM - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Subcomissão Permanente de Combate ao Estupro - SCPCE



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Celso Russomanno (PRB-SP)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (MDB-PR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Jose Stédile (PSB-RS)

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|--|
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
| Humberto Costa - PT/PE | 1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾ |
| Fátima Bezerra - PT/RN | 2. Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽²⁴⁾ |
| Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾ | 3. Ana Amélia - PP/RS ⁽⁴⁶⁾ |
| Maioria | |
| Dário Berger - MDB/SC ^(8,36) | 1. Waldemir Moka - MDB/MS |
| Roberto Requião - MDB/PR | 2. Kátia Abreu - MDB/RO ⁽⁴³⁾ |
| Valdir Raupp - MDB/RO | 3. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Paulo Bauer - PSDB/SC | 1. Dalirio Beber - PSDB/SC ⁽⁵²⁾ |
| Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾ | 2. VAGO |
| | |
| Antonio Carlos Valadares - PSB/SE | 1. Lídice da Mata - PSB/BA |
| | |
| Cidinho Santos - PR/MT ^(21,63,72) | 1. Eduardo Lopes - PRB/RJ ⁽⁵⁵⁾ |



Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|-----------------------|----------------------------|
| PDT | |
| Damião Feliciano - PB | 1. Weverton Rocha - MA |
| PSOL | |
| Jean Wyllys - RJ | 1. VAGO ^(23,44) |

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Maia Filho, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
- Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.
- Designado, como membro titular, o Deputado Remídio Monai, em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2016, da Liderança do PR.
- Designada, como membro suplente, a Deputada Angela Albino, em vaga existente, em 6-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2016, da Liderança do PSOL.
- Designada, como membro suplente, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição à Senadora Angela Portela, em 8-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 42, de 2016, da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Zeca do PT, em substituição à Deputada Benedita da Silva, e, como membro suplente, a Deputada Benedita da Silva, em vaga existente, em 15-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2016, da Liderança do PT.
- Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Gomes, em vaga existente, em 12-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 131, de 2016, da Liderança do PRB.
- Designado, como membro titular, o Deputado George Hilton, em substituição ao Deputado Domingos Neto, em 19-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 100, de 2016, da Liderança do Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.
- Designado, como membro titular, o Deputado Elizeu Dionizio, em substituição a Geovânia de Sá, em 10-8-2016 conforme Ofício nº 699, de 2016, da Liderança do PSDB.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto, em vaga existente, em 15-8-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 292, de 2016, da Liderança do PR.
- Designada, como membro titular, a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Zeca do PT, e, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 27-9-2016, conforme Ofício nº 424, de 2016, da Liderança do PT.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



31. Designado, como membro titular, o Deputado Moses Rodrigues, em substituição ao Deputado José Fogaça, em 1-11-2016, conforme Ofício nº 924, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
32. Designado, como membro suplente, o Deputado José Fogaça, em vaga existente, em 17-11-2016, conforme Ofício nº 416, de 2016, da Liderança do PR.
33. Designado, como membro titular, o Deputado Felipe Bornier, em substituição ao Deputado George Hilton, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 24, de 2017, da Liderança do Pros. ([DCN de 23/02/2017, p. 21](#); [DCN de 23/02/2017, p. 21](#); [DCN de 23/02/2017, p. 21](#))
34. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição ao Deputado Roberto Freire, em 22-02-2017, conforme Ofício nº 19, de 2017, da Liderança do PPS. ([DCN de 09/03/2017, p. 1](#))
35. Designada, como membro suplente, a Deputada Pollyana Gama, em substituição ao Deputado Sandro Alex, em 22-2-2017, conforme Ofício nº 18, de 2017, da Liderança do PPS. ([DCN de 09/03/2017, p. 153](#))
36. Designado, como membro titular, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 14-2-2017, conforme Ofício nº 19, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 16/02/2017, p. 14](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Aureo, em substituição ao Deputado Arthur Oliveira Maia, e, como membro suplente, o Deputado Lucas Vergílio, em substituição ao Deputado Maia Filho, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 26, de 2017, da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 16/03/2017, p. 193](#))
38. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Matos, em substituição ao Deputado Marcelo Aro, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 27, de 2017, da Liderança do PHS. ([DCN de 23/03/2017, p. 46](#); [DCN de 23/03/2017, p. 46](#))
39. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, em substituição ao Deputado Jaime Martins, em 5-4-2017, conforme Ofício nº 153, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 06/04/2017, p. 1](#))
40. Designada, como membro suplente, a Deputada Marinha Raupp, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, em 6-4-2017, conforme Ofício nº 241, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 13/04/2017, p. 23](#))
41. Comunica a retirada da vaga, como membro titular, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, em 11-4-2017, conforme Ofício nº 117, de 2017, da Liderança do PTN. ([DCN de 13/04/2017, p. 22](#))
42. Designado, como membro titular, o Deputado José Fogaça, em vaga existente, em 17-4-2017, conforme Ofício nº 247, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 20/04/2017, p. 171](#))
43. Designada, como membro suplente, a Senadora Kátia Abreu, em vaga existente, em 25-4-2017, conforme Ofício nº 105, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 27/04/2017, p. 33](#))
44. Vago em virtude do retorno do titular, Deputado César Souza, ocorrido em 15 de março de 2017.
45. Designado, como membro titular, o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição Luiz Claudio, e, como membro suplente, a Senador Luiz Claudio, em vaga existente, em 16-5-2017, conforme Ofício nº 201, de 2017, da Liderança do PR. ([DCN de 18/05/2017, p. 20](#))
46. Designada, como membro suplente, a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 18-5-2017, conforme Memo nº 9, de 2017, da Liderança do PP. ([DCN de 25/05/2017, p. 30](#))
47. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto Freire, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
48. Designado, como membro titular, o Deputado Rubens Bueno, em substituição a Deputada Pollyana Gama, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 64, de 2017, da Liderança do PPS.
49. Designado, como membro titular, a Senadora Rose de Freitas, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS.
50. Designado, como membro titular, o Deputado Roberto Freire, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 63, de 2017, da Liderança do PPS. ([DCN de 25/05/2017, p. 37](#))
51. Designado, como membro suplente, o Deputado Rubens Bueno, em substituição à Deputada Pollyana Gama, em 24-5-2017, conforme Ofício nº 64, de 2017, da Liderança do PPS.
52. Designado, como membro suplente, o Senador Dalirio Beber, em vaga existente, em 25-5-2017, conforme Ofício nº 137, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 01/06/2017, p. 731](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Cláudio, em substituição ao Deputado Vicentinho Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Luiz Cláudio, em 6-6-2017, conforme Ofício nº 236, de 2017, da Liderança do PR. ([DCN de 08/06/2017, p. 187](#))
54. Designado como membro titular, o Deputado José Rocha, em substituição ao Deputado Remídio Monai, em 1º-8-2017, conforme Ofício nº 269, de 2017, da Liderança do PR. ([DCN de 03/08/2017, p. 105](#))
55. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Lopes, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em 30-8-2017, conforme Ofício nº 91, de 2017, da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 07/09/2017, p. 243](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em vaga existente, em 10-10-2017, conforme Ofício nº 195, de 2017, da Liderança do PSB. ([DCN de 12/10/2017, p. 35](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Melles, em vaga existente, em 26-10-2017, conforme Ofício nº 786, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 02/11/2017, p. 60](#))
58. Designada, como membro suplente, a Deputada Bruna Furlan, em vaga existente, em 28-11-2017, conforme Ofício nº 840, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 30/11/2017, p. 73](#))
59. Designado, como membro titular, o Deputado Eros Biondini, em substituição ao Deputado Felipe Bornier, em 7.2.2018, conforme Ofício nº 5, de 2018, da Liderança do PROS.
60. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira, em substituição ao Deputado Heráclito Fortes, em 10-04-2018 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65, de 2018, da Liderança do PSB. ([DCN de 12/04/2018, p. 9](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Heráclito Fortes, em substituição ao Deputado Mandetta, em 10-04-2018 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 81, de 2018, da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/04/2018, p. 10](#))
62. Designado, como membro titular, o Deputado Alex Manente, em substituição ao Deputado Roberto Freire, em 10.04.2018, conforme Ofício nº 19, de 2018, da Liderança do PPS. ([DCN de 12/04/2018, p. 8](#))
63. Designado, como membro titular, o Senador Rodrigues Palma, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Cidinho Santos, em 04/05/2018, conforme Ofício nº 31/2018, do Bloco Moderador. ([DCN de 10/05/2018, p. 81](#))
64. Designado, como membro suplente, o Deputado George Hilton, em substituição ao Deputado Professor Victório Galli, em 04/05/2018, conforme Ofício nº 36/2018, da Liderança do PSC. ([DCN de 10/05/2018, p. 80](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcelo Delaroli, em substituição ao Deputado Capitão Augusto, em 16/05/2018, conforme Ofício nº 141/2018, da Liderança do PR. ([DCN de 17/05/2018, p. 204](#))



66. Solicitado o desligamento do Deputado Rubens Bueno (PPS) da vaga de suplente, conforme Ofício nº 39/2018, da Liderança do PPS. ([DCN de 17/05/2018, p. 203](#))
67. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho (PPS), em vaga existente, em 04-06-2018, conforme Ofício nº 41, de 2018, da Liderança do PPS. ([DCN de 07/06/2018, p. 561](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado Danrlei De Deus Hinterholz (PSD), em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia (vago), em 20/06/2018, conforme Ofícios nº2 405 e 406/2018, da Liderança do PSD. ([DCN de 21/06/2018, p. 128](#); [DCN de 21/06/2018, p. 129](#))
69. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Reategui (PSD), em vaga existente, em 04-07-2018, conforme Ofício nº 434, de 2018, da Liderança do PSD. ([DCN de 05/07/2018, p. 206](#))
70. Designado, como membro titular, o Deputado Ronald Benedet (MDB), em vaga existente, em 05/07/2018, conforme Ofício nº 387/2018, da Liderança do MDB. ([DCN de 12/07/2018, p. 225](#))
71. Designado, como membro suplente, o Deputado Ezequiel Teixeira (PODE), em vaga cedida, em 11/07/2018, conforme Ofício nº 396/2018, da Liderança do MDB. ([DCN de 12/07/2018, p. 226](#))
72. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos (PR/MT), em substituição ao Senador Rodrigues Palma(PR/MT), em 5-9-2018, conforme Ofício nº 58, de 2018, da Liderança do Bloco Moderador. ([DCN de 06/09/2018, p. 305](#))



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Designação: 07/03/2017

Senado Federal

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| MDB | |
| Simone Tebet - MS ⁽⁹⁾ | 1. Elmano Férrer - PODE/PI ⁽⁹⁾ |
| Kátia Abreu ⁽⁹⁾ | 2. Marta Suplicy - SP ⁽⁹⁾ |
| Rose de Freitas - PODE/ES | 3. VAGO |
| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | |
| Paulo Bauer - PSDB/SC | 1. Ricardo Ferraço - PSDB/ES |
| Ronaldo Caiado - DEM/GO | 2. José Agripino - DEM/RN |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | |
| José Pimentel - PT/CE ⁽³⁾ | 1. Jorge Viana - PT/AC ⁽³⁾ |
| Paulo Rocha - PT/PA ⁽³⁾ | 2. Gleisi Hoffmann - PT/PR ⁽³⁾ |
| Bloco Moderador (PTC, PTB, PR, PRB) | |
| Armando Monteiro - PTB/PE | 1. Pedro Chaves - PRB/MS |
| Vicentinho Alves - PR/TO | 2. Eduardo Lopes - PRB/RJ |
| | |
| Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²⁾ | 1. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽⁷⁾ |
| Cristovam Buarque - PPS/DF ⁽²⁾ | 2. João Capiberibe - PSB/AP ⁽⁸⁾ |
| | |
| Ana Amélia - PP/RS ⁽⁵⁾ | 1. Otto Alencar - PSD/BA ⁽⁵⁾ |
| José Medeiros - PODE/MT ⁽⁵⁾ | 2. Roberto Muniz - MDB/MA ⁽⁵⁾ |



Câmara dos Deputados

| TITULARES | SUPLENTE |
|---|---|
| PHS, PP, PTdoB, PTN | |
| Maia Filho ⁽¹²⁾ | 1. VAGO |
| Alexandre Baldy | 2. VAGO |
| VAGO | 3. VAGO |
| MDB | |
| Hildo Rocha - MA ⁽⁴⁾ | 1. André Amaral - PROS/PB ⁽⁴⁾ |
| Moses Rodrigues - CE ⁽⁴⁾ | 2. Simone Morgado - PA |
| PT | |
| Carlos Zarattini - SP | 1. Ságuaes Moraes - MT |
| PSDB | |
| Bonifácio de Andrada - DEM/MG ⁽¹⁰⁾ | 1. Pedro Cunha Lima - PB |
| PROS, PRP, PSL, PTB | |
| Arnaldo Faria de Sá - PP/SP ⁽⁶⁾ | 1. Paes Landim - PTB/PI ⁽⁶⁾ |
| PR | |
| Jorginho Mello - SC | 1. Laerte Bessa - DF |
| PSD | |
| Domingos Neto - CE ⁽¹³⁾ | 1. Rogério Rosso - DEM/MS ⁽¹³⁾ |
| PSB | |
| Tereza Cristina - DEM/MS | 1. Bebeto - BA |
| DEM | |
| Efraim Filho - PB | 1. Marcelo Aguiar - PRB/SP |
| PRB ⁽¹⁾ | |
| Celso Russomanno - SP ⁽¹¹⁾ | 1. Silas Câmara - AM |

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional ([DSF de 09/09/2015, p. 340](#))
2. Designados, como membros titulares, o Senador Roberto Rocha e o Senador Cristovam Buarque, em 07-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Ofício nº 29, de 2017).
3. Designados, como membros titulares, os Senadores Jose Pimentel e Paulo Rocha, e, como membros suplentes, os Senadores Jorge Viana e Gleisi Hoffmann, em 07-03-2017, conforme indicação da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofício nº 26, de 2017).
4. Designados, como membros titulares, os Deputados Hildo Rocha e Moses Rodrigues em substituição, respectivamente, aos Deputados Baleia Rossi e Newton Cardoso Jr, e, como membro suplente, o Deputado André Amaral, em substituição ao Deputado Walter Alves, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 133, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 16/03/2017, p. 175](#))
5. Designados, como membros titulares, os Senadores Ana Amélia e José Medeiros em substituição, respectivamente, aos Senadores Benedito de Lira e Lasier Martins, e, como membros suplentes, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Roberto Muniz, em vaga existente, em 14-3-2017, conforme Ofício nº 36, de 2017, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em substituição ao Deputado Eros Biondini, e, como membro suplente, o Deputado Paes Landim, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 21, de 2017, da Liderança do Bloco PTB/SD/PROS/PLS/PRP. ([DCN de 16/03/2017, p. 176](#))
7. Designado, como membro suplente, o Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga existente, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 32, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. ([DCN de 16/03/2017, p. 177](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador João Capiberibe, em vaga existente, em 15-3-2017, conforme Ofício nº 34, de 2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia. ([DCN de 16/03/2017, p. 178](#))
9. Designados, como membros titulares, as Senadoras Simone Tebet e Kátia Abreu, em substituição, respectivamente, aos Senadores Renan Calheiros e Waldemir Moka, e, como membros suplentes, os Senadores Elmano Férrer e Marta Suplicy, em vagas existentes, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 60, de 2017, da Liderança do PMDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 10](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Bonifácio de Andrada, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, em 16-3-2017, conforme Ofício nº 164, de 2017, da Liderança do PSDB. ([DCN de 23/03/2017, p. 8](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno, em substituição ao Deputado Cleber Verde, em 21-3-2017, conforme Ofício nº 58, de 2017, da Liderança do PRB. ([DCN de 23/03/2017, p. 9](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Maia Filho, em substituição ao Deputado Arthur Lira, em 10-4-2017, conforme Ofício nº 90, de 2017, da Liderança do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB. ([DCN de 13/04/2017, p. 16](#))



13. Designado, como membro titular, o Deputado Domingos Neto, em substituição ao Deputado Marcos Montes, e, como membro suplente, o Deputado Rogério Rosso, em substituição ao Deputado Paulo Magalhães, em 19-4-2017, conforme Ofício nº 200, de 2017, da Liderança do PSD. ([DCN de 20/04/2017, p. 168](#))

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



| |
|---------------------------|
| CONSELHOS E ÓRGÃOS |
|---------------------------|

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|-----------------------------|---|
| MDB VAGO | MDB VAGO |
| PSDB VAGO | PDT VAGO |
| PT VAGO | PTB VAGO |
| | Presidente do Congresso Nacional VAGO |

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

Eleição Geral: 07/02/2017

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|---|
| Presidente Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ) |
| 1º Vice-Presidente Deputado Fábio Ramalho (MDB/MG) |
| 2º Vice-Presidente Deputado André Fufuca (PP/MA) |
| 1º Secretário Deputado Giacobbo (PR/PR) |
| 2º Secretário Deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO) |
| 3º Secretário Deputado Jhc (PSB/AL) |
| 4º Secretário Deputado Rômulo Gouveia |
| Líder da Maioria Deputado Lelo Coimbra (MDB/ES) |
| Líder da Minoria Deputado Weverton Rocha (PDT/MA) ⁽⁷⁾ |
| Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Daniel Vilela (MDB/GO) ⁽⁸⁾ |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Nilson Pinto (PSDB/PA) ⁽⁹⁾ |

| MESA DO SENADO FEDERAL |
|---|
| Presidente Senador Eunício Oliveira (MDB/CE) |
| 1º Vice-Presidente Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) |
| 2º Vice-Presidente Senador João Alberto Souza (MDB/MA) |
| 1º Secretário Senador José Pimentel (PT/CE) |
| 2º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC) |
| 3º Secretário Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) |
| 4º Secretário Senador Zeze Perrella (MDB/MG) |
| Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Simone Tebet (MDB/MS) ⁽⁶⁾ |
| Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Humberto Costa (PT/PE) ^(1,2) |
| Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Edison Lobão (MDB/MA) ⁽³⁾ |
| Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Fernando Collor (PTC/AL) ^(4,5) |

Atualização: 08/04/2015

Notas:

1. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado Líder da Minoria (Of 13/2016 - GLDPT)
2. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
3. Em 09.02.2017, o Senador Edison Lobão foi eleito Presidente da Comissão (Of. 1/2017-CCJ).
4. Em 14.03.2017, foi eleito Presidente da Comissão o Senador Fernando Collor (Memo. nº 1/2017-CRE).
5. Em 14.03.2017, foi eleito Presidente da Comissão o Senador Fernando Collor (Memo. nº 1/2017-CRE).
6. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
7. Em 13.12.2016, o Deputado José Guimarães foi designado Líder da Minoria.
8. Em 23.3.2017, foi eleito Presidente da Comissão.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



9. Em 23.03.2017, foi eleita Presidente da Comissão.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,

Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Murillo de Aragão

VICE-PRESIDENTE: Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTE |
|---|--------------------------------------|------------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | José Carlos da Silveira Júnior | João Camilo Júnior |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | José Francisco de Araújo Lima | Juliana Noronha |
| Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III) | Ricardo Bulhões Pedreira | Maria Célia Furtado |
| Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV) | Tereza Mondino | Paulo Ricardo Balduino |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | Maria José Braga | Valéria Aguiar |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | José Antônio de Jesus da Silva | Edwilson da Silva |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | Sydney Sanches | VAGO ⁽¹⁾ |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva | Sonia Santana |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Miguel Matos | Patrícia Blanco |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Murillo de Aragão | Luiz Carlos Gryzinski |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Davi Emerich | Domingos Meirelles |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira | Ranieri Bertoli |



| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTE |
|--|---------------|------------------------|
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | Fabio Andrade | Dom Darci José Nicioli |

Atualização: 14/07/2017

Notas:

1. Vago em virtude da renúncia do Conselheiro Jorge Coutinho, conforme carta de renúncia datada de 28 de março de 2018.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

PRESIDENTE

Deputado Fábio Ramalho (MDB-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza (MDB-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Giacombo (PR-PR)

1º SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º SECRETÁRIO

Deputado Jhc (PSB-AL)

3º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4º SECRETÁRIO

| COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL | COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">Senador Eunício Oliveira (MDB-CE) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador João Alberto Souza (MDB-MA) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Senador José Pimentel (PT-CE) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Gladson Cameli (PP-AC) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Senador Zeze Perrella (MDB-MG) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)</p> <p>2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)</p> <p>3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)</p> <p>4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)</p> | <p style="text-align: center;">Deputado(a) Rodrigo Maia (DEM -RJ) PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Fábio Ramalho (MDB -MG) 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André Fufuca (PP -MA) 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Giacombo (PR -PR) 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Mariana Carvalho (PSDB -RO) 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) Jhc (PSB -AL) 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;">SUPLENTE DE SECRETÁRIO</p> <p>1º - Deputado(a) Dagoberto Nogueira (PDT -MS)</p> <p>2º - Deputado(a) César Halum (PRB -TO)</p> <p>3º - Deputado(a) Pedro Uczai (PT -SC)</p> <p>4º - Deputado(a) Carlos Manato (PSL -ES)</p> |



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

| | |
|---|--|
| <p style="text-align: center;">Líder do Governo</p> <p>Deputado Andre Moura - PSC / SE</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Senador Romero Jucá - MDB / RR</p> <p>Deputado Aelton Freitas - PR / MG</p> <p>Deputado Leonardo Quintão - MDB / MG</p> <p>Deputado Benito Gama - PTB / BA</p> <p>Deputado José Rocha - PR / BA</p> | <p style="text-align: center;">Líder da Minoria</p> <p>Deputado Décio Lima - PT / SC</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Senador Paulo Rocha - PT / PA</p> <p>Deputado Paulo Teixeira - PT / SP</p> <p>Deputado Afonso Florence - PT / BA</p> |
|---|--|



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

